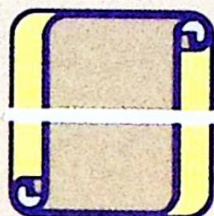


# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

2021  
32



I H G G

INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DE GOIÁS



**Revista do  
Instituto Histórico  
e Geográfico de Goiás**



**Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**

**Revista do  
Instituto Histórico  
e Geográfico de Goiás**

Nº 32

GOIÂNIA-GO  
KELPS, 2022

**Editora Kelps**

Rua 19 nº 100 — St. Marechal Rondon

CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616

E-mail: kelps@kelps.com.br

homepage: www.kelps.com.br

**Comissão Técnica**

**Projeto Gráfico e Editoração da  
Revista do IHGG Eletrônica (2021)**

Lucas Rodrigues Figueiredo,

Adriana Sodré Assis,

Sandro Dutra e Silva

**Diagramação**

Victor Marques

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

**BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS**

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás /  
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 32 (2021) –  
Goiânia: Kelps, 2022.

278 p.

ISSN: 2175-1269

1. Goiás – História. I. Instituto Histórico e Geográfico de  
Goiás. I. Título.

CDU: 94(817.3) (05)

**DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito da instituição. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

2022

---

IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Rua 82, n. 455, Setor Sul, CEP 74083-010. Goiânia, Goiás, Brasil.

Telefone: +55 062 3224-4622 / 3224-4941

Portal de Periódicos Eletrônicos – Universidade Evangélica de Goiás, Avenida Universitária  
Km 3,5 Cidade Universitária, CEP: 7583-515. Anápolis, Goiás, Brasil.

Telefone: +55 062 3310-6679

---

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS**  
**EQUIPE EDITORIAL 2021-2025**

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

**Editor Chefe**

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva,  
Universidade Estadual de Goiás, Brasil  
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

**Editor Adjunto**

Prof. Dr. Altair Sales Barbosa  
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

**Comitê Científico**

Abilio Wolney Aires Neto  
Aidenor Aires Pereira  
Bento A. A. Jayme Fleury Curado  
Eguimar Felício Chaveiro  
Elizabeth Abreu Caldeira Brito  
Francisco Itami Campos  
Giovana Galvão Tavares  
Horieste Gomes  
Itaney Francisco Campos  
Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas  
Nasr Nagib Fayad Chaul  
Nilson Jaime  
Pedro Nolasco de Araújo  
Ubirajara Galli

**Editores Técnicos**

Eduardo F. Souza, Portal de Periódicos Eletrônicos da  
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil.

Natasha Sophie Pereira, Portal de Periódicos Eletrônicos da  
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil.

Adriana Sodré de Assis, Portal de Periódicos Eletrônicos da  
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil.

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS**  
**DIRETORIA 2021-2025**

**Presidente:** Jales Guedes Coelho Mendonça

1º vice-presidente: Hélio Moreira

2º vice-presidente: Geraldo Coelho Vaz

3º vice-presidente: Elizabeth Abreu Caldeira Brito

**Secretário-geral:** Rogério Arédio Ferreira - *In memoriam*

1º secretário: Aidenor Aires Pereira

2º secretário: Itaney Francisco Campos

**Tesoureiro:** Pedro Nolasco de Araújo

1º tesoureiro: Waldomiro Bariani Ortencio

2º tesoureiro: Giovana Galvão Tavares

1º orador oficial: Luiz Augusto Paranhos Sampaio

2º orador oficial: Abilio Wolney Aires Neto

1º bibliotecário (pinacoteca): José Peixoto da Silveira Júnior

2º bibliotecário (biblioteca): Iúri Rincón Godinho

**Diretoria de Museu:** Maria Terezinha Campos Santana

**Diretoria de Arquivo:** Eleuzenira Maria de Menezes

**Diretoria de Revista:** Sandro Dutra e Silva

**Diretoria de Boletim:** Bento A. A. Jayme Fleury Curado

**Assessoria de História:** Juarez Costa Barbosa

**Assessoria de Geografia:** Horieste Gomes

**Conselho fiscal**

Antônio Teixeira Neto - *In memoriam*

Getúlio Targino Lima

Nelson Lopes Figueiredo

**Suplentes Conselho Fiscal**

Ubirajara Galli

Eurico Barbosa dos Santos

Maria Narcisa de Abreu C. Pires

**Conselho Consultivo**

Nasr Nagib Fayad Chaul

Wolmir Therezio Amado

Francisco Itami Campos

Eguimar Felício Chaveiro

Ney Teles de Paula

Hélio Rocha

Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas

Martiniano José da Silva

Maria do Rosário Cassimiro

Jacira Rosa Pires



# Sumário

Carta Editorial ..... 11

*Sandro Dutra e Silva*

## DISCURSOS

Discurso de Jales Guedes Coelho Mendonça na Posse de  
Presidente do IHGG no Dia 05/05/2021 ..... 15

*Jales Guedes Coelho Mendonça*

Discurso de Geraldo Coelho Vaz na Posse do IHGG no Dia  
05/05/2021 ..... 21

*Geraldo Coelho Vaz*

## NOTAS INSTITUCIONAIS

Artigos Publicados pelos Associados já Falecidos na Revista do  
IHGG e Outras Congêneres ..... 27

*Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado*

A Criação da Sociedade Goiana de História da Agricultura ..... 75

*Nilson Jaime / Sandro Dutra e Silva*

Sediado em Goiás o II Congresso Brasileiro de Direito Religioso  
do IBDR ..... 87

*Augusto César Rocha Ventura*

## ARTIGOS/ENSAIOS

O Constitucionalismo “Entrópico” em Goiás (1891): Duplicata  
de Assembleias Constituintes e as Intervenções Federais ..... 99

*Victor Aguiar Jardim de Amorim*

Goiás como Rito de Passagem na Trajetória Política de Fernando Henrique Cardoso.....	127
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	
Coleção Brasileira Itau Traduz o Melhor da História, Iconografia e Literatura Sobre o Brasil .....	143
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça / Nilson Jaime</i>	
Multiplicar as Prisões é Civilizar a Província! Cadeias e Presídios em Goiás (1840-1889).....	159
<i>Thalles Murilo Vaz Costa</i>	
O Bairro de Campinas: A Querida Campininha das Flores – 208 Anos .....	183
<i>Vivaldo Jorge de Araújo</i>	
O Midas Goiano .....	191
<i>Elizabeth Caldeira Brito</i>	
Um Painel Art Déco na Literatura Goianiense na Década de 1930 e 1940 e Influência da Poética da Cidade na Literatura.....	201
<i>Elizabeth Abreu Caldeira Brito / Maria de Fátima Gonçalves Lima</i>	
Lições de Humboldt: A Marcha dos Saberes .....	239
<i>Eguimar Felício Chaveiro</i>	

## RESENHAS

As Margens do Paraíso: Três Perdidos em um Paraíso de Concreto .....	255
<i>Ademir Luiz da Silva</i>	
O Caçador Ambientalista: Theodore Roosevelt e os Acervos Museológicos de História Natural nos Estados Unidos .....	261
<i>Sandro Dutra e Silva</i>	

SÓCIOS DO IHGG.....	271
---------------------	-----

## Carta Editorial

A edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 32 (2021) traz como novidade a adesão desta ao formato eletrônico, resultante de uma parceria estabelecida entre o IHGG e a Universidade Evangélica de Goiás, por meio do Portal de Periódicos Eletrônicos daquela universidade. Também, em atendimento às determinações da Junta Diretiva do IHGG, na pessoa do seu presidente, Dr. Jales Guedes Coelho Mendonça, a revista passou a adotar critérios editoriais em aderência com as exigências da sociedade da informação, na adaptação a este novo formato. Isso não significa que o IHGG abandonará a publicação da edição impressa, pelo contrário. Serão agora dois formatos da mesma revista, sendo uma eletrônica e outra impressa, o que viabilizará a democratização do acesso aos valiosos trabalhos e publicações dos escritores goianos. A edição eletrônica seguirá no formato de acesso livre e gratuito, sendo permitido a todos a leitura dos textos publicados em cada edição. Um desafio para a nova diretoria será a atualização e digitalização de todas as edições anteriores.

Essa edição também apresenta a nova equipe editorial que atuará na gestão da Revista do IHGG, tendo como Editor Chefe o membro Dr. Sandro Dutra e Silva, que atualmente é professor na Universidade Estadual de Goiás e Universidade Evangélica de Goiás. Como Editor Adjunto a equipe editorial

contará com a participação do membro Dr. Altair Sales Barbosa. A equipe editorial contará ainda com um comitê científico, composto por outros membros do IHGG, conforme a relação a seguir: Abilio Wolney Aires Neto, Aldenor Aires Pereira, Bento A. A. Jayme Fleury Curado, Eguimar Felício Chaveiro, Elizabeth Abreu Caldeira Brito, Francisco Itami Campos, Giovana Galvão Tavares, Horieste Gomes, Itaney Francisco Campos, Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas, Nasr Nagib Fayad Chaul, Nilson Jaime, Pedro Nolasco de Araújo, e Ubi-rajara Galli.

A edição n. 32 de 2021 conta com 15 trabalhos divididos entre discursos, notas institucionais, artigos, ensaios e resenhas. Todos os trabalhos têm uma relação com a missão da revista do IHGG, que objetiva incentivar e desenvolver estudos históricos, geográficos e de ciências correlatas, visando a afirmação da cultura e da identidade goiana e brasileira. Também objetiva a divulgação de conteúdos que contribuam para o desenvolvimento cultural e o intercâmbio do conhecimento entre as ciências humanas e naturais em Goiás.

Goiânia, dezembro de 2021

Sandro Dutra e Silva  
Editor Chefe



REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS



# DISCURSOS





## **Discurso de Jales Guedes Coelho Mendonça na Posse de Presidente do IHGG no Dia 05/05/2021**

Jales Guedes Coelho Mendonça<sup>1</sup>

**N**o Egito antigo, o rei Sesóstris, interessado na expansão de seus domínios, partiu em uma aventura guerreira e realizou façanhas memoráveis, conquistando vários territórios e estendendo seu império para além do mítico rio Ganges. Ao regressar ao Egito, arrastando atrás de seu exército uma multidão de escravos, o rei impressionou-se com o chefe do povo cita que fitava insistentemente a roda de um dos carros egípcios. Inquirindo a razão desse olhar fixo, o soberano recebeu a seguinte resposta: “- Olho a roda, ó rei, porque estou vendo que a mesma te elevou às culminâncias. Dia virá, porém, em que a roda girará contra o teu destino e aí então serás cativo como eu...”

Na história da humanidade, vários líderes expansionistas que conheceram as maiores glórias experimentaram também, em vida, o reverso da moeda. Talvez o melhor exemplo repouse na individualidade de Napoleão Bonaparte. Amparado por suas vitórias militares, Bonaparte chegou a conquistar quase toda a Europa ocidental. Em sua

---

<sup>1</sup> Promotor de Justiça, Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), membro titular e atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), cadeira nº 5.

cerimônia de sagração como imperador da França, realizada em 1804, na Catedral de Notre Dame, em Paris, Napoleão perpetrou um gesto bastante simbólico e revelador de sua personalidade: no instante em que o Papa Pio VII se preparava para coroá-lo, ele retirou das mãos do pontífice a coroa, colocando-a em sua própria cabeça. Ato contínuo, Napoleão condecorou sua esposa Joséphine. A atitude, além de buscar ressaltar o poder do imperador francês frente à autoridade suprema da Igreja Católica, ainda procurou diferenciar-se da coroação de Carlos Magno, ocorrida mil anos antes nos moldes convencionais.

Apesar do egocentrismo e do apego às armas, quando a roda do destino de Bonaparte começou a girar para trás, sobretudo após a derrota de Waterloo e o exílio definitivo na ilha de Santa Helena, ele foi capaz de produzir uma reflexão de grande lucidez: “Só há duas forças neste mundo: a da espada e a do espírito. No final, o espírito sempre vence a espada.”

Nada representa mais adequadamente o espírito de um povo do que a sua cultura. Inspirado na mesma percepção a que chegou Napoleão, ou seja, a prevalência a longo prazo da cultura em comparação à guerra e à política, 27 intelectuais fundaram em 1838, no Rio de Janeiro, poucos anos depois da independência da América Portuguesa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com o objetivo de construir uma identidade para a nova nação que surgia.

Dando concretude a essa meta, o IHGB lançou um concurso, vencido por Carl Von Martius com a tese intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”. Nela, Martius defendeu que as narrativas históricas deveriam enfatizar o cruzamento racial e cultural entre brancos, negros e índios – traço singular de nossa população em relação às demais.

Mas o país continental era composto por diversas regiões, que, por sua vez, ambicionavam demonstrar não só sua contribuição para a formação do Brasil como também suas realizações e particularidades. Nessa direção, as províncias buscaram então replicar similares instituições em seus territórios, a começar pela criação em 1862 do pioneiro Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco. No mesmo ano, o presidente da província de Goiás, Caetano Filgueiras, tentou instalá-lo igualmente em solo goiano, porém a iniciativa não prosperou, vingando apenas 70 depois, na esteira da avalanche revolucionária de 1930.

Os poderosos ventos da Revolução de 1930, sentidos com grande intensidade em Goiás, trouxeram em seu ventre, três efeitos visíveis: primeiro, a desconstrução do passado imediato e, de roldão, da antiga capital estadual; segundo, a concretização da intermitente ideia mudancista, ou seja, a edificação de Goiânia; e terceiro, a fundação de múltiplas entidades: Academia Goiana de Letras; Associação Goiana de Imprensa; seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e o próprio Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), entre outras.

Essa rede de instituições, liderada por intelectuais vinculados à nova ordem política goiana, direta ou indiretamente, contribuiu para a hegemonia da memória do pós-1930 até os dias de hoje. Em abono ao alegado, apesar de meramente simbólico, basta registrar que a galeria dos ex-governadores de Goiás, exposta no principal prédio do poder Executivo Estadual, começa “a partir de 1930”. Resta patente o desprezo com a experiência sucedida em Vila Boa, hoje patrimônio da humanidade. Goiás e Goiânia são elos da mesma corrente, parafraseando o sugestivo título do livro de Rosarita Fleury.

Urge necessário, portanto, um equilíbrio, até porque as lutas políticas do passado mudancista encontram-se hoje arquivadas pelo tempo.

Equilíbrio que igualmente defendo no tratamento ao nosso dúbio legado bandeirante. Indagado recentemente sobre o meu apoio ou não à retirada da estátua do Anhangueira do centro de Goiânia, advoguei uma solução conciliatória, isto é, a edificação de uma estátua de Damiana da Cunha, em frente àquela e com as mesmas dimensões. Desse modo, homenagear-se-ia a desconsiderada memória dos indígenas e das mulheres ao tempo em que se preservaria o emblemático marco anhanguerino.

Senhores e Senhoras, muitos desafios teremos na direção de Instituto, a saber: requalificar e preservar o seu rico acervo, tornando-o cada vez mais acessível ao público; tomba e restaurar o prédio antigo, um verdadeiro relicário sediado na Praça Cívica; buscar parcerias com as Universidades, os poderes públicos municipais, estadual e federal, além das entidades culturais e da iniciativa privada; aproximar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de suas congêneres estaduais; divulgar suas ações e projetos mais amplamente nas redes sociais; e organizar, no próximo ano, a celebração de quatro efemérides: os 90 anos do IHGG; os 200 anos da independência do Brasil; os 100 anos da semana de arte moderna; e os 300 anos da chegada da bandeira do Anhangueira em Goiás.

Confesso, de coração na boca, que me comove demais esta solenidade. Tenho plena consciência de que o presente evento marcará para sempre a minha trajetória. Presidir o Instituto é uma elevada honra. Agradeço imensamente a Deus por isso, bem como aos meus vários e dedicados amigos e

à minha família (querida esposa Iara, companheira certa das horas incertas; amados filhinhos Tales e Melissa, meu maior tesouro; e meus pais Eduardo – falecido no ano passado – e minha mãe Fátima, herdeiros, respectivamente, de ramo pirenopolino (sucessor do farmacêutico João Mendonça) e de linhagem vilaboense (sucessora de um verdadeiro “self made man” goiano, o industrial e político Hermógenes Coelho).

De igual modo, agradeço aos queridos confrades do IHGG, pela confiança em mim depositada. Tudo farei para realizar com diligência e honestidade a árdua tarefa de presidir a instituição. Espero contar sempre com a colaboração e a boa vontade de todos nos quatro anos de gestão à frente da Casa de Colemar Natal e Silva e José Mendonça Teles. A propósito, assinalo que sou o terceiro membro do Ministério Público a presidir o Instituto (Colemar e Aidenor anteriormente), bem assim o terceiro Mendonça (Gilberto Mendonça Teles e José antes).

Felicito simultaneamente os integrantes da diretoria que tanto termina quanto começa sua jornada, na pessoa do professor Geraldo Coelho Vaz, ora empossado 2ª vice-presidente. Dr. Geraldo foi sempre um orientador e um incentivador de todas as horas. Homem de visão larga, soube abrir portas para a nova geração, como ele mesmo faz questão de chamar, exemplificada nas pessoas dos amigos Nilson Jaime, Bento Fleury, Antônio Caldas, Sandro Dutra e tantos outros. Minha gratidão e lealdade, mestre.

Sem embargo, gostaria ainda de agradecer ao Governador Ronaldo Caiado e ao Secretário da Cultura César Moura pelo apoio que ambos vêm dando à nossa entidade cultural, a primeira erguida em Goiânia. Aproveito o ensejo para parabenizá-los pela restauração do Palácio da Instrução na Cidade

de Goiás, espaço onde nasceu o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

De mais a mais, agradeço a presença de todos, em especial do simpático Prefeito de Goiânia, Rogério Cruz, homem devoto à cultura e que certamente será um forte parceiro nosso doravante. A Casa estará sempre aberta ao senhor.

Esta solenidade não aconteceria da forma como ocorreu sem a colaboração da professora Beth Caldeira, empossada terceira vice-presidente, Sandro Matias e sua equipe.

Encerro com votos de que esse delicado momento sanitário pelo qual passamos, que já ceifou a vida de mais de 400.000 brasileiros, seja logo superado, rogando para que a humanidade saía dessa tempestade espiritualmente mais evoluída e com laços de solidariedade mais sólidos.

Viva o IHGG! Viva Goiás!



## **Discurso de Geraldo Coelho Vaz na Posse do IHGG no Dia 05/05/2021**

Geraldo Coelho Vaz<sup>1</sup>

**F**alta meu amigo nesta solenidade. Deveria estar ao nosso lado, a esta mesa de pessoas honradas e de boa formação cultural. Uma ausência. Deveria estar com a sua alegria contagiante, sorriso aberto, em vida ele foi um cidadão probo, honesto, exemplo de homem público. Falta a presença do grande amigo de longes datas, Eduardo Gomes Cotta Mendonça. Deveria estar aqui para presenciar hoje e agora, neste momento único, a posse de seu filho, Dr. Jales Guedes Coelho Mendonça, que vai dirigir o destino do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Mas, onde quer que ele esteja seu espírito estará presente neste momento ratificando a boa formação de berço de seu filho e a ascensão nos degraus da escadaria do saber na atividade cultural.

No início do século passado, ocorreu a primeira tentativa da criação de nossa entidade, conforme lei nº. 629, de 02 de agosto de 1918, iniciativa do poeta, jornalista, historiador e político Americano do Brasil, filho de Bonfim, hoje Silvânia, que também prefixava sua instalação para o dia 26 de julho do

---

<sup>1</sup> Sócio Emérito e 2 Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e sócio Titular da Academia Goiana de Letras.

ano seguinte. Não ocorreu, por questões políticas no governo de João Alves de Castro.

Dois anos após a revolução de 1930, no dia 07 de outubro, na velha Capital de Goiás, por iniciativa do Diretor Geral do Interior, professor José Honorato da Silva e Sousa, contou com a presença dos jovens pesquisadores e escritores da época, tais como: Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, que foi o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; Colemar Natal e Silva, Agnelo Arlington Fleury Curado, Dario Délio Cardoso, Alfredo de Faria Castro, Luiz do Couto e Augusto da Paixão Fleury Curado, declararam com palmas e discursos a fundação da nova entidade.

Com a mudança da Capital para os ermos dos cerrados da antiga cidade de Campinas, incorporada a Goiânia e sob a presidência do professor Colemar Natal e Silva, que administrou por 23 anos esta Instituição Cultural, e conseguiu com então Interventor Federal do Estado de Goiás, médico Pedro Ludovico Teixeira, a doação de 02 lotes privilegiados nas esquinas das ruas 82 com a 85, Praça Cívica, que mais tarde, edificaria a sede própria, em estilo *art'déco*.

É uma associação sem fins lucrativos de caráter cultural e científico, reconhecida de utilidade pública pela Lei Estadual nº 2.593, de novembro de 1939 e municipal pela Lei 8.170, de 05 de julho de 2003.

Tem por finalidade constituir-se em guardião da Memória Histórica e Geográfica de Goiás. Cabe a ela recolher, classificar, conservar e preservar papéis, mapas, manuscrito de valor histórico, correspondências, fotos, apontamentos, filmoteca, galeria de artes, biblioteca, jornais, enfim, toda memória histórica e geográfica de Goiás.

Pela nossa história, por aqui passaram: Francisco Ferreira dos Santos Azevedo - 07/10/132 a 14/04/1933; Colemar Natal e Silva - 14/04/1933 a 16/03/1956; Zoroastro

Artiaga - 07/09/1956 a 20/02/1962; Gilberto Mendonça Teles - 20/02/1962 a 23/03/1970; Colemar Natal e Silva - 16/03/1973 a 12/01/1993; Basileu Toledo França 23/03/1970 a 16/03/1973; José Mendonça Teles - 12/01/1993 a 05/04/2005; Aidenor Aires - 05/04/2005 a 15/04/201 e Geraldo Coelho Vaz - 15/04/2013 a 04/05/2021, sendo o décimo o ilustre historiador Dr. Jales Guedes Coelho Mendonça, que assume hoje, no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado, a presidência deste sodalício.

De luminosa trajetória, filho honrado de Goiânia, ilustre jurista e historiador, no ano de 2008, veio a público, seu livro "*A Assembleia Constituinte de 1935 e o Mudancismo condicionado*". Livro de pós-graduação, navega pelos mares do momento importante da nossa história da mudança da capital da tradicional Cidade de Goiás a primeira e única Capital, para as verdes e floridas campinas da planejada Goiânia.

A segunda obra do historiador e Promotor de Justiça de Goiás, editada em 2013, "*A invenção de Goiânia - o outro lado da mudança*", tem apresentação da emérita professora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, professora Titular da UFG, aposentada, Doutora em História pela USP, Sócia Emérita do IHGG, que:

é de justiça reconhecer que o livro vem contribuir de maneira decisiva, para o clareamento de zonas de sombras ainda presentes na história de Goiás, que pouco a pouco começa a dissipar-se sob a luz de pesquisas sérias, corajosas e bem orientadas como o presente.

Sua obra é enriquecida pela apreciação dos eminentes professores Nars Fayad Chaul e Noé Freire Sandes, Sócios Efetivos do IHGG e este último nos deixou no final do ano passado.

Organizador da obra *“O MP da Comarca-Exército de um homem só”* já no segundo volume, Dr. Jales Guedes Coelho Mendonça vem pesquisando a memória dos integrantes do MPMGO, resgatando em depoimentos a importância e principalmente para o conhecimento das futuras gerações a história gravada no mapa dos documentos históricos.

O IHGG sobrevive graças aos projetos com parceiros da área estadual, municipal e empresas, a exemplo, Editora Kelps, Sicoob-Cultural. A eles o nosso reconhecimento e desejo de seguir de braços dados com firme pensamento de enriquecer mais a historiografia goiana.

Gostaria de agradecer a equipe de funcionários que nunca enfraqueceu com os sérios problemas que já enfrentamos. Sempre avante. Na luta com puro amor pela nossa Instituição. E agradecer a nossa diretoria que sempre apoiou os sonhos implantados tornando-se realidade.

Mais uma vez, através do passado, com olhar para o futuro, que haverá de prosseguir a nossa história. Aproveitando, nesse momento e adaptamos o pensamento de Leonardo da Vinci: *“Não há mais nada tão rápido como o tempo”*.

Por fim, agradecer a presença das autoridades, familiares, funcionários, amigos que aqui estão para prestigiar a posse do presidente Dr. Jales Guedes Coelho Mendonça, dos empossados da nova diretoria do IHGG e pedimos a Deus que ilumine e dê a todos a sabedoria, hoje, agora e sempre.



REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS



# NOTAS INSTITUCIONAIS





## **Artigos Publicados pelos Associados já Falecidos na Revista do IHGG e Outras Congêneres**

Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado<sup>1</sup>

**N**a história do IHGG, desde sua fundação em 1932, ao diversos intelectuais deixaram marcas decisivas na produção cultural e científica, em artigos e trabalhos literários que muito enriquecem a tradição goiana.

O presente levantamento busca nortear a futuros pesquisadores, os trabalhos esparsos desses intelectuais, na esteira do tempo, que não foram reunidos em livro e que poderão ser fonte de pesquisa a novos interessados em questões relacionadas ao passado goiano.

Além da Revista do IHGG foram mapeadas outras como Revista da AGL, Revista da UBE, Revista da Academia Catalana de Letras, Revista da Academia Morrinhence de Letras, Revista da Academia Belavistense de Letras, Revista do ICHL, Revista da UFG, Revista da PUC-GO, Revista Oeste, Revista Informação Goyana, Revista Goiana de Artes, Revista Província de Goyaz, Revista Fragmentos de cultura, Revista da AFLAG, Revista Renovação, Revista Oásis, Revista

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras e Linguística pela UFG. Especialista em Literatura pela UFG. Mestre em Literatura e Linguística pela UFG. Mestre em Geografia pela UFG. Doutor em Geografia pela UFG.

de Educação do Estado de Goiás, Letras em Revista, Revista Signótica, Revista Goyaz – do Arquivo Histórico Estadual de Goiás e Boletim Goiano de Folclore.

### **Basileu Toledo França (1918-2003)**

- O boi na geografia de Goiás – Revista IHGG, nº 01, 1972, p. 20 a 62.
- Antonio Americano do Brasil – Revista IHGG, nº 02, 1973, p. 59 a 71.
- A Revolução de 1902- Revista IHGG, nº 03, 1975, p. 3 a 39.
- Antonio Cândido de Carvalho, um grande sertanista. Revista IHGG, n 04, 1975, p. 29 a 41.
- Diomar Menezes, um herói da Segunda Guerra Mundial. Revista IHGG, n. 05, Goiânia, 1976, p. 25 a 39.
- Literatura oral. Revista IHGG, n. 6, Goiânia, 1977, p. 109 a 115.
- O Sudoeste, tentativa de interpretação. Revista IHGG, n. 07, Goiânia, 1978, p. 31 a 65.
- Uma breve notícia. Revista IHGG, n. 08, Goiânia, 1979, p. 25 a 37.
- Um estudo de história local. Revista IHGG, n. 09, Goiânia, 1980, p. 181 a 247.
- História de um livro. Revista IHGG, n. 10, Goiânia, 1982, p. 139 a 159.
- Oração da saudade. Revista IHGG, n. 19, Goiânia, 2006, p. 41 a 50.
- Livre como os ventos. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 05, Goiânia, 1975, p. 87 a 92.

- Caçada de anta. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 06, Goiânia, 1978, p. 51 a 57.
- Relembraças. Revista da Academia Goiana de Letras n. 24, Goiânia, 2001, p. 223 a 248.
- Da política. Revista da Academia Goiana de Letras n. 22, Goiânia, 1999, p. 119 a 124.
- Umas pernas. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 25, Goiânia, 2002, p. 57 a 64.
- Impressões da Suíça. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 21, Goiânia, 1998, p. 109 a 112.
- Uma clarineta dentro da tarde. Revista Meya Ponte, n. 8, Pirenópolis, 2000, p. 71 a 74.
- Antonio Americano do Brasil. Revista Goiana de Artes, n. 03, Goiânia, 1982, p. 87 a 105.

### **Altamiro de Moura Pacheco**

- Profissão de fé. Revista IHGG, nº 01, 1972, p. 77 a 81.
- Homenagem ao professor Agnello Arlinton Fleury Curado. Revista IHGG, n. 02, 1973, p. 89 a 101.
- Primórdios de Brasília. Revista IHGG, nº 04, 1975, p. 83.
- Cincinato da Mota Pedreira. Revista IHGG, n. 09, Goiânia, 1980, p. 81 a 91.
- Relembrando a inauguração da Faculdade de Medicina de Goiás. Revista IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 87 a 93.
- Genialidade do talento de Breno Brasil Guimarães. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 05, Goiânia, 1975, p. 123 a 130.

## **Luiz Gonzaga de Faria**

- Cunha Matos na vida e na história de Goiás. Revista IHGG, nº 01, 1972, p. 62 a 74.
- A oportunidade de uma justa homenagem. Revista IHGG, nº03, 1975, p. 39 a 75.

## **Zilda Augusta do Nascimento**

- Um herói na Guerra do Paraguai. Revista IHGG, nº 01, 1972, p. 101 a 129.
- Henrique Silva. Revista IHGG, nº 02, 1973, p. 101 a 129.

## **Modesto Gomes da Silva**

- Quando a literatura é história. Revista IHGG, nº 01, 1972, p. 109 a 141.
- Regionalismo e subdesenvolvimento: O papel do escritor. Revista IHGG, nº 20, 2009, p. 139 a 146.
- Sentido e regionalismo goiano. Revista da UFG, n. 02, 1966, p. 43 a 50.
- A paisagem em Bernardo. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 21, Goiânia, 1988, p. 23 a 31.

## **Oscar Sabino Junior**

- O povo já consagrou a data de 24 de outubro. Revista IHGG, nº 03, 1975, p. 111 a 114.
- Mundo submerso. Revista Oeste, n. 21, Goiânia, 1944, p. 6/7.
- A filosofia de um poeta. Revista Oeste, n. 23, Goiânia, 1944, p. 3 a 4.
- Assim nasceu a UBE. Revista da UBE, n.1, Goiânia, 1989, p. 82 e 83.

## **Antonio Theodoro da Silva Neiva**

- Antropologia e Medicina. Revista IHGG, nº 01, Goiânia, 1972, p. 15 a 20.
- Dois estudos antropológicos. Revista IHGG, nº 02, Goiânia, 1973, p. 71 a 89.
- Três estudos antropológicos. Revista IHGG, nº 03, Goiânia, 1975, p. 56 a 80.
- Um tema antropológico: Relativismo cultural. Revista Província de Goyaz, n. 01, Goiânia, 1968, p. 51 a 57.

## **Colemar Natal e Silva**

- História: Nova conceituação. Revista IHGG, nº01, Goiânia, 1972, p. 74 a 77.
- Os sertões dos Goyaz: A conquista da terra e a catequese dos índios. Revista IHGG, nº 02, Goiânia, 1973, p. 15 a 59.
- Pela pesquisa. Revista IHGG, nº 03, Goiânia, 1975, p. 98 a 110.
- Leopoldo de Bulhões. Revista IHGG, nº 04, Goiânia, 1975, p. 177 a 189.
- Crispiniano Tavares. Revista IHGG, n. 5, Goiânia, 1976, p. 109 a 125.
- Missão da história na conjuntura atual. Revista IHGG, n. 5, Goiânia, 1976, p. 125 a 133.
- Encontro nacional. Revista IHGG, n. 9, Goiânia, 1980, p. 13 a 15.
- Goiânia, a cidade das realizações ousadas. Revista IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 23 a 27.
- Lançamento da Pedra Fundamental do Edifício do IHGG. Revista do IHGG, n. 01, Goiânia, 1940, p. 11 a 16.

- O trabalhador intelectual no Brasil. Revista Oeste, n. 01, Goiânia, 1943, p. 29/30.
- Evocação da Rui. Revista Oeste, n. 02, Goiânia, 1943, p. 26/27.
- Novos rumos. Revista Oeste, n. 03, Goiânia, 1944, p. 36/37.
- Dia das mães em Goiânia. Revista de Educação do Estado de Goiás n. 52, Goiânia, 1962, p. 23.
- Os 250 anos de fundação da Cidade de Goiás. Revista da Academia Goiana de Letras n. 06, Goiânia, 1978, p. 37 a 44.
- A inauguração do Centro de memória da UFG. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 11, Goiânia, 1989, p. 19 a 24.
- Notas diárias de Urbano Berquó. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 03, Goiânia, 1972, p. 22/78.
- Joaquim Xavier Guimarães Natal. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 04, Goiânia, 1974, p. 11 a 20.

### **Humberto Crispim Borges**

- Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. Revista IHGG, nº 03, Goiânia, 1975, p. 46 a 54.
- Anápolis. Revista IHGG, nº 04, Goiânia, 1975, p. 9 a 29.
- Cunha Matos. Revista IHGG, nº 05, Goiânia, 1976, p. 109 a 125.
- Antonio Pireneus. Revista IHGG, nº 8, Goiânia, 1977, p. 17 a 21.
- Cronologia histórica de Goiás. Revista IHGG, nº 11, Goiânia, 1986, p. 111 a 143.
- Nunca mais. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 05, Goiânia, 1975, p. 77 a 83.
- Perigosa relíquia. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 06, Goiânia, 1978, p. 61 a 70.

- Henrique Silva. Revista Goiás Cultura – Conselho Estadual de Cultura, n. 01, 1982, p.67 a 78.
- José Martins Pereira de Alencastre. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 04, Goiânia, 1974, p. 21 a 26.

### **Antonio Geraldo Ramos Jubé**

- A poesia em Goiás. Revista IHGG, nº 06, Goiânia, 1977, p. 115 a 129.
- Um vice-presidente. Revista Leia Agora, n. 06, Goiânia, março, 1973, p. 32.

### **Manuel Onofre de Andrade**

- Comentários sobre a Guerra do Paraguai, inclusive sobre o concurso de Goiás. Revista IHGG, nº 5, Goiânia, 1976, p. 161 a 169.
- Plácido de Castro e a questão acreana. Revista IHGG, nº 8, Goiânia, 1979, p. 67 a 81.
- A Guerra dos Emboabas. Revista IHGG, nº 10, Goiânia, 1982, p. 59 a 61.

### **Genesco Ferreira Bretas**

- A Ordem Dominicana em Goiás. Revista IHGG, nº 5, Goiânia, 1976, p. 177 a 187.

### **Noé Sandes Freire**

- Posse no IHGG. Revista do IHGG, n. 19, Goiânia, 2007, p. 151 a 158.

- Momentos de fundação. Revista do IHGG, n. 21, Goiânia, 2009, p. 27 a 36.
- Sociabilidade moderna e políticas de saúde. Revista IHGG, n. 22, Goiânia, 201, p. 53 a 64.

### **Dalísia Elisabeth Martins Dolles**

- Acervo documental do serviço de documentação do Estado de Goiás. Revista IHGG, n. 04, Goiânia, 1975, p. 41 a 61.
- O sentido histórico da literatura. Revista IHGG, n. 05, Goiânia, 1976, p. 87 a 102.
- A primeira fase da ocupação agrícola em Goiás. Cadernos de Pesquisa UFG, n. 01, Goiânia, 1998, p. 05 a 24.

### **Augusto da Paixão Fleury Curado**

- História do Instituto dos Advogados de Goiás. Revista IHGG, n. 04, Goiânia, 1975, p. 61 a 83.
- Um estadista do Império. Revista do IHGG, n. 05, Goiânia, 1976, p. 177 a 187.

### **José Peixoto da Silveira**

- Diamantinenses na história de Goiás. Revista do IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 31 a 37.
- X Congresso Brasileiro de Higiene. Revista dos Arquivos de Saúde Pública de Goiás, n. 6, Goiânia, 1963, p. 05 a 08.
- A vida e a obra do Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 08, Goiânia, 1986, p. 129 a 128.
- Casa de João de barro. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 04, Goiânia, 1974, p. 57 a 58.

## **Goiandira do Couto**

- À memória de Luiz do Couto. Revista do IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 37 a 45.

## **Jerônimo Geraldo de Queiroz**

- Discurso de posse no IHGG. Revista do IHGG, n.16, Goiânia, 2001, p. 31 a 43.
- Realidade e fantasia. Revista do IHGG, n. 16, Goiânia, 2003, p. 137 a 139.
- Como dói dizer adeus. Revista do IHGG, n. 18, Goiânia, 2004, p. 201 a 206.
- Vida minha. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 22, Goiânia, 1999, p. 160 a 167.
- Rosarita Fleury em memória. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 14, Goiânia, 1993, p. 27 a 34.
- O heroísmo da virtude. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 26, Goiânia, 2003, p. 67 a 82.
- Aprendizagem pela integração docente. Revista da UFG, n. 07, Goiânia, 1968, p. 65 a 73.
- Contribuição de Bulow ao processo civil científico. Revista da UFG, n. 02, Goiânia, 1966, p. 85 a 102.
- Tocantins, Tocantins, Tocantins! Revista da Academia Goiana de Letras, n. 21, Goiânia, 1998, p. 47 a 53.
- Urbano de Castro Berquó. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 20, Goiânia, 1997, p. 93 a 104.

## **Cornélio Ramos**

- Curiosos fragmentos da história de Catalão. Revista do IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 09 a 15.
- Barões e coronéis. Revista do IHGG, n. 12, Goiânia, 1989, p. 61 a 65.
- Português ou brasileiro. Revista da Academia Catalana de letras, n. 01, Catalão, 1998, p. 76 a 79.

## **Carlos Fernando Filgueiras de Magalhães**

- Confrarias religiosas como expressão artística nos séculos XVIII e XIX nas minas dos Goyazes. Revista IHGG, n. 14, Goiânia, 1998, p. 21 a 32.
- Os anos verdes de Goiás. Revista Goiás Cultura, n.6, Goiânia, 2002, p. 15 a 47.
- Caetano Alves de Souza Filgueiras e sua época: Um presidente poeta e dramaturgo. Revista do Conselho Estadual de Cultura, n. 07, Goiânia, 2006, p. 67 a 96.
- "O Cometa" - Um texto centenário. Revista Goiana de Artes, n. 02, Goiânia, 1980, p. 121 a 140.
- A primeira coisa. Revista da UBE-GO, n. 04, Goiânia, 2013, p. 101 a 104.
- A Irmandade do Santíssimo Sacramento. Revista Goiana de Artes, n. 01, Goiânia, 1991/1992, p. 63 a 70.

## **Ursulino Leão**

- José Peixoto da Silveira. Revista IHGG, n. 12, Goiânia, 1989, p. 47 a 59.
- Discurso para Eli Camargo. Revista IHGG, n. 22, Goiânia, 2010, p. 27 a 31.

- Discurso para os sócios correspondentes. Revista IHGG, n. 22, Goiânia, 2020, p. 19 a 23.
- Discurso para os sócios honorários. Revista IHGG, n. 22, Goiânia, 2021, p. 23 a 27.
- Discurso de comemoração aos 75 anos do Jornal O popular e 50 anos da TV Anhanguera. Revista IHGG, n. 24, Goiânia, 2013, p. 25 a 28.
- Se essa rua fosse minha. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 05, Goiânia, 1975, p. 73 a 75.
- Festa na Rua 20. Livro dos 75 anos da AGL, Goiânia, 2014, p. 190 a 192.
- História que engrandece. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 22, Goiânia, 1999, p. 32 a 35.
- Relembrando Jaime Câmara. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 13, Goiânia, 1992, p. 67 a 74.
- Os 80 anos de José Luiz Bittencourt. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 27, Goiânia, 2003, p. 89 a 95.
- Confidência à primavera/Inverno mesmo/Na qualidade de baiano ad hoc. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 25, Goiânia, 2002, p. 141 a 150.
- Tributo a Bernardo Élis. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 21, Goiânia, 1998, p. 35 a 44.
- Machado de Assis. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 21, Goiânia, 1998, p. 47 a 53.
- A moça que achei na estrada. Revista da UBE-GO, n. 01, Goiânia, 1989, p. 88 a 89.
- Trecho velho. Revista Meya Ponte, n. 8, Pirenópolis, 2000, p. 93 a 96.
- Água do mar, salgada. Revista Renovação, n. 01, Goiânia, 1955, p. 04.

## **Waldir do Espírito Santo Castro Quinta**

- Saudosas cartas de Achilles. Revista IHGG, n. 17, Goiânia, 2002, p. 157 a 161.
- Altamiro Pacheco, homem de têmpera. Revista IHGG, n. 19, Goiânia, 2006, p. 29 a 40.
- Pedro Gomes. Revista Goiana de Artes, n. 03, Goiânia, 1982, p. 105 a 111.
- Caderno da Escola Goiana de Belas Artes, n. 01, Goiânia, 1955, p. 07.

## **Luiz do Couto**

- A revista. Revista do IHGG, n. 01, Goiânia, 1940, p. 06 a 13.
- Lenda do sabiá. Revista Oeste, n. 4, Goiânia, 1943, p. 23.
- Heroína goiana. Revista Oeste, n. 17, Goiânia, 194, p. 16/17.

## **Bernardo Élis Fleury de Campos Curado**

- Tosi Colombina: O cartógrafo da região Centro Oeste. Revista IHGG, n. 13, Goiânia, 1993, p. 17 a 33.
- Semântica arquitetural do Palácio no Congresso. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 03, Goiânia, 1973, p. 13 a 18.
- Homenagem póstuma a Xavier Junior. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 08, Goiânia, 1986, p. 139 a 150.
- Duas lendas. Boletim da Comissão Goiana de Folclore, n. 01, Goiânia, 1977, p. 27 a 32.
- Domingo, três horas da tarde. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 01, Goiânia, 1957, p. 35 a 42.

## **Áurea Cordeiro de Menezes**

- Dom Emmanuel, arcebispo da instrução. Revista IHGG, n. 13, Goiânia, 1993, p. 131 a 135.
- Biografia do Professor Carlos Gomes de Faria. Revista IHGG, n. 16, Goiânia, 2001, p. 159 a 165.
- A Língua Portuguesa. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1987/1988, p. 65 a 67.
- Dom Emmanuel Gomes de oliveira e a construção da Estrada de Ferro Goyaz. Revista da AFLAG, Goiânia, 2001, p. 58 a 62.
- Um ilustre filho de Itaberaí. Revista da AFLAG, Goiânia, 2001, p. 203 205.
- A biblioteca e o homem. Revista da AFLAG, n. 02, Goiânia, 2003, p. 167 a 168.
- Eu estive bem perto de ti. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1989, 1990, p. 117 a 120.

## **José Luiz Bittencourt**

- O estado não deve tutelar, mas estimular a cultura. Revista IHGG, n. 13, Goiânia, 1993, p. 115 a 120.
- Um símbolo de Goiás. Revista IHGG, n. 19, Goiânia, 2006, p. 11 a 19.
- Marcos Vinícius Villaça, o Ministro escritor. Revista IHGG, n. 19, Goiânia, 2006, p. 143 a 147.
- Língua Portuguesa. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 23, Goiânia, 2000, p. 269 a 275.
- A liturgia poética de Benedito Odilon Rocha. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 15, Goiânia, 1993, p. 107 a 121.

- Em memória de Eli Brasiliense. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 22, Goiânia, 1999, p. 103 a 106.
- Monsenhor Primo Vieira. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 28, Goiânia, 2004, p. 111 a 113.
- José Lopes, o poeta da fé cristã. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 16, Goiânia, 1994, p. 49 a 56.
- Zoroastro Artiaga, uma vida de sábio a serviço de Goiás. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 13, Goiânia, 1992, p. 23 a 32.
- Um símbolo de Goiás. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 19, Goiânia, 1996, p. 19 a 18.
- Louvor à AGL. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 26, Goiânia, 2003, p. 95 a 100.
- AGL faz 60 anos. Revista Meya Ponte, n. 06, Pirenópolis, 1999, p. 41 a 44.
- Obrigado amigos. Revista Oásis, n. 37, Goiânia, 1966, p. 10.
- Goiânia na eternidade da nação. Revista Oásis, n. 37, Goiânia, 1966, p. 14.

### **Maria das Dores Campos**

- História do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus de Catalão. Revista IHGG, n. 13, Goiânia, 1993, p. 121 a 127.

### **Antonio Teixeira Neto**

- Goiás/Tocantins - As populações ilhadas e o estigma da decadência. Revista IHGG, n. 19, Goiânia, 2007, p. 12 a 40.
- Pequena história da agropecuária goiana. Revista IHGG, n. 20, Goiânia, 2009, p. 19 a 50.

- A certidão de nascimento de Goiás. Revista IHGG, n. 23, Goiânia, 2011, p. 64 a 87.
- Mais um dia de índio. Revista do IHGG, n. 24, Goiânia, 2013, p. 103 a 110.
- A toponímia antiga e atual das cidades e municípios goianos. Revista IHGG, n. 25, Goiânia, 2014, p. 53 a 84.
- Educação para quê? (Ou mais um dia do professor). Revista IHGG, n. 26, 2015, p. 76 a 87.

### **Paulo Nunes Batista**

- Raízes do cangaço. Revista IHGG, n. 20, Goiânia, 2009, p. 69 a 76.
- A bênção, Loures. Revista IHGG, n. 21, Goiânia, 2009, p. 85 a 87.

### **Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles**

- História oral. Revista IHGG, n. 17, Goiânia, 2002, p. 117 a 124.
- Colombo e os empreendimentos de sua vida. Revista IHGG, n. 21, Goiânia, 2009, p. 15 a 26.
- O trabalho escravista na última fase do cativo em Goiás. Estudos- Revista da Universidade Católica de Goiás, n. 15, Goiânia, 1998, p. 07 a 15.
- O humanismo transcendental e o novo milênio. Revista Fragmentos de Cultura, n. 04, Goiânia, 1998, p. 909 a 915.
- Três mentores do mundo Luso-brasileiro no século XVIII. Revista ICHL-UFG, n. 02, Goiânia, 1982, p. 239 a 262.
- O povoamento em Goiás (1736-1970). Revista do ICHL-UFG, n. 01, Goiânia, 1981, p. 79 a 14.
- A sociedade agrária em Goiás colonial. Revista do ICHL-UFG, n. 01, Goiânia, 1984, p. 55 a 88.

## **Mary Yazigi**

- Como se chamava? Revista IHGG, n. 17, Goiânia, 2002, p. 151 a 155.

## **Marilda de Godoy Carvalho**

- Homenagem a Claro de Godoy. Revista IHGG, n. 15, Goiânia, 2000, p. 23 a 32.
- Claro Augusto de Godoy. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 22, Goiânia, 1999, p. 143 a 150.
- Antonio Félix de Bulhões Jardim. Revista da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, n. 03, Goiânia, 2002/2006, p. 49 a 50.
- Da problemática de não ter importância. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1991/1992, p. 43 e 44.
- Goianos hoje desconhecidos. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 20, Goiânia, 1997, p. 80 a 89.

## **Jacy Siqueira**

- Delimitação do tema. Revista IHGG, n. 15, Goiânia, 2000, p. 45 a 53.
- O fundador de Santa Cruz. Revista Fragmentos de cultura, n. 04, Goiânia, 1998, p. 927 a 947.

## **Rosarita Fleury**

- Gabinete literário. Revista IHGG, n. 12, Goiânia, 1989, p. 11 a 17.
- Os pacotes do Instituto. Revista IHGG, n. 27, Goiânia, 2016, p. 177 a 180.

- No seu natalício. Revista Oeste, n. 08, Goiânia, 1943, p. 13.
- Natal. Revista Oeste, n. 09, Goiânia, 1943, p. 4.
- Poema e Goiânia. Revista Oeste, n. 20, Goiânia, 1944, p. 23/33.
- Homenagem a José de Alencar. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 07, Goiânia, 1980, p. 303 a 312.
- O lanche. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 15, Goiânia, 1993, p. 13 a 26.
- Parque dos ipês. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 13, Goiânia, 1992, p. 87 a 88.
- Quitute de mariposa. Anuário da AFLAG, n. 03, Goiânia, 1973, p. 114 a 116.
- A rosa imaculada. Anuário da AFLAG, N. 05, Goiânia, 1975, p. 128 a 136.
- A participação da mulher na cultura goiana. Anuário da AFLAG, n. 12, Goiânia, 1983/1984, p. 75 a 84.
- Pedro Ludovico. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1991/1992, p. 46 a 49.
- Viva a mulher. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1987/1988, p. 61 a 64.
- Dr. Diógenes Gomes Pereira da Silva. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1985/1986, p. 53 a 56.
- Alberto Santos Dumont. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1979/1980, p. 53 a 62.
- O poder da fé. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1989/1990, p. 77 a 81.
- Só Deus. Revista da UBE-GO, n. 01, Goiânia, 1989, p. 87 a 88.

## **Nelly Alves de Almeida**

- O monstro sagrado. Revista IHGG, n. 12, Goiânia, 1989, p. 17 a 29.
- Mestre Ângelo. Revista Oeste, n. 2, Goiânia, 1943, p. 22.
- Marcados pelo destino. Revista Oeste, n. 2, Goiânia, 1943, p. 67 a 69.
- Antenor Nascentes. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 06, Goiânia, 1978, p. 101 a 110.
- Sugestões para o ensino de Português. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 48, Goiânia, 1961, p. 10 a 13.
- Criança. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 46, Goiânia, 1960, p. 10 e 11.
- Literatura Infantil. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 39, Goiânia, 1959, p. 23 a 30.
- Verbos. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 51, Goiânia, 1962, p. 07 a 23.
- Pronome. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 52, Goiânia, 1962, p. 07 a 10.
- Literatura infantil tradicional e moderna. Revista de Educação do Estado de Goiás n. 41, Goiânia, 1959, p. 18 a 20.
- Solidariedade à professora goiana. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 45, p. 1960, p. 05 a 07.
- As múltiplas faces de Regina. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 14, Goiânia, 1993, p. 13 a 26.
- Ela busca o infinito. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 15, Goiânia, 1993, p. 13 a 26.
- A trajetória de um iluminado. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 15, Goiânia, 1993, p. 27 a 40.

- O feitiço de pilar. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 27, Goiânia, 2004, p 185 a 194.
- Saudade em dois tempos. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 16, Goiânia, 1994, p. 39 a 48.
- Relembrando Victor de Carvalho Ramos. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 16, Goiânia, 1994, p. 71 a 82.
- Os amores de Sinhá. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 13, Goiânia, 1992, p. 83 a 86.
- Notícias sobre folclore. Revista A Folclórica, n. 01, Goiânia, 1972, p. 43 a 49.
- Veias e vinhos. Revista do Conselho Estadual de Cultura, n. 01, Goiânia, 1982, p. 121 a 124.
- Este silêncio que diz o indizível. Anuário da AFLAG, N. 03, Goiânia, 1973, p. 70.
- Notícias sobre o folclore. Anuário da AFLAG, n. 05, Goiânia, 1975, p. 64 a 69.
- O modernismo em Goiás. Anuário da AFLAG, n. 12, Goiânia, 1983/1984, p. 67 a 74.
- Autoafirmação. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1987/1988, p. 91 a 96.
- Retrato. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1987/1988, p. 76 a 82.
- Os milagres dos sinos de Pilar. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1979/1980, p. 111 a 114.
- Triângulo afetivo. Revista da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, Goiânia, 2001, p. 195 a 198.
- Ave, Cora. Revista da UBE-GO, n. 01, Goiânia, 1989, p. 79 a 81.
- O folclore de Jaraguá. Revista Goiana de Artes, n. 11, Goiânia, 1990, p. 99 a 101.

## **Antonio Miguel Fleury Curado**

- Instalação do Poder Judiciário em Jataí. Revista IHGG, n. 09, Goiânia, 1980, p. 31 a 81.

## **Luiz Palacin**

- Os três povoamentos de Goiás. Revista IHGG, n. 08, Goiânia, 1979, p. 81 a 97.
- Carta de Dom Marcos de Noronha. Revista Província de Goyaz, n. 01, Goiânia, 1968, p. 41 a 50.
- A pesquisa histórica. Revista Estudos goianienses - UCG, n. 02, Goiânia, 1983, p. 125 a 127.
- Irmanência e transcendência na experiência de Deus. Revista Fragmentos de cultura, n. 04, Goiânia, 1998, p. 1009 a 1021.
- Os homens pardos de Goiás à procura da cidadania. Ciências Humanas em Revista, n. 02, Goiânia, 1995, p. 03 a 11.
- Política Pombalina em Goiás. Revista do ICHL, n. 2, Goiânia, 1982, p. 271 a 290.
- Técnica militar e sociedade de ordens: Um estudo sobre as guerras no Nordeste do século XVII. Revista do ICHL, n. 01, 1981, p. 115 a 138.

## **Regina Lacerda**

- Luiz Ramos de Oliveira Couto. Revista IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 45 a 51.
- Manuel Lopes de Carvalho Ramos. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 05, Goiânia, 1975, p. 115 a 122.
- Relembrando Cora Coralina. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 10, Goiânia, 1989, p. 127 a 136.

- Inácio Xavier da Silva. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 06, Goiânia, 1978, p. 19 a 31.
- Comunicação Folk. Revista do Conselho Estadual de Cultura, n. 01, Goiânia, 1982, p. 87 a 96.
- Traços da cultura portuguesa em Goiás. Revista A Folclórica, n. 01, Goiânia, 1972, p. 43 a 49.
- Cerâmica popular. Revista A Folclórica, n. 01, Goiânia, 1972, p. 43 a 63.
- Pedro Gomes. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 08, Goiânia, 1986, p. 151 a 158.
- Presépio, tradição e folclore. Anuário da AFLAG, N. 05, Goiânia, 1975, p. 57 a 63.
- Procissão dos Passos. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1983/1984, p. 53 a 54.
- Na boca do povo. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1991/1992, p.51 a 54.
- Cantigas de ninar. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1987/1988, p. 68 a 70.
- Saci Pererê. Revista da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, n. 06, Goiânia, 2011/2012, p. 171/172.
- Os bichos na literatura oral. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1989/1990, p. 57 a 61.
- Mãos de Pilatos. Revista Renovação, n. 01, Goiânia, 1955, p. 15.
- Poema da ilusão. Revista Renovação, n. 01, Goiânia, 1955, p. 25.

## **Victor Coelho de Almeida**

- Tradições que desapareceram. Revista IHGG, n. 01, Goiânia, 1940, p. 24 a 31.
- Homens notáveis: Zoroastro. Revista Oeste, n. 03, Goiânia, 1943, p. 27.
- Confúcio. Revista Oeste, n. 05, Goiânia, 1943, p. 8/9.
- Moisés. Revista Oeste, n. 07, Goiânia, 1943, p. 9/10.
- Versos áureos pitagóricos Lysis. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 9, Goiânia, 1940, p. 09 a 12.

## **José Dillermundo Meirelles**

- O patriarca de Santa Luzia. Revista IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 59 a 63.
- À memória de Guimarães Lima. Revista IHGG, n. 12, Goiânia, 1989, p. 65 a 75.

## **Yvan Avená**

- História recente. Revista IHGG, n. 19, Goiânia, 2007, p. 131 a 133.

## **Moema de Castro e Silva Olival**

- Estilística (Enfoque estrutural). Revista IHGG, n. 06, Goiânia, 1977, p. 21 a 27.
- Colemar Natal e Silva: A memória nas dobras do tempo. Revista IHGG, n. 16, Goiânia, 2001, p. 165 a 184.
- Goiás, berço da cultura e tradição. Revista IHGG, n. 17, Goiânia, 2002, p. 65 a 76.

- Encerramento da semana do Centenário de Colemar Natal e Silva. Revista IHGG, n. 20, Goiânia, 2009, p. 225 a 232.
- Enganos do carbono: A visão poética e criatividade de um grande escritor. Revista IHGG, n. 24, Goiânia, 2013, p. 133 a 152.
- Saudação a José Mendonça Teles. Revista IHGG, n. 29, Goiânia, 2019, p. 106 a 111.
- Na ronda do mito, o jogo da vida. Revista Goiás Cultura, n. 05, Goiânia, 2001, p. 133 a 145.
- O sobrado rosa da Rua 20. Revista da Academia Goiana de Letras n. 23, Goiânia, 2000, p. 09 a 21.
- O circuito narrativo em Maya. Revista da Academia Goiana de Letras n. 23, Goiânia, 2000, p. 251 a 268.
- Iana sol e sombra: Uma personagem e suas cores. Revista da Academia Goiana de Letras n. 27, Goiânia, 2004, p. 165 a 172.
- Leolídio Caiado, o sertanista e o poeta. Revista da Academia Goiana de Letras n. 24, Goiânia, 2001, p. 41 a 66.
- Fernando Py e a força dialética da criação. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 24, Goiânia, 2001, p. 213 a 222.
- A escritura e seus conchavos. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 22, Goiânia, 1999, p. 133 a 136.
- Eurydice Natal: Cem anos de fundação da Academia de Letras de Goyaz. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 28, Goiânia, 2004, p. 09 a 12.
- Antonio José de Moura, Mulheres do rio: Miradas da terceira margem. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 29, Goiânia, 2005, p. 103 a 124.
- Ficção e história. Revista Letras em Revista ICHL-UFG, n. 01, Goiânia, 1990, p. 125 a 146.

- Na ronda do mito, o jogo da vida. Revista do Conselho Estadual de Cultura, n. 05, Goiânia, 2001, p. 133 a 145.
- Chorando por palavras. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 19, Goiânia, 1996, p. 19 a 24.
- Nelly Novaes Coelho visita a AGL. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 26, Goiânia, 2003, p. 125 a 134.
- Desenhos de sol e a dialética das imagens. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 26, Goiânia, 2003, p. 151 a 166.
- Revivendo e comemorando os 37 anos do GEN. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 25, Goiânia, 2002, p.23 a 36.
- Cidade de Goiás, berço da tradição e da memória. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 25, Goiânia, 2002, p. 179 a 180.
- O “silêncio ruidoso” de um grande escritor. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 21, Goiânia, 1998, p. 35 a 44.
- A(gil)ilização e densidade no processo da narrativa curta. Revista Meya Ponte, n. 06, Goiânia, 1999, p. 89 a 91.
- Chegamos... Revista da Academia Goiana de Letras, n. 20, Goiânia, 1997, p. 49 a 60.
- Em busca da verdade histórica. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 20, Goiânia, 1997, p. 89 a 92.
- Estilística e Língua Portuguesa. Letras em Revista-UFG, n.01, Goiânia, 1991, p. 91 a 104.
- Síntese do artigo “A crítica estilística moderna no quadro da crítica literária atual”. Revista do ICHL, n. 01, Goiânia, 1984, p. 145 a 152.
- Miguel Jorge: A dramaturgia existencial. Jornal Voz do escritor, n. 02, Goiânia 2013, p. 04.

## **José Normanha de Oliveira**

- Uma vida e um exemplo. Revista IHGG, n. 07, Goiânia, 1978, p. 99 a 107.

## **Esther Barbosa Oriente**

- Síntese biográfica. Revista IHGG, n. 08, Goiânia, 1979, p. 34 a 47.
- Missão do Projeto Rondon. Revista da AFLAG, n. 03, Goiânia, 2002/2006, p. 53 a 60.

## **Célia Siqueira Arantes**

- Bernardo Sayão, o homem e o mito. Revista IHGG, n. 16, Goiânia, 2001, p. 95 a 115.

## **Getúlio Araújo**

- O diário de Henry Koster. Revista IHGG, n. 17, Goiânia, 2002, p. 105 a 108.

## **José Asmar**

- Discurso de saudação a Marconi Perillo. Revista IHGG, n. 18, Goiânia, 2004, p. 23 a 25.
- Político e escritor, sempre um homem de bem. Revista IHGG, n. 19, Goiânia, 2006, p. 23 a 29.
- Em memória de João Accyolli. Revista da Academia Goiana de Letras n. 15, Goiânia, 1993, p. 123 a 132.
- Um autêntico pensador goiano. Revista da Academia Goiana de Letras n. 22, Goiânia, 1999, p. 125 a 128.

- Do improviso do Cordel à realidade da ficção. Revista da Academia Goiana de Letras n 28, Goiânia, 2004, p. 85 a 88.
- Um interrelacionador de gerações. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 16, Goiânia, 1994, p. 99 a 104.
- Político e escritor, sempre um homem de bem. Revista da Academia Goiana de letras, n. 19, Goiânia, 1996, p. 23 a 28.
- A universidade da cultura árabe. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 25, Goiânia, 2002, p. 172 a 178.
- Não o choremos. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 21, Goiânia, 1998, p. 15 a 21.
- Lobato à moda. Revista da UBE-GO, n. 01, Goiânia, 1989, p. 75 a 76.
- Goiás ganha um presente do céu. Revista Fragmentos de Cultura, n. 04, Goiânia, 1998, p. 969 a 975.

### **Paulo Bertran**

- História econômica de Goiás. Revista IHGG, n. 08, Goiânia, 1979, p. 97 a 105.
- A “jornada” a Goiás, de Luiz da Cunha Menezes. Revista IHGG, n. 12, Goiânia, 1989, p. 75 a 81.
- A Coluna Prestes. Revista Fragmentos de cultura, n. 04, Goiânia, 1998, p. 1031 a 1049.

### **Jaime Câmara**

- Ensaio genealógico. Revista IHGG, n. 08, Goiânia, 1979, p. 145 a 161.

## **Humberto Ludovico de Almeida**

- Da cultura goiana. Revista IHGG, n. 08, Goiânia, 1979, p. 161 a 163.

## **Mário Ribeiro Martins**

- O coronelismo no antigo fundão das grotas. Revista IHGG, n. 18, Goiânia, 2004, p. 147 a 151.
- Moema de Castro e seu espaço da crítica. Revista IHGG, n. 18, Goiânia, 2004, p.151 a 155.
- A resposta de Gilberto Freyre. Livro dos 75 anos da AGL. Goiânia, 2014, p. 355/356.

## **Waldir Luiz Costa**

- Legalista e revolucionário. Revista IHGG, n. 05, Goiânia, 1976, p. 133 a 161.
- Saudação a Jaime Câmara. Revista IHGG, n. 07, Goiânia, 1978, p. 107 a 118.
- Ciclos evolutivos da economia goiana. Revista IHGG, n. 09, Goiânia, 1980, p. 15 a 31.
- Ainda é tempo de esperar. Revista Oásis, n. 37, Goiânia, 1966, p.10.
- Cidadão de Vila Boa. Revista Oásis, n. 37, Goiânia, 1966, p.21.

## **José Mendonça Teles**

- Os dominicanos em Goiás: Um livro inédito de Frei Germano. Revista IHGG, n. 5, Goiânia, 1976, p. 39 a 59.

- Revista Oeste e o cinquentenário de Goiânia. Revista IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 15 a 19.
- Discurso na inauguração da nova sede do IHGG. Revista do IHGG, n. 15, Goiânia, 2000, p. 17 a 19.
- Breve histórico do IHGG. Revista do IHGG, n. 15, Goiânia, 2000, p. 05 a 45.
- Momentos fundadores da formação nacional: Goiás, o processo cultural. Revista IHGG, n. 17, Goiânia, 2002, p. 95 a 103.
- Na rima da memória nasce a história. Revista IHGG, n. 19, Goiânia, 2007, p. 145 a 149.
- O centenário de um homem de bem. Revista IHGG, n. 20, Goiânia, 2009, p. 241 a 242.
- Goiânia. Revista IHGG, n. 25, Goiânia, 2014, p. 159 a 160.
- Venerando livro. Revista IHGG, n. 26, Goiânia, 2015, p. 143 a 148.
- Uma sublime existência. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 08, Goiânia, 1986, p. 07 a 18.
- Os meninos da Praça Cívica. Revista da Academia Goiana de Letras n. 15, Goiânia, 1993, p. 153/154.
- Adeus à deusa do piano. Revista da Academia Goiana de Letras n. 30, Goiânia, 2006, p. 15 a 18.
- Saudando Altamiro de Moura Pacheco. Revista da Academia Goiana de Letras n. 14, Goiânia, 1993, p. 97 a 100.
- Venerando. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 16, Goiânia, 1994, p. 37 a 38.
- Americano do Brasil. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 13, Goiânia, 1992, p. 91 e 92.
- Imprensa goiana. Revista do Conselho Estadual de Cultura, n. 01, Goiânia, 1982, p. 43 a 65.

- O adeus a Waldir Luiz Costa. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 08, Goiânia, 1986, p. 171 a 174.
- A romancista de Goiás. Revista da UBE-GO, n. 01, Goiânia, 1989, p. 77/78.
- A Matutina Meiapontense: Lição de liberdade. Revista Meya Ponte, n. 06, Pirenópolis, 1999, p. 65 a 61.
- O rosto do senhor. Revista Meya Ponte, n. 09, Pirenópolis, 2000, p. 21 a 23.
- Último bandolim/Rosário de Pirenópolis. Revista Meya Ponte, n. 15, Pirenópolis, 2002, p. 87 a 91.
- O linchamento do poeta. Revista da Academia Catalana de Letras, Catalão, 1998, p. 96 a 98.
- Ser goiano. Estudos – Revista da UCG, n. 21, Goiânia, 1994, p. 05 a 07.
- O Centro de Cultura Goiana e Pesquisa. Estudos Goianenses -UCG, n. 02, Goiânia, 1983, p. 153 a 155.
- Pendurando as chuteiras. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 20, Goiânia, 1997, p. 123 a 124.
- O guardião da história. Revista História de Goiás, n.01, ano 01, Goiânia, 2005, p. 02 a 05.

### **Gelmires Reis**

- Efemérides goianas. Revista IHGG, n. 01, Goiânia, 1940, p. 34 a 40.
- Rego da saia velha. Revista IHGG, n. 09, Goiânia, 1980, p. 103 a 109.
- Manuel da Cunha Roriz. Revista IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 57 a 59.

- Jubileu de quê? Revista IHGG, n. 28, Goiânia, 2017, p. 143 a 145.
- Crixás. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 06, Goiânia, 1978, p. 111 a 116.

### **Ático Villas-Boas da Mota**

- A romanização da Dácia. Revista IHGG, n. 9, Goiânia, 1980, p. 115 a 181.
- Contribuição à história da ciganologia no Brasil. Revista IHGG, n. 10, Goiânia, 1982, p. 77 a 117.
- Mihai Eminescu no Brasil. Revista IHGG, n. 17, Goiânia, 2002, p. 109 a 116.
- Getúlio Araújo, o paladino da cultura. Revista IHGG, n. 18, Goiânia, 2004, p.47.
- Jerônimo Geraldo de Queiroz e o sortilégio da palavra. Revista IHGG, n. 18, Goiânia, 2004, p. 49 a 53.
- Discurso no lançamento do livro Estrela editorial dos Irmãos Oriente. Revista IHGG, n. 18, Goiânia, 2004, p. 213 a 215.
- Sérgio Guido, precursor da novelística em Goiás. Revista IHGG, n. 23, Goiânia, 2011, p. 195 a 202.
- Coleta e classificação de material folclórico. Revista A Folclórica, n. 02, Goiânia, 1973, p. 29 a 36.
- Histórico da Comissão Goiana de Folclore. Boletim da Comissão Goiana de Folclore, n. 01, Goiânia, 1977, p. 13 a 22.

### **Antonio Brasil**

- Documentos históricos da Capitania de Goiás. Revista IHGG, n. 08, Goiânia, 1979, p. 47 a 67.

- Documentos históricos de Goiás. Revista IHGG, n. 09, Goiânia, 1980, p. 109 a 155.
- Documentos históricos de Goiás. Revista IHGG, n. 10, Goiânia, 1982, p. 17 a 51.
- Monsenhor Fleury. Revista IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 63 a 75.

### **Belkiss Spencière Carneiro de Mendonça**

- A música brasileira em breve retrospectiva. Revista Goiás Cultura, n. 05, Goiânia, 2001, p. 09 a 22.
- O piano. Revista da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, n. 01, Goiânia, 1970, p. 55 a 57.
- A bruxa/O circo chegou/Um vulto na multidão. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 24, Goiânia, 2000, p. 279 a 287.
- Elpenor de Oliveira: 60 anos de estreia literária e publicação de "Folhas caídas". Revista da Academia Goiana de Letras, n. 28, Goiânia, 2004, p. 65 a 66.
- Nomes e fatos em 50 anos da Academia. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 22, Goiânia, 1999, p. 23 a 31.
- Em memória de Venerando. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 16, Goiânia, 1994, p. 19 a 36.
- Retrospectiva. Revista do Conselho Estadual de Cultura, n. 01, Goiânia, 1982, p. 03 a 24.
- A música brasileira em breve retrospectiva. Revista do Conselho Estadual de Cultura, n. 05, Goiânia, 2001, p.09 a 22.
- Festival de música erudita de Goiás. Revista da UFG, n. 07, Goiânia, 1968, p. 17 a 19.
- Como estudar piano. Anuário da AFLAG, N. 05, Goiânia, 1975, p. 33 a 35.

- Rompendo o preconceito. Revista da AFLAG, n. 03, Goiânia, 2002/206, p. 31 a 34.
- Pobre, querido Locke. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1991/1992, p. 41 a 43.

### **Gerson de Castro Costa**

- O sentido ideológico de Goiânia. Revista Oeste, n. 01, Goiânia, 1942, p. 3/4.
- Nietzsche e o espírito germânico. Revista Oeste, n. 01, Goiânia, 1943, p. 13 a 15.
- Astros, estros, ostras. Revista Oeste, n. 02, Goiânia, 1943, p. 31/32.
- Conceito de Democracia no Estado Novo. Revista Oeste, n. 02, Goiânia, 1943, p. 25/26.
- Não, não era muito grave. Revista Oeste, n. 02, Goiânia, 1943, p. 15/16.
- O rapaz Antonio Rosa. Revista Oeste, n. 02, Goiânia, 1943, p. 25/26.
- Ditadura. Revista Oeste, n. 03, Goiânia, 1943, p. 23/24.
- A música inlocalizável quebra o silêncio da noite. Revista Oeste, n. 04, Goiânia, 1943, p. 13/14.
- "Oeste" foi uma alvorada literária. Revista do IHGG, n. 11, Goiânia, 1986, p. 19 a 23.
- Havia no ar um convite á quietude. Revista Oeste, n. 10, Goiânia, 1943, p. 11/12.
- "Contos da gleba", memorável estreia literária. Revista Oeste, n. 12, Goiânia, 1943, p. 13/14.
- A propaganda e o progresso de Goiaz. Revista Oeste, n. 21, Goiânia, 1944, p. 17/18.

- Juscelino. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 06, Goiânia, 1978, p. 124 a 140.
- Irmão vento. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 07, Goiânia, 1980, p. 291 a 299.

### **Agnello Arlinton Fleury Curado**

- A borracha. Revista Oeste, n. 03, Goiânia, 1943, p. 7/8.
- Bicentenário de Lavoisier. Revista Oeste, n. 03, Goiânia, 1943, p. 11/12.
- Guerra química. Revista Oeste, n. 04, Goiânia, 1943, p. 17/18.
- Sacarose e sacarina. Revista Oeste, n. 05, Goiânia, 1944, p. 55.
- Outra mudança. Revista de Educação do Estado de Goiás n. 13, Goiânia, 1946, p. 62 a 95.

### **Eli Brasiliense Ribeiro**

- Anhanguera. Revista Oeste, n. 11, Goiânia, 1943, p. 2.
- Igual justiça e igual oportunidade. Revista Oeste, n. 12, Goiânia, 1944, p. 14.
- Acaso, coincidência ou intuição. Revista do IHGG, n. 11, 1986, p. 27 a 31.
- O sertão, a terra e a alma. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 06, 1978, p. 47 a 50.
- A menina de dona Rosa. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 02, Goiânia, 1972, p. 37 a 39.
- Meu primeiro encontro com Pedro Gomes. Revista UBE-GO, n.01, Goiânia, 1989, p. 62 a 63.

## Zoroastro Artiaga

- Economia rural. Revista Oeste, n. 12, Goiânia, 1943, p. 26/27.
- Minas e Goiaz. Revista Oeste, n. 13, Goiânia, 1943, p. 5/6.
- Trilhos e dormentes. Revista Oeste, n. 13, Goiânia, 1944, p. 22/23.
- As cachoeiras de Goiás, uma garantia do nosso futuro. Revista Oeste, n. 16, Goiânia, 1944, p. 25/26.
- Goiaz e o futuro da aviação. Revista Oeste, n. 17, Goiânia, 1944, p. 22/23.
- Transportes rodoviários. Revista Oeste, n. 18, 1944, p. 31/32.
- Estrada de Ferro Goyaz. Revista Oeste, n. 19, Goiânia, 1944, p. 29/30.
- Regionalismo e economia. Revista Oeste, n. 20, Goiânia, 1944, p. 8/9.
- Economia rural. Revista Oeste, n. 21, Goiânia, 1944, p. 11/12.
- Necessidade de reflorestamento. Revista Oeste, n. 22, Goiânia, 1944, p. 28.
- Economia goiana e a sericultura. Revista Oeste, n. 23, Goiânia, 1944, p. 21.
- Economia goiana. Revista Oeste, n. 03, Goiânia, 1942, p. 21/22.
- Crédito e transportes. Revista Oeste, n. 03, Goiânia, 1943, p. 17 a 20.
- O senhor Getúlio Vargas e o trabalhador nacional. Revista Oeste, n. 04, Goiânia, 1943, p. 30 a 37.
- Economia goiana. Revista Oeste, n. 04, Goiânia, 1943, p. 11/12.

- Música e músicos de Goiaz. Revista Oeste, n. 06, Goiânia, 1943, p. 17/18.
- Notas de viagem. Revista Oeste, n. 07, Goiânia, 1943, p. 11/12.
- Economia e não personalismo. Revista Oeste, n. 08, Goiânia, 1943, p. 24/25.
- Estradas de penetração. Revista Oeste, n. 10, Goiânia, 1943, p. 24/25.
- Minérios de rádio em Goiaz. Revista Oeste, n. 11, Goiânia, 1943, p. 24/25.
- A era atômica. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 06, Goiânia, 1946, p. 28 a 30.
- A bomba atômica e os sinais perturbadores na educação. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 04, Goiânia, 1946, p. 11 a 14.
- Uma paz duradoura e u herói esquecido. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 5, Goiânia, 1946, p. 11 a 13.
- Necessidade de reflorestamento. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 07, Goiânia, 1946, p. 32 a 33.
- Estudo das madeiras do Brasil Central. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 8, Goiânia, 1946, p. 48 a 94.
- Águas minerais. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 37, Goiânia, 1959, p. 60 a 62.
- Livros de história de Goiás. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 39, Goiânia, 1959, p. 65 a 67.
- Dr. José Xavier de Almeida. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 03, Goiânia, 1973, p. 19 a 27.
- Contribuição para a história de Goiaz. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 35, Goiânia, 1949, p. 26 a 31.

## **Nice Monteiro Daher**

- Valorizemos o nosso câmbio. *Revista Oeste*, n. 8, Goiânia, 1943, p. 13.
- E a chuva chegou. *Anuário da AFLAG*, n. 03, Goiânia, 1973, p. 83 a 83.
- Motivo poético. *Anuário da AFLAG*, N. 05, Goiânia, 1975, p. 98 a 100.
- Ouro. *Anuário da AFLAG*, Goiânia, 1983/1984, p. 123 a 127.
- Asas. *Anuário da AFLAG*, Goiânia, 1985/1986, p. 58 a 61.
- O velho amigo. *Anuário da AFLAG*, Goiânia, 1979/1980, p. 121 a 123.
- Biologia. *Anuário da AFLAG*, Goiânia, 1989/1990, p. 39 a 41.

## **Alfredo de Faria Castro**

- Brasil desconhecido. *Revista Oeste*, n. 04, Goiânia, 1943, p. 5/6.
- Fernando Delgado Freire de Castilho. *Revista IHGG*, n. 01, Goiânia, 1940, p. 15 a 24.
- Frequência escolar. *Revista de Educação do Estado de Goiás*, n. 21, Goiânia, 1944, p. 06 a 12.

## **Amália Hermano Teixeira**

- O oitavo Congresso Brasileiro de Educação e sua significação cultural. *Revista Oeste*, n. 05, Goiânia, 1942, p. 15/16.
- Estradas: Caminhos abertos à civilização. *Revista Oeste*, n. 06, Goiânia, 1943, p. 27 a 29.
- Amigos da natureza. *Revista Oeste*, n. 08, Goiânia, 1943, p. 7/8.

- Orientação vocacional. Revista Oeste, n. 15, Goiânia, 1944, p. 7/8.
- Alberto Torres. Revista Oeste, n. 22, Goiânia, 1944, p. 3/4.
- Em Goiânia o V Congresso Nacional de Professores Primários. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 51, Goiânia, 1962, p. 07 a 23.
- Parques, recreios e recantos infantis. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 52, Goiânia, 1962, p. 37 a 41.
- Brasil, capital Brasília. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 42, Goiânia, 1960, p. 06 a 41.
- Amigos da natureza. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 45, Goiânia, 1960, p. 10 a 14.
- Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 37, Goiânia, 1959, p. 60 a 62.
- O Clube Agrícola Escolar e a motivação. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 39, Goiânia, 1959, p. 23 a 30.
- A criança e as atividades agrícolas. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 13, Goiânia, 1946, p. 13 a 14.
- Programa de ensino da Escola Nova. Revista de Educação do Estado de Goiás, n. 09, Goiânia, 1940, p. 12 a 17.
- Recolhendo o folclore. Boletim da Comissão Goiana de Folclore, n. 01, Goiânia, 1977, p. 23 a 26.
- Pedro Gomes. Revista Goiana de Artes, n. 03, Goiânia, 1982, p. 111 a 120.

### **Leolídio Di Ramos Caiado**

- Percorrendo os rios. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 06, 1978, p. 73 a 78.
- Hermano Ribeiro da Silva. Revista da Academia Goiana de Letras, n. 21, Goiânia, 1998, p. 117 a 122.

## **Célia Coutinho Seixo de Britto**

- Olímpio e Rosinha. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1983/1984, p. 135 a 144.
- Viagem fluvial à Belém do Pará. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1991/1992, p. 30 a 34.
- As tamareiras. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1985/1986, p. 63 a 65.
- Flores aos que dormem em paz. Anuário da AFLAG, Goiânia, 1989/1990, p. 111 a 114.

## **Henrique Silva**

- Abelhas do Brasil Central. Revista Informação Goyana, n. 04, Rio de Janeiro, 1917, p. 45/46.
- A cultura do algodoeiro em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 04, Rio de Janeiro, 1918, p. 67/68.
- A pecuária do Estado de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1918, p. 77/78.
- Onde ficam as minas dos Araés? Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1918, p. 81 a 82.
- Viajores, mas superficiais observadores. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1918, p. 91 a 92.
- Os campos nativos de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1918, p. 105.
- Pela fauna do Brasil Central. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1918, p. 106.
- A palmeira macahuba. Revista Informação Goyana, n. 12, Rio de Janeiro, 1918, p. 66 e 67.
- Limites de Goyaz com Matto Gorsso. Revista Informação Goyana, n. 03, Rio de Janeiro, 1918, p. 01 a 02.

- Esboço da Geographia Physica de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 05, Rio de Janeiro, 1918, p. 44 a 45.
- Esboço da Geographia Physica de Goyaz II. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1918, p. 55 a 57.
- O rio São Marcos. Revista Informação Goyana, n. 04, Rio de Janeiro, 1918, p.51 a 52.
- Rezes cruzadas nos campos de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 25, Rio de Janeiro, 1918, p. 67.
- Catingueiro ou capim gordura. Informação Goyana, n. 04, Rio de Janeiro, 1918, p. 71 a 72.
- Á memória do Dr. Alberto Lofgren. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p. 87 a 88.
- Estrada de Ferro do Tocantins. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p.90 a 91.
- Plantas tanníferas do Brasil Central. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p. 91.
- Serigeiros indígenas do Brasil Central. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p. 94 a 95.
- Guatá-Pará. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1919, p. 2 a 3.
- Fazendo engenharia. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1919, p. 101 a 102.
- Distribuição geográfica do gado vacum no Brasil. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1919, p. 102 a 103.
- Afinidades e parentescos das raças bovinas no Brasil e Portugal. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1919, p. 137 a 138.
- Contribuição para o conhecimento dos peixes encontrados em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1919, p. 152 a 153.

- Questões zoológicas. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1919, p. 154 a 155.
- Flora medicinal de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1919, p. 155 a 156.
- Questões pecuárias. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1919, p. 165 a 166.
- Raças equinas no Brasil. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1919, p. 08 a 09.
- O novo cavalo de guerra. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1919, p. 19 a 20.
- Scenas campestres no Brasil. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1919, p. 21 a 22.
- A propósito de Ypameri. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1919, p. 32 a 33.
- O porto de Goyaz no atlântico sul. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1919, p. 36 a 37.
- A hulha branca em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p. 01 a 02.
- O tapir como animal de tração. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p. 71.
- O habitat maravilhoso de Goyaz para espécies pecuárias. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p. 73 a 74.
- Caçadores de onça. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p. 97 a 98.
- Cobras sucyrus. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p. 99 a 100.
- Cartographia Goyana. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p. 102.

- Pombas e rolas indígenas do Brasil Central. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1919, p. 104 a 105.
- Intercâmbio de Goyaz e Pará. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1919, p. 113 a 114.
- O ensino agrícola em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1919, p. 132.
- Limites entre Goyaz e Matto Grosso. Revista Informação Goyana, n. 05, Rio de Janeiro, 1920, p. 1 a 2.
- Limites entre Goyaz e Minas Geraes. Revista Informação Goyana, n. 05, Rio de Janeiro, 1920, p.74 a 77.
- Os campos nativos de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 05, Rio de Janeiro, 1920, p. 86 a 87.
- A rainha das leguminosas brasileiras. Revista Informação Goyana, n. 03, Rio de Janeiro, 1921, p. 21 a 22.
- O novo Distrito Federal. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1922, p. 50 a 52.
- Zonas agrícolas do Brasil. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1922, p. 60 a 61.
- Plantas forrageiras do Brasil. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1922, p. 65.
- O indigenato de nossas plantas úteis. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1922, p. 75.
- Qual a origem do gado china? Revista Informação Goyana, n. 11, Rio de Janeiro, 1922, p. 85.
- Poetas goianos. Revista Informação Goyana, n. 04, Rio de Janeiro, 1922, p. 28 a 30.
- Dr. Pereira Barreto. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1923, p. 1 a 2.
- Goyaz na exposição. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1923, p. 1 a 2.

- O código florestas. Revista Informação Goyana, n.09, Rio de Janeiro, 1923, p. 68 a 69.
- Questão de Minas com Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1923, p. 77 a 78.
- Cultura do algodoeiro em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1923, p. 1 a 2.
- Fructos do tempo. Revista Informação Goyana, n. 05, Rio de Janeiro, 1923, p. 39.
- A cultura do cafeeiro em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1924, p. 01.
- Goyaz nas estatísticas. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1924, p. 61 a 63.
- Folk-lore do Brasil Central. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1924, p. 67 a 69.
- Obra inédita de célebre cartógrafo. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1924, p. 69 a 70.
- Medida útil. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1924, p. 77 a 78.
- Cultivemos as nossas forrageiras indígenas. Revista Informação Goyana, n. 12, Rio de Janeiro, 1924, p. 91 a 92.
- Tupi mania? Revista Informação Goyana, n. 12, Rio de Janeiro, 1924, p. 93.
- Abelhas do Brasil Central. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1925, p. 1 a 3.
- Estrada de Ferro Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1925, p. 54 a 55.
- Goyaz nas notas econômicas do Sr. Mário Guedes. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1925, p. 58.
- Contribuição para a Geographia zoológica do Brasil. Revista Informação Goyana, n. 12, Rio de Janeiro, 1925, p. 1 a 2.

- O levanto. Revista Informação Goyana, n. 01, Rio de Janeiro, 1926, p. 08.
- Sigamos a Argentina. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1926, p. 1 a 2.
- Observações necessárias à característica pisce-fauna do Brasil Central. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1927, p. 38 a 40.
- Do Rio a Belém do Pará pelo interior do País. Revista Informação Goyana, n. 03, Rio de Janeiro, 1927, p. 20.
- A escolha do local para a futura capital do país. Revista Informação Goyana, n. 03, Rio de Janeiro, 1927, p. 23.
- Madeiras do Brasil Central. Revista Informação Goyana, n. 05, Rio de Janeiro, 1927, p. 42 a 44.
- Carta Geográfica do Brasil. Revista Informação Goyana, n. 7, Rio de Janeiro, 1927, p. 45.
- Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1927, p. 49 a 51.
- Curiosidades da natureza. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1927, p. 67.
- A introdução do cafeeiro no Brasil. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1927, p. 112.
- Observações do príncipe. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1927, p. 75 a 77.
- Goyaz na epopeia da Laguna. Revista Informação Goyana, n. 03, Rio de Janeiro, 1927, p. 1 a 2.
- O salitre em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 03, Rio de Janeiro, 1928, p. 19 a 20.
- Goyaz, Estado cafeeiro. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1928, p. 01.

- O futuro do café em Goyaz e outras impressões de Paul Nordz. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1928, p. 43.
- Gado vacuum. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1928, p. 48.
- Assumptos pecuários. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1928, p. 01.
- A propósito de Jaraguá. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1928, p. 59.
- Burytisaes. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1928, p. 01.
- Exame crítico da Geographia pátria. Revista Informação Goyana, n. 12, Rio de Janeiro, 1928, p. 78.
- Os limites inter-estadaois de Minas e Espirito Santo. Revista Informação Goyana, n. 12, Rio de Janeiro, 1928, p. 01.
- A cultura do trigo em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 11, Rio de Janeiro, 1928, p. 01.
- Será possível a domesticação da anta? Revista Informação Goyana, n. 11, Rio de Janeiro, 1928, p. 87.
- Tudo negam a Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 01, Rio de Janeiro, 1929, p. 01.
- Cultura mecânica dos campos nativos de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 03, Rio de Janeiro, 1929, p. 01.
- De Goyaz a Angra dos Reis. Revista Informação Goyana, n. 04, Rio de Janeiro, 1929, p. 33.
- A população bovina em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 11, Rio de Janeiro, 1929, p. 1 e 2.
- A cultura da videira em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1929, p. 73 e 74.

- As ferrovias em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1929, p. 1 a 2.
- Fructas indígenas dos campos e mattas do Brasil Central. Revista Informação goyana, n. 10, Rio de Janeiro, 1929, p. 12.
- Uma página da história política de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1930, p. 07.
- Reserva florestal de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1920, p. 01 e 02.
- O Rio Araguaya. Revista Informação Goyana, n. 07, Rio de Janeiro, 1930, p. 56.
- Um problema econômico. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1930, p. 19.
- Estatística inter-estadoal. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1930, p. 24.
- O problema do trigo no Brasil. Revista Informação Goyana, n. 04, Rio de Janeiro, 1930, p. 01 e 02.
- Contrabando nas fronteiras de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1930, p. 31.
- Goyaz no continente sul americano. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1930, p. 43.
- O Ichtyofauna do Brasil Central. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1931, p. 1 e 2.
- Pela pecuária nacional. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1931, p. 1 e 2.
- Páginas esquecidas. Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1931, p. 66.
- O ouro em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 11, Rio de Janeiro, 1931, p. 01.
- A população actual do Estado de Goyaz. Revista Informação Goyana, n.12, Rio de Janeiro, 1931, p. 1 e 2.

- Questões pecuárias. Revista Informação Goyana, n. 03, Rio de Janeiro, 1932, p. 65.
- Sertões de Amaro Leite. Revista Informação Goyana, n. 11 Rio de Janeiro, 1933, p. 01.
- Associação Universitária Goyana. Revista Informação Goyana, n. 11, Rio de Janeiro, 1933, p. 09.
- A cultura do algodoeiro em Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 11, Rio de Janeiro, 1933, p. 92.
- A mudança da capital de Goyaz. Revista Informação Goyana, n. 03, Rio de Janeiro, 1933, p. 01.
- O interior do Brasil é um vasto hospital. Revista Informação Goyana, n. 12, Rio de Janeiro, 1933, p. 26.
- Goianos, plantemos algodão! Revista Informação Goyana, n. 06, Rio de Janeiro, 1934, p. 01.
- Pela botânica médica do Brasil. Revista Informação Goyana, n. 08, Rio de Janeiro, 1934, p. 1 a 2.
- As mil e uma noites do sertão. Revista Informação Goyana, n. 09, Rio de Janeiro, 1934, p. 71.

Assim, por meio do presente levantamento, as perspectivas das pesquisas e trabalhos de associados falecidos do IHGG, como forma de homenagem às suas vidas de lutas e desafios; bem como novos caminhos de conhecimento aos interessados e pesquisadores da história goiana.

## **Referências Bibliográficas**

Revista do IHGG. Goiânia. 1972-2020.

Revista da Academia Goiana de Letras. Números 01 a

Revista Meya Ponte. Pirenópolis – 2000.

Revista Goiana de Artes. Goiânia – 1982.

Revista Oeste - Goiânia. Goiânia. 1942/1944.

Revista da UBE-GO. Goiânia. 1988/1989

Revista Província de Goyaz. Goiânia. 1968/1969.

Revista de Educação do Estado de Goiaz - Goiânia. 1939/1966

Revista da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Goiânia. 1970/2021

Revista do Conselho Estadual de Cultura. Goiânia. 1977/1982.

Revista Leia Agora. Goiânia. 1972/1974.

Revista Cadernos de Pesquisa da UFG. Goiânia. 1988.

Revista da Academia Catalana de Letras. Catalão-Go. 1998.

Revista Renovação. Goiânia. 1955.

Boletim da Comissão Goiana de Folclore. Goiânia. 1977.

Revista Oásis. Goiânia. 1966.

Revista da Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 1998.

Revista Fragmentos de Cultura. Goiânia. 1998.

Revista ICHL-UFG. Goiânia, 1982.

Revista A Folclórica. Goiânia, 1972.

Revista Estudos Goianienses. Goiânia, 1983.

Revista História de Goiás. Goiânia. 1997.

Revista Perfil Cultural. Academia Belavistense de Letras. Bela Vista de Goiás. 2013.

Revista da UFG. Goiânia, 2006.

Revista Informação Goyana. Rio de Janeiro. 1917/1935.





## A Criação da Sociedade Goiana de História da Agricultura

Nilson Jaime<sup>1</sup>  
Sandro Dutra e Silva<sup>2</sup>

Com o objetivo de estudar a geo-história, a sociologia, a economia e as relações dos povos cerratenses com os meios de produção e os recursos ambientais que deram origem e mantêm a agricultura goiana, foi fundada no dia 17 de setembro de 2021, em Goiânia, a Sociedade Goiana de História da Agricultura (SGHA). Em função dos protocolos de biossegurança durante a pandemia da Covid-19, o evento inaugural ocorreu de forma remota, com a participação dos membros fundadores. Também, nesse dia foi formado um grupo de WhatsApp para congregar os membros da nova instituição. Até onde pesquisamos, essa instituição será a primeira do gênero no Brasil.

Explicamos para uma historiadora que sugeriu que no nome da instituição constasse o termo “Agropecuária” – ao invés de Agricultura –, que este último, *lato sensu*, abrange

- 
- 1 Engenheiro Agrônomo, mestre e doutor em Agronomia. Presidente da Sociedade Goiana de História da Agricultura (SGHG). ORCID: 0000-0002-7671-1816, E-mail: nilsongjaime@gmail.com
  - 2 Doutor em História (Universidade de Brasília). Docente na Universidade Estadual de Goiás - UEG e na Universidade Evangélica de Goiás (Brasil). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da Sociedade Goiana de História da Agricultura e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Elis. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: 0000-0002-0001-5726, E-mail: sandrodutr@hotmail.com

tanto o cultivo e o melhoramento de plantas, quanto a criação e a domesticação animal. Etimologicamente, a palavra “agricultura” advém do latim *agricultūra*, composta por *ager* (campo, território) e *cultūra* (cultivo), no sentido estrito de cultivo da terra. Ao contrário do Português – que diferencia a agricultura da pecuária –, em Francês e em Inglês a palavra “*agriculture*” indica as atividades agrícolas em geral, tanto o cultivo de plantas quanto a criação de animais. Esse “falso cognato” (mesma origem etimológica, mas sentido diferente) entre agricultura e “*agriculture*” deverá ser objeto de discussão pelos fundadores já que, em Português, “agropecuária” condensaria os dois termos e apresenta-se mais inteligível para as populações que falam essa língua.

A SGHA não terá o escopo meramente temático do setor agrícola, como na Sociedade Nacional de Agricultura (fundada em 1897), ou classista, como na Sociedade Rural Brasileira (fundada em 1919), mas será voltada para o estudo das interações geo-históricas e sociológicas do homem do Cerrado com o meio-ambiente, contextualizados com as antropizações que constroem a agricultura, sentido lato. Sem se descuidar da Literatura, das Artes e da Cultura que transversalizam o tema.

A SGHA será formatada nos moldes da Academia Francesa, com 40 cadeiras e respectivos patronos, e igual número de ocupantes. Os primeiros, figuras de escol que impactaram a ciência agrícola brasileira e goiana, como Auguste Saint-Hilaire (descreveu o homem, as produções e as propriedades agrícolas goianas no Século XIX); Eurípedes Malavolta (clássico estudioso da fertilidade do solo no Brasil); Peter Ernst Sonnemberg (pioneiro do ensino da Olericultura em Goiás); Johanna Döbereiner (uma das pioneiras em biologia do solo no Brasil); Ana Maria Primavesi (expoente da agroecologia); Lourenço Granato e José Reis (divulgadores científicos); e diversos outros professores, pesquisadores e gestores públicos, como Leonino Di Ramos Caiado que, enquanto governador

deste estado, criou o Goiás Rural (possibilitou a ocupação do Cerrado com agricultura) e a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa), responsável pelo melhoramento genético e lançamento de mais de duas dezenas de cultivares de soja que dominariam toda a região Centro-Norte brasileira nos próximos 40 anos, a partir de 1974.

Figuras de proa na defesa da Reforma Agrária e dos pequenos produtores rurais, como o bispo Dom Tomás Balduino e o agrônomo José Lutzemberger serão homenageadas. A SGHA se dedicará tanto ao estudo do agronegócio quanto da agricultura familiar e suas importâncias para o desenvolvimento agrícola de Goiás e do Centro-Oeste.

A história da agricultura abrangerá também fatos, acontecimentos e contextos de dezenas de grandes áreas agrícolas, como zootecnia, clínica veterinária, alimentação e nutrição animal, avicultura, suinocultura, bovinocultura, hidráulica agrícola, meteorologia e climatologia, fitopatologia, entomologia, engenharia rural, fruticultura, silvicultura, olericultura, floricultura e paisagismo, melhoramento animal e de plantas, sistemas de informação, aerofogrametria, sociologia rural, economia rural, administração agrícola, indústrias e transformações de produtos rurais, sustentabilidade e conservação de recursos naturais, meio-ambiente, e dezenas de áreas afins.

Os membros da sociedade serão convidados dentre pesquisadores que estudem, pesquisem ou escrevam sobre o tema. Ou que, por sua vivência profissional, sejam repositórios da memória da agricultura em Goiás. A Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica), o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) – através de sua Comissão de História da Agricultura –, e o Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (Icebe), serão parceiros da SGHA. Outras instituições serão convidadas a desenvolverem projetos conjuntos.

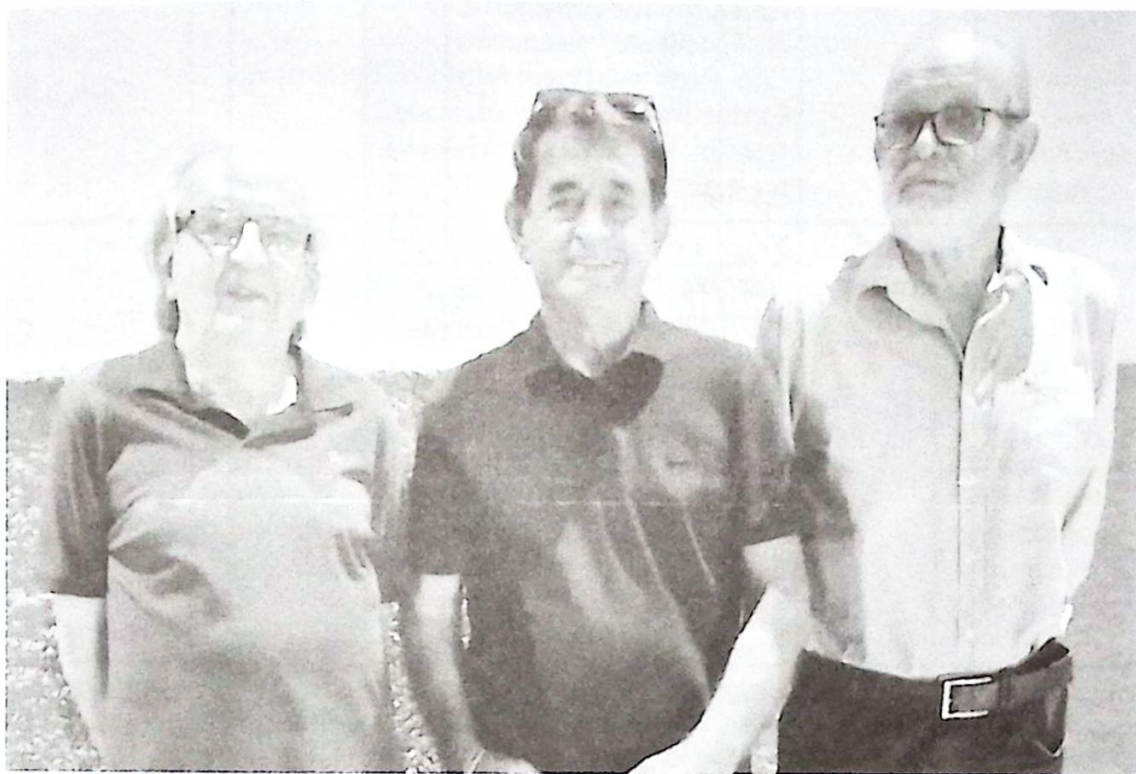
A composição da SGHA, com membros titulares e respectivos patronos estão discriminados na Tabela 1. As cadeiras para os membros beneméritos da Sociedade Goiana de História da Agricultura foram compostas com as seguintes personalidades: Adriano da Rocha Lima, Augusto César Rocha Ventura, Antônio Chavaglia, Ernei de Oliveira Pina, Ézio Nunes Rosa, Iris Rezende Machado (*in memoriam*), Jalles Fontoura de Siqueira, José Mário Schreiner, Lázaro Ferreira Barbosa (*in memoriam*), Leonino Di Ramos Caiado, Luiz Alberto Maguito Vilela (*in memoriam*), Lívio Luciano Carneiro de Queiroz, Mauro Borges Teixeira (*in memoriam*), Otávio Lage de Siqueira Filho, René Pompêo de Pina, Roberto Balestra e Ronaldo Ramos Caiado.

A Sociedade Goiana de História da Agricultura conta ainda com os membros eméritos, a saber: Anatoly Kravchenko, Antônio Lopes da Silva, Carlos César Queiroz, Celso de Paula Costa, Celso José de Moura, Domingos Tiveron Filho, Fabrício Dayalla Valva, Gil Santos, Henriqueta Merçon Vieira Rolim, Horieste Gomes, João Bosco Umbelino dos Santos, Jácomo Divino Borges, John N. Landers, Lázaro José Chaves, Luis Fernando Stone, Mauro Inácio Carneiro, Paulo Marçal Fernandes, Renato Barboza Rolim, Romeu Afonso de Souza Kill, Ronaldo Veloso Naves, Ruy Brasil Cavalcante Júnior, Yvo de Carvalho e Zezuca Pereira da Silva.

Os membros honorários da Sociedade Goiana de História da Agricultura são Abílio Wolney Alves Neto, Adalberto de Queiroz, Adelice da Silveira Barros, Ademir Luiz da Silva, Aidenor Aires Pereira, Alaor Barbosa dos Santos, Amaury Menezes, Antônio César Caldas Pinheiro, Ana Braga, Ana Carolina d'Abreu Carvalho Pires, Antônio José de Moura, Brasigois Felício Carneiro, Delermendo Vieira da Rocha, Edival Lourenço de Oliveira, Eurico Barbosa dos Santos, Geraldo Coelho Vaz, Getúlio Targino de Lima, Gilberto Mendonça Teles, Hélio Rocha, Itaney Francisco Campos, Kleber Branquinho Adorno,

Lêda Selma de Alencar, Licínio Leal Barbosa, Luiz Augusto Paranhos Sampaio, Luiz de Aquino Alves Neto, Manuel Bueno Brito, Maria Augusta de Sant'Anna Moraes, Maria do Rosário Cassimiro, Maria de Fátima Gonçalves Lima, Maria Helena Chein, Martiniano José da Silva, Milca Severino, Ney Teles de Paula, Raquel Cândida Jaime Nunes, Rafael Ribeiro Fleury, Sandra Maria Queiroz de Pina, Tasso José Jayme, Valterli Leite Guedes e Waldomiro Bariani Ortencio.

Figura 1. Os engenheiros agrônomos Renato Barbosa Rolim, Alberto de Vasconcelos Costa e Pedro Manuel F. O. Monteiro - os dois primeiros membros e o último patrono da SGHA -, foram os três pesquisadores responsáveis pelo Projeto Soja, da Emgopa, nas décadas de 1970/80.



Fonte: Sociedade Goiana de História da Agricultura. Fotografia Acervo de Renato Rolim.



**SGHA**

**SOCIEDADE GOIANA  
DE HISTÓRIA DA  
AGRICULTURA**

Tabela 1. Sócios titulares e patronos da Sociedade Goiana de História da Agricultura (SGHA) com respectivas qualificações e relevâncias

CADEIRA	SÓCIOS	QUALIFICAÇÕES	PATRONOS	RELEVÂNCIAS
1	Sandro Dutra e Silva	Graduado em História; mestre em Sociologia e doutor em História Social. Escritor; Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica).	Mário Guimarães Ferri	Biólogo - Pioneiro da Ecologia no Brasil.
2	Nilson Gomes Jaime	Engenheiro Agrônomo; mestre e doutor em Agronomia; consultor agroindustrial; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG); vice-presidente do Instituto Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (ICEBE) e outras instituições. Escritor e gestor cultural.	Ângelo Moreira da Costa Lima	Médico e pesquisador-Fundamentou a Entomologia Agrícola no Brasil
3	Edward Madureira Brasil	Engenheiro Agrônomo; mestre e doutor em Agronomia; Professor e Reitor da UFG por três vezes. Duas vezes presidente da Associação Nacional de Docentes das Instituições Federais Superiores (Andifes).	Otávio Lage de Siqueira	Empresário rural e industrial. Pioneiro da indústria sucroalcooleira, do setor de frigoríficos e da produção de sementes; confinador de bovinos; heveacultor
4	Nilton Gomes Jaime	Engenheiro Agrônomo; mestre em Agronomia; consultor de sojicultura e de Fertilidade de Solos e Nutrição de Plantas. Articulista de revistas agrícolas.	Eurípedes Malavolta	Engenheiro Agrônomo, Pesquisador de Fertilidade de Solos - Centro Nacional de Energia Nuclear na Agricultura (CENA/ESALQ/USP)

CADEIRA	SÓCIOS	QUALIFICAÇÕES	PATRONOS	RELEVÂNCIAS
5	Jales Guedes Coelho Mendonça	Doutor em História, promotor de Justiça; presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Escritor.	Leolídio Di Ramos Caiado	Advogado, ambientalista, indigenista e escritor.
6	Osmar Pires Martins Júnior	Biólogo, Engenheiro Agrônomo, doutor em Ciências Ambientais. Escritor.	José Ângelo Rizzo	Botânico, professor do Instituto de Ciências Biológicas da UFG (ICB/UFG)
7	Bento A. Araújo Jayme Fleury Curado	Geógrafo, mestre e doutor em Geografia; Doutor em Letras; Professor; membro do IHGG e presidente do ICEBE. Escritor.	Henrique Silva	Divulgador Científico - fundador da revista <i>Informação Goyana</i>
8	Eguimar Felício Chaveiro	Geógrafo, mestre em Educação, doutor em Geografia Humana. Professor do Instituto Sócio Ambiental da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Escritor.	Dom Tomás Balduino	Comissão Pastoral da Terra. Fomentador da Agricultura Familiar em Goiás.
9	Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves	Geógrafo, mestre, doutor e em Geografia; professor da UEG. Escritor.	Ana Maria Primavesi	Engenheira Agrônoma, Agroecologista e escritora
10	Francisco Itami Campos	Cientista Social, mestre e doutor em Ciência Política; professor aposentado da UFG; professor da UniEvangélica. Escritor.	Bernardo Sayão	Engenheiro Agrônomo, urbanista e desbravador
11	Emiliano Lôbo de Godoi	Engenheiro Agrônomo; mestre e doutor em Agronomia; Professor da Escola de Engenharia da UFG e do Mestrado em Direito Agrário da UFG. Articulista da revista <i>Veja</i> e da <i>Folha de S. Paulo</i> .	José Lutzenberger	Engenheiro Agrônomo; Agroecologista; escritor; filósofo; paisagista.

CADEIRA	SÓCIOS	QUALIFICAÇÕES	PATRONOS	RELEVÂNCIAS
12	Lena Castelo Branco F. de Freitas	Bacharel em Geografia e História; Licenciada em Geografia e História; Doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada da UFG.	Com. Joaquim Alves de Oliveira	Fundador do Engenho São Joaquim; pioneiro da agricultura em Goiás; agroindustrial e exportador.
13	Tereza Caroline Lôbo	Cientista social, mestre e doutora em Geografia. Escritora e Professora. Membro do ICEBE e da Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música (Aplam).	Auguste Saint-Hilaire	Naturalista e botânico. Autor de dois livros clássicos sobre sua viagem a Goiás, em 1819.
14	Jales Rodrigues Naves	Jornalista e escritor. Foi presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Goiás (OCG) por onze anos (1979-1990). Presidiu a Associação Goiana de Imprensa (AGI) e a cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal), da qual é um dos fundadores.	Paulo Roberto Cunha	Líder Cooperativista. Co-fundador e um dos primeiros presidentes da COMIGO. Parlamentar classista.
15	João Guilherme da Trindade Curado	Graduado em História, mestre e doutor em Geografia. Professor e escritor. Membro do ICEBE e da Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música (Aplam).	Auguste François Marie Glaziou	Botânico da Comissão Cruls. Coletou e descreveu centenas de espécimes da flora goiana.
16	Altair Sales Barbosa	Antropólogo, Geólogo e escritor. Doutor em Arqueologia Pre-histórica. Presidente do Instituto Altair Sales. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), do curso de doutorado em Geologia da Unisinos e Professor Convidado da UniEvangélica.	Antônio Teixeira Neto	Geógrafo, doutor em Cartografia. Autor do livro <i>História da Pecuária em Goiás</i> . Membro do IHGG. Professor da UCG e UFG.

CADEIRA	SÓCIOS	QUALIFICAÇÕES	PATRONOS	RELEVÂNCIAS
17	Luis Antônio Estevam	Economista; doutor em Economia. Professor Titular da PUC-Goiás. Escritor e membro do IHGG. Desenvolve pesquisas sobre formação econômica de Goiás, agronegócio e economia regional.	Norman Ernst Borlaug	Engenheiro Agrônomo e biólogo estadunidense. Prêmio Nobel da Paz. Seus estudos foram precursores da chamada "Revolução verde".
18	Alexandre Ramos Caiado	Advogado, agropecuarista e articulista. Conselheiro da OAB e membro do ICEBE e da AGI.	Antônio Flávio de Lima	Secretário de Agricultura; professor da Escola de Agronomia e Veterinária da UFG (EAV/UFG). Presidente da FAEG (1978-79),
19	Emílio Vieira das Neves	Advogado e escritor. Licenciado em Letras Vernáculas, especializado em Teoria da Literatura e mestre em Teoria da Literatura. Professor aposentado do ICHL da UFG. Autor do livro <i>Intersecção Goiás-Bahia (estudos sociológicos)</i> e outros 22 livros.	Armantino Alves Pereira	Engenheiro Agrônomo, Extensionista da Emater-GO e historiador. Organizador do livro <i>Agricultura em Goiás</i> .
20	João Asmar Júnior	Engenheiro Agrícola, mestre e doutorando em Ciências Ambientais; professor do Centro Universitário Ânima; diretor de Pesquisa Agropecuária da Emater-GO.	Fernando Antônio Reis Filgueira	Engenheiro Agrônomo, pesquisador de olericultura da Emgopa e autor do livro "Olericultura", em 2 volumes.

CADEIRA	SÓCIOS	QUALIFICAÇÕES	PATRONOS	RELEVÂNCIAS
21	Wandell Seixas	Jornalista e escritor. Trabalhou nos jornais <i>Diário do Oeste</i> e <i>O Popular</i> . Assessorou a Faeg, a SGPA e a Emater-GO. Coursou cooperativismo em Israel. Associado da AGI. Autor dos livros <i>O agronegócio passa pelo Centro-Oeste</i> e <i>A história da SGPA</i> .	José Magno Pato	Médico veterinário, professor de bovinocultura da Escola de Veterinária da UFG (EV/UFG); Secretário Nacional de Defesa Agropecuária; Presidente do Fundepéc; Presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás (Sindicarne)
22	Maria Clorinda Soares Fioravanti	Médica Veterinária e pesquisadora. Mestre em Medicina Veterinária e doutora em Clínica Veterinária. Professora Titular da Universidade Federal de Goiás. Diretora da Escola de Veterinária e Zootecnia da UFG.	Johanna Liesbeth Kubelba Döbereiner	Bióloga dos Solos
23	José Mateus dos Santos	Técnico Agrícola, Cientista Social e Ambiental. Doutorando em Ciências Ambientais com pesquisa em cana-de-açúcar e mineração.	Binômio da Costa Lima (Meco)	Estudioso do Cerrado
24	Virgínia Knabben Mendonça	Professora e biógrafa, autora do livro <i>Ana Maria Primavesi - histórias de vida e agroecologia</i> .	Warwick Estevam Kerr	Pesquisador. Geneticista de Abelhas. Professor da Esalq-USP. Presidente da SBPC. Fundou o Departamento de Genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

CADEIRA	SÓCIOS	QUALIFICAÇÕES	PATRONOS	RELEVÂNCIAS
25	José Ubirajara Galli Vieira	Escritor. Presidente da Academia Goiana de Letras. Autor do livro <i>História da Pecuária em Goiás</i> e mais de 30 livros. Membro do IHGG e ICEBE.	Zoroastro Artiaga	Geógrafo, historiador, pesquisador, professor, jornalista e naturalista.
26	Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires	Arquiteta, pesquisadora e escritora. Membro do IHGG, ICEBE, AFLAG, UBE-GO, AGI, Atecla e Eco-Academia.	Brasilice Caiado Parrode	Empresária rural, pecuarista, industrial, fundadora da Usina Anicuns.
27	Fernando Uhlmann Soares	Geógrafo, mestre e doutor em Geografia. Professor do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), campus de Rio Verde. Membro do ICEBE.	Nila Chaves Roriz de Almeida	Fundadora da Escola Técnica Rural de Rio Verde.
28	Lenora Barbo de Siqueira	Arquiteta e Urbanista. Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Cartógrafa. Organizadora do livro <i>Viagem pelo sertão - 200 anos de Saint-Hilaire em Goiás</i> . Membro do ICEBE.	José Reis	Médico, jornalista, divulgador científico. Editor do periódico <i>Seleções Agrícolas e do Suplemento Agrícola do Estado de São Paulo</i> .
29	Rogério de Araújo Almeida	Engenheiro Agrônomo, mestre e doutor em Agronomia. Professor do setor de Engenharia de Biosistemas da Escola de Agronomia da UFG. Especialista em agricultura familiar, mecanização agrícola, energias alternativas, bambu e tratamento de esgotos com plantas.	Cassimiro Vaz Costa	Engenheiro Agrônomo, Extensionista da Emater-GO. Incentivador da Conservação de Solos

CADEIRA	SÓCIOS	QUALIFICAÇÕES	PATRONOS	RELEVÂNCIAS
30	Nasr Fayad Chaul	Bacharel em Direito e em História. Mestre em História e Doutor em História Social. Professor da Universidade Federal de Goiás. Membro do IHGG e AGL.	Paulo Bertran Wirth Chaibub	Economista e historiador, autor do livro "História da terra e do homem no Planalto Central" e "Sertão do Campo Aberto".
31	Jacira Rosa Pires	Arquiteta e Urbanista, doutora em Programa de Teoria e História da Arquitetura. Pesquisadora e escritora. Membro do IHGG.	Peter Ernst Sonnemberg	Engenheiro Agrônomo, mestre em fitotecnia. Professor emérito da UFG e pesquisador da Emgopa.
32	Alberto de Vasconcelos Costa	Engenheiro Agrônomo, mestre em Fitotecnia pela UFV, melhorista do Projeto Soja da Emgopa. Empresário rural.	Pedro Manuel Figueira de Oliveira Monteiro - "Pedro Português"	Engenheiro Agrônomo, Pesquisador de soja da Emgopa
33	José Xavier de Almeida Neto.	Engenheiro Agrônomo, doutor em Química e Fertilidade dos Solos pela Esalq-USP, professor titular da UFG, aposentado.	Manoel Passos de Castro	Engenheiro Agrônomo; Professor pioneiro da EA/UFG. Especialista em Fertilidade de Solos e Adubação de plantas.

Fonte: Elaborado pelos autores.



**SGHA**

**SOCIEDADE GOIANA  
DE HISTÓRIA DA  
AGRICULTURA**



## Sediado em Goiás o II Congresso Brasileiro de Direito Religioso do IBDR

Augusto César Rocha Ventura<sup>1</sup>

**E**ntre os dias 25 e 26 de novembro, aconteceu na cidade de Anápolis, Goiás, o II Congresso Brasileiro de Direito Religioso, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito e Religião – IBDR. O evento foi sediado na Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, com o propósito de debater os temas do direito ligados à religiosidade.

O Instituto Brasileiro de Direito e Religião foi fundado em 21 de novembro de 2018, a partir de uma necessidade percebida no mundo acadêmico e científico brasileiro na área das humanidades, e das ciências sociais, centradas na interação destas com o fenômeno religioso. A fundação do IBDR ocorreu em uma reunião no Centro Cultural e Histórico da Universidade Mackenzie, na cidade de São Paulo, onde um grupo de amigos, que comungavam a confessionalidade cristã e compartilhavam do cotidiano acadêmico

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo UniCEUB. MBA em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas. Proficiente Investigador em Direito Público (Financeiro e Tributário) pela Universidade de Extremadura, Espanha. Especialista em Política e Estratégia pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG/UEG. Advogado e sócio do escritório Gonçalves e Ventura Advogados Associados. Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás. Membro e parte da junta diretiva do IBDR, como 4º Vice-Presidente Administrativo e Financeiro. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Associação Educativa Evangélica e Chanceler da Universidade Evangélica de Goiás.

e profissional, relacionado ao campo jurídico e ao das humanidades.

O IBDR tem como missão a defesa da verdade por meio da ciência jurídica, da filosofia, das humanidades e dos saberes técnicos e práticos, proporcionando a promoção de um diálogo aberto, honesto e respeitoso entre as respectivas áreas de conhecimento, a fim de avançar no conhecimento integral acerca do homem e sua relação com Deus e, conseqüentemente, sua vida em sociedade a partir de uma perspectiva cristã. O IBDR tem também um código de princípios que regem as ações dessa instituição. Destacamos o princípio da “Fé e Direito”, que visa desenvolver e promover uma visão crítico-transcendental acerca da evolução histórica da sociedade e sobre os principais desafios contemporâneos que envolvem as temáticas do Direito, da Religião, da Teologia e de seus desdobramentos filosóficos, éticos e morais. E essa visão-crítica se fundamenta a partir da perspectiva da cosmovisão judaico-cristã, e da autonomia constitucional do Direito Religioso. Outro princípio é o da Defesa da liberdade religiosa, de pensamento e de opinião, como precursoras da preservação da dignidade da pessoa humana e dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Outro princípio é o da lei natural e das virtudes humanas, que dirigem os indivíduos para a felicidade plena e autêntica em benefício da dignidade que lhes é inerente. Dessa forma, o Instituto apoia, na conjuntura de suas iniciativas e relações sociais, atitudes fundadas nos postulados da amizade, da justiça e da misericórdia.

A realização desse do congresso em Goiás envolveu a participação de diferentes setores sociais, contando com a presença de autoridades políticas locais, estaduais e federais. A solenidade de abertura solene do evento contou com

a participação do Governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado, que fez questão de alterar sua agenda e participar do congresso, tal a importância e a atualidade temática deste. Mas antes mesmo da solenidade oficial, o Governador participou de um momento de confraternização com a junta diretiva do IBDR e outros membros da gestão institucional da AEE. Esse momento ocorreu na sala de reuniões da Presidência da mantenedora (Figura 1).

O Congresso teve início com uma palavra devocional proferida pelo Reverendo Heliel Gomes de Carvalho, Capelão da instituição anfitriã, em que se destacou o importante papel dos missionários que chegaram em solo goiano em idos passados, muito contribuindo para o estabelecimento e desenvolvimento de instituições de saúde e educação, sempre com o objetivo de atender a população, à época desprovida de recursos básicos. O reverendo enalteceu o trabalho voluntário e vocacional decorrente de uma cosmovisão cristã voltada a atenção integral do ser humano, e que desde as suas origens este presente no contexto histórico de Anápolis e dessa região no coração do Brasil Central.

Além do governador Ronaldo Caiado, a composição da mesa contou ainda com o advogado Augusto Ventura (Presidente da Associação Educativa Evangélica - AEE e Chanceler da UniEVANGÉLICA), Rev. Davi Charles Gomes (Presidente do Conselho Deliberativo do IBDR), Dr. Thiago Vieira (Presidente Executivo do IBDR), Dr. Carlos Hassel Mendes da Silva (Reitor da UniEVANGÉLICA), o Rev. Franklin Ferreira, Dr. Valmir Nascimento (Vice-Presidente de Assuntos Acadêmicos), Dr. Márcio Cândido (Vice-Prefeito de Anápolis), e pelo Dr. Tércio Tokano (Advogado da União). Dentre as falas das autoridades que compuseram a mesa diretiva do evento,

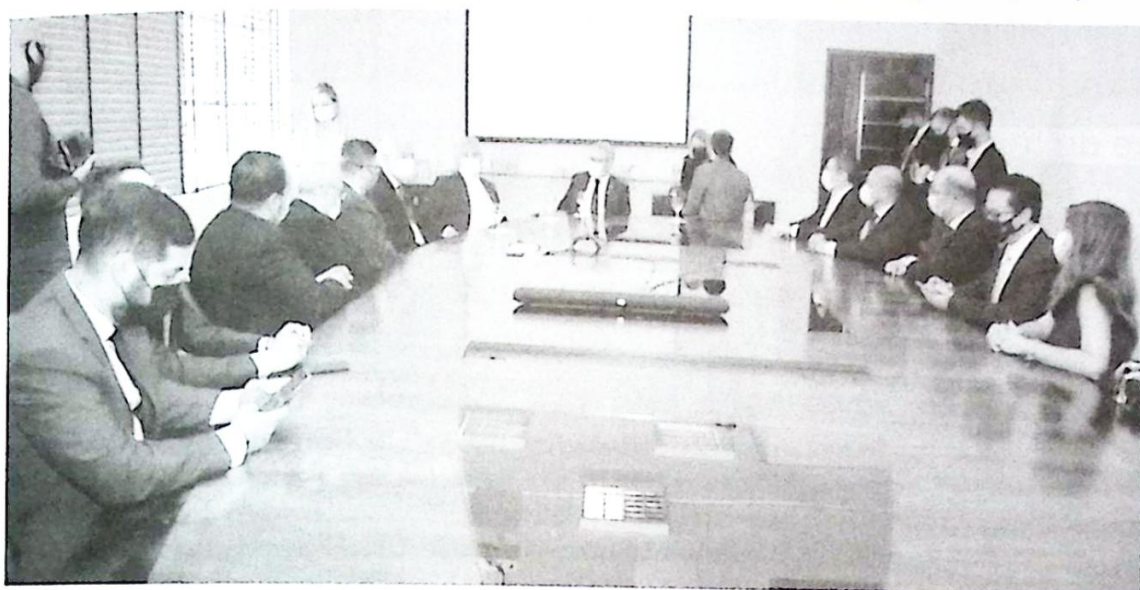
destacamos o discurso do Governador Ronaldo Caiado, que evidenciou algumas questões para si muito caras, como o seu amor pela cidade de Anápolis, sua terra natal; a sua luta em prol dos direitos à liberdade e à propriedade (Figura 2).

A primeira palestra do Congresso foi proferida pelo Dr. Tércio Tokano<sup>2</sup>, que abordou a temática voltada às liberdades previstas na Constituição Federal. O Dr. Tércio Tokano, que foi adjunto do Advogado Geral da União - AGU e Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, nestes últimos 3 anos, substituiu o Dr. André Mendonça<sup>3</sup>, que nos dias de véspera, teve sua sabatina designada no Senado Federal, razão que o impossibilitou de se fazer presente. Foi debatedor nessa primeira palestra o Prof. Dr. Marcos Boeira, Professor-adjunto e pesquisador vinculado ao Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS<sup>4</sup>.

- 2 Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Estadual de Londrina e em Direito Público pela Universidade de Brasília. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi servidor do Ministério Público Federal, advogado privado e, desde 2006, exerce o cargo de Advogado da União. Como membro da Advocacia-Geral da União exerceu, de 2010 a 2012, o cargo de Coordenador-Geral de Defesa da Probidade Administrativa da Procuradoria-Geral da União em Brasília e, de 2012 a 2016, o de Procurador-Regional da União da 3ª Região em São Paulo. Foi representante da AGU perante o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). É professor de Direito Constitucional em Brasília.
- 3 Ex-Ministro de Estado da Justiça e AGU, indicado ao Supremo Tribunal Federal. Doutor em Direito (cum Laude) com menção de Doutorado Internacional pela Universidade de Salamanca, Espanha (2018). Mestre em Direito pela Universidade de Salamanca, Espanha. Pós-graduado em Direito Público pela Universidade de Brasília (2009). Pesquisador e Professor Visitante - Universidade de Stetson, Estados Unidos (2015/2016) Professor do Programa de Doutorado em Estado de Derecho y Gobernanza Global da Universidade de Salamanca. Salamanca, Espanha. Professor do Máster Online Ibero-americano em Políticas Anticorrupción da Universidade de Salamanca. Salamanca, Espanha. Professor de Direito.
- 4 Visiting Scholar na Pontificia Università Gregoriana, Roma. Professor-adjunto e pesquisador vinculado ao Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Doutor e Mestre pela USP (Universidade de São Paulo). Líder do Grupo de Pesquisa- CNPq: Lógica Deontica, Linguagem e Direito. Áreas de abrangência: Filosofia do Direito, lógica deontica, escolástica ibérica e colonial dos séculos 16 e 17.

No segundo painel, abordou-se sobre a laicidade colaborativa brasileira, com palestra proferida pelo Dr. Thiago Rafael Vieira<sup>5</sup>. Dr. Thiago, inclusive, é coautor do livro recém-publicado, intitulado “A Laicidade Colaborativa Brasileira – Da Aurora da Civilização À Constituição Brasileira de 1988”. Em seguida, a Profa. Dra. Natammy Bonissomi<sup>6</sup>, abordou sobre sistema brasileiro e conformação com as características da laicidade colaborativa, respondendo às perguntas dos congressistas.

**Figura 1. Reunião do IBDR com o governador e outras personalidades na sala de reunião da Presidência da Mantenedora, Anápolis (GO)**



Fotografia: Mauro Sérgio Bragança Silva, 25 de novembro de 2021.

- 5 Presidente do IBDR. É advogado, professor, escritor, mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Mackenzie; especialista em Direito do Estado, pela UFRGS (2006). Pós-graduado em Estado Constitucional e Liberdade Religiosa pela Universidade Mackenzie, em parceria com a Universidade de Oxford (Regent's Park College) e pela Universidade de Coimbra (Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos) (2017). Pós-graduado em Teologia e Bíblia pela ULBRA. Professor visitante da ULBRA e de cursos jurídicos, conferencista, tem atuado preponderantemente na área de Direito Religioso e Empresarial. Colunista da Gazeta do povo e cronista de diversas revistas e blogs. Coautor com Jean Regina da obra “Direito Religioso: questões práticas e teóricas” (3ª Ed. Vida Nova) e Laicidade Colaborativa Brasileira, entre outras.
- 6 Coordenadora Geral de Educação em Direitos Humanos do MMFDH. Doutora em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Brasil, com dupla titulação com o Dottorato di Ricerca in Scienze Giuridiche da Università degli Studi di Perugia, UNIPG, Itália. Mestrado em Ciência Jurídica na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Brasil. Especialização em Estado Constitucional e Liberdade Religiosa na Universidade Presbiteriana Mackenzie, MACKENZIE, Brasil. Graduação em Direito na Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Brasil.

O período vespertino desse primeiro dia do Congresso foi dedicado a defesas de artigos previamente inscritos, destacando-se os seguintes: “Jurgen Habermas e a relação pós-secular entre Estado e Religião no contexto brasileiro”, e, “Cosmovisão como parâmetro de garantia do direito à educação religiosa no Brasil”. Após a defesa dos artigos passou-se a realização da Assembleia Geral do IBDR.

No período noturno, a partir das vinte horas e trinta minutos, o evento foi dedicado ao enlevo cultural, com a apresentação do pianista internacional Álvaro Siviero<sup>7</sup>. Seguiu-se um jantar aos congressistas inscritos e convidados, oportunizando um momento de confraternização dos associados, gente de todo o Brasil.

---

7 O paulistano Álvaro Siviero é um apaixonado pelo piano. Siviero acumula passagens por países como Alemanha, Portugal, Itália, EUA, Áustria, França, Inglaterra, Suíça atuando como solista em diversas turnês pelo Brasil, Argentina, Chile, Uruguay, Peru diante da London Festival Orchestra, Budapest Chamber Orchestra, Russian Virtuosi of Europe, The City of Prague Philharmonic Orchestra, Salzburg Chamber Soloists, I Musici de Montreal, entre outras. Atuou também em recital conjunto com a Mahler Chamber Orchestra.

A crítica de suas apresentações resume-se no que publicou o periódico *El Mercurio* (Chile), definindo Siviero como “detentor de depurada técnica e rigoroso estilo, unido a uma esplêndida elegância e finesse. Em alguns momentos sua digitação causa vertigem, enquanto nos contrastes dinâmicos seus pianíssimos chegam a comover. Um pianista para aplaudir”.

Siviero foi o primeiro brasileiro mundialmente selecionado para participar do curso de imersão na obra de Beethoven na Fundação Wilhelm Kempff, em Positano, Itália. Sua tocante interpretação do Concerto n.3 para piano de Rachmaninov foi ovacionada pelo público e crítica especializada durante turnê que realizou pelas principais salas de concerto das capitais brasileiras. Em maio de 2007, foi o pianista que realizou recital particular ao Papa Bento XVI, em Aparecida, São Paulo, quando da visita do Romano Pontífice ao Brasil. Em novembro de 2009, foi o único brasileiro convidado a representar o Brasil no histórico Encontro Mundial de Artistas, celebrado na Capela Sistina, em Roma.

Em 2011, na Cartuxa de Valldemossa, Siviero foi o pianista que realizou o recital oficial de reabertura da verdadeira cela em que viveu o compositor Frederic Chopin, em Maiorca, após histórica sentença judicial.

O pianista acaba de assumir a diretoria artística do IICS - Instituto Internacional de Ciências Sociais (São Paulo). Com especialização em multiculturalidade pelo Lesley College, Cambridge, e graduado em Física pela Universidade de São Paulo, Siviero é responsável pelo blog de música clássica nos conteúdos digitais do jornal O Estado de São Paulo.

**Figura 2. Fala do Governador Ronaldo Caiado, na solenidade de abertura do II Congresso Brasileiro de Direito Religioso do IBDR**



Fotografia: Sandro Dutra e Silva, 25 de novembro de 2021.

No segundo e último dia (sexta-feira, dia 26/11), os trabalhos começaram com o painel temático sobre liberdade religiosa, relações de trabalho e economia, com palestras do Dr. Marcel Simões<sup>8</sup> e do

8 Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2011). Especialista em Direito Constitucional - UNIFIA (2007). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2003). Professor de Direito Administrativo, Direito Previdenciário e Direito Civil no Curso de Graduação em Direito da Universidade Paulista (UNIP). Professor nos Cursos de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Digital e Direito Penal Econômico e Empresarial na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenador-Geral e Professor do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" (Especialização) em Direito Registral e Notarial da Faculdade de Direito do Instituto de Direito Público de São Paulo/Escola de Direito do Brasil (IDP-São Paulo/EDB). Professor no Curso de Pós-Graduação do Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP-Brasília (Disciplina: Garantias e Riscos Contratuais). Professor convidado da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo (ESA-OAB-SP), da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (ESPGE), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FADUL) e no Curso de Pós-Graduação em Direito Civil na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS), do Instituto O Direito por um Planeta Verde, da União Brasileira da Advocacia Ambiental (UBAA), da Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo, do Instituto de Direito Privado (IDiP), do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil), do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (IBRADIM), do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC). Membro do Conselho de Orientação Editorial e Parecerista da Revista de Direito Civil Contemporâneo (RDCC). Articulista da edição eletrônica do jornal Estado de

Dr. Jean Regina<sup>9</sup>. O encerramento ocorreu após a última palestra do evento, proferida pela Dra. Angela Gandra Martins<sup>10</sup>, que na ocasião destacou a importância do *Homeschooling* em um estado laico colaborativo.

O evento do IBDR realizado em Goiás reforçou a importância dessa instituição pautada na comunhão confessional, que mesmo tão jovem em sua existência tem se consolidado e

---

Direito e da Coluna Direito Civil Atual, mantida pela Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo junto ao “site” Consultor Jurídico (CONJUR) Procurador Federal, com atuação prática nas áreas de contencioso, consultivo e negociação. Procurador-Regional Substituto do INCRA em São Paulo, responsável jurídico pelas licitações e contratos da autarquia em todo o Estado de São Paulo, bem como pela matéria administrativa e de servidores públicos. Membro do Programa de Proteção do Nome e Imagem das Autarquias e Fundações Públicas Federais (PNI), junto à Advocacia-Geral da União. Ex-Procurador junto ao INSS em São Bernardo do Campo. Ex-Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA em São Paulo. Ex-Diretor de Desafios Sociais no Âmbito Familiar do Ministério dos Direitos Humanos. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo e Políticas Públicas, Direito Previdenciário, Direito Civil, Direito Ambiental, Direito Agrário e Direitos Humanos, buscando desenvolver principalmente os seguintes temas de pesquisa: Teoria Geral do Direito, Metodologia da Pesquisa em Direito e Metodologia da Ciência do Direito, Teoria Geral dos Contratos, Contratos em Espécie, Contratos Administrativos e Licitações Públicas, Responsabilidade Civil do Estado e dos Agentes Públicos, Regime Jurídico dos Agentes Públicos, Regime Geral da Previdência Social e Regime Previdenciário dos Servidores Públicos, Direitos Reais, Direito de Família, Direito Registral e Notarial, integração entre Direito Público e Direito Privado.

- 9 2º Vice-Presidente de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Direito e Religião - IBDR. Graduado pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (2004), advogado. Pós-graduado em Estado Constitucional e Liberdade Religiosa pela Universidade Mackenzie, com estudos pela Universidade de Oxford (Regent’s Park College) e pela Universidade de Coimbra (2017). Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Mackenzie. Professor de cursos jurídicos. Coordenador do corpo de juristas das Igrejas Históricas Brasileiras para estudos de Direito Eclesiástico. Advogado Aliado da Alliance Defending Freedom (EUA), maior entidade de juristas cristãos do mundo, Fellow Alumnus da Acton Institute (EUA). Colunista da Gazeta do povo e cronista de diversas revistas e blogs. Coautor com Thiago Rafael Vieira da obra “Direito Religioso: questões práticas e teóricas» (3ª Ed. Vida Nova) e Laicidade Colaborativa Brasileira.
- 10 Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora visitante e pesquisadora em Antropologia Filosófico-Jurídica na Harvard University. Advanced Management Program (AMP-IESE/Universidade de Navarra). Aprovada em concurso público para professora de Direito Romano (UFPR) e Introdução à Filosofia do Direito (UFRGS). Ex-Sócia da Advocacia Gandra Martins. Membro do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO. Membro da Academia Brasileira de Filosofia. Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas. Professora do CEU LAW SCHOOL. Presidente do Instituto Ives Gandra de Direito, Filosofia e Economia. Atual Secretária Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

aglutinado membros que comungam dos princípios democráticos da liberdade. Do ponto de vista estratégico, esse evento foi mais um passo na consolidação da missão do IBDR, no que se refere a ser uma instituição promotora do debate acadêmico e científico qualificado, sobretudo em relação aos estudos promissores acerca da relação entre Direito e Religião na égide da cosmovisão cristã. E, em particular, ter sido escolhida como sede do evento, a Associação Educativa Evangélica se sentiu prestigiada pela colaboração e parceria com o Instituto Brasileiro de Direito e Religião, na medida em que os princípios do IBDR estão em aderência com a missão institucional da AEE e das suas mantidas.





REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS



# ARTIGOS/ENSAIOS





## O Constitucionalismo “Entrópico” em Goiás (1891): Duplicata de Assembleias Constituintes e as Intervenções Federais

Victor Aguiar Jardim de Amorim<sup>1</sup>

No contexto do assentamento das bases do novel regime republicano no Brasil, em especial, entre 1889 a 1894, é perceptível a ausência de acomodamento efetivo das instituições e dos grupos políticos no âmbito de cada recém criado Estado da Federação.

Não diferente, no âmbito da União, o amálgama do grupo responsável pela queda da Monarquia já, de princípio, começa a revelar suas fragilidades, notadamente no que tange a uma pressuposta continuidade dos militares na condução política da transição<sup>2</sup>.

Para Renato Lessa, o golpe republicano “abriu caminho para uma década de enorme incerteza política, na qual os canais de integração entre demos, polis e governo ficaram abertos ao acaso e à astúcia”<sup>3</sup>. Não obstante, a instabilidade política e institucional

1 Doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Professor de pós-graduação do IDP, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Instituto Goiano de Direito (IGD). Analista Legislativo do Senado Federal. Advogado. E-mail: victorjardim@yahoo.com.br

2 Nesse sentido: FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 607-626.

3 LESSA, Renato. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p. 257.

dos primeiros anos da República (1889 a 1894), caracterizou o período denominado por Lessa de “anos entrópicos”<sup>4</sup>.

Tal período restou caracterizado por uma indefinição de procedimentos institucionais nos Estados e por uma tensa e frágil relação entre o Governo e o Congresso Nacional<sup>5</sup>.

Mesmo diante do estabelecimento de uma nova ordem constitucional de 1891, face à percepção fluída de autonomia política e administrativa, diversos Estados viveram períodos de verdadeira anarquia institucional, resultando em episódios de intervenção federal (explícita e implícita), de duplicata de Poderes Legislativos<sup>6</sup> e de decretação de estado de sítio<sup>7</sup> que se tornariam a tônica da Primeira República.

Nesse peculiar contexto, o presente artigo objetiva apresentar e analisar um episódio bastante significativo, transcorrido em 1891, no Estado de Goiás, no qual se observa uma compilação de ocorrências típicas dos “anos entrópicos” da Primeira República no Brasil: duplicata de poderes, intervenção federal e, até mesmo, a edição de duas Constituições paralelas.

## **A República em Goiás: a oligarquia dos Bulhões e o Centro Republicano**

Em razão da distância e da extrema dificuldade de comunicação, a notícia da Proclamação da República chegou a

---

4 LESSA, ob. cit., p. 97-129.

5 Nesse sentido: ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalização: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 24-28.

6 Nesse sentido, vide o capítulo “As estratégias de representação das minorias: as duplicatas eleitorais, as intervenções federais e os habeas corpus” em LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 137-154.

7 Acerca dos episódios de decretação de estado de sítio durante a Primeira República, vide: GASPARETTO JR., Antonio. *Recursos extremos da administração estatal: declarações de estado de sítio na Primeira República Brasileira*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Goiás extraoficialmente em 28/11/1889<sup>8</sup>. A confirmação oficial ocorreu apenas em 1º/12/1889. Com a novidade, o então Presidente da Província, Eduardo Augusto Montandon, convocou as autoridades constituídas para tratarem sobre a conjuntura política e as providências decorrente do novo regime.

Ainda em 1º/12/1889, os membros do *Centro Republicano*, Guimarães Natal (Presidente), João Batista Soares da Maya (Vice-Presidente) e Luiz Guedes de Amorim (Secretário), fizeram uma convocação da população da cidade de Goiás para uma reunião no Largo da Matriz a fim de que fossem esclarecidos os fatos que inquietavam o País.

De acordo com os termos do Decreto nº 1, de 15/11/1889, redigido por Rui Barbosa e assinado pelo “Chefe do Governo Provisório”, Deodoro da Fonseca, “*os Governos dos Estados federados adotarão com urgência todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos quer nacionais quer estrangeiros*”. Ademais, “*sendo a República Federativa brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum Governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da Nação, livremente expressado pelo sufrágio popular*”.

No contexto dos fatos, já como um dos grandes atores da política goiana e herdando o prestígio político do clã Jardim e o poderio econômico dos Bulhões, José Leopoldo de Bulhões Jardim não se encontrava na cidade de Goiás. Havia seguido para o Rio de Janeiro, para ocupar a cadeira de Deputado na Assembleia Geral. Sobre o advento da República, de forma perspicaz, expressou o jornal “Goyaz”, na edição de 13/12/1889: “*cabe-nos não pequena messe de louros na vitória pela*

8 FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Poder e paixão: a saga dos Caiado, vol. 1. Goiânia: Cànone Editorial, 2009, p. 102.

*causa das liberdades, desde a abolição servil até a abolição dynastica, instituição que perdia sua razão de ser, uma vez aceita a federação, objetivo constante da propaganda do Goyaz”*. Ou seja, ficava claro que, inteligentemente, os Bulhões mostravam que seus ideais eram compatíveis com o novo regime, e mais, haviam, de certa forma, contribuído para a novidade...

Com a extinção das incipientes organizações partidárias monárquicas, surge a necessidade de recomposição das forças políticas em Goiás. O republicano histórico Guimarães Natal (que futuramente viria a ocupar a cadeira de Ministro do STF) vê a possibilidade de uma coalisão, formando-se uma agremiação única que agregasse elementos dos grupos existentes: republicanos históricos, ex-conservadores e ex-liberais. Assim, em 25/01/1890, é realizada uma reunião à qual compareceram 132 políticos da Capital e que originou a formação do *Centro Republicano*<sup>9</sup>.

Em tese, por ser de coalizão, a nova agremiação devia ter sua direção composta, proporcionalmente, por elementos representativos de cada segmento. Contudo, se verificou a predominância dos Bulhões. A primeira diretoria do *Centro Republicano* foi composta por: Joaquim Xavier Guimarães Natal (republicano histórico, porém fortemente vinculado aos Bulhões), José Joaquim de Souza (bulhonista), Antônio José Caiado (ex-liberal e bulhonista), José Leopoldo de Bulhões Jardim (ex-liberal), Joaquim Fernandes de Carvalho (ex-liberal), Sebastião Fleury Curado (ex-conservador) e Manuel Alves de Castro (ex-conservador)<sup>10</sup>.

Após o período de transição administrativa, o Marechal Deodoro da Fonseca nomeia o primeiro Presidente do

---

9 Cf. MORAES, Maria Augusta Sant’anna. História de uma oligarquia: os Bulhões. Goiânia: Editora Oriente, 1974., p. 121.

10 Conforme ata publicada na edição nº 235 do jornal “Goyaz” de 21/03/1890.

Estado de Goiás: Rodolfo Gustavo da Paixão<sup>11</sup>. Sem vínculos com Goiás, a notícia sobre o novo “Governador” transforma-se em frustração para o grupo bulhônico, sendo repetida a velha prática dos tempos imperiais de empurrar goela abaixo nomes desconhecidos dos goianos para o mais alto cargo administrativo<sup>12</sup>. Como alento, Guimarães Natal foi nomeado Vice-Presidente do Estado.

Mesmo descontentes, os bulhonistas e republicanos fizeram tímidos protestos ao Governo Central, não havendo, sequer, a publicação de críticas diretas e mais incisivas no jornal “Goyaz”. Mantida a ordem do Marechal Deodoro, em 25/02/1890, Rodolfo Gustavo da Paixão assume a Presidência do Estado.

## **Eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e a crise no Centro Republicano**

Adiado o sonho de galgar ao Poder Executivo, os Bulhões centram esforços nas eleições para a Assembleia Constituinte, convocada para 15/10/1890<sup>13</sup>, na Capital da República, Rio de Janeiro.

O *Centro Republicano* reuniu-se em 03/07/1890 para deliberar sobre as candidaturas a serem lançadas para o pleito<sup>14</sup>.

---

11 Conforme dispõe o art. 4º do Decreto nº 1, de 1889, “Emquanto, pelos meios regulares, não se proceder á eleição do Congresso Constituinte do Brazil e bem assim á eleição das legislaturas de cada um dos Estados, será regida a nação brasileira pelo Governo Provisorio da Republica; e os novos Estados pelos governos que hajam proclamado ou, na falta destes, por governadores delegados do Governo Provisorio”.

12 Nesse sentido, vide: PANG, Eul-Soo; SECKINGER, Ron L. The mandarins of Imperial Brazil. Comparative Studies in Society and History, n.1, 1972, p. 215-244; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. No Segundo Império, Deputados e Mandarins em Goiás. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 20, Goiânia, 2009, p. 83-101.

13 A convocação da eleição para a composição do Congresso Nacional foi formalizada pelo art. 1º do Decreto nº 510, de 22/06/1890. Por meio de tal norma, foi publicada, provisoriamente, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil. De acordo com o art. 2º do Decreto, “esse Congresso trará poderes especiaes do eleitorado, para julgar a Constituição que neste acto se publica, e será o primeiro objecto de suas deliberações”.

14 De acordo com o art. 6º do Regulamento para a eleição do Congresso Nacional (Decreto nº 511, de 23/06/1890), a representação de Goiás seria composta por 03 (três) Deputados e 03 (três) Senadores.

Eufemisticamente designada “de conciliação”, a chapa republicana ficou composta dos seguintes nomes: Sebastião Fleury Curado, Leopoldo de Bulhões e Guimarães Natal para a Câmara dos Deputados; José Joaquim de Souza, Antônio Amaro da Silva Canedo e Antônio da Silva Paranhos para o Senado da República<sup>15</sup>.

Evidente estava, entretanto, a feição bulhonista da “chapa de conciliação” lançada pelo *Centro Republicano*, o que causou um grave conflito na agremiação. Os inconformados, liderados pelos ex-conservadores Manoel Alves de Castro e Inácio Xavier da Silva, romperam com o *Centro* e fundaram o *Partido Católico*, tendo como veículo oficial o jornal “Gazeta Goyana”<sup>16</sup>.

O regulamento das eleições instituído pelo Decreto nº 511, de 23/06/1890, previa a inelegibilidade dos clérigos e religiosos, o que frustrou, em muito, os planos do *Partido Católico*. O cônego Inácio Xavier da Silva, revoltado com o impedimento, utilizou as páginas da “Gazeta Goyana” para tecer contundentes críticas contra o governo provisório e as arbitrariedades cometidas por Deodoro da Fonseca e seus asseclas<sup>17</sup>.

Diante das limitações impostas pelo regulamento eleitoral, o *Partido Católico* lançou a seguinte chapa: para o Senado, Felicíssimo do Espírito Santo, João José Correia de Moraes e Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim<sup>18</sup>; para a Câmara dos Deputados, Felipe Nabuco Pereira de Araújo, Felipe Furtado de Freitas e Luiz Bartolomeu Marques Pitaluga<sup>19</sup>.

---

15 “Goyaz”, edição nº 264, 10/10/1890.

16 Cf. MORAES, ob. cit., p. 124-125.

17 Cf. MORAES, ob. cit., p. 125.

18 Primo de Leopoldo de Bulhões e ex-liberal histórico ligado à facção de André Augusto de Pádua Fleury.

19 Republicano histórico, segundo MORAES, Maria Augusta Sant’anna. História de uma oligarquia: os Bulhões. Goiânia: Editora Oriente, 1974, p. 126.

Manuel Alves de Castro não conseguiu emplacar na chapa católica seu genro, o militar Eduardo Sócrates, uma vez que os demais integrantes da agremiação recusaram a ideia de um candidato com clara identificação com os princípios positivistas de Auguste Comte. Sócrates, sem apoio no *Centro Republicano* e no *Partido Católico*, lançou candidatura avulsa, como “dissidente”<sup>20</sup>.

Em setembro, foi proferido o resultado da apuração geral: a chapa republicana sagrou-se vencedora<sup>21</sup>.

A representação goiana na Constituinte, de certo modo, manteve-se coesa quanto às iniciativas tendentes a materializar os princípios de autonomia político-administrativa dos Estados face à União, merecendo destaque a atuação de Leopoldo de Bulhões.

Em 15/11/1890, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte. Após as providências iniciais de discussão e aprovação de um regimento interno para direção dos trabalhos, no dia 22/11/1890 foi eleita uma comissão especial de 21 (vinte e um) membros com o objetivo de analisar e proferir parecer acerca do anteprojeto elaborado pelo Governo Provisório. Já, na sessão de 13/12/1890, iniciou-se a discussão dos congressistas acerca do parecer proferido pela “Comissão dos 21”, sendo encerrada na sessão de 31/01/1891. Entre os dias 3 e 14 de fevereiro, foi realizada a votação do projeto da Constituição e das emendas apresentadas<sup>22</sup>.

Consoante salienta Lynch, restou nítida a influência do constitucionalismo argentino na formação do texto do

---

20 Cf. MORAES, ob. cit., p. 126.

21 Conforme os resultados divulgados no jornal “Goyaz”, edição nº 265, de 17/10/1890, a diferença de votos recebidos pelos candidatos republicanos e pelos candidatos católicos foi superior a 200%. A candidatura avulsa de Eduardo Sócrates ficou na quarta posição, a frente dos três candidatos do Partido Católico.

22 Para um histórico detalhado do funcionamento da Assembleia Constituinte de 1890-1891, vide: BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 13-42.

anteprojeto do Governo Provisório, considerando que diversos expoentes do movimento republicano – dentre os quais, Quintino Bocaiuva, Campos Salles e Rui Barbosa – reputavam ser a Constituição platina de 1853 (e suas reformas de 1860 e 1866) um excelente modelo de adaptação da Constituição dos Estados Unidos da América (1787) à realidade dos trópicos<sup>23</sup>. Dessa forma, “*a simpatia do republicanismo brasileiro pelo modelo platino refletiu-se na recepção das instituições argentinas na Constituição de 1891*”<sup>24</sup>, em especial àquelas relacionadas à contenção de lutas e defesas intestinas, como o sistema de intervenção federal e de estado de sítio<sup>25</sup>. Como se verá adiante, tais institutos, desde os primórdios do regime constitucional de 1891, foram decisivos para fundamentar as ações de “apaziguamento” dos Estados e as tentativas de alinhamento das forças políticas locais ao Governo Federal.

Após quatro meses de trabalho da Assembleia Nacional, enfim, a Constituição Federal foi promulgada em 24/02/1891.

### **A eleição indireta de Deodoro da Fonseca e a reconfiguração política em Goiás**

No plano estadual, os Bulhões ainda almejavam o controle do Poder Executivo, vendo em Rodolfo Gustavo da Paixão um obstáculo. Talvez pensando nas eleições à Assembleia Estadual, à Presidência e à Intendência Municipal, a imparcialidade de Paixão incomodava, dado que era usual o grupo

---

23 LYNCH, Christian Edward Cyril. O caminho para Washington passa por Buenos Aires: A recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 78, 2012, p. 149-196.

24 LYNCH. O caminho..., p. 156.

25 Nesse sentido, são elucidativas as análises feitas por João Barbalho Uchôa Cavalcanti acerca do art. 6º da Constituição de 1891 ao citar, em diversas passagens, publicistas argentinos, além de referências ao texto constitucional platino: BARBALHO, João. *Constituição Federal Brasileira, 1891*. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 20-27

político dominante valer-se de meios pouco “democráticos” para alcançar o sucesso nas urnas<sup>26</sup>. Mesmo não fazendo uma oposição direta, os Bulhões, nos bastidores do Governo Federal, atuavam para derrubar o “estrangeiro” Paixão.

A tática teve efeito. Em 12/01/1891, Rodolfo Gustavo da Paixão era exonerado do cargo de Presidente do Estado de Goiás<sup>27</sup>. Com o impedimento de Guimarães Natal, que, como Deputado Constituinte, não poderia tomar posse, em 21/01/1891, assumiu a chefia do Poder Executivo em Goiás o 2º Vice-Presidente, Bernardo de Faria Albernaz, integrante da grei bulhônica.

Tudo parecia bem para os Bulhões, mas a sucessão da Presidência da República descortinava para a oligarquia tempos de tormenta. Embora a Constituição Federal de 1891 determinasse que o Presidente da República fosse escolhido por eleição direta, as suas disposições transitórias previam que, para o primeiro período presidencial, o pleito seria feito indiretamente pelo Congresso Nacional, logo após promulgada a Carta Magna.

A disputa pela Presidência e Vice-Presidência seria estabelecida de forma separada, de modo que o mesmo candidato a Presidente poderia disputar a Vice-Presidência. Foram apresentados os seguintes candidatos: o Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República e chefe do Governo Provisório desde 15/11/1889, apoiando o almirante Eduardo Wandenkolk para Vice-Presidente; o Senador Prudente José de Moraes e Barros, representando o *Partido Republicano Paulista*, apoiando o Marechal Floriano Peixoto para Vice-Presidente; o republicano histórico Joaquim Saldanha Marinho; e o político José Higino Duarte Pereira.

---

26 Nesse sentido: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 19-57; VISCARDI, Claudia. El pacto federativo del Brasil de la primera república (1889-1930). *Estudios del ISHiR*, 20, 2018, p.10-34.

27 “Goyaz”, edição nº 279, 23/01/1891.

No momento da escolha dos candidatos, a coesão da representação goiana no Congresso se desfez. Sebastião Fleury Curado e Joaquim José de Souza apoiaram a candidatura de Deodoro, enquanto os demais integrantes do clã bulhônico eram favoráveis a Prudente de Moraes.

As eleições indiretas foram realizadas em 25/02/1891, imediatamente após a promulgação da Constituição. O pleito foi tenso, com denúncia de ameaça militar aos parlamentares. Apurados os votos, o resultado foi paradoxal. Deodoro da Fonseca, foi eleito Presidente. Floriano Peixoto, candidato de oposição, obteve a Vice-Presidência.

Com a vitória de Deodoro, o clã bulhônico foi defenestrado pelo Governo central. A dissidência conduzida por Sebastião Fleury Curado assumia a liderança política do Estado. Com o comando nas mãos, a nova situação se estruturou, unindo-se ao *Partido Católico* e formando o *Partido Republicano Federal de Goiás*. A nova agremiação, herdou o jornal do cônego Inácio (“Gazeta Goyana”), passando a veicular suas ideias no “Estado de Goyaz”, cuja primeira edição circulou em 06/06/1891.

Após sua eleição, Deodoro da Fonseca compõe um novo Ministério, sob o comando do pernambucano Henrique Pereira de Lucena<sup>28</sup>. Foram arregimentados no “Ministério Lucena” os elementos conservadores do Império.

Estruturada a nova conjuntura política, foi nomeado o próximo Presidente do Estado de Goiás. A escolha recaiu

---

28 “Os elementos exaltados de dentro e fora do Congresso consideravam Lucena um intruso ao Governo da República. Parecia-lhes intolerável que um estranho à propaganda e à proclamação do novo regime, só por motivo de amizade pessoal do Presidente, estivesse à testa do Governo no momento de organizarem-se as novas instituições. Procuravam criar-lhe todas as dificuldades possíveis. Homem de partido, ex-presidente da Câmara dos Deputados e de várias províncias sobre o Império, voluntarioso, enérgico, habituado a tais contratempos, Lucena defendia-se com bravura, mas não se podia iludir a respeito da instabilidade da sua situação, dependente da saúde de Deodoro” (MONTEIRO, Tobias. O Presidente Campos Sales na Europa. Brasília: Senado Federal, 2005, p.23).

sobre o goiano João Bonifácio Gomes Siqueira. Para Vice-Presidente, Constâncio Ribeiro da Maya. Naquele contexto, encontravam-se desvinculados dos Bulhões; mais próximos, portanto, do grupo de Sebastião Fleury e do *Partido Católico*<sup>29</sup>.

A transição administrativa para o novo governo estadual foi tumultuada. O então Vice-Presidente em exercício, Bernardo de Faria Albernaz, para não entregar o cargo ao recém nomeado, passou o bastão para o Intendente Municipal, Urbano Gouvêa<sup>30</sup>. Os Bulhões, baseados na ideia de descentralização administrativa e autonomia dos Estados, ensaiaram resistir às determinações do Governo Federal, negando-se a dar posse a José Bonifácio Siqueira. Ante às ameaças de intervenção, o novo governo foi finalmente empossado em 30/01/1891.

A escolha do nome de José Bonifácio para Presidente de Goiás não poderia ser mais acertada. Esse político goiano trazia, em sua longa vida política, suficiente experiência para bem organizar o Estado de Goiás, que, após a Proclamação da República, se perdera em rixas políticas, e lutas pela afirmação das diferentes famílias, agravando-se ainda mais seu caos financeiro e econômico. Buscou realizar uma administração imparcial. Mas, já velho e cansado, sofrendo pressões dos diferentes grupos políticos, renunciou à administração do Estado. No dia 19 de maio de 1891 entregou-a ao 1º Vice: Constâncio Ribeiro da Maya, que desenvolveu uma política anti-bulhônica, por influência de Sebastião Fleury e por determinação da política Central<sup>31</sup>.

A disputa política Bulhões x Fleury passa então a centrar-se em torno da aprovação da Constituição Estadual.

29 Cf. MORAES, ob. cit., p. 131-132.

30 Cunhado de Leopoldo de Bulhões, casado com Leonor de Bulhões Jardim.

31 MORAES, ob. cit., p. 131.

## Duas Assembleias Constituintes

Tendo em vista a previsão contida no art. 3º Decreto nº 1, de 15/11/1889<sup>32</sup>, editado pelo Governo Provisório (norma inaugural do regime republicano), em junho de 1890, Rodolfo Gustavo da Paixão designa uma comissão<sup>33</sup> responsável pela elaboração de um projeto de Constituição para o Estado de Goiás<sup>34</sup>.

Por meio do Decreto nº 33, de 07/10/1890<sup>35</sup>, o projeto de “Constituição do Estado de Goyaz” foi publicado<sup>36</sup> para que fosse submetido à apreciação de um Congresso Constituinte cuja instalação foi prevista para o dia 13/05/1891, “*depois de amplamente discutida pela imprensa e estudada por todos os cidadãos dignos de uma pátria livre*”<sup>37</sup>. Constan dos artigos 1º e 2º do mencionado decreto:

Art 1º - É convocada para 13 de Maio de 1891 a primeira camara do Estado, cuja eleição terá logar a 1º de Março do mesmo anno.

Art. 2º - Os deputados a essa camara trarão poderes especiaes do eleitorado para julgar a presente constituição, que entrará em vigor, depois de votada a federal, na parte tocante à unidade da camara, à sua composição e função, para cujo exercício é convocada, à sua

32 Art. 3º. Cada um desses Estados, no exercício de sua legitima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais.

33 Conforme os “considerandos” do Decreto nº 33, de 07/10/1890, o projeto da Constituição foi elaborado por: Francisco Manuel Paraíso Cavalcante (Presidente), José Joaquim de Souza, Antônio José Pereira, Ramiro de Abreu, Sebastião Fleury Curado, Joaquim Xavier Guimarães Natal e José Leopoldo de Bulhões Jardim (Secretário). Os trabalhos foram realizados no período de 02/07/1890 a 02/10/1890.

34 Cf. MORAES, ob. cit., p. 132.

35 Publicado na edição nº 264 do jornal “Goyaz”, em 10/10/1890.

36 A íntegra do projeto da Constituição foi publicado nas edições edição nº 264 (10/10/1890) e nº 265 (17/10/1891) do jornal “Goyaz”.

37 “Goyaz”, edição nº 264, de 10/10/1890.

eleição, bem como a do primeiro governador e vice-governadores; desde que taes disposições não contrariem as leis da República constituída.

[grifou-se]

Maior detalhamento acerca das regras e condições de eleição e investidura dos deputados da “Primeira Câmara” foram estabelecidos no Decreto nº 36, de 22/11/1890, publicado na edição nº 271, de 28/11/1890, do jornal “Goyaz”, havendo alteração quanto à data de convocação e eleição dos membros:

Art. 1º. É convocada para 30 de Março de 1891 a primeira camara do Estado, cuja eleição terá logar a 31 de Janeiro do mesmo ano.

Antes da data prevista para a realização das eleições, Rodolfo Gustavo da Paixão deixa a Presidência do Estado, vindo a assumir o Poder Executivo, sucessivamente, Bernardo Antônio de Faria Albernaz (21/01/1891 a 30/03/1891), João Bonifácio Gomes de Siqueira (30/03/1891 a 20/05/1891) e, por fim, Constâncio Ribeiro da Maya.

Em atenção ao art. 1º do Decreto nº 36/1890, em 31/01/1891 são realizadas eleições para a composição da “Primeira Câmara do Estado” que, na forma do art. 2º do mesmo diploma, teria poderes constituintes, apreciando o projeto elaborado e publicado nas edições do jornal “Goyaz” em 10 e 17 de outubro de 1890. Com o resultado definitivo, constatou-se ampla maioria de eleitos advindos do *Centro Republicano*<sup>38</sup>, sendo, portanto, alinhados à Leopoldo de Bulhões.

Conhecido o resultado dos deputados eleitos e diante da previsão no art. 1º do Decreto nº 36/1890 de instalação do

---

<sup>38</sup> Conforme edição nº 289 do jornal “Goyaz”, de 03/04/1891.

Congresso Constituinte em 30/03/1891, nos dias 1º, 3 e 9 de abril de 1891, a “Camara Constituinte” reuniu-se, em sessão preparatória, para a adoção das seguintes providências: diplomação dos deputados eleitos, aprovação do regimento interno e expedição de ofício ao Governador solicitando a designação do “paço da assembleia provincial para as sessões da constituinte”. Interessante observar que consta a assinatura de Constâncio Ribeiro da Maya na ata da 1ª sessão preparatória<sup>39</sup>.

Da ata da 2ª sessão, realizada em 03/04/1891, cumpre destacar o seguinte trecho:

[...] Em seguida pedio a palavra o relator da commissão incumbida de redigir o projecto de regimento e de entender-se com o governador do Estado sobre a designação de edificio para a reunião da Camara e disse que, apresentada à mesa aquelle projecto e que no dia immediato ao da 1ª sessão preparatória, se dirigira a commissão ao palacio do governo, fizera a entrega em mão própria do mesmo governador do offício a elle dirigido pela maioria dos membros da Camara, expondo a conveniencia de designar o paço da antiga assembleia provincial, que se acha desoccupado, e que comporta todos os membros da a, para nelle terem lugar as sessões desta, pedindo para que o fizesse com urgencia, visto como já tinha se iniciado as reuniões dos membros da camara constituinte em uma casa particular, por falta da designação alludida por parte do governo; ao que s. exc. respondeo que, quanto ao edificio, iria providenciar, podendo a Camara iniciar quando entendesse as suas sessões preparatórias, porque julgava-se incompetente para designar dia em que devião começar as mesmas sessões.  
[grifou-se]

---

<sup>39</sup> As atas da 1º e 2ª sessões preparatórias foram publicadas na edição nº 290 do jornal “Goyaz”, de 10/04/1891. A ata da 3ª sessão preparatória foi publicada na edição nº 291, de 17/04/1891.

Contudo, não obstante a realização das referidas sessões preparatórias, incluindo a aprovação de um regimento interno, o Governador em exercício, João Bonifácio Gomes de Siqueira, em 08/04/1891, por meio do Decreto nº 56, decretou o adiamento da instalação do Congresso Constituinte para o dia 1º de junho de 1891<sup>40</sup>.

Mesmo diante da ciência acerca do Decreto nº 56/1891, o Congresso Constituinte continuou a se reunir. Na sessão de 13/04/1891, é aprovado um requerimento para que fosse formulada representação ao Presidente da República e ao Congresso Nacional “*contra o acto do governador do Estado adiando as sessões d’esta Camara*”. Na edição de 17/04/1891, do jornal “Goyaz” é informado que o Ministro de Estado do Interior teria telegrafado à “*mesa provisória*” da Câmara Constituinte “*assegurando que as suas prerrogativas seriam respeitadas pelo governador do Estado, a quem telegraphava tambem na mesma data e sobre o mesmo assumpto*”. Face à continuidade das reuniões, registrou-se em 15/04/1891 um episódio de ameaça de dissolução armada protagonizado pelo Governador do Estado, tendo repercussão nacional conforme notícias transcritas na edição nº 294 do “Goyaz”, de 08/05/1891.

Em tal contexto, já tendo assumido a chefia do Poder Executivo goiano, Constâncio Ribeiro da Maya promove novo adiamento<sup>41</sup> da instalação do Congresso Constituinte, dessa vez, para 15/11/1891<sup>42</sup>.

---

40 Conforme edição nº 291 do jornal “Goyaz”, de 17/04/1891.

41 De acordo com o próprio Rodolfo Gustavo da Paixão, foram três adiamentos (“*Mensagem Dirigida ao Congresso Constituinte de Goyaz pelo Governador do Estado, Major Dr. Rodolpho Gustavo da Paixão no dia 15 de novembro de 1891*”. Goiás: Tipographia Perseverança de Tocantins & Aranha, 1891, p. 5-6).

42 Na edição nº 1, de 06/06/1891, do jornal “Estado de Goyaz”, consta: “*O governador do Estado attendendo a diversas razões, entre as quaes a exacerbação do animo publico, adiou para o dia 15 de novembro do corrente anno, a reunião da assembléa constituinte do Estado, que anteriormente já havia sido adiada para 1º do corrente [1º/06/1891]*”.

Assim, na data anteriormente prevista para a instalação, em 1º/06/1891, os vinte e quatro Deputados do *Centro Republicano*<sup>43</sup> reuniram-se<sup>44</sup> e aprovaram a Constituição, cujo texto foi publicado na edição nº 298 do jornal “Goyaz” de 05/06/1891<sup>45</sup>. Tal diploma normativo ficou conhecido como a “Constituição dos Bulhões”<sup>46</sup>.

Constava do preâmbulo da referida Carta Constitucional:

**Nós os Representantes do Povo Goyano**, reunidos em Câmara Constituinte, para organizar este Estado, segundo o regime estabelecido pela Constituição Federal, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte CONSTITUIÇÃO Estado de Goyaz  
[girfou-se]

Nas disposições transitórias, merece destaque o disposto no art. 9º:

43 Participaram da sessão de promulgação da Constituição em 1º/06/1891: Joaquim Fernandes de Carvalho (Presidente), Bernardo Antonio de Faria Albernaz (1º Secretário); Antonio Cupertino Xavier de Barros (2º Secretário), Ricardo da Silva Paranhos (3º Secretário), José Jacintho de Almeida (4º Secretário), Antonio Luiz da Costa Brandão, Carlos Gomes Leitão, José Maria Monteiro de Barros, Ayres Teliciano de Mendonça, Francisco de Paula Gonzaga, Manoel Alves de Castro, Antonio Augusto Vieira de Castro, Ernesto Ferreira da Silva, Miguel José Vieira, José Francisco de Campos, José Leopoldo de Bulhões Jardim, Antonio José Caiado, Joaquim Ayres da Silva, Francisco Vaz da Costa, Gustavo Balduino de Souza, Joaquim Xavier Guimarães Natal, Jeronymo Rodrigues de Souza Moraes, Paulo Francisco Pópoa e Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim.

44 Consta da ata da sessão solene de instalação da Câmara Constituinte em 1º/06/1891: “no dia 1º de junho do anno de 1891, às 7 horas da manhã, na casa do cidadão tenente coronel Antonio José Caiado, lugar designado pela meza da respectiva Camara, em convocação publicada no órgão official - Goyaz - de 22 de maio último, em falta de edificio designado pelo governo, reunidos os deputados em numero legal e occupando os respectivos lugares os membros da meza, o cidadão presidente convidou aos deputados a contrahirem o formal comprisso de bem cumprir seus deveres...” (“Goyaz”, edição nº 298, 05/06/1891, p. 1). É de se ressaltar o ineditismo do evento: a sessão de promulgação de uma carta constitucional era realizada na sala de uma residência particular pertencente ao republicano Antônio José Caiado! O imóvel, ainda existente, está localizado na Praça Tasso de Camargo, cidade de Goiás/GO.

45 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=246590&Pesq=constituente%20sedi%c3%a7%c3%a3o&pagfis=1500>.

46 Inteiro teor disponível em: [https://www.casacivil.go.gov.br/images/imagens\\_migradas/upload/arquivos/2011-08/constituicao-1891.pdf](https://www.casacivil.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2011-08/constituicao-1891.pdf)

Art. 9º - Restabelecido o imperio da lei neste Estado com o reconhecimento e respeito ás deliberações da Camara Constituinte, o presidente e na sua falta ou impedimento o vice-presidente della, assumirá o governo, prestando desde já o respectivo compromisso e mandará incontinenti, proceder a eleição do presidente e vice-presidentes do Estado, observando-se nessa eleição o processo eleitoral da lei de 9 de janeiro de 1881 no tocante á organização das mezas.  
[grifou-se]

Seguindo uma tradicional categorização desenvolvida pela Teoria da Constituição, poder-se-ia considerar o ocorrido na cidade de Goiás, no dia 1º de junho de 1891, como uma manifestação de um “Poder Constituinte”<sup>47</sup>? Mesmo diante dos condicionamentos constantes dos Decretos nº 33 e 36 de 1890, por se tratar de um “poder de fato”, pré-existente à própria ordem jurídica estadual e exercido por congressistas eleitos em conformidade com os regramentos instituídos por normas transitórias federais e estaduais, a ausência de convocação formal pelo Executivo Estadual constituiria um vício que macularia, de forma insanável, o diploma normativo declarado promulgado pelo Congresso Constituinte?

Em resposta, o Governo estadual, por meio do Decreto nº 70, de 10/07/1891, além de recusar reconhecimento à Constituição então aprovada, decretou a prisão do Presidente da Assembleia “rebelde”, Joaquim Fernandes Carvalho, cassou o mandato dos vinte quatro parlamentares participantes

47 Para maior aprofundamento acerca da evolução e das tentativas de categorização do “poder constituinte”, vide: NEGRI, Antônio. Poder Constituinte: ensaios e alternativas para a modernidade. São Paulo: D&P, 2002; SALDANHA, Nelson. O Poder Constituinte. São Paulo: RT, 1986; CATTONI, Marcelo; PATRUS, Rafael D. Constituição e poder constituinte no Brasil pós-1964: o processo de constitucionalização brasileiro entre “transição e ruptura”. Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, v. 45, p. 171-191, 2016.

da sessão e processou-os pelos crimes de desobediência, sedição e usurpação de funções<sup>48</sup>.

Com efeito, o poder constituído, enfeixado nas mãos do Governador nomeado pelo Governo Provisório, sob o pressuposto de manutenção da ordem e da legalidade, aponta os vícios formais de instalação de uma assembleia com funções constituintes e nega “reconhecimento” à existência, à validade e à vigência da Constituição de 1º/06/1891.

Em seguida, com a vacância dos mandatos cassados, foram convocadas novas eleições para 15/09/1891, concorrendo apenas os candidatos do *Partido Republicano Federal*<sup>49</sup>.

Vinte e quatro deputados, desrespeitando o decreto n. 64 de 21 de Maio, reuniram-se em predio particular, votaram a promulgaram, graças á absoluta inobservancia das formalidade inherentes a actos de tal magnitude, uma constituição que o governo estadual, o federal e quasi todos os goyanos consideram illegitima, dando, em seguida, por finda sua missão constituinte, como se vê de documento por elles firmado. Tentei dissualil-os de tão prejudicial proposito, conferenciando com os mais intransigentes e conspicuos; lembre-lhes o meio honesto e digno de chegar-se a um resultado, capaz de attender aos seus interesses e ao do estado, por cuja prosperidade anhelo, a despeito de haver nascido alem de sua fronteira oriental.

Inuteis foram os meus esforços; quebrou-se-me a boa vontade de encontro á resistencia tenaz a qualquer accordo, que não visasse a entrega do governo ao presidente por elles eleito, dando força de lei á constituição clandestina.

---

48 CAMPOS, Francisco Itami. O Legislativo em Goiás, vol. 1. Goiânia: Ed. Assembleia, 2011, p. 42.

49 Cf. MORAES, ob. cit., p. 135.

Não aceitei tal proposta, conscio de que, assim procedendo, cumpria com o dever republicano historico, fiel aos preceitos de seu glorioso partido; de brasileiro amigo da ordem, respeitador do principio da auctoridade, que deve presidir á obra gigantesca da organização do Colosso Sul Americano, protegendo-o contra os botes da anarchia, desmoitando a longa senda destinada ao seu percurso.

Esses deputados não exerceram o mandato constituinte, não queriam exercel-o de novo; portanto, não lhes era permittido, em face do decreto n. 36 de 22 de Novembro do anno findo, passar ás funcções ordinarias. Dahi, a base juridica e honesta do decreto n. 70 de 10 de Julho ultimo, em virtude do qual foram eleitos seus substitutos, que, de accordo com os demais membros da camara, respeitadores do adiamento, hão de evitar a Goyaz o vexame de mendigar algures uma constituição, livrando-o dos inconvenientes da adaptação forçada a leis estranhas e promovendo a organização de seus importantes serviços<sup>50</sup>.

Reunida a nova Assembleia, em 15/11/1891, foram eleitos, por unanimidade de votos, Rodolfo Gustavo da Paixão para Presidente do Estado e, como Vices, Constâncio Ribeiro da Maya, Félix Fleury e Antônio Ferreira<sup>51</sup>.

A mesma Assembleia, em 1º/12/1891, sob a presidência de Joao Bonifácio Gomes de Siqueira, promulgou outra Constituição<sup>52</sup> para o Estado de Goiás<sup>53</sup>, com texto bastante diverso daquele então constante da “Constituição dos Bulhões”.

50 In “Mensagem Dirigida ao Congresso Constituinte de Goyaz pelo Governador do Estado, Major Dr. Rodolpho Gustavo da Paixão no dia 15 de novembro de 1891”. Goiás: Tipographia Perseverança de Tocantins & Aranha, 1891.

51 Cf. MORAES, ob. cit., p. 135.

52 Cf. MORAES, ob. cit., p. 135.

53 O manuscrito do texto encontra-se disponível no sítio virtual da Casa Civil de Goiás, no link: [https://www.casacivil.go.gov.br/images/imagens\\_migradas/upload/arquivos/2016-04/constituicao-do-estado-de-goias--1891.pdf](https://www.casacivil.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2016-04/constituicao-do-estado-de-goias--1891.pdf)

## O “Marechal de Ferro”, a reviravolta política e retorno da Constituição dos Bulhões

Desde sua eleição indireta pelo Congresso Nacional, Deodoro da Fonseca conduziu o seu mandato sob forte tensão política. Grande era a oposição no parlamento e a insatisfação da população em razão da séria crise econômica.

Diante de tal quadro, entre agosto e novembro de 1891, o Congresso Nacional buscou aprovar a chamada “Lei de Responsabilidades”, que reduzia os poderes do Presidente da República.

Deodoro contra-atacou: em 03/11/1891, dissolveu o Congresso Nacional. Tropas militares cercaram o prédio do Poder Legislativo e diversos líderes oposicionistas foram presos.

Não obstante o apoio do Exército, considerável número de oficiais, que seguiam a liderança de Floriano Peixoto, não apoiou as medidas de Deodoro. Da mesma forma, diversas lideranças civis reagiram ao golpe. Em 23/11/1891, o almirante Custódio de Melo, acionado por Floriano Peixoto, a bordo do encouraçado “Riachuelo”, ameaçou bombardear o Rio de Janeiro caso Deodoro da Fonseca não renunciasse. Era a primeira “Revolta da Armada”.

Diante da pressão e falta de sustentação política para viabilizar seu governo, o Marechal Deodoro, na mesma data, renuncia ao cargo de Presidente da República, entregando o poder ao Vice-Presidente, Floriano Peixoto<sup>54</sup>.

O “Marechal de Ferro”, buscando restituir a normalidade político-institucional do país, anulou o decreto de dissolução do Congresso Nacional e empreendeu iniciativas no

---

<sup>54</sup> Acerca do contexto da renúncia de Deodoro da Fonseca e da ascensão de Floriano Peixoto, vide: LYNCH. *Da monarquia...*, p. 124-125.

sentido de restabelecer o sistema federativo. Logo, iniciou a derrubada das situações políticas locais, afastando os apoia-  
dores do regime de Deodoro.

Floriano precisava reorganizar politicamente a República abalada pelo confronto entre o Executivo e o Legislativo. Só o Legislativo podia resolver o impasse. O divisor de águas era a questão estadual. A crise política derivava da dualidade existente entre as representações federais e os governos estaduais. A maioria dos governadores nomeados por Deodoro não fazia parte das forças dominantes nos estados e opunha-se à maioria parlamentar que antecedia às nomeações. Floriano devolveu a decisão ao Congresso. O resultado foi a vitória das oligarquias dominantes em praticamente todos os estados e o ajustamento entre a representação parlamentar e o controle dos governos dos estados.<sup>55</sup>

Para os Bulhões, era alvissareira a notícia da ascensão de Floriano. Para eles, a destituição de Rodolfo Gustavo da Paixão, Constâncio Ribeiro da Maya e toda a horda deodorista de Goiás era questão de tempo. Ademais, na oportunidade da primeira eleição para Vice-Presidente da República, os Bulhões haviam apoiado Floriano. Entretanto, frustrando a expectativa do *Centro Republicano*, Floriano Peixoto não mostrava disposição em intervir na situação de Goiás.

Leopoldo de Bulhões não se quedou inerte. Passou a articular com os chefes políticos do interior um “movimento revolucionário” para exigir a renúncia de Rodolfo Paixão e de seu Vice e, ainda, destituir os intendentes municipais ligados ao *Partido Republicano Federal*, empossando outros ligados ao *Centro Republicano*.

---

55 ABRANCHES, ob. cit., p. 30-31.

O intento de Bulhões foi atingido em etapas. No dia 07/12/1891, Paixão afasta-se da chefia do Poder Executivo, transferindo-a ao 1º Vice, Constâncio Ribeiro da Maya. Posteriormente, em fevereiro de 1892, Floriano Peixoto determina a intervenção política em Goiás. Para tanto, enviou o militar goiano, Braz Benjamin da Silva Abrantes, para depor o Presidente em exercício, Constâncio Ribeiro da Maya. Operava-se, assim, mais uma intervenção militar na política local.

Inegável que a intervenção militar, longamente preparada sob o Império e amadurecida na República, fixará, no organismo político, um rumo permanente, em aberta manifestação ou com atuação latente. A fórmula constitucional será apenas o esboço escrito e jurídico de uma tendência mal definida, de um curso mal redigido, de uma realidade infielmente traduzida [...] Entre a garantia e a tutela, entre a vigilância e o governo direto, uma vasta gama de intervenções será possível - a ditadura militar até a solução extrema do militarismo [...] O afastamento dos mecanismos centralizadores e dos partidos nacionais e dos partidos nacionais, associado ao nascimento da República, federal na sua essência e dotada de partidos apenas estaduais, exigia, para consolidar o papel central do Exército, a articulação com os governadores. Esta a realidade política: o poder central, fosse a força armada ou o presidente da República, deveria, para subsistir, articular-se aos Estados, nomeando os governadores ou com eles concertando um pacto federal, embora guardada, neste, a reserva de intervenção.<sup>56</sup>

Em 19/02/1892, Braz Abrantes assumia a Presidência e, de pronto, estruturou a nova configuração política do

---

<sup>56</sup> FAORO, ob. cit., p. 615 e 617.

Estado: exonerou da administração estadual e municipal todos os elementos ligados ao *Partido Republicano Federal*, restituiu os mandatos dos Deputados da Assembleia Legislativa então cassados pelo Decreto nº 70, de 10/07/1891 e, por fim, declarou em vigor a Constituição Estadual promulgada em 1º/06/1891, a chamada “Constituição dos Bulhões”, e decretou a nulidade de todos os “*actos praticados pelo governo e camera illegaes, posteriormente à promulgação da mesma constituição*”.

Braz Abrantes canalizou as atividades de sua administração no sentido de estruturar toda a organização do Estado, o que, agora, seria viável pela comunhão de interesses e acasalamento da política do Centro com a Estadual. Assim, designou comissão para atender aos projetos de: código do processo civil, processo criminal, processo comercial, lei orgânica do município da capital, lei eleitoral, reorganização dos serviços administrativos, lei da instrução pública, lei sobre terras, organização judiciária. Dessas comissões, participaram os elementos da grei bulhônica: Natal, Leopoldo, Félix de Souza, Benedito Félix, Francisco Leopoldo, que, batalhando ao lado de Braz Abrantes, delegado do governo de Floriano, consolidaram a República em Goiás<sup>57</sup>.

Com o retorno da “normalidade” institucional e a vigência da Carta Constitucional, foi designada para o dia 30/04/1892 a realização da primeira eleição direta para Presidente e Vice-Presidente do Estado.

Logo que assumi o governo, em manifesto que dirigi ao Estado e que foi publicano em dois órgãos da imprensa desta capital defini o meu programma politico, que é o da conciliação, justiça e moralidade administrativa

<sup>57</sup> MORAES, ob. cit., p. 140.

mais severa. A consciencia me diz ter até hoje me cingido ás normas traçadas.

Como corollarios da revolução triumphante fiz publicar dois decretos: o primeiro com a data de 22 de Fevereiro pondo em vigor a constituição por vós decretada e promulgada a 1º de Junho e declarando nullos todos os actos praticados pelo governo e camara illegaes, posteriormente à promulgação da mesma constituição; o segundo datado de 3 de Março, convocando para 30 de Abril a eleição para a escolha do Presidente e Vice-Presidentes do Estado e essa augusta assembléa para 1º de Maio último, afim de decretar as leis complementares da constituição e os orçamentos, e apurar a eleição do presidente e Vice-Presidentes<sup>58</sup>.

[grifou-se]

Interessante observar que, no repositório oficial de legislação histórica do sítio virtual da Casa Civil de Goiás<sup>59</sup>, há certa confusão de informações, porquanto, ao acessar o link referente à expressão “Constituição Estadual de 1891”, há remissão à Constituição promulgada em 1º de junho de 1891 pelos “bulhonistas”. Por sua vez, sem qualquer esclarecimento adicional ou ressalva, a expressão “Manuscrito da Constituição Estadual de 1891” corresponde ao texto então aprovado em 1º de dezembro de 1891<sup>60</sup>.

---

58 “Mensagem apresentada a Assembléa Legislativa do Estado de Goyaz na sua 1ª Legislatura Ordinária pelo Tenente Coronel Braz Abrantes Governador provisório a 1º de Junho de 1892”. Goiás: Typographia de Pacífico Marques Aranha, 1892.

59 Disponível no link: <https://www.casacivil.go.gov.br/sobre-goias/legislacao-historica.html>

60 Uma simples leitura do manuscrito disponível no link [https://www.casacivil.go.gov.br/images/imagens\\_migradas/upload/arquivos/2016-04/constituicao-do-estado-de-goias---1891.pdf](https://www.casacivil.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2016-04/constituicao-do-estado-de-goias---1891.pdf) permite constatar que não se trata do texto promulgado em 1º/06/1891, não apenas distinta redação dos dispositivos e dos preâmbulos e da organização dos capítulos, mas, principalmente, pela data e os signatários de cada Constituição.

## Conclusão

Os episódios narrados no presente artigo representam uma reunião de características e de vicissitudes do processo político brasileiro no contexto de consolidação do regime republicano. Como pano de fundo, tem-se o dinâmico conflito entre “centralização” e “descentralização” – que remonta à praxe liberal e conservadora no período imperial<sup>61</sup> – e a busca por efetiva autonomia local de caráter político-institucional.

Passados os “anos entrópicos”, a fórmula de acomodação entre o ímpeto descentralizador intrínseco ao modelo constitucional de 1891 e a viabilização de uma política nacional foi esboçada por Campos Salles e sua chamada “política dos estados”, implementada durante seu mandato presidencial entre 1898 a 1902<sup>62</sup>.

De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos, “as regras de competição intraoligárquicas foram eficazes a nível nacional, enquanto a nível local prevalecia a disputa com base no voto, na violência e na corrupção, esta última ausente, por desnecessária, das eleições presidenciais”<sup>63</sup>.

Em semelhante linha, Cláudia Viscardi aponta que o regime oligárquico na Primeira República se assentava em três princípios fundamentais: a) os atores políticos são desiguais e hierarquizados entre si; b) existe uma renovação parcial entre eles, inviabilizando posturas monopólicas; c) as raízes da dissolução do regime se encontram em sua incapacidade

---

61 Em texto intitulado “A práxis liberal no Brasil”, Wanderley Guilherme dos Santos apresenta uma peculiar evolução do ideário político liberal no Brasil e sua relação com a descentralização do poder e a busca por autonomia local (SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 9-60).

62 Para tanto, vide: LESSA, ob. cit., p. 165-192.

63 SANTOS, Wanderley Guilherme. *O sistema oligárquico representativo da Primeira República*. Dados, Rio de Janeiro, v. 56, 2013.

de manter as bases da hierarquia e de preservar sua parcial renovação<sup>64</sup>.

Com efeito, assim como vislumbrado em Goiás, durante o ano de 1891, com a duplicata de Assembleias Constituintes e duas intervenções sequenciais do Governo Federal, os conflitos e as tensões políticas se desenrolaram efetivamente no âmbito dos Estados, atuando o Presidente da República como o grande “poder moderador” do processo político e de acomodação das forças locais.

Goiás ainda passaria por outros episódios emblemáticos que materializaram essa premissa, como a famigerada “Revolução de 1909” e sua “quase” intervenção federal e as “salvações” promovidas por Hermes da Fonseca em 1912 que resultaram no fim do protagonismo de Leopoldo de Bulhões e na ascensão do domínio compartilhado de Antônio Ramos Caiado e Eugênio Rodrigues Jardim<sup>65</sup>.

## Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalização: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Pelo sangue: a genealogia do poder em Goiás. São Paulo: Baraúna, 2015.

BALEEIRO, Aliomar. Constituições Brasileiras: 1891. Brasília: Senado Federal, 2001.

---

64 VISCARDI, Claudia. El pacto federativo del Brasil de la primera república (1889-1930). Estudios del ISHiR, 20, 2018, p.10-34.

65 Para um panorama completo acerca dos eventos políticos da Primeira República em Goiás, vide: AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Pelo sangue: a genealogia do poder em Goiás. São Paulo: Baraúna, 2015; CAMPOS, F. Itami. Coronelismo em Goiás. Goiânia: Editora Vieira, 2003; MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança. Goiânia: Editora Vieira, 2013; MORAES, Maria Augusta Sant’anna. História de uma oligarquia: os Bulhões. Goiânia: Editora Oriente, 1974.

BARBALHO, João. Constituição Federal Brasileira, 1891. Brasília: Senado Federal, 2002.

CAMPOS, F. Itami. Coronelismo em Goiás. Goiânia: Editora Vieira, 2003.

CATTONI, Marcelo; PATRUS, Rafael D. Constituição e poder constituinte no Brasil pós-1964: o processo de constitucionalização brasileiro entre "transição e ruptura". *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, v. 45, p. 171-191, 2016.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. No Segundo Império, Deputados e Mandarins em Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n. 20, Goiânia, 2009, p. 83-101.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*, vol. 1. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

GASPARETTO JR., Antonio. *Recursos extremos da administração estatal: declarações de estado de sítio na Primeira República Brasileira*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O caminho para Washington passa por Buenos Aires: A recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 78, 2012, p. 149-196.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. Goiânia: Editora Vieira, 2013.

MONTEIRO, Tobias. *O Presidente Campos Sales na Europa*. Brasília: Senado Federal, 2005.

MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Editora Oriente, 1974.

NEGRI, Antônio. *Poder Constituinte: ensaios e alternativas para a modernidade*. São Paulo: D&P, 2002.

PANG, Eul-Soo; SECKINGER, Ron L. The mandarins of Imperial Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, n.1, 1972, p. 215-244.

SALDANHA, Nelson. *O Poder Constituinte*. São Paulo: RT, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, 2013.

VISCARDI, Claudia. El pacto federativo del Brasil de la primera república (1889-1930). *Estudios del ISHiR*, 20, 2018.



## **Goiás como Rito de Passagem na Trajetória Política de Fernando Henrique Cardoso**

Jales Guedes Coelho Mendonça<sup>1</sup>

**L**ançado originalmente em inglês no ano de 2006, o livro "O improvável presidente do Brasil: recordações", de autoria de Fernando Henrique Cardoso (e colaboração do jornalista Brian Winter), foi traduzido para o português e publicado no Brasil em 2013 pela editora Civilização Brasileira. Prefaciada pelo ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, a autobiografia de Fernando Henrique Cardoso, doravante FHC, percorre toda a sua movimentada trajetória, iniciada em 18 de junho de 1931, no Rio de Janeiro, filho de Leônidas Fernandes Cardoso e Naíde Silva Cardoso.

O capítulo inaugural intitulado "Ofício de família" aborda a família Cardoso, oriunda do estado de Goiás. A menção a parentes, no entanto, aparece frequentemente ao longo do texto, sobretudo o pai, figura visivelmente marcante em sua vida. A narrativa tem início com a descrição do impacto familiar causado pelo chamado "putsch" integralista, tentativa de golpe patrocinada pelos seguidores de Plínio Salgado que atacaram, em maio de 1938, o Palácio da Guanabara, residência oficial do presidente.

---

<sup>1</sup> Promotor de Justiça, Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), membro titular e atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), cadeira n° 5.

Diante da fragilidade da segurança do local na ocasião, Alzira Vargas, filha do mandatário Getúlio Vargas, desesperadamente aciona pelo telefone os comandantes militares. Comunicado da quartelada altas horas da noite, o major Leônidas Fernandes Cardoso (1889-1965), oficial de gabinete do ministro da Guerra, general Góis Monteiro, se dirige apressadamente ao Rio de Janeiro, suspendendo momentaneamente suas férias em Niterói. Aflito com o telefonema que o despertara do sono, o pequeno Fernando Henrique Cardoso, filho de Leônidas, só conseguiu relaxar no dia seguinte com o regresso triunfante do genitor. “Podemos voltar a nossas férias”, ouviu aliviado o infante de seis anos de idade. “A política interrompeu pela primeira vez a minha vida”, lembrou FHC.

A família Cardoso registra destacada presença no Exército brasileiro. No consulado varguista, por exemplo, o general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso (1867-1947), tio-avô de Fernando Henrique, apoiado pelo movimento tenentista, foi Ministro da Guerra entre 1932 e 1933, justamente durante a rebelião paulista denominada Revolução Constitucionalista. Dois de seus rebentos, Dulcídio Cardoso (1896-1978) e Ciro Cardoso (1898-1979), tornaram-se igualmente generais, sendo que o primeiro foi ainda prefeito do Distrito Federal e o último exerceu, como o pai, o comando do Ministério da Guerra.

O avô de FHC, Joaquim Inácio Batista Cardoso (1860-1924), de igual modo, atingiu o generalato e participou ativamente dos eventos alusivos à proclamação da República, a ponto de fontes indicarem um suposto diálogo entre ele (à época alferes) e Benjamin Constant a respeito do destino do imperador Dom Pedro II. Sentou praça no 20º Batalhão de Caçadores aquartelado na antiga capital de Goiás aos 15 anos de idade. Ao combater na Revolta da Armada em 1893, estreitou laços com o presidente Floriano Peixoto, de quem se tornou

amigo. Em 1922, foi preso acusado de conspiração na revolta tenentista de 5 de julho (Forte de Copacabana), sendo posteriormente reformado.

Tanto Joaquim Inácio (avô) quanto Augusto Inácio (tio-avô) nasceram na Cidade de Goiás e eram filhos de Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso (1835-1905), também militar e líder político de prestígio em Goiás, “um estado no árido e atrasado planalto central do Brasil”, consoante registrou o autor, sem declinar o nome da unidade federativa mediterrânea. “Cresci ouvindo histórias fantásticas sobre meu bisavô”, sublinhou. Embora não detalhara quais foram essas lembranças, é lícito supor que a atuação de Felicíssimo na lendária comissão Cruls – incumbida de demarcar o local da futura capital federal nos albores da República – tenha povoado o imaginário de seus descendentes.

Por falar nos primeiros passos da era republicana, calha consignar que, ao inserir em sua obra “1889” o teor do telegrama enviado por Felicíssimo ao filho Joaquim Inácio, o festejado escritor Laurentino Gomes o imortalizou: “Vocês fizeram a República que não serviu para nada. Aqui agora, como antes, continuam mandando os Caiado.”

Em um ambiente doméstico dominado pelo ofício militar, potencializado ainda pelos palpitantes acontecimentos relacionados à 2ª Guerra Mundial, a declaração do menino Fernando Henrique de que no futuro seria ou general ou cardeal soou quase como natural. Do pai, só ouviu o estímulo para que sempre tivesse “grande curiosidade intelectual”.

No entanto, como costuma acontecer com os mirabolantes planos traçados na infância, o roteiro soçobrou nos anos seguintes. Mais inclinado ao mundo das ideias e decidido a ingressar na Universidade de São Paulo (USP), o autor inicialmente tentou admissão na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. De acordo com ele, porém, a despeito de lograr

média suficiente para a aprovação, acabou reprovado no teste de latim.

Já que também tinha se inscrito para a seleção da Faculdade de Filosofia, ali granjeou melhor sorte. Superada essa fase de recrutamento em 1949, logo FHC pendeu para o campo da Sociologia, onde o convívio com professores franceses estimulava saudavelmente os discentes, máxime os noviços.

Bastou pouco tempo de vivência universitária para Fernando Henrique abandonar os planos profissionais de outra. Descobriu a sua verdadeira vocação: o magistério. Assim, em 1952, ano de sua formatura e do casamento com a colega e antropóloga Ruth Villaça Correa Leite, já lecionava na Faculdade de Economia da USP. No ano seguinte, foi contratado pelo Departamento de Sociologia como professor assistente.

Na docência, seu principal objeto de pesquisa esteve associado inicialmente às relações raciais no Brasil. No afã de desconstruir o mito da democracia racial, forte no imaginário coletivo, aproximou-se do professor Roger Bastide e principalmente de Florestan Fernandes, seu maior preceptor na academia. O compromisso com a temática pode ser comprovado pelo título de sua tese de doutorado, publicada pela Difel em 1962: "Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul."

O autor confessa ter flertado com a ideologia comunista. Todavia, a antipatia sentida pelo autocrático líder soviético Josef Stalin interditou uma provável filiação à legenda leninista, que terminou definitivamente sepultada com a invasão russa da Hungria em 1956. Ao tempo em que apartava-se da militância no Partido Comunista, FHC mergulhava no conhecimento legado por Karl Marx.

Instado pelo amigo José Arthur Gianotti, que acabara de chegar de uma temporada intelectualmente frutífera na França, combinaram então, defronte ao mar de Copacabana,

a formação de um grupo de estudos, afinal cognominado de “seminário Marx”, em razão de preliminarmente esquadriharem o denso livro “O Capital”. “Nos apaixonamos pelo talento de Marx para análise empírica e por sua técnica de análise dialética mesmo quando não concordávamos com suas conclusões ou recomendações”, sintetizou FHC. Inserido na conjuntura binária e extremista da Guerra Fria, o rótulo de “marxista” impingido aos integrantes do comitê não demoraria, o que futuramente lhes carregaria grandes aborrecimentos.

A propósito, os prenomes de Karl Marx e Friedrich Engels serviram de inspiração para Maurício de Lacerda batizar seu filho como Carlos Frederico Werneck de Lacerda, conhecido no mundo político por Carlos Lacerda, jornalista e notável tribuno que desempenhou papel saliente na queda de três presidentes (Getúlio, Jânio e Jango). A ele, Fernando Henrique dedica uma consideração, que tangencia a área da psicanálise, merecedora de maior reflexão dos especialistas: “Embora tivesse sido comunista na década de 1930, Lacerda renegou as origens com uma veemência que parecia conter boa dose de autodesprezo.”

O autor busca contextualizar suas experiências às circunstâncias do momento, motivo pelo qual passa em revista por vários presidentes da República que governaram o país após 1931, ano de seu nascimento. A única exceção refere-se ao imperador Dom Pedro II, a quem tece, em geral, referências positivas, sobretudo as alusivas à sua erudição, como o domínio de dez idiomas e o cultivo de amizades com vultos da expressão de Victor Hugo, Humboldt, Graham Bell, entre outros. Como não poderia deixar de ser, anotou sua reprovação à excessiva procrastinação para a abolição da escravidão, o que colocou o Brasil na triste posição de última nação do hemisfério ocidental a libertar seus cativos.

Em contrapartida, no tocante ao presidente Jânio Quadros, com quem disputou e perdeu a eleição para prefeito de São Paulo em 1985, o enfoque é inversamente proporcional ao tom usado com o imperador. Salvo o comentário atinente à edição de 30 de junho de 1961 da revista "Time", cuja capa estampou a imagem de Jânio, e que, para Fernando Henrique, "quase" chegou a conferir ao mandatário "a aparência de um estadista", as demais menções são negativas quando não depreciativas. "Muito conhecido popularmente pela tentativa de proibir biquíni e minissaia - logo no Brasil! -, Jânio Quadros não tem equivalente em nossa história como figura excêntrica, instável e trágica," é a abertura do capítulo 4. Além de qualificá-lo de "bêbado" em certa passagem, até um suposto reconhecimento de sua feiura pela esposa ganhou espaço: "A própria mulher de Jânio o considerava o homem mais feio que eu conhecia."

Para FHC, o ano de 1960 não se limitou à renhida disputa eleitoral entre as candidaturas de Jânio Quadros e Henrique Lott. A visita ao Brasil do filósofo francês Jean-Paul Sartre, pai do existencialismo, acompanhado de sua elegante esposa Simone de Beauvoir, baluarte do feminismo no planeta, teve muita significação também.

Segundo o autor, a palestra que Sartre daria em São Paulo seria transmitida ao vivo pela televisão para todo o território nacional. Convidado para realizar uma ou duas indagações ao conferencista, ele acabou assumindo o encargo da tradução, porquanto o responsável previamente incumbido da missão na hora acabou não correspondendo às expectativas nele depositadas.

O satisfatório desempenho de FHC, mesmo colhido pela surpresa, ao que tudo indica, granjeou a afeição do casal francês, a ponto de ambos aceitarem o delicado convite da família Cardoso para uma confraternização em seu solar no

bairro do Brooklin. “Ficamos fascinados com ele”, reconheceu o anfitrião. Empolgado com Cuba, Sartre manifestou aos cicerones não compreender a motivo de eles optarem por Lott em detrimento de Jânio, que recentemente visitara a ilha. “Jânio é um populista, o que no Brasil não é necessariamente o mesmo que de esquerda. Além disso, não está vendo que se trata de um farsante?”, respondeu Cardoso.

Em agosto de 1961, cerca de seis meses após sua posse, Jânio Quadros inesperadamente renunciou à presidência. Seu vice João Goulart (Jango), herdeiro do trabalhismo de Vargas, encontrava-se em missão diplomática na China de Mao Tsé-tung. Diante do cenário, eclodiu uma forte resistência, principalmente em setores militares, à assunção de Jango.

Em reação, Leonel Brizola, governador gaúcho e cunhado do vice-presidente, mobilizou seus conterrâneos para o cumprimento da legalidade. Criado o impasse, a solução ajambrada culminou com a implementação do modelo parlamentarista, com Tancredo Neves alçado ao posto de primeiro-ministro, e a fixação, mais à frente, de um plebiscito para o povo decidir sobre a reversão ou não do presidencialismo.

Em 1963, por ampla maioria, venceu o presidencialismo. Jango então acelerou seu programa denominado reformas de base. Observando de longe a evolução da cena política, Fernando Henrique afirma ter intuído que a coisa não daria certo. Para ele, tanto a reforma agrária quanto a urbana deixaram os brasileiros, nas cidades e no campo, aterrorizados com a perspectiva de perderem suas casas ou propriedades rurais.

No dia 13 de março de 1964, realizou-se um grande comício em prol das reformas de base no Rio de Janeiro. Em visita ao estimado genitor, FHC encontrava-se na cidade. Ao sair do apartamento do pai, conta ter percebido uma luminosidade diferente: “Por toda parte velas tinham sido acesas

nas janelas, simbolizando um silencioso apoio a um golpe contra Goulart. No prédio do meu pai, só duas janelas estavam escuras: a dele e a do famoso poeta Carlos Drummond de Andrade.”

A percepção do golpe seria confirmada na sequência. A surpresa recaiu na facilidade com ele triunfou. Derrubado Jango sem maiores focos de resistência, logo a caça às bruxas começaria. Arrolado nas primeiras listas de procurados pela polícia, Fernando Henrique se viu na contingência de ter de esconder-se, malgrado desconhecer as violações que cometera. Ao desconfiar da ingerência de professores de quem divergira no debate sobre a reforma da cátedra na USP, deixou consignado um sábio ensinamento para a posteridade: “É onde reside o caráter insidioso dos golpes. Inicialmente eles sempre são apresentados como nobres iniciativas de depuração, mas acabam degenerando em vulgares acertos de contas, nas mãos de quem estiver do lado certo.”

Tentando fugir como podia, alternando os lugares, após alguns dias, recebeu um telefonema da esposa contendo uma sugestão que ele já previa, mas não desejava ouvir: “- A situação aqui está piorando - disse Ruth em voz baixa, com delicadeza. - Todos nós achamos que seria melhor se você deixasse o Brasil por um tempo.” FHC desligou o telefone muito abalado. Apesar de relutante, acatou a recomendação e rapidamente se viu arquitetando um plano de fuga. Agindo com a máxima cautela, na tarde do dia 17 de abril de 1964 entrava numa aeronave com destino a Buenos Aires, deixando para trás sua família e a carreira na USP.

“Poucas coisas são mais revoltantes que o exílio,” aduziu. Apesar da raiva, não demorou muito e a sua excelente teia de relacionamentos sociais aliada à reconhecida capacidade intelectual já lhe socorriam. Pelas mãos do amigo benfeitor Nuno Figueiredo, foi-lhe oferecida uma proposta de emprego

na Cepal (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe), em Santiago do Chile.

Agarrada de imediato a oportunidade promissora, a nova etapa da vida de FHC rapidamente foi acalentada pelo reencontro com a esposa e os filhos. O bom emprego num organismo internacional e a companhia da família por certo abrandaram as dificuldades do exílio, a ponto de qualificá-lo retrospectivamente de “amargo caviar”.

Com efeito, não se pode olvidar que Santiago à época talvez fosse realmente a capital intelectual e cultural da América Latina. “Fiquei pasmo com o caráter refinado e democrático da sociedade chilena”, recordou. Acrescentou ainda que despertou para o conceito de “América Latina” e a afinidade cultural entre as porções de origem portuguesa e espanhola.

O sociólogo brasileiro parece ter experimentado na eferescente Santiago uma espécie de verdadeiro período “bossa nova” chileno. Era adido cultural do Brasil no Chile o poeta amazonense Thiago de Mello. Casado com uma nativa e desfrutando de um extenso rol de amigos na cidade, ele alugava uma casa do também poeta Pablo Neruda, onde promovia festas frequentadas pelas celebridades de ambos os países. Além do próprio Neruda, FHC, assíduo participante dos descontraídos encontros, se lembra de conviver com Salvador Allende, popular político socialista. Em resumo, Santiago era uma festa!

No exercício da docência no Chile, Fernando Henrique lecionou para Isabella Allende, filha do citado Salvador, vítima do famoso 11 de setembro latino-americano, bem como para o brasileiro José Serra, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) no pré-1964, que mais tarde se tornaria seu fraterno amigo. Resgatando a experiência de sucesso do “seminário Marx”, ele a replicou em um novo grupo de estudos que ficou conhecido como “seminário de Santiago”,

contando com a participação de Almino Afonso (ex-ministro de Jango), Plínio de Arruda Sampaio, Leon Hirszman, Paulo Alberto Monteiro de Barros, entre outros.

No dia 20 de agosto de 1965, em São Paulo, faleceu Leônidas Cardoso. Ao ser comunicado da funesto perda, FHC decidiu, apesar dos riscos, voltar imediatamente ao Brasil para se despedir “daquele homem marcante que eu sempre emulava.” Durante a missa de sétimo dia, um dos generais presentes prestou suas condolências a um parente e emendou um recado direto para o filho do ex-colega de farda: se não deixasse o país, iria para a cadeia. “Seriam necessários anos para que eu me recuperasse dessas injustiças e voltasse a estabelecer uma relação com o Brasil,” salientou.

O sentimento de verdadeira devoção de FHC pelo genitor aclara-se ainda em outra passagem: “A morte do meu pai infundiu-me novo ânimo. Eu queria deixá-lo orgulhoso. Não terá sido por mera coincidência que pouco depois, em 1967, concluí um livro que é provavelmente meu trabalho acadêmico mais conhecido.” A obra referida é “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, escrita em conjunto com o cientista social chileno Enzo Faletto, transformada na sequência em um dos clássicos acerca da teoria da dependência, ao lado dos estudos de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e outros.

O sucesso do livro abriu-lhe as portas da prestigiosa Universidade de Paris, a convite do professor Alan Touraine. Ao assumir a docência no campus de Nanterre, Fernando Henrique percebera “uma espécie de inquietação burguesa” nos alunos, entediados com as formalidades excessivas da tradicional instituição, além dos rigorosos padrões comportamentais, a exemplo da proibição tanto de fumar quanto de os estudantes homens visitarem os alojamentos universitários das mulheres.

Encontra-se justamente no bojo deste último item trivial acima mencionado o gatilho que disparou o tsunami de maio 1968 em Paris. No olho do furacão, o autor assistiu de camarote toda a evolução dos acontecimentos, com o privilégio ainda de ser professor do líder da revolta, Daniel Cohn-Bendit, apelidado de “Danny, o vermelho”.

De acordo com Fernando Henrique, ao comparecer ao campus a fim de inaugurar uma piscina, o Ministro dos Esportes da França se viu cercado por estudantes que reivindicavam a revogação da proibição de visitarem o dormitório das universitárias. O Ministro, na galhofa, respondeu que talvez eles “pudessem mergulhar na piscina para acalmar o ardor sexual.” Indignado com a colocação, Daniel chamou-o de “nazista”. Aberta uma investigação para apurar a ofensa, os discentes reagiram com um ato de apoio. A tempestade perfeita estava formada. “Nessa época, era proibido proibir; a pauta do momento era sexo, drogas e rock’n’roll,” contextualizou.

Na capital francesa, o bisneto de Felicíssimo Cardoso conviveu com os pensadores mais renomados daquela quadra, como o historiador Eric Hobsbawn. Participou também do círculo de refugiados brasileiros, onde deve ter recebido a informação de um suposto “esmorecimento da ditadura”. Diante da chance de seu reingresso aos quadros da USP, da revogação de sua prisão e, por último, da saudade do Brasil, FHC decidiu fazer as malas e regressar com a família ao país meses antes da edição do draconiano AI-5.

A análise equivocada da conjuntura brasileira não ocorreria apenas nessa ocasião. Nos primeiros dias de Chile, quando ainda morava em uma república, FHC rememora o diálogo estabelecido entre o jornalista Samuel Wainer e o economista Celso Furtado: “– Não se preocupe, disse [Celso Furtado]. – A ditadura vai durar no máximo dois anos. Wainer encarou Celso, indignado. – Não existe a menor possibilidade de os

militares ficarem no poder *tanto tempo!* Eu assenti, externando firmemente a mesma opinião. Nossos cálculos estavam errados em quase duas décadas.”

Após mais de quatro anos degustando o “amargo caviar”, Fernando Henrique desembarca no Brasil com a percepção de ter carregado na bagagem o vírus das barricadas parisienses. Isso porque semanas depois de reassumir a docência assistiu pela janela de sua sala no segundo andar da Faculdade de Filosofia uma verdadeira batalha campal entre os alunos da USP e do Mackenzie em plena rua Maria Antônia.

O clima de aguda polarização ideológica motivava jovens idealistas a caírem na clandestinidade e abraçarem a opção pela luta armada. Desde o início, FHC percebeu que essa forma de enfrentamento apenas justificaria o recrudescimento do regime autoritário. Incorrendo no mesmo erro de 1935, “os guerrilheiros tentavam fazer uma revolução proletária sem o proletariado.” Para ele, o melhor caminho era a resistência civil, afinal “minha paixão era a democracia”.

Guindado à condição de símbolo da luta contra a ditadura pela comunidade universitária, por ser um dos primeiros exilados a regressar, o autor ouviu pelo rádio sua aposentadoria, em abril de 1969. Na realidade 70 “professores militantes” sofreram as mesmas consequências, todos de alguma forma vinculados ao “seminário Marx”. Apesar da amarga medida, os militares temperaram-na com um ingrediente bem peculiar à cultura política brasileira: concederam-lhes o direito a uma pensão proporcional ao tempo trabalhado e a permanência no país.

Convidado mais uma vez para lecionar na França, FHC recusou enfrentar um segundo exílio. Embora manietado pelas restrições em vigor, buscou canalizar, secundado por outros intelectuais, sua resistência civil no esforço pela criação e estruturação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

(CEBRAP). Nesse sentido, aceitou o valioso apoio financeiro da Fundação Ford, que, ao mesmo tempo, afastou o seu mestre Florestan Fernandes. Eis sua explicação sobre o instituto: "Essa fundação produziria estudos sociológicos e econômicos, mas o objetivo político continuava sendo apoiar a democracia."

Uma das pesquisas realizadas pelo CEBRAP que talvez melhor possa ilustrar a perspectiva esposada, até pelo sucesso editorial alcançado, encontra-se no livro "São Paulo 1975: crescimento e pobreza". Prefaciada pelo cardeal Paulo Evaristo Arns, a obra, em apertada síntese, intentava ressaltar que o crescimento econômico do país privilegiava apenas a elite rica, enquanto a maioria da população perdia renda e não usufruía de serviços públicos de qualidade.

As eleições parlamentares de 1974 ajudaram a aproximar o CEBRAP do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Ulysses Guimarães, única legenda oposicionista, tanto que o instituto formulou a atualização do programa partidário, o que certamente contribuiu para o relativo êxito da agremiação no sufrágio. Quiçá, a mais consagrada vitória do MDB tenha sido a de Orestes Quércia para o Senado por São Paulo. Aliás, chama a atenção do leitor atento a completa ausência de Quércia do livro. Assim como a palavra, o silêncio também merece ser devidamente interpretado.

Como sinal de advertência, uma bomba foi lançada contra a sede do CEBRAP – sem maiores consequências por ser à noite – e, em seguida, todos os seus colaboradores foram intimados a prestar depoimento na Delegacia onde funcionava a temida Operação Bandeirantes (OBAN). O que FHC viveu naquela repartição pública não deixou boas recordações: "Nunca tive estômago para voltar lá."

"Mudança já!" é a epígrafe do sétimo capítulo da autobiografia. Esse título retrata adequadamente o sentimento

que passa a dominar o espírito de Fernando Henrique após empreender uma viagem ao estado de Goiás, curiosamente a terra de seus antepassados. A sincera percepção que desborda da narrativa é a de que a rápida porém sentimental permanência no torrão natal dos ancestrais representou no seu íntimo uma espécie de “rito de passagem”, no melhor sentido antropológico. Em outras palavras, seria como se, a partir daquele exato momento, FHC tivesse assumido um compromisso sagrado com o avô Joaquim Inácio Cardoso ou pactuado uma missão de fé com o bisavô Felicíssimo Cardoso no sentido de ajudar a empurrar a história do país rumo à democratização de corpo e alma.

Eis o roteiro da viagem. Em meados da década de 1970, acompanhado do sofisticado catedrático de Princeton, Albert Hirschman, FHC participou, em Brasília, de uma tensa reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Tensa em decorrência dos comentários acerca de sua iminente detenção, o que não se confirmou na sequência. À noite, jantaram com Severo Gomes, o rebelde ministro do governo Geisel.

No dia seguinte, o casal Cardoso resolveu apresentar ao amigo Albert e sua esposa Sarah os encantos da antiga capital de Goiás – desde 2001 declarada patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. A arquitetura colonial do centro histórico da cidade, fundada pelo bandeirante Anhanguera no século XVIII, tem sua melhor representação no Palácio Condes do Arcos (por engano, chamado pelo autor de “Palácio dos Remédios”), onde, aliás, repousa uma fotografia de Felicíssimo Cardoso, bisavô do anfitrião, mostrada aos visitantes estrangeiros.

Da Cidade de Goiás, os quatro seguiram para a fazenda de um primo de FHC, localizada no município de Jaraguá/GO. Ao chegarem na propriedade rural, diante

da frugalidade da sede, Albert e Sarah aparentemente não se sentiram muito confortáveis. No entanto, tudo mudou quando Albert achou um exemplar da "New York Review of Books." Folheando a revista, como alguém que acaba de descobrir "água no meio do deserto", Albert ouviu a seguinte explicação do primo de Fernando Henrique, vestido rigorosamente como um peão e falando casualmente em um impecável inglês: "Acabei de chegar da União Soviética, e comprei isto no aeroporto em Nova York. Mas realmente não está entre as melhores edições recentes." Ato contínuo, frisou ser diplomata em Moscou, travando um diálogo com Sarah num "russo perfeitamente fluente."

A já engraçada cena torna-se mais hilária ainda ante a reação dos protagonistas: "Albert parecia a ponto de desmaiar. O sorriso do meu primo escancarou." Como não poderia deixar de ser, a descontração dominou o ambiente a partir de então. Observando de longe a espontaneidade de Albert, que brincava como uma criança, FHC refletiu: "Eu tinha esquecido o quanto o Brasil é um país diversificado. Quantos séculos não tínhamos atravessado nas últimas 48 horas? Pelos menos três." Em seguida, assinalou: "Naquela noite, voltei para Brasília com novos projetos. Albert e eu conversávamos animadamente sobre as maravilhas do Brasil, tentando entender as chances da democracia e da mudança. Dessa vez, de volta para casa, eu nem sequer me perdi no caminho."

E os projetos não demoraram a aparecer. A candidatura ao Senado em 1978 foi o primeiro deles. Arrostados vários obstáculos, inclusive anulada a suspensão de seus direitos políticos, atingiu uma expressiva votação, ficando na primeira suplência do senador Montoro. Nessa sua primeira candidatura, recebeu o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos, cujo presidente Luís Inácio da Silva (Lula) chamou-o de "reserva moral" do país.

Assumiu quatro anos mais tarde a cadeira de senador, ante a vitória de Franco Montoro para governador de São Paulo. Ainda em 1982, FHC recebeu convite de Robert Bellah, da Universidade da Califórnia para ocupar a vaga do respeitado Habermas. Parodiando o estilo do Ministro dos Esportes da França, respondeu: "Fico lisonjeado. Mas só poderei aceitar sua oferta se também me garantir um assento no Senado americano. Caso contrário, terei de recusar, pois estou para me tornar senador no Brasil."

Dessa vez, o gracejo não movimentou placas tectônicas como em 1968, arrancando apenas leves sorrisos dos professores. Entrando de vez para a política, mergulhando no "ofício de família", Fernando Henrique Cardoso encerra assim sua autobiografia: "Espero que meus atos tenham sido de natureza a orgulhar meus pais e avós, pois lutei por realizar o seu sonho: o de que um Cardoso deixasse o Brasil um pouco mais perto de se tornar não apenas a terra do futuro, mas o país de hoje".



## **Coleção Brasileira Itaú Traduz o Melhor da História, Iconografia e Literatura Sobre o Brasil**

Jales Guedes Coelho Mendonça<sup>1</sup>

Nilson Jaime<sup>2</sup>

**E**m 1969 Olavo Setubal, principal acionista do Banco Itaú, adquiriu, com o aval da diretoria da corporação, um quadro a óleo (*Povoado numa Planície Arborizada*) executado pelo artista holandês Frans Post. Considerado o primeiro pintor da paisagem brasileira, e domiciliado em Pernambuco entre 1637 e 1644, Post integrou a comitiva de Maurício de Nassau no Brasil. Essa valiosa aquisição representou o primeiro passo para a edificação, nas décadas subsequentes, de um notável acervo de obras de arte, documentos, mapas, peças iconográficas e livros, que hoje formam a Coleção Brasileira Itaú.

Exatos quarenta anos depois da primeira importante compra, foi publicado o livro *Brasileira Itaú – uma grande coleção dedicada ao Brasil* (Rio de Janeiro: Capivara, 2009, 707 páginas), de autoria de Pedro Corrêa do Lago, que retrata essa

1 Promotor de Justiça, Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), membro titular e atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), cadeira nº 5.

2 Mestre e Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), presidente da Sociedade Goiana de História da Agricultura e membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), cadeira nº 6.

verdadeira arca de tesouro. A obra, uma produção luxuosa de capa dura com aproximadamente 2.500 imagens, pesa espantosos quatro quilogramas e nada fica a dever aos sofisticados trabalhos da editora alemã Taschen Books. As apresentações de sobrecapa e interna são da lavra de Olavo Setubal, escritas pouco antes de seu falecimento, ocorrido no dia 27 de agosto de 2008. A publicação estrutura-se em seis partes: a) obras de arte; b) livros e impressos; c) documentos manuscritos; d) cartografia; e) economia e finanças, e f) paulistana.

**Figura 1. Capado livro "Brasiliiana Itaú - Uma Grande coleção dedicada ao Brasil"**



Foto: Nilson Jaime

Em 2014, diante das novas aquisições incorporadas ao acervo, surgiu a necessidade de uma segunda edição. O lançamento da obra ampliada coincidiu com a inauguração do Espaço Olavo Setubal, localizado no prédio do Itaú Cultural, situado na Avenida Paulista, centro da capital bandeirante, depositário dos dois acervos, quais sejam, a Coleção Brasileira e a Coleção Numismática (alusiva a moedas). A entrada na exposição permanente é gratuita e o seu percurso constitui-se num mergulho instrutivo nos cinco séculos da memória histórica e visual brasileira. A variedade e a riqueza do catálogo talvez sejam apenas inferiores ao da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

De acordo com Milú Villela, presidente do Itaú Cultural, o espaço não apenas homenageia o mecenas da cultura como projeta o aludido instituto como “um relevante protagonista na democratização do acesso e no fomento à cultura e à arte brasileiras.”<sup>3</sup> Além disso, agrega à imagem da instituição financeira, com todos os méritos, um poderoso “soft power”. A exposição, uma fração dos 12 mil itens que compõem as coleções, restou formatada em nove módulos: a) o Brasil desconhecido; b) o Brasil holandês; c) Brasil secreto; d) o Brasil dos naturalistas; e) o Brasil da capital; f) o Brasil das províncias; g) o Brasil do Império; h) o Brasil da escravidão; e i) o Brasil dos brasileiros.

## **O Brasil desconhecido**

O primeiro módulo da exposição aborda um período pouco documentado da história do país, sobretudo em razão de o território brasileiro ser ainda desconhecido do

---

3 Milú Villela. Coleção Brasileira Itaú - Prospecto e Guia de Visitação. Itaú Cultural. São Paulo, s.d., 14 p.

colonizador europeu. Segundo o prospecto e guia de visitação distribuídos na mostra,

nenhum artista visitou o Brasil nesse período. As imagens existentes foram criadas na Europa com base em relatos de descrições escritas. O tema dominante era o canibalismo, protagonista de grande parte das gravuras que descrevem o país. Os povos indígenas também são retratados vestidos à moda europeia ou em modelos atléticos imaginados pelos artistas europeus, que nunca os haviam visto.<sup>4</sup>

É dessa fase o raríssimo *Mapa do Almirante* (Estrasburgo, 1522), de Lourentz Fries (1490-1522), que delineia parte do litoral brasileiro, então chamado de “Terra Papagalli”, em latim, ou seja, “Terra dos Papagaios”. Nesse precioso documento, revisam-se as cartas que Martin Waldseemüller (1475-1522) incluía como suplemento em uma das edições da *Geografia de Ptolomeu*, “primeiro atlas geográfico comentado da história”, confeccionado no segundo século da era cristã. Frise-se que o citado Martin, na primeira versão de seu *Cosmographiae introductio* (sem local, 1507), de forma pioneira, denominou o continente recém-descoberto de América – em alusão ao navegador Américo Vespúcio. Segundo Pedro Côrrea do Lago, mais tarde, ele explicaria que a escolha de um nome feminino harmonizar-se-ia com o mesmo gênero dos nomes de Europa, Ásia e África.

O autor de *Brasiliana Itaú* chama a atenção igualmente para um aspecto pouco observado e relacionado especialmente a esse período do “Brasil desconhecido”: os mapas a respeito do país eram impressos em várias nações, menos

---

4 Ibidem.

em Portugal e no Brasil. No afã de decifrar o enigma, Lago assinala:

A ausência do primeiro se explica pela opção política de ocultar as riquezas do Brasil, dificultando-lhe ao máximo o acesso. A inexistência de mapas brasileiros deve-se obviamente ao fato de a imprensa só ter sido autorizada no país a partir do início do século XIX, quando a cartografia de tema brasileiro impressa no exterior já acumulava quase trezentos anos de esplêndidas realizações.<sup>5</sup>

Com efeito, salta aos olhos o esforço despendido pelos arquitetos da coleção Brasileira para reconstituírem o mosaico da legislação luso-brasileira vigente durante os mais de trezentos anos da era colonial (1500-1822). Por tal razão, além de documentos relativos à nossa formação territorial, como o Tratado de Madri (1750), que revogou o Tratado de Tordesilhas (1494), o catálogo ostenta, entre outros, os originais das Ordenações Manuelinas (Lisboa, 1565), do rei Dom Manuel (1496-1521) e da primeira edição do Código Filipino (Lisboa, 1603), conjunto de normas que praticamente regulamentaram a vida privada no Brasil até 1917, data da promulgação do Código Civil elaborado pelo jurista Clóvis Bevilácqua.

O Brasil toma forma ainda em dois atlas clássicos: a *Cosmografia Universal* (Basileia, 1540), do geógrafo alemão Sebastian Münster e a *Delle Navigazioni et Viaggi* (Veneza, 1556), do italiano Giovanni Battista Ramusio, considerado por John Locke um “trabalho perfeito”. Ademais, cumpre salientar a mais famosa gravura quinhentista sobre os brasileiros.

---

<sup>5</sup> Pedro Corrêa do Lago. Brasileira Itaú - uma grande coleção dedicada ao Brasil, p. 622, segunda edição, 2014.

Inserta no livro de Jean e Robert Dugord (Rouen, 1551), a representação artística retrata uma festa em homenagem aos reis Henrique II e Catarina de Médicis, na qual foram exibidos ao público cinquenta índios Tupinambá e Tabajara numa taba simulada. “O espetáculo marcou as imaginações daqueles que assistiram e dos muitos que viram a gravura, intitulada ‘Festa dos brasileiros’, uma das mais ricas e ambiciosas imagens até então publicadas de uma representação teatral,”<sup>6</sup> consignou Lago.

## O Brasil holandês

Os profícuos quase oito anos passados por Maurício de Nassau no Brasil, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, inspiraram bastante os artistas e cientistas de sua comitiva, que divulgaram em livros ilustrados todas as imagens e informações colhidas no país. A presença holandesa ocorreu de 1624 a 1654, destacando-se dessa fase, o já mencionado quadro de Frans Post, que reproduz um pitoresco povoado do Nordeste brasileiro.

A produção bibliográfica associada à ocupação neerlandesa é relativamente extensa e inclui o *Novus Orbis* (Amsterdã, 1633), de Joannes de Laet, uma publicação escrita originalmente em latim e que contém os melhores mapas do Brasil antes da vinda de Nassau. Do mesmo autor, é também a *História da Companhia das Índias Ocidentais* (Leiden, 1644).

Merece realce, de igual modo, a ilustradíssima *Historia Naturalis Brasiliae* (Amsterdã, 1648), de Willem Piso e George Macgraf, considerada a primeira enciclopédia da flora e da fauna do Brasil, primorosamente aquarelada à mão. A obra é tida como um dos maiores tesouros da Brasiliana Itaú,

---

6 Ibidem, p. 111.

pontua Lago, e foi produzido sob os auspícios de Maurício de Nassau,

que desejava oferecer à comunidade culta europeia um relato das pesquisas científicas nas áreas de botânica e zoologia promovidas por ele no Nordeste brasileiro. Durante quase duzentos anos essa obra não só foi a principal fonte da história natural brasileira, como praticamente a única até a década de 1820, quando foram publicados os trabalhos do Príncipe de Wied-Neuwied (Príncipe Maximiliano) e dos sábios bávaros Spix e Martius.<sup>7</sup>

Por último, seria uma lacuna imperdoável a omissão do *Atlas Blaeu*, no justo conceito de Lago “o maior e mais belo atlas de todos os tempos.”<sup>8</sup> Expressão maior da pujança da República Unida dos Países Baixos no século XVII, o *Grande Atlas Blaeu ou Cosmografia Blaviana* foi editado em 1662 pela editora holandesa Blaeu (Amsterdã) e impresso em sete línguas, chegando algumas versões a alcançar doze volumes encadernados em pergaminho e decorados com filete de ouro, o que fazia seu preço equivaler a uma boa casa da cidade neerlandesa. O compêndio buscava consolidar todo o conhecimento da humanidade até então existente. As gravuras de Fran Post e Marcgraf sobre o Brasil e o saber legado pela missão de Nassau, sem dúvida ajudaram a robustecer ainda mais a monumental obra de Joan Blaeu, que frequentemente era usada pelas autoridades holandesas para fins diplomáticos. Nessa direção, consta que o sultão da Turquia ofertou-a ao imperador da Áustria, Leopoldo I.

---

7 Ibidem, p. 111.

8 Ibidem, p. 619.

## O Brasil secreto

Após a expulsão dos holandeses do Brasil, o governo português proibiu a entrada de visitantes estrangeiros em sua colônia americana por mais de 150 anos. O “Brasil secreto” adveio da preocupação em manter o país fechado a possíveis exploradores, sobretudo após a descoberta de grandes jazidas de ouro e diamantes, por volta de 1700, em Minas Gerais, e posteriormente em Mato Grosso e Goiás. Por isso, talvez a imagem que melhor simbolize esse obscuro momento repouse na aquarela *Vistas da baía do Rio de Janeiro*, de T. Sydenham (1795). Isso porque o artista foi obrigado a retratar a cidade maravilhosa da perspectiva do navio inglês, uma vez que as embarcações estrangeiras eram proibidas de atracarem no território brasileiro.

Embora não mencionado por Lago, um grande prejuízo à então inexistente ciência nacional foi o veto à presença do naturalista alemão Alexander Von Humboldt<sup>9</sup> (1769-1859). Apesar de ter viajado pela América do Sul entre 1799 e 1804, percorrendo a Venezuela, Colômbia e Peru, o maior cientista daqueles tempos – precursor de Charles Darwin e influenciador de Simon Bolívar, Thomas Jefferson, Goethe, Ernst Haeckel e Henry David Thoreau – não pode conhecer o Brasil. Em sentido contrário, seus patrícios Spix e Martius e outros naturalistas visitariam demoradamente o país mais tarde, após a chegada da família real, expulsa pela invasão napoleônica.

Ao longo do importante ciclo econômico da mineração (século XVIII), grandes talentos poéticos se manifestaram, a exemplo de Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, expoentes da Inconfidência Mineira. Na mesma Minas

---

<sup>9</sup> Sobre Humboldt, ler Andrea Wulf, *A invenção da natureza – a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt* (São Paulo: Crítica, 2016. 587 páginas).

Gerais, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, surge como um mito das artes nacionais, produzindo *Nossa Senhora das Dores*, imagem de cedro policromado.

É desse período o primeiro livro impresso no Brasil, quase 300 anos depois da Bíblia de Gutemberg, a primogênita publicação europeia. Trata-se do livro *Relação da entrada do Bispo do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 1747), de Luiz Antônio Rosado da Cunha, editado na Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonseca. Como a existência de tipografia na colônia era terminantemente proibida pelo rei de Portugal, o aparecimento do citado opúsculo é creditado a um cochilo das autoridades portuguesas. Corrobora a interpretação o fato de Dom João V, ao tomar ciência do acontecido, ter determinado o confisco do prelo e a apreensão da obra. Aliás, o mesmo destino sucedido com *Cultura e Opulência do Brazil*, de autoria do padre Antonil, impressa no exterior em 1711 e só republicada no país 126 depois.

Em relação ao pioneirismo do livro de Luiz Antônio Rosado Cunha, sublinhe-se que houve uma polêmica bibliográfica envolvendo a obra do brasileiro José Fernandes Pinto de Alpoym, intitulado *Exame dos Artilheiros* (Lisboa, 1744). Malgrado na capa constar a cidade portuguesa como o local da edição, especialistas advogavam que a impressão ocorrera no Brasil. No século XX, entretanto, várias investigações refutaram a suspeita.

Algumas peças da coleção Brasileira merecem destaque. A primeira delas é *Governo de Mineiros* (Lisboa, 1770), de Jozé Antônio Mendes, raríssima publicação de um brasileiro na área médica. Segundo Lago, o autor "redigiu um manual para pessoas que, sem formação médica e distantes das cidades com hospitais, precisavam cuidar de seu empregados

e escravos.”<sup>10</sup> A outra refere-se ao *Diccionario portuguez, e brasiliano* (Lisboa, 1795) do frei franciscano José Mariano da Conceição Velloso, criador de um léxico português-brasileiro, sendo brasileira a língua Tupi-Guarani.

## O Brasil dos naturalistas

O módulo 4 da exposição apresenta a “era das luzes”, iniciada com a chegada da família real e a abertura dos portos, em 1808. O Brasil “foi finalmente revelado ao mundo e, nas décadas seguintes, receberia centenas de artistas e cientistas determinados em registrar o território, seus costumes, sua flora e sua fauna, movidos pela enorme curiosidade represada nos 150 anos em que o país ficou fechado”.<sup>11</sup> É a parte mais pujante da mostra. O colorido das telas e as gravuras de animais, plantas, florestas, flores e habitantes do Brasil encantam o visitante.

Logo nos albores desse ciclo, o país ganhou uma obra que tornar-se-ia a mais famosa de sua historiografia produzida por um estrangeiro: *History of Brazil* (Londres, 1810), do inglês Robert Southey. Pedro Lago explica que Southey viveu sua juventude em Lisboa e planejava escrever uma história de Portugal, mas “julgando o projeto ambicioso demais, voltou-se para uma História do Brasil, que lhe pareceu mais fácil de realizar, mas que evoluiu para tornar-se uma obra monumental em três volumes”.<sup>12</sup> Seu trabalho, republicado pelo consórcio das editoras Itatiaia e Edusp<sup>13</sup>, na Coleção “Reconquista do Brasil”, constitui até hoje um estudo de referência e essencial para a compreensão de nosso passado.

---

10 Pedro Corrêa do Lago. Op. cit., p. 153.

11 Milú Villela. Op. cit.

12 Pedro Corrêa do Lago. Op.cit., p. 156.

13 Robert Southey. História do Brasil. 3 volumes. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia/Edusp. 1981.

A Brasileira Itaú possui os originais de quase todos os relatos de viajantes que singraram o país nessa fase, a exemplo de *Travels in the interior of Brazil* (Londres, 1812), de John Mawe; *Travels in Brazil* (Londres, 1816), de Henry Koster; *Reise in Brasilien* (Munique, 1823), de Martius e Spix; *Journal of a Voyage to Brazil* (Londres, 1924), de Maria Graham e *Voyage Pittoresque au Brésil* (Paris, 1835), de Johann Rugendas.

É na secção de fauna e flora que são localizados os mais belos livros e gravuras da coleção. Da série constam os seguintes títulos: *Histoire Naturelle des Tangaras, des Manakins et des Todiers* (Paris, 1805), de Anselme Desmarest, o primeiro álbum de pássaros do Brasil; "*Simiarum et vespertilionum Brasiliensium species novae*" (Munique, 1823), de Spix, catálogo de todos os macacos brasileiros conhecidos à época no país; *Genera et species Palmarum* (Munique, 1823-1831) de Martius, impressionante realização gráfica entre os álbuns dedicados à vegetação brasileira no século XIX; além do clássico de Saint-Hilaire, *Plantes usuelles des Brasiliens* (Paris, 1824).

Ainda sobre a fauna e flora, calha ressaltar que os naturalistas trataram os índios como "parte da fauna" brasileira, nos termos da mentalidade então prevalecente. Os intelectuais devotavam tanto interesse pelos povos indígenas que Spix e Martius chegaram a levar para a Alemanha um casal de índios (Miranha e Iuri ou Puri), que pouco depois faleceu por não suportarem "a mudança de clima," de acordo com Martius.

## **O Brasil da Escravidão**

A escravidão, nódoa que maculou quase quatrocentos anos da vida brasileira foi retratada por uma série de artistas viajantes, como o inglês Henry Chamberlain, que visitou o Rio de Janeiro em 1817 e, em 1822, lançou em Londres a

primeira coleção de gravuras focada na mão de obra servil. Esse capítulo determinante da história do Brasil é esquadrihado no módulo 8 da exposição e permeia grande parte do livro *Brasiliانا Itaú*.

Os trabalhos do alemão Rugendas e do francês Debret “mostram cenas da escravidão em contextos diferentes – o rural e o urbano, o cotidiano de trabalhos forçados e os raros momentos festivos.”<sup>14</sup> Publicado no mesmo ano em alemão *Malerische Reise In Brasilien* (Paris, 1835) e em francês *Voyage Pittoresque au Brésil* (Paris, 1835), o livro do pintor Johann Moritz Rugendas – traduzido no Brasil como *Viagem Pitoresca Através do Brasil* (Belo Horizonte: Editora Villa Rica, 1994) –, “ampliou a repercussão da descoberta das novas imagens autênticas do Brasil pelo público culto europeu, que agora chegavam a mais de trezentas se adicionadas as gravuras dos dois álbuns.”<sup>15</sup>

Destaca-se em seu trabalho gravuras que se tornaram conhecidas de todos os brasileiros através dos livros de História, como nas imagens de “negros no porão do navio”, “capitão do mato”, e “punições públicas”, em que um escravo é chicoteado por um feitor, também negro, observado pelo senhor e pessoas do povo.

O mais famoso álbum de gravuras de um artista viajante, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (Paris, 1835), do francês Jean-Baptiste Debret, no dizer de Lago,

merece sua reputação por todos os títulos: a precisão e acuidade da observação, a qualidade do desenho, a excelência da técnica litográfica e a variedade de temas que abrange, desde os grandes eventos políticos, aos utensílios indígenas, passando pelas roupas, da

---

14 Milú Villela . Op. cit.

15 Pedro Corrêa do Lago. Op. cit., p. 210.

flora e da fauna brasileiras, enfim, tudo de curioso que o artista pode observar nos quase quinze anos que passou no Rio de Janeiro, com algumas incursões pelas províncias.<sup>16</sup>

É de Debret a conhecida gravura *Sapataria*, na qual dois negros trabalham em seus ofícios enquanto um terceiro é castigado com “bolos” de uma palmatória pelo senhor. Também *Aplicação do castigo do açoite; Pequena moenda portátil; O regresso de um proprietário de chácara* e diversas outras imagens de “negros de ganho” em seus afazeres, vendendo arruda, capim, leite, cabra, cavalo, tabaco e milho, em cenas urbanas que são verdadeiros retratos do Brasil antes do advento da fotografia.

## **Goiás e o Brasil das Províncias**

As províncias foram menos retratadas pelos artistas viajantes do que a capital, Rio de Janeiro, mas diferentes regiões do Brasil foram episodicamente documentadas. Um exemplo é *Panorama da Cidade de São Paulo*, de A. J. Pallière, encomendada pelo imperador Dom Pedro I e considerada a obra mais importante da iconografia paulistana anterior à fotografia. O folder da exposição informa que “o óleo sobre tela desapareceu ao ser vendido após a Proclamação da República e ficou esquecido por 110 anos, até ser redescoberto em 2001, quando foi integrado à Coleção Brasileira Itaú.”<sup>17</sup>

Destacam-se ainda, no “Brasil das províncias” (módulo 6 da exposição) a *Vista de São Luís do Maranhão*, pintada por volta de 1860, bem como a *Vista Panorâmica da Baía de Belém do*

---

16 Ibidem, p. 206.

17 Milú Villela. Op. cit.

*Pará*, de 1870, ambas de autoria de J. L. Righini, obras de escola da iconografia pátria.

Embora prestes a completar 300 anos, Goiás tem pouca visibilidade tanto no livro quanto na exposição. Na mostra, aparece mencionada apenas uma vez, notadamente quando da divulgação da gravura de Thomas Ender (*Vista da Serra das Figuras do Rio Maranhão*), presente no livro *Reise in innern von Bresilien* de Emanuel Pohl (Viena, 1827).

No livro, por sua vez, são somente três remissões iconográficas. A primeira delas, já mencionada acima, refere-se ao Rio Maranhão. A segunda também encontrada na mesma obra de Pohl – publicada no Brasil como *Viagem no Interior do Brasil* (Itatiaia/Edusp, 1976, 417 páginas) – que retrata com certa verossimilhança a Cidade de Goiás, antiga capital, inclusive mostrando a Igreja de Santa Bárbara, construída no cume de um morro vilaboense.

A terceira abriga-se no bojo do livro *Expedition dans les parties centrales de l’Amerique du Sud* (Paris, 1850), de François Louis de Castelnau, integrante da grande expedição científica francesa que explorou e estudou o interior do Brasil em meados do século XIX. A gravura *Praça do Palácio de Goiás* retrata uma paisagem urbana de Vila Boa, onde se vê uma centena de escravos ajoelhados, vigiados por militares, em frente à Catedral de Sant’Ana.

Pedro Corrêa do Lago apresenta gravuras não existentes na versão em português da obra de Castelnau (*Expedições às Regiões Centrais da América do Sul*, editora Itatiaia Edusp, 2.000, 448 páginas), traduzido a partir do original citado, como o desenho colorido de “Chiotay”, chefe dos Xerentes (hoje habitantes de Tocantínia, Estado do Tocantins, na ocasião província de Goiás)

Naturalistas viajantes que passaram por Goiás, como Saint-Hilaire, Aires de Casal e Louis D'Alincourt têm pouca ou nenhuma visibilidade na mostra, assim como Louis Cruls, ausente, o que colabora para a pequena presença de Goiás na exposição e no livro. Os relatos de viagens dos aludidos autores primam pela descrição, sem inserção de imagens.

Rugendas, que nunca esteve no estado cerratense, dá notícias do comércio entre esta capitania e Minas Gerais em pelo menos duas ocasiões em seu livro *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, supra mencionado. Chega a inserir a colorida litografia *Habitans de Goyaz*, mas vê-se claramente que trata-se de uma idealização do alemão, já que o vaqueiro retratado lembra mais um gaúcho com espécie de túnica árabe cobrindo a cabeça. Bem diferente do estereótipo do vaqueiro goiano daqueles tempos e de hoje.

A respeito da exposição e do livro *Brasiliana Itaú* pode-se escrever um tratado ou uma tese de doutorado. Devido ao ancho espaço que isso demandaria, deixamos de descrever o módulo sobre o "Brasil do Império" que abrangeria esse importante período da história brasileira, bem como o "Brasil da Capital", com dezenas de trabalhos iconográficos e históricos sobre a cidade maravilhosa. "O Brasil dos Brasileiros", que aborda a consolidação republicana no país, a literatura brasileira e a Semana de Arte Moderna exigiriam outro artigo, que pretendemos escrever em breve.

Em resumo, a *Brasiliana Itaú* – uma grande coleção dedicada ao Brasil, o livro e a exposição, merecem ser lido e visto, pois nada ficam a dever aos melhores museus e raisonnés do mundo.

## Referências Bibliográficas

CASTELNAU, F. de L. de. Expedições às Regiões Centrais da América do Sul. Belo Horizonte / São Paulo: Editora Itatiaia / Edusp, 2.000. 448 p.

LAGO, P. C. do. Brasiliana Itaú – uma grande coleção dedicada ao Brasil. Rio de Janeiro: Capivara, 2009, 707 p. il.

LAGO, P. C. do. Brasiliana Itaú – uma grande coleção dedicada ao Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Capivara, 2014, 728 p. il.

POHL, J. H. E. Viagem no Interior do Brasil (Belo Horizonte / São Paulo: Editora Itatiaia / Edusp, 1976. 417 p.

SOUTHEY, R. História do Brasil. 3 volumes. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp. 1981.

RUGENDAS, J. M. Viagem Pitoresca Através do Brasil. Coleção Reconquista do Brasil (3ª série), vol. 8. Belo Horizonte / São Paulo: Editora Itatiaia / Edusp, 1989. 166 p. il.

VILLELA, M. Coleção Brasiliana Itaú – Prospecto e Guia de Visitação. Itaú Cultural. São Paulo, s.d.

WULF, A. A invenção da natureza – a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt São Paulo: Crítica, 2016. 587 p. il.



## **Multiplicar as Prisões é Civilizar a Província! Cadeias e Presídios em Goiás (1840-1889)**

Thalles Murilo Vaz Costa<sup>1</sup>

**A**s cadeias existiam no Brasil desde os tempos coloniais. Devido aos custos dessas edificações e à vigência de um sistema punitivo vinculado ao tronco, pelourinho e à forca, essas instituições ficavam limitadas às maiores vilas e simbolizavam o domínio dos “homens bons”.

Em localidades de porte, situavam-se no térreo e/ou subsolo de um sobrado cuja parte superior destinava-se à câmara municipal. Por conseguinte, casa de câmara e cadeia eram partes de um todo, frações intercambiáveis do sistema de poder (BOXER, 2011, p. 267).

No final do século XVIII, poucas localidades goianas possuíam tais instalações. O tipo de sociedade móvel formada com base na mineração não permitia a fixação da população num mesmo lugar e apenas os povoados com sistema burocrático estabelecido ou integrados comercialmente com outras regiões conseguiam ter recursos suficientes para edificar e manter prisões.

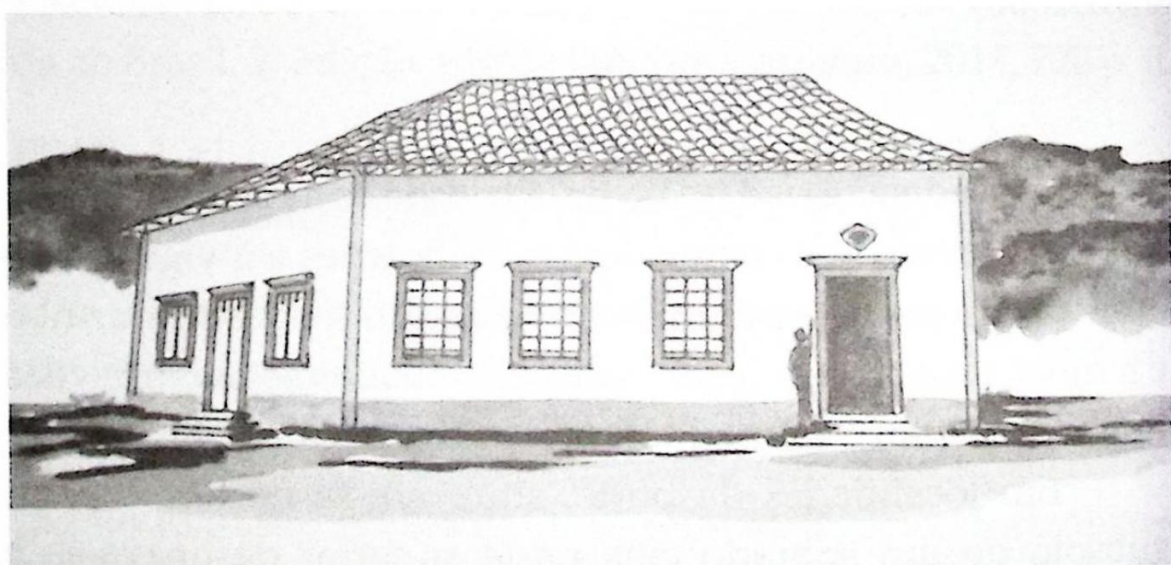
Conforme o cronista Luís Antônio da Silva e Souza, cerca de uma década antes da independência havia cadeias

---

<sup>1</sup> Professor da SEDUC-GO. Graduado (UEG/Anápolis) e mestre (UFG/Goiânia) em História. Bacharelado em Direito na Faculdade Raízes/UniEvangélica (Anápolis).

em Vila Boa (Cidade de Goiás), Meia Ponte (Pirenópolis) e Santa Cruz e Traíras, situadas na porção meridional ou central do imenso território. Na maioria dos arraiais inexistiam cárceres.

**Figura 1. Prospecto da casa de câmara e cadeia de Vila Boa em 1751. No prédio térreo, as grades nas janelas laterais evidenciam o espaço do cárcere (GANDARA; SILVA, 2018, p. 242-243).**



Fonte: GANDARA; SILVA, 2018.

A construção de prisões na província mediterrânea ocorreu concomitante à afirmação do Estado Nacional brasileiro, impulsionada pela ascensão do movimento denominado regresso conservador, em fins da década de 1830.

De acordo com Ilmar Mattos, ainda no período regencial os conservadores (saquaremas) despontaram-se na crise política da monarquia, apresentando soluções aos impasses criados pelas reformas descentralizadoras, que insuflaram os conflitos civis ameaçadores da integridade territorial e da estabilidade da escravidão, pilares inquestionáveis do país na ótica do citado grupo.

**Figura 2.** A reforma finalizada em 1766, no governo de João Manoel de Mello, construiu o sobrado que por quase dois séculos serviu de câmara e cadeia na antiga Vila Boa de Goiás. O prédio passou por inúmeras reformas e foi desativado no século XX, transformando-se no atual Museu das Bandeiras.



Fonte: GANDARA; SILVA, 2018.

Para eles, “a manutenção de uma ordem e a difusão de uma Civilização apareciam como objetivos fundamentais; eram também os meios pelos quais empreendiam a construção de um Estado e a constituição de uma classe (MATTOS, 2017, p. 293).”.

Nesse espírito de construção da ordem, iniciaram-se as reformas penitenciárias do segundo Império, cujo principal símbolo foi a casa de correção no Rio de Janeiro, inspirada naquilo que de mais moderno existia na época.

Nas províncias, os chefes do Executivo, filiados ideologicamente ao grupo hegemônico no paço, estimulavam a edificação de instituições semelhantes, com observância das condições financeiras locais. Como não era possível obras do porte de casas de correção ou penitenciárias em Goiás, pelo

menos cadeias em moldes próximos aos definidos na Constituição de 1824 deveriam existir.<sup>2</sup>

Consoante texto de Carlos Aguirre, após as independências as elites latino-americanas almejavam adotar os modelos prisionais desenvolvidos na Europa e nos EUA, exatamente com a intenção de projetar uma imagem moderna e civilizada de si e do seu país, afastando-se do passado colonial, visto como os tempos sombrios dos calabouços e das masmorras absolutistas. Nesse jogo de representações:

Costumavam ressaltar o agudo contraste entre o que os comentaristas ilustrados viam (e lhes causavam vergonha) em seus próprios países e os 'êxitos' das nações 'civilizadas' na implementação de políticas sociais, como era o caso da luta contra o delito e a criação de regimes carcerários modernos (AGUIRRE, 2009, p. 38).

No caso brasileiro, tais ideias já ganharam algum corpo com a promulgação do código criminal de 1830. Por si, ele representava os ares contemporâneos ao reunir num só documento a matéria penal, semelhante aos editados na França napoleônica anos antes.

Mesmo assim, o legado das ordenações manuelinas e filipinas se manteve vivo, particularmente quanto ao leque das punições previstas (morte, galés, açoites e banimento) e à ausência de regulamentação sobre os cárceres. Estes dois pontos foram focos da crítica de juristas durante a vigência daquele diploma.

O código de processo criminal de 1832, complementar ao anterior, extinguiu antigos cargos (como ouvidores e juízes de fora) e fixou as atribuições judiciais das novas figuras,

<sup>2</sup> Art. 179, inciso XXI: As Cadêas serão seguras, limpas, e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circunstancias, e natureza dos seus crimes.

como promotores públicos, juízes de paz, juízes municipais, juízes de direito, entre outros (NEQUETE, 1973, p. 63-70).

Essa lei incumbia juízes de direito e promotores públicos de visitar as cadeias de sua comarca, conversar com carcereiros e presos e, ao final, propor um relatório a ser apresentado ao presidente de província comentando sobre a situação geral de tais espaços dentro da circunscrição judiciária.

Além de esboçar alguma preocupação com o tema carcerário, esse dispositivo normativo serviu para aproximar as autoridades judiciárias recém-criadas das prisões. Alguns desses relatórios sobreviveram ao tempo e revelam dados importantes sobre as cadeias da Cidade de Goiás e de Meia Ponte.

Em 1836, o leigo investido nas funções de juiz de direito da capital, João Nunes da Silva Júnior, juntamente com o promotor, fez a inspeção da cadeia da capital, principal estabelecimento do gênero em toda a província.

Ela tinha uma estrutura simples, com casa forte, enxovias, celas femininas e uma cozinha. Em termos de pessoal, trabalhavam o carcereiro (responsável por dar entrada e saída, fornecer alimentos e administrar os presos), soldados de primeira linha e os guardas nacionais (estes dois últimos encarregados da vigilância). Em caso de ferimentos ou doenças mais graves, os apenados eram socorridos no Hospital São Pedro de Alcântara.

O carcereiro na época era Bonifácio Ferreira da Luz. Ao ser interpelado, contou que “se achavão treze pessoas prezas”. O relatório prossegue elencando os encarcerados e suas características:

[...] na caza forte – Joze Francisco pardo natural do Corumba, de idade de quarenta e hum annos mais ou menos, casado que vive de lavrador, sentenciado

a pena ultima pelo segundo Conselho de Jurados da Vila de Meia Ponte a vinte seis de abril de mil oitocentos e trinta e seis pela morte feita a Antônio Pereira Gonçalves [...]; Joaquim Pimenta crioulo forro de cinquenta anos mais ou menos natural da villa de Pillar preso a cinco de julho do corrente anno a ordem do juiz de paz desta cidade que pronunciou pelo furto de huma novilha [...].<sup>3</sup>

A primeira nota de relevância é a justaposição no mesmo espaço de acusados de delitos diferentes, como o homicida condenado à pena de morte e o acusado de roubar uma novilha. A disposição dos apenados nas celas não correspondia à gravidade ou tipo dos crimes praticados, dando margem para a discricionariedade do carcereiro, organizador do espaço interno. Ademais, a situação conflitava com a Constituição de 1824.

Ainda na fonte, predominava a caracterização do crime, da pena e do apenado, enfatizando o elemento cor e a condição social. Após descrever os que estavam na casa forte, o juiz de direito passou a dissertar sobre a enxovia, situada sobre a primeira e com nove presos.<sup>4</sup>

Em todo o documento, o único branco detido era o septuagenário paulista Manoel Carvalho, acusado “de reduzir huma mulher livre a escravidão”, crime largamente praticado nos oitocentos.

A cadeia da capital possuía celas específicas para as mulheres, mas que permitiam o contato com os homens, haja vista estarem separadas tão somente por grades de ferro.

---

3 CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 30 de setembro de 1837, p. 4. Traslado do auto de visita feita nas cadeas desta cidade [Goiás, capital] aos tres dias do mês de agosto de 1837.

4 CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 30 de setembro de 1837, p. 4. Traslado do auto de visita feita nas cadeas desta cidade [Goiás, capital] aos tres dias do mês de agosto de 1837.

Durante a inspeção, duas estavam presas por homicídio. Eram elas: “Camila, cabra, solteira, natural do Arraial de Anta, de idade de vinte e tantos anos, escrava da falecida Anna de Paula Neto”, condenada a pena de morte e depois convertida a prisão com trabalho; e “Rita Laura, mestiça, viúva, de idade de trinta e oito anos, natural da Vila de Trairas, e residindo na de Meiaponte, sentenciada pelo segundo Conselho de Jurados da mesma Vila a pena última pela morte feita a seu marido Antônio Pereira Gonçalves.”<sup>5</sup>

Dando crédito à fonte, a primeira tinha matado seu senhor, sendo condenada inicialmente à pena de morte, convertida a prisão com trabalho. Já a segunda ceifou a vida de seu próprio marido. Em ambos os casos, duas mulheres de cor (uma livre e outra escrava) pagavam caro por delitos que colocavam em xeque os alicerces de uma sociedade patriarcal e escravista.

O documento ainda traz à tona trajetórias de pessoas rumo ao cárcere e situações corriqueiras das prisões oitocentistas goianas, como a extensão do tempo da pena enquanto o detento não pagasse a multa cominada junto com a privação da liberdade, a frequente comutação da pena de morte na de prisão com trabalho ou galés, a condenação à pena capital de escravos e homens livres de cor, presos sem registro de entrada na cadeia, entre outras.

Dado importante a respeito da comutação da pena de morte em prisão com trabalho em Goiás é que apenas no final do século XIX foram criadas instalações para atividades laborais nos cárceres. Antes disso, portanto, esse tipo penal era praticamente letra morta, apesar de exarado em muitas sentenças.

---

<sup>5</sup> CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 30 de setembro de 1837, p. 4. Traslado do auto de visita feita nas cadeas desta cidade [Goiás, capital] aos tres dias do mês de agosto de 1837.

Um detalhe salutar aparece no fim da fonte, quando as autoridades interrogam os detentos sobre as condições da cadeia. Segundo o juiz, “responderam todos que eram bem tratados pelo carcereiro, que recebiam o sustento e que as prisões se achavao limpas.”<sup>6</sup>

A passagem, cujo descompasso com a realidade é no mínimo presumível, revela mais sobre a mentalidade das autoridades brancas do que propriamente as condições dos presos, reconhecidamente péssimas em todo o período.

Se a situação dos presos na principal cadeia da província era ruim, nos outros lugares nem mesmo havia tais espaços e os detentos ficavam amarrados ou acorrentados nos troncos ou no máximo em casas comuns, à espera de transferência para a capital ou outra mais próxima.

Ainda em 1836, o presidente provincial e futuro senador, José Rodrigues Jardim, comentava sobre a falta de cadeias e propunha que se fundasse, pelo menos, “huma em cada comarca, e na respectiva vila mais populosa [...]”<sup>7</sup>

No ano seguinte, o prócer goiano Luiz Gonzaga de Camargo Fleury ratificava a situação:

Em quase todas as Villas da Provincia não há cadeas publicas, e apenas insuficientes cazas alugadas servem para a retenção dos criminosos. Por não haver cadea na Villa da Palma foi conduzido para a de Natividade hum soldado de 1ª linha, condenado pelo juiz de paz a prisão por hum crime policial, e seos condutores o assassinarão durante a jornada; em Arrayas achando se em ferros em huma casa que serve de prisão hum miserável preto culpado no assassinato do filho do seo

6 CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 30 de setembro de 1837, p. 3-4. Traslado do auto de visita feita nas cadeas desta cidade [Goiás, capital] aos tres dias do mês de agosto de 1837.

7 RELATÓRIO que a Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exm. Presidente da mesma provincia, José Rodrigues Jardim, p. 9. In: Memórias Goianas nº 3. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1835-1843). Goiânia: editora da UCG, 1986.

srn., foi morto na prisão a facadas e de noite; tudo isso he devido a falta de cadeas, por quanto nelas a mesma segurança que impede a fugida do reo, serve para guarda-lo de seos inimigos.<sup>8</sup>

As invasões nas casas particulares utilizadas precariamente como prisões quase sempre terminavam em tragédia, assim como os justicamentos protagonizados por paredros locais sobre presos em transferência. Também eram frequentes os arrombamentos para libertação.

De ponta a ponta, o território tinha à época (1837) quase 400 léguas. Estava dividido em quatro comarcas, duas no sul (capital e Santa Cruz) e duas no norte (Cavalcante e Palma), não havendo nenhuma cadeia nas sedes dessas últimas. Houve interesse das elites em mudar essa situação e muitas vezes retiravam do próprio bolso valores para a construção de cadeias, tamanho a necessidade.

A lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, reformou o código de processo criminal, consolidando uma estrutura judiciária e policial centrada no cargo de chefe de polícia, herdeiro das funções do juiz de paz. A mudança foi completada pelo decreto nº 120, de 31 de janeiro de 1842.

Com isso, a chefatura passou a concentrar inúmeros poderes, inclusive sobre as cadeias. Em 1847, valendo-se de tais prerrogativas, o chefe de polícia Estevão Ribeiro de Rezende criou o primeiro regulamento da cadeia da capital,<sup>9</sup> aprovado pelo governo imperial por meio do aviso de 11 de agosto do mesmo ano. Esse documento, em tese, serviu como parâmetro

---

8 DISCURSO com que o presidente da província de Goyaz fez a abertura da primeira sessão ordinária da segunda legislatura da assembleia provincial no 1º de julho de 1837, p. 34. In: MEMÓRIAS GOIANAS nº 3. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1835-1843). Goiânia: editora da UCG, 1986.

9 REGULAMENTO para a Cadeia da Capital da Província de Goyaz, manuscrito de 1847. In: JUNIOR, Eli Braz da Silva. Velha Goiás, velha cadeia: as vozes que se podem ouvir. (Dissertação) - Goiânia, UCG, 2009.

para organização daquela e das outras cadeias que iam surgindo na província.

Nota-se uma rápida expansão do número. Em 1853, o então chefe de polícia, João Bonifácio Gomes de Siqueira, enumerava 13 cadeias<sup>10</sup>, distribuídas nos 20 municípios das 7 comarcas então existentes.<sup>11</sup>

A supracitada autoridade anotou: “Rigorosamente falando, nenhuma delas tem as comodidades e segurança necessárias, nem mesmo a da capital.”<sup>12</sup> Quase duas décadas depois, em 1871, o quantitativo saltou de 13 para 18, mantendo a tendência de expansão até o fim da monarquia.<sup>13</sup>

Além das cadeias, os presídios militares configuravam outro espaço de cumprimento da pena privativa de liberdade em Goiás. Esses estabelecimentos já eram reclamados desde antes,<sup>14</sup> mas ganharam corpo após o aviso de 29 de janeiro de 1849 do Ministério da Guerra.<sup>15</sup>

10 Capital, Meia Ponte, Corumbá, Bomfim, Santa Cruz, Catalão, Santa Luzia, Pilar, Traíras, Cavalcante, Natividade, Porto Imperial e Carolina.

11 Eram elas: Cidade de Goiás, Vila de Jaraguá, Cidade de Meia Ponte, Vila de Corumbá, Vila de Pilar, Vila de Traíras, Vila de São José, Vila de Santa Cruz, Vila de Bomfim, Vila de Santa Luzia, Vila do Catalão, Vila de Formosa da Imperatriz, Vila de Cavalcante, Vila de Flores, Vila de Arraias, Vila de Porto Imperial, Vila de Natividade, Vila da Palma, Vila de Carolina e Vila de Boa Vista.

12 RELATÓRIO do estado das cadeas da provincia de Goyaz, com declaração do nº de presos, que a elas forao recolhidos durante o ano de 1853, Secretaria de Polícia, Chefe de Polícia João Bonifácio Gomes de Siqueira, p. 3. In: MEMÓRIAS GOIANAS nº 6. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1854-1856). Goiânia: editora da UCG, 1997.

13 RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm. sr. dr. Antero Cícero de Assis, presidente da provincia, em 1º de junho de 1871, p. 5. In: MEMÓRIAS GOIANAS nº 11. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1870-1874). Goiânia: editora da UCG, 1999.

14 Por exemplo, a criação de um asilo para sentenciados na Ilha do Bananal foi discutida pelas elites goianas nos oitocentos. Em 1829, as atas do Conselho Geral da Provincia registraram um lapidar debate no qual, após ouvir a proposta, um conselheiro provincial a recusou apontando os malefícios de abrigar condenados da justiça próximos aos índios e à capital: “Quanto não seria doloroso que nesta mesma cidade vissemos huns que matassem, e outros que roubassem, passarem ufanos para o azilo e zombarem dalli das nossas desgraças?” Ata da 15ª reunião do Conselho Geral da Provincia de Goyaz, 19 de maio de 1829. In: MATUTINA MEIAPONTENSE, 18 de maio de 1830, nº 22, p. 1.

15 RELATÓRIO apresentado pelo illm. e exm. sr. dr. Aristides de Souza Spindola, presidente da provincia, à Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz, dia 1º de março de 1880, p. 29. In: MEMÓRIAS GOIANAS nº 13. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1880-1881). Goiânia: editora da UCG, 2001.

As funções precípua eram dar apoio logístico à navegação dos rios e manter contato pacífico com os indígenas, medidas que buscavam a integração econômica provincial e o povoamento com colonização branca de áreas distantes.

Em 1872, a província possuía 5 presídios militares, estabelecidos nas margens do Tocantins (Santo Antônio e Santa Bárbara) e do Araguaia (Jurupensem, Leopoldina e Santa Maria).

Eles tinham uma estrutura de colônia agrícola e os detentos conviviam com os demais moradores civis e militares. Havia roças de domínio privado destinadas aos colonos, plantações coletivas para abastecimento dos oficiais e presos, residências, guarnições militares, prisão com casa forte, escolas e oficinas de trabalho.<sup>16</sup> Em geral, eram chefiados por um oficial do Exército, da ativa ou reformado.

O decreto nº 750, de 2 de janeiro de 1851, trazia instruções sobre como deveria funcionar a rotina de trabalho dos homens<sup>17</sup> e das mulheres<sup>18</sup> que cumpriam sentença nesses locais.

Conforme o chefe de polícia Antônio José Pereira, diversos sentenciados solicitavam transferência da cadeia da capital para os presídios militares, buscando melhores condições de vida:

---

16 RELATÓRIO da inspeção geral dos presídios em Goyaz, Major de Engenheiros Dr. João Luiz de Araujo Oliveira Lobo, 8 de maio de 1872, p. 2. In: MEMÓRIAS GOIANAS nº 11. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1870-1874). Goiânia: editora da UCG, 1999.

17 Art. 54. Os presos condenados, que forem cumprir sentenças nos Presídios, serão empregados de dia nos trabalhos das roças, e outros serviços dos mesmos Presídios; á noite serão recolhidos a prisão segura; ficando os homens sempre separados das mulheres também condenadas, que deverão dormir presas e com segurança. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-750-2-janeiro-1851-559333-publicacaooriginal-81519-pe.html>.

18 Art. 58. Não he permitido residirem mulheres solteiras nos Presídios, excepto as que se acharem cumprindo sentença, e as parentas honestas de soldados do Presidio, ou de paizanos que ahi se acharem estabelecidos; Art. 59. As primeiras, isto he, as que estiverem cumprindo sentença, serão empregadas em serviços analogos ao seu sexo, como lavagem de roupa, costuras, e cozinha de guarnição do Presidio, e especialmente dos doentes. As segundas só poderão ser empregadas no serviço dos parentes em cuja companhia estiverem.

[...] quase todos pedem transferência para os presídios do Araguaya afim de ali cumprirem as penas. Esta aspiração geral dos presos, querendo fugir aos escuros e infectos antros, onde lentamente escoao a vida, sem proveito para si nem para a sociedade é um denuncia implícita de que o systema e regimen até hoje adotados nas prisões desta Provincia, estão muito aquém dos reclamos do seculo e nem de longe acompanhao os princípios e pratica já introduzidos em tao momentoso assunto.<sup>19</sup>

A quantidade de pedidos transferência enviados pelos presos às autoridades administrativas, judiciárias e policiais confirma a informação acima,<sup>20</sup> mas não é improvável que alguns tenham sido removidos à força. Todavia, ao que tudo indica, cumprir a pena nos presídios era alternativa para deixar as péssimas condições dos cárceres, principalmente o da capital.

O relatório presidencial de 1881 destaca nominalmente 22 condenados cumprindo sentença neles, sendo 4 mulheres. O número é expressivo para a realidade goiana e, comparativamente, basta dizer que na mesma época a cadeia da capital abrigava 56 pessoas.<sup>21</sup>

Os documentos também demonstram o interesse das próprias autoridades em reduzir a quantidade de presos na

---

19 RELATÓRIO da Secretaria da Polícia da Província de Goyaz, 19 de outubro de 1880, Chefe de Polícia, Antônio José Pereira. Correio Oficial, 3 de novembro de 1880, p. 2. In: MEMÓRIAS GOIANAS nº 13. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1880-1881). Goiânia: editora da UCG, 2001.

20 “Tenho tido frequentes reclamações de presos pedindo a remessa para presídios; invariavelmente tenho observado a proibição do Ministerio da Justiça.” RELATÓRIO apresentado pelo illm. e exm. sr. dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice-Presidente, ao exm. sr. dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, no dia 10 de fevereiro de 1881. In: MEMÓRIAS GOIANAS nº 13. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1880-1881). Goiânia: editora da UCG, 2001.

21 RELATÓRIO apresentado pelo illm. e exm. sr. dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice-Presidente, ao exm. sr. dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, no dia 10 de fevereiro de 1881, p. 34. In: MEMÓRIAS GOIANAS nº 13. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1880-1881). Goiânia: editora da UCG, 2001.

cadeia central e reforçar com elemento humano o povoamento dos presídios, que devido à sua localização em pontos remotos não eram convidativos para muitas pessoas comuns.<sup>22</sup>

Em sentido inverso, um preso desobediente ou em conflito com as autoridades poderia ser devolvido à cadeia, como comprovam os ofícios: “Ao dr. Chefe de Polícia, comunicando para os fins convenientes, ter nesta data mandado recolher do presidio de Leopoldina para a cadea desta capital, o sentenciado José Francisco da Silva Rios, por se ter tornado inconveniente sua estada no mesmo presídio.”<sup>23</sup>

Em 1870, documentos trocados entre a administração provincial sugerem que três pares de detentos estavam sendo deslocados para aqueles estabelecimentos:

Tendo resolvido que dos reos existentes na cadea desta cidade, vão cumprir no presidio de S. Maria do Araguaia o resto da pena a que forão condenados os de nomes Maria do Carmo e Silva, Maria da Penha, Maria Rodrigues da Silva (vulgo Maria Jaraguá), Francisco Alves de Castro Moreno, Manoel Vicente de Moraes e Manoel José do Nascimento, mande abonar-lhes a quantia necessária para sustento em vinte dias, a qual devera ser entregue ao capitão João Batista da Silva, encarregado de os fazer conduzir até aquele presídio.<sup>24</sup>

Não está claro se se trata de casais, porém, em consonância com as normas reguladoras imperiais, devia-se dar preferência aos casados em detrimento de solteiros para cumprir o apenamento naqueles espaços.

---

22 “Ao Dr. Chefe de Polícia, para que informe que presos se achão na cadeia desta Cidade cumprindo sentenças condenatórias, e que estejam nas circunstancias de as ir cumprir nos presídios do Araguaia.” CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, n. 21, 22 de setembro de 1852, p. 3.

23 CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 1878, n. 19, p. 1.

24 CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 27 de agosto de 1870, p. 1.

Além disso, confirma que havia algumas alternativas aos presos para cumprirem a pena em outros locais, o que certamente abria espaços de negociações entre os apenados e as autoridades.

## **Pardieiro Imundo e insalubre: o Cotidiano na Cadeia da Capital e os Projetos de Reforma no Século XIX.**

As fontes perquiridas permitem vislumbrar o cotidiano dentro das prisões goianas oitocentistas, particularmente na da capital.

Em 1873, um grupo de presos pobres escreveu um ofício ao presidente da província “pedindo que a etapa a que tem direito seja-lhes dada em dinheiro e a permissão para mandar cosinhar fora”<sup>25</sup>, em razão das constantes críticas sobre a má qualidade dos alimentos fornecidos.

As brigas entre detentos deveriam ser frequentes. Em 1876, um jornal informava que “travarão-se de razões entre si os dois sentenciados”, saindo ferido o carcereiro ao tentar apartar. Ato contínuo, “a guarda da cadeia poz termo ao conflito, metendo em ferros o insubordinado.”<sup>26</sup>

O abuso de autoridade era endêmico no interior dos cárceres. A velha prática do recrutamento forçado dos presos aparece com muita frequência, constituindo uma espécie de dupla punição ou *bis in idem*.

Em 1873, o presidente da província solicitou ao carcereiro da capital manter presos os réus solteiros não julgados “até se verificar se está ou não no caso de assentar praça na 1ª linha.”<sup>27</sup> Nesta situação tão comum, ex-detentos se

---

25 CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, n. 473, 31 de maio de 1873, p. 2.

26 CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 4 de março de 1876, p. 4.

27 CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 12 de maio de 1852, p. 3.

transformavam num piscar de olhos em membros das forças armadas nacionais.

Outra manifestação de abuso, e que implicava num apenamento particular, ocorreu com o sentenciado às galés perpétuas Marcelino Mendes, obrigado pelo carcereiro a limpar sozinho a latrina. Em 1880, o prejudicado denunciou as arbitriedades às autoridades provinciais e foi ouvido:

[...] o citado officio de V. S. vê-se que um dos referidos sentenciados, de nome Marcelino Mendes, é empregado exclusivamente no trabalho de asseio das prisoes, quando este serviço compete a todos os prezos, segundo os arts. 164 do regulamento n. 120 de 1842, 32 do regulamento da cadeia desta capital de 3 de março de 1847, aprovado pelo aviso de 14 do agosto seguinte. Convem, portanto, que V.S. dê as necessárias ordens não so para que sejam empregados em trabalhos públicos os condenados a gales, como para que sejam cumpridas as citadas disposições, tornando responsável o carcereiro pelas infrações que forem cometidas.<sup>28</sup>

Há registro de conluio entre autoridades e detentos para fins escusos, como compra de bebidas alcoólicas e fugas. Em 1866, o júri da capital julgou o guarda da cadeia da Cidade de Goiás, José Antônio Martins, pela colaboração na evasão de 10 detentos após recebimento de dinheiro:

E tendo José Antônio Martins fazendo guarda na janela da espia da cadeia, conversava com o preso Manoel Ignacio e nesta ocasião contou-lhe que tinha desejos de desertar e que o não fazia por não ter dinheiro algum. Propoz-lhe Manoel Ignacio então que o deixasse evadir-se da cadeia e dar-lhe-ia sessenta mil-reis com

<sup>28</sup> CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 20 de novembro de 1880, p. 2.

os quais poderia o reu desertar sem temor de que lhe faltassem meios para a fuga. Sahindo da guarda o reu Martins, ajustou-se como seu primo Vicente Thomaz de Araujo para que este o ajudasse na realizado do seu projeto. Na noite de 4 de dezembro do ano passado [1865], fazendo Martins sentinela no oitão esquerdo da cadeia, os presos serrarão a grade e fugirão em número de dez, levando em sua companhia o reu Martins.<sup>29</sup>

Intrigas entre as autoridades repercutiam na dinâmica da cadeia da capital. Em 1876, um caso exemplar foi parar na presidência da província. O carcereiro se recusava a receber guardas presos por infrações disciplinares alegando superlotação. Em contrapartida, o chefe da guarda se negava a enviar homens para a vigilância dos detentos condenados às galés ou prisão com trabalho, dificultando as atribuições do carcereiro.<sup>30</sup>

Abundam na documentação a velha cantilena das autoridades em torno da criação de penitenciárias modernas. Em 1848, Antônio de Pádua Fleury – pai do conselheiro imperial André Augusto de Pádua Fleury, envolvido nas discussões sobre a reforma prisional no Segundo Reinado – falava sobre a impossibilidade de ter “prisões conformes ao systema penitenciário, adotado pelas Nações cultas, que he punir o crime, e melhorar o criminoso, sem atormentar a humanidade.”<sup>31</sup>

Outros externaram termos semelhantes, como o príncipe provincial Antônio Joaquim da Silva Gomes: “era de dezejar, uma casa penitenciária nesta cidade, applicando-se o

---

29 CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, abril de 1886, p. 4. Crhonica do Jury da capital, 5ª sessão ordinária de 7 de abril de 1866.

30 CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, 13 de maio de 1876, p. 1.

31 RELATÓRIO que à Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1848 o exm. vice-presidente da mesma provincia, Antônio de Padua Fleury, p. 11. In. MEMÓRIAS GOIANAS nº 4. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1845-1849). Goiânia: editora da UCG, 1996.

sistema celular, harmonizando com a instrução, com as práticas religiosas e exigência dos trabalhos mecânicos, que produzissem a reforma moral dos condenados.”<sup>32</sup>

Em fins da década de 1870 e início da seguinte, os argumentos sobre a insegurança, o aumento da criminalidade e os custos com transporte, alimentação e vestimenta dos detentos serviram como pano de fundo para propostas de alterações no quadro prisional de Goiás.

Neste cenário, apareceram ideias sobre o redesenho da estrutura carcerária e a montagem de sistemas integrados. Em 1879, o chefe de polícia, Antônio José Pereira, propunha ao presidente da província o seguinte plano:

[...] deveis construir duas cadeas centrais ao norte e duas ao sul, além da desta capital, dividindo para isso a provincia em 5 distritos policiaes, cada um deles com a sua cadea central. Em cada uma dessas cadeas centraes deve-se manter um destacamento de 25 praças, comandado por um oficial de confiança.<sup>33</sup>

Este modelo racionalizado visava a redução de custos e aumento da eficiência de remoção dos detentos, na medida em que esquadrinhava o território em distritos policiais e distribuía quatro prisões em pontos estratégicos. Almejava-se uma logística, com as partes funcionando organicamente e integrando o todo. Apesar da evidente necessidade, a proposta não seguiu adiante.

---

32 RELATÓRIO que à Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1851 o exm. presidente da mesma província, doutor Antônio Joaquim da Silva Gomes, p. 55. In. MEMÓRIAS GOIANAS nº 5. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1850-1853). Goiânia: editora da UCG, 1996.

33 RELATÓRIO da Secretaria de Polícia da provincia de Goyaz, Chefe de Polícia Antônio José Pereira, 19 de outubro de 1879. In. MEMÓRIAS GOIANAS nº 12. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1875-1879). Goiânia: editora da UCG, 1999.

Anos depois, a antiga ideia de transformação da cadeia da capital em casa de correção e trabalho ganhou previsão legal e encaminhamento concreto, ecoando as discussões dos altos escalões da monarquia constitucional sobre as reformas penitenciária e judiciária.

É importante frisar que esse foi um dos acontecimentos mais relevantes relacionados ao cumprimento da pena privativa de liberdade em Goiás na era monárquica, ao pôr em funcionamento oficinas de trabalho e uma escola.

A lei nº 690, de 2 de setembro de 1882, implantou o sistema na cadeia da capital, transformando-a formalmente num “novo estabelecimento”, apesar de estar situada exatamente no mesmo local e do prédio não ter recebido nenhuma mudança estrutural significativa.

Um novo regimento foi publicado em 11 de março de 1884, substituindo o de 1847. Em euforia, o presidente provincial externou:

Sectário da doutrina da reabilitação dos criminosos, não vejo nas prisões sociais jaulas de feras, mas lugar de expiação e de regeneração moral. [...] Cuidei em introduzir nella os elementos vivificadores da reabilitação do delinquente: a instrucção e o habito do trabalho. [...] O trabalho nas prisões, além de ser uma parte essencial da penalidade, é de vantagem para a sociedade e para o próprio preso; e sendo cousa tão fácil de resolver-se, ao menos na cadeia desta capital, não posso explicar o facto de não ter sido estabelecido até hoje senão por indiferença e descuido dos governos.<sup>34</sup>

---

34 RELATÓRIO com que o illm. Exm. Sr. Dr. Cornelio Pereira de Magalhães, presidente da provincia de Goyaz, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 20 de setembro de 1882. Correio Oficial, 23 de dezembro de 1882, p. 2. In. MEMÓRIAS GOIANAS nº 13. Relatórios dos governos da Província de Goiás (1880-1881). Goiânia: editora da UCG, 2001.

Seguiu-se a contratação de mestres de ofício e professores, além da compra de material para a implantação das oficinas e da escola. A iniciativa rendeu alguns frutos, como a venda de produtos fabricados pelos presos.

O discurso oficial sobre a reabilitação dos detentos era mobilizado novamente para trazer os ares de modernidade e civilização tão apreciados pelas elites. No entanto, o palavreado bonito tentava camuflar o fato de que a maioria dos detentos era formada por escravos e pessoas de cor, grupos percebidos como racialmente inferiores.

Essa contradição latente entre a possibilidade de reformar o comportamento do preso e a não aceitação do negro na sociedade escancara a grande dose de hipocrisia exarada nessas apreciações.

As discussões em torno dos cárceres ganharam novos contornos com a proclamação da República. No entanto, as ações efetivas foram poucas e as cadeias continuaram a ser velhos pardieiros cujo maior fruto era a degradação completa do apenado:

Essa cadeia de Goyaz, que é ao mesmo tempo casa de correcção, negra, infecta Bastilha que para vergonha nossa atesta desde os tempo coloniaes, através do Imperio e da República, a incúria e deshumanidade de todos os governos, essa cadeia- correção, prisão, erigida em 1762 no governo, segundo parece, de João Manuel de Mello, essa cadeia que em relatórios officiaes é considerada um pardieiro imundo, que abate, embrutece, aniquila, corrompe e deprava, em cujo recinto, dentro da mais abjecta promiscuidade, passam e repassam figuras hediondas; presos primários e reincidentes; velhos e moços, enfermos e sãos, perversos e outros; em cujo coração ainda vibra sentimento

de bondade; essa cadeia-correção, na qual são amontoados, como numa esterqueira, todos os detritos sociais, simples detentos confundidos com outros, que estão cumprindo sentença;<sup>35</sup>

A necessidade de uma penitenciária com estrutura decente e moderna, capaz de separar os presos por sexo e crime e com locais adequados de trabalho, estudo e tratamento de saúde manteve-se no horizonte de expectativa de juristas e autoridades goianas.

No entanto, apenas na década de 1940 e com inúmeros senões, o estado criou a Penitenciária Estadual. Inaugurava-se novo momento e, igualmente, outros desafios.

### **Considerações Finais**

Não é ocioso falar que a prisão reflete a estrutura de desigualdade da sociedade. Assim, buscou-se perceber como as elites locais tentaram controlar a população indesejável com recurso a essas instituições. Aumentaram a quantidade de cárceres e tentaram criar uma estrutura racionalizada e eficiente para o cumprimento da pena privativa de liberdade.

Como a grande maioria dos presos compunha a população de cor e empobrecida, o discurso de reabilitação era essencialmente uma projeção da imagem de modernidade e civilização que as elites tinham de si e não uma realidade sentida pelos apenados, haja vista a ausência de medidas efetivas para tal.

---

35 VOZ DO POVO, Goiás, 8 de março de 1929, p. 1.

## Referências Bibliográficas

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da pena de prisão: causas e alternativas. São Paulo: Saraiva, 2001.

\_\_\_\_\_. Tratado de Direito Penal. Parte geral: vol. 1. São Paulo: Saraiva Educação, 2019,

BOXER, Charles R. O império marítimo português (1415-1825). Reimpressão. Lisboa: Edições 70, 2011.

COSTA, Marcos Paulo Pedrosa. O caos ressurgirá da ordem. Fernando de Noronha e a forma prisional no Império. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 10ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

\_\_\_\_\_. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 38ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

GANDARA, Gercinair Silvério; SILVA, Paulo Henrique Ferreira da. Casa da Câmara e Cadeia: a aplicação da lei em Vila Boa de Goiás (1830-1890). Labor & Engenho, Campinas, v.12, n.2, p.240-252, abr./jun. 2018.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2015.

JUNIOR, Eli Braz da Silva. Velha Goiás, velha cadeia: as vozes que se podem ouvir. (Dissertação) - Goiânia, UCG, 2009.

MAIA, Clarissa Nunes [et. al.]. História das prisões no Brasil. Volume I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

\_\_\_\_\_. [et. al.]. História das prisões no Brasil. Volume II. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O tempo saquarema. 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 2017.

MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo. Cárcere e fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI - XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2006.

NEQUETE, Lenine. O poder judiciário no Brasil a partir da independência. Império. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973,

\_\_\_\_\_. O poder judiciário no Brasil a partir da independência. República. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973,

PERROT, Michelle. Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. 2ª Edição. São Paulo: Fapesp, 2006.

\_\_\_\_\_. A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar. KOERNER, Andrei (org.). História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 107-127.

SOUZA, Luiz Antônio da Silva e. Memória sobre o Descobrimto, Governo, População e Couzas Mais Notáveis da Capitania de Goyaz. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 16, p. 429-510, 4º trimestre de 1849.

# **Multiplicar as Prisões é Civilizar a Província! Cadeias e Presídios em Goiás (1840-1889)**

## **Resumo**

O artigo analisa a dinâmica de montagem e funcionamento dos cárceres goianos nos tempos do Império, tomando como recorte cronológico o Segundo Reinado. A hipótese defendida relaciona a proliferação dessas instituições dentro do interregno destacado às demandas do processo de formação e consolidação do Estado Nacional brasileiro, haja vista constituírem símbolos do *ius puniendi* e servirem de suporte ao discurso civilizatório das elites instaladas na máquina, a despeito da realidade escravista e racista sobre a qual se assentavam os cárceres.

**Palavras-chave:** prisões; estado-nação; privação da liberdade; civilização; elites; racismo.





## **O Bairro de Campinas: A Querida Campininha das Flores – 208 Anos<sup>1</sup>**

Vivaldo Jorge de Araújo <sup>2</sup>

**S**omente em 15 de junho de 1.907, Campinas era elevada à condição de vila, passando à de cidade em 08 de julho de 1.914, mas a fundação do arraial que lhe deu origem aconteceu em 1.810, com a chegada dos primeiros fazendeiros à região, entre os quais Joaquim Gomes da Silva Gerais, que, no ano de 1.813 ou 1.814, edificou a capela de Nossa Senhora da Conceição, daí ser considerado o fundador da urbe.

Com a vinda dos missionários redentoristas em 1.895 e a consequente criação do colégio Santa Clara a partir de 1.922 e, graças ao idealismo de Edmundo José de Moraes – o pioneiro do rodoviarismo em Goiás -, que promoveu a abertura da rodovia ligando a estaçãozinha ferroviária de Roncador, nas imediações de Pires do Rio, a Curralinho (Itaberaí), com passagem por Campinas, esta veio experimentar um grande surto de progresso econômico-cultural, que muito influiu para sua vizinhança ser escolhida a sediar a construção de Goiânia.

---

1 Artigo publicado no jornal Diário da Manhã de Goiânia no dia 15/06/2018, caderno Opinião Pública, pag. 8. Site do jornal: dm.com.br

2 Ex-professor de História e Língua Portuguesa do Lyceu de Goiânia, ex-assessor jurídico de Tribunal de Justiça, escritor e procurador aposentado do Ministério Público Goiano. Autor de: "Análise Sintática" (1973), "Crepúsculo Vivo" (poemas-1978), "História da Terra Branca e Outras Coisas Mais" (Editora Kelps-2000)

Consta que a escolha já havia sido premeditada por Pedro Ludovico, muito embora, formalmente, existisse uma comissão constituída para tal fim, que estudava todas as condições de implantação do projeto, inclusive levando-se em conta que, nas proximidades de Bonfim (Silvânia), ficaria bem mais barata, por ali já haver um terminal ferroviário.

**Figura 1. Estádio Antonio Accioly Goiânia-GO**



O novo líder goiano, muito culto, honesto e realizador, mas bastante autoritário, considerava melhor o sítio nos arredores de Campinas, porque, além de ser local muito apropriado, não existia ali intransigência de “coronelismo” no comando da política. Por tudo que aconteceu posteriormente, não fosse seu pulso forte, a capital não teria sido transferida para Goiânia. Teve que contrariar companheiros e enfrentar adversários, até mesmo arbitrariamente, e tudo se fez por força de decretos, como muito bem ficou historiado na melhor e mais judiciosa e completa obra sobre o assunto – “A Invenção de Goiânia: O Outro Lado da Mudança”, de autoria do ilustre promotor de justiça e historiador Jales Guedes Coelho Mendonça.

Campinas deixou de ser uma unidade autônima para se integrar no Município de Goiânia e se viu, por muito tempo, relegada ao abandono da administração, embora se constituísse, através de sua grande atividade no comércio e indústria, na maior fonte de arrecadação dos tributos. Sua população continuava convivendo com a poeira das ruas sem pavimentação, sem esgoto sanitário e água encanada. Isso perdurou até o final dos anos 50 e meados dos anos 60.

Chegou a existir no bairro, em 1962, um movimento, que tinha como porta-voz um combativo órgão divulgador — o “Jornal de Campinas” —, dirigido por Waltrudes Cunha, em prol da restauração do município ou da sua emancipação. Havia a participação de importantes membros da comunidade, entre outros, cujos nomes me fogem à memória, cito os pioneiros Osterno Ponteciano e Silva e Licardino de Oliveira Ney, os vereadores José Bibiano de Carvalho, Odon de Moraes, Mussi Rassi, José Luís Bitencourt, José Rodrigues Naves Junior, este foi o grande líder da emancipação da vizinha cidade de Goianira, a antiga São Geraldo. Entre os demais entusiastas, estavam Luís Machado, João de Brito Guimarães, Joaquim Frauzino, José Bitico, Elias Bechara Daher, Cel. Arnaldo Sarmiento, e tantos outros que tinham o respaldo da sociedade, inclusive o missionário redentorista, o saudoso Pe. Nelson Antonino (escolhido presidente de honra) e Manoel Dias Correia (eleito presidente). Waltrudes era tão campineiro que, mesmo sendo atleticano, fundou o Campinas Futebol clube, cujo estádio leva seu nome.

Havia os contrários, segundo os quais, uma emancipação tiraria o “status” de Campinas como capital. Se houvesse um plebiscito, acredito que o sim pela emancipação triunfaria, mesmo sem o apoio da então Vila Coimbra, cujos habitantes

não admitiam seu bairro ficar pertencendo a Campinas. Osterno, que, juntamente com Licardino e outros, entre os quais minha pessoa, havia fundado a Associação Pró-Melhoramentos de Campinas, sempre dizia que a emancipação seria um ideal dificilmente realizável, por isso o trabalho da associação poderia ter efeito mais prático, devido à sua finalidade maior de promover o bem-estar dos habitantes, tal como foi sugerido pelo Pe. Nelson, ao propor a união das duas entidades, conforme relata Geraldo Silva Queiroz, em seu excelente livro “Lembranças de um Pioneiro” (edição de 2018).

Alguns campineiros achavam que a questão poderia ser tratada judicialmente, sob o fundamento de que a supressão da autonomia do município não poderia ter sido realizada por decreto, porquanto já imperava o regime da Constituição Federal de 34. Esta, porém, era omissa sobre criação de municípios e a carta constitucional do Estado de Goiás só foi promulgada em 04 de agosto de 1.935, dois dias depois da assinatura do decreto, que aconteceu em 02 de agosto de 1.935, daí a inviabilidade de qualquer pleito judicial.

Em face da falta de respaldo político, a emancipação seria muito difícil, mas a campanha somente perdeu fôlego após o prefeito Hélio Seixo de Brito ter dado os primeiros passos para a duplicação da Av. Anhanguera (antiga Amazonas e Mal. Floriano) e sobretudo após a sua conclusão, quando Iris Rezende Machado assumiu o comando da Prefeitura, em seu primeiro mandato, no fim da década de 60, ocasião em que todo o bairro foi asfaltado e o governador Otávio Lage se viu pressionado a ampliar a rede de esgoto sanitário. Nas inaugurações, em dias distintos (outubro de 1968), no alto da rua Benjamim Constant, em frente à igreja N.S. Aparecida, tanto a comitiva municipal com presença do prefeito Iris, como

a estadual chefiada pelo então Secretário de Serviços Sociais Gabriel Elias Neto, acompanhado de Marcos Sabag e de funcionários da Saneago, ambas foram recepcionadas na residência de dona Maria Jorge, que se tornou famosa pela produção artesanal de eficiente vermífugo para combate à Tênia (solitária). A iluminação pública somente se completou a partir do ano de 1.974, na gestão do prefeito Rubens Guerra, que exigiu do governo estadual a solução do problema.

Atualmente, Campinas enfrenta a grande dificuldade de um trânsito bastante complicado e o núcleo residencial praticamente cedeu lugar ao comércio, com suas calçadas cheias de ambulantes, que dificultam a passagem dos transeuntes. Que saudade daqueles tempos de outrora! Lembro-me das noites na Praça Joaquim Lúcio e na Av. 24 de Outubro, em frente ao Cine Campinas, onde as lindas garotas passeavam no seu vaivêm, sob os olhares da rapaziada, que mais tarde resultou em pessoas de grande destaque em todos os ramos culturais da atividade humana, mas a maioria delas preferia namorar quem residisse em Goiânia (naquele tempo não se falava em centro da cidade). Como eram alegres as festinhas nas residências, sobretudo as juninas de São João na casa de Vicente de Faria (Av. São Paulo) e de Santo Antônio, em casa do Sr. Fonseca, na esquina da Av. Mato Grosso com a Rua Jaraguá, onde se viam pessoas imbuídas de profunda fé religiosa atravessarem descalças pisando brasas de fogueiras, sem ocorrência de queimaduras!

Nos anos 50, havia o famoso bar do Rufino, na esquina da Av. Paraná com a Rua Pouso Alto, onde a mulherada da zona boêmia freqüentava com vestidos muito decentes e o samba rolava no salão, sem excessos, ao som de bons conjuntos musicais, com a presença de um ótimo cantor, que gostava

de iniciar a noitada com o samba-canção Favela, de Roberto Martins e Waldemar Silva, cujos versos iniciais dizem: “Favela, oi Favela, Favela que trago no meu coração”!

Na Avenida 24 de Outubro, entre as Ruas Quintino Bocaiúva e Jaraguá, havia o bar do Romário, cujo salão era frequentado pela juventude campineira, inclusive as garotas do colégio Santa Clara, em maravilhosos vesperais, aos domingos. Lá, no ano de 1.958, tive a satisfação de conhecer o bravo e erudito jornalista Batista Custódio, fundador do combativo semanário “O Cinco de Março”, precursor de nosso querido “Diário da Manhã” - o mais completo e eficiente jornal da atualidade, que merece o respeito e admiração de todos que amam a cultura, um dos raríssimos jornais do mundo que oferecem caderno especial para opinião de seus leitores.

Era muito emocionante ouvir, em algumas festividades, os seresteiros Josafá Nascimento e Wolmar de Abreu. Este sempre cantava uma bela canção italiana - “Guitarra Romana”. De vez em quando, íamos pela madrugada afora, em serenata para as alunas do colégio Santa Clara, em cuja vizinhança havia a Pensão Fluminense, onde se hospedava uma inteligente jovem mineira goianizada (M.H.F.) que foi a grande paixão dos meus saudosos 20 anos. Quantos sonhos nos encontros quase diários! ... os bailes... As seções do Cine Campinas e do Eldorado (filmes: “O Suplicio de uma Saudade”, “Música e Lagrimas” e “Férias de Amor”, estrelado pela linda Kim Novak) ... Finalmente, uma viagem de trem de ferro (Rede Mineira de Viação). MAS TUDO TERMINOU TÃO DE REPENTE, COMO UM DIA NASCIDO COM ESPLENDOR E QUE, À TARDE, MORREU CHEIO DE DOR LUTANDO CONTRA A NOITE NO POENTE (versos finais de um soneto por mim escrito).

Segundo o filósofo Huberto Rohden, há três tipos de homens no relacionamento com as mulheres: os compreensivos, que as estimam e as entendem; os abusadores, que as tratam como objetos e são capazes de tudo e, finalmente, os adoradores que simplesmente as idolatram. Sempre fui um desses últimos.

Inesquecíveis as festas juninas do Sesc, com as quadrilhas marcadas pelo Salomão e por mim, e as tradicionais barraquinhas do Atlético, no estádio Antônio Acioli, com as quadrilhas marcadas pelo Bosquinho, completadas, às vezes, pelas que vinham da Paróquia São Judas Tadeu, sob o comando do Sr. Branquinho, tendo à frente o saudoso Frei Confaloni, grande torcedor do clube. Nesses eventos sempre acontecia a coroação das lindas rainhas, em festivas noitadas, ao som da famosa bandinha do Louli que, também nas tardes esportivas, animava a vibrante torcida do dragão liderada pelos gritos de um entusiasmado torcedor que exclamava, com todas as forças "Respeita as cores"! Lá aparecia também a figura folclórica de Afonso Gordo, o Afonsinho do pistom, que gostava de aproximar-se de uma garota soprando romanticamente o instrumento.

E por falar em Atlético, aliás não se pode falar sobre Campinas sem se lembrar dele, com todas as suas glórias. É o primeiro clube goiano a derrotar um forte esquadrão europeu, base da seleção de seu país, o CSKA de Sofia, Bulgária, que depois de vitorioso em jogos com tradicionais equipes do Brasil perdeu para o Atlético, em 24/05/1970, pelo placar de 2x1. Curioso é que os jogadores búlgaros não quiseram hospedar-se em um hotel do setor Universitário, exigindo melhor acomodação. Fato estranho, pois eram, na época, cidadãos de um país socialista, que se dizia popular, sempre censurando a burguesia do luxo.

O dragão campineiro, o mais antigo da cidade, foi o primeiro time goiano a conquistar um título nacional, o torneio

da integração, que, embora não reconhecido pela CBF, porque foi organizado pela Federação goiana, contou com a presença 16 clubes de vários estados, no ano de 1.971. São eles, além dos 05 goianos (Atlético, Goiânia, Goiás, Campinas e Anápolis) Fast Club (Amazonas), Sampaio Correia e Moto Clube (Maranhão), Botafogo (Paraíba), Fluminense (Feira de Santana - Bahia), Náutico (Pernambuco), Ponte Preta (Campinas SP), Desportiva Ferroviária (Espírito Santo), Campo Grande (Rio de Janeiro), Fortaleza (Ceará) e União Bandeirante (Paraná).

A decisão final foi com a Ponte Preta, sob o comando do técnico Cilinho. Trata-se do segundo time mais antigo do País, com muita tradição, sendo recordista como vice-campeã, em diversas competições nacionais e internacionais, mas sem conquistar títulos, seja no campeonato paulista ou nacional. O Atlético venceu jogando sob a direção do técnico Paulo Gonçalves, com a seguinte formação: Pedro Bala, Dida, Marcos, João Alves e Tung; Zé Geraldo e Dezoito; Claudinho (Luizinho), Dádi, Pagheti e Raimundinho.

## **Referências Bibliográficas**

“A Invenção de Goiânia: O Outro Lado da Mudança”, de autoria do promotor de justiça e historiador Jales Guedes Coelho Mendonça.

Livro “Lembranças de um Pioneiro” (edição de 2018) Geraldo Silva Queiroz.

Artigo do jornalista Antônio Cesar caldas Pinheiro, membro do IHGG, publicado em “Campininha das Flores”, de autoria do jornalista Antônio Moreira (Editora Kelps-2011)



## O Midas Goiano<sup>1</sup>

Elizabeth Caldeira Brito<sup>2</sup>

**P**ablo Picasso escreveu: “Há pessoas que transformam o sol numa simples mancha amarela, mas há aquelas que fazem de uma simples mancha amarela o próprio sol”. Assim era José Mendonça Teles. De um problema administrativo no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás conseguiu um grande feito. Devido a uma fatura vencida de energia elétrica, construiu uma nova sede para a tradicional instituição que presidia. Ao apresentar o débito à Prof<sup>a</sup>. Terezinha Vieira dos Santos, então secretária Estadual de Educação, na Gestão do Governador Maguito Vilela, ela ofereceu a possibilidade de construção de uma nova sede para a Instituição. Um novo e amplo espaço foi iniciado. Sua conclusão foi realizada na gestão do Governador Marconi Perillo, com o apoio do Dep. Federal Vilmar Rocha.

---

1 Texto publicado no livro José Mendonça Teles: o semeador de futuros. 2019.

2 Elizabeth Abreu Caldeira Brito é Sócia Titular do IHGG e sua 3<sup>a</sup> vice-presidente. É Mestra em Letras e Críticas Literárias pela PUC- GO, Professora e Psicóloga pós-graduada, Sócia Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (onde é 3<sup>a</sup> vice-presidente). Acadêmica da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (onde é 1<sup>a</sup> vice-presidente) e da Academia de Letras do Brasil. É “Doctor Honoris Causa” pela República del Perú e Universidad Peruana de Ciências e Informática. É autora de 16 obras, (6 orgs). Foi articulista semanal do jornal Diário da Manhã por 3 anos. Manteve a página Oficina Poética, de 2012 a 2019. Foi Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Goiânia. É ex-conselheira do Conselho Municipal de Cultura de Goiânia

Devido às grandes realizações de Mendonça Teles, frente às instituições culturais goianas, o escritor Bariani Ortencio refere-se à ele como “O Midas de Goiás”, pois “ao seu toque tudo se transforma em ouro”, numa referência ao mito do Rei Midas, sem porém caracterizá-lo com a ganância humana da qual está associada a mística história do Rei e suas peripécias para satisfazer sua luxúria. Ao Mendonça Teles era creditado o privilégio das bem sucedidas empreitadas frente à tudo o que comandava. Foi assim com a Academia Goiana de Letras, onde foi seu presidente por mais de dez anos e com o IHGG que presidiu, também, por mais de uma década.

O pesquisador, cronista e historiador José Mendonça Teles foi um dos maiores defensores do Patrimônio histórico e artístico de Goiás. Coordenador do *Projeto Resgate*, conseguiu trazer, do Arquivo Ultramarino de Lisboa, a documentação histórica de Goiás referente ao período de 1750 a 1822. Recebeu inúmeras medalhas e comendas do Governo do Estado de Goiás pelos serviços em prol da cultura goiana. Detentor da Medalha João Ribeiro da Academia Brasileira de Letras, recebeu, ainda, o título de *Doutor Honoris Causa* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, onde lecionou por mais de 30 anos. É o autor de mais de 30 obras e da letra do 2º Hino oficial de Goiás, cuja melodia é do maestro Joaquim Jaime.

A letra do Hino de Goiás é uma ode ao Estado que tanto recebeu de seu ilustre filho. O novo hino foi oficializado em 12 de setembro de 2001 pelo governador Marconi Perillo. Eis a letra:

## HINO DE GOIÁS

Santuário da Serra Dourada  
natureza dormindo no cio,  
Ananguera, malícia e magia,  
bota fogo nas águas do rio.

Vermelho, de ouro assustado,  
foge o índio na sua canoa.  
Ananguera bateia o tempo:  
- Levanta, arraial Vila Boa!

Terra querida,  
fruto da vida,  
recanto da paz.

Cantemos aos céus, /  
regência de Deus, / Bis  
louvor, louvor a Goiás! /

A cortina se abre nos olhos,  
outro tempo agora nos traz.  
É Goiânia, sonho e esperança,  
é Brasília Pulsando em Goiás!

O cerrado, os campos e matas,  
a indústria, gado, cereais.  
Nossos jovens tecendo o futuro,  
poesia maior de Goiás!

Terra querida,  
fruto da vida,  
recanto da paz.

Cantemos aos céus, /  
regência de Deus, / Bis  
louvor, louvor a Goiás! /

A colheita nas mãos operárias,  
benze a terra, minérios e mais:  
- O Araguaia dentro dos olhos,  
eu me perco de amor por Goiás!

Terra querida,  
fruto da vida,  
recanto da paz.  
Cantemos aos céus, /  
regência de Deus, / Bis  
louvor, louvor a Goiás! /

A exemplo de Miguel de Cervantes, que, no século XVII apresenta-se em autorretrato, no livro *Novelas Exemplares*, José Mendonça Teles, também se mostra no livro *Amor Diário*, com o poema:

#### RETRATO 3X4

Falar de mim, você me pede.  
Então vá lá, querida, anote:  
canhoto, nem baixo, nem alto,  
sofrido coração, decifra o mote.

Meus olhos castanhos e claros,  
poeta, um sentimentalista.  
Amo as mulheres, quem não as ama?  
Faço minhas artes, sem ser artista.

Meu fraco é a noite, de estrelas,  
e o eterno amor, com muita ânsia.  
- Um menino grande buscando  
a eternidade da infância.

Sou assim, nada vai mudar.  
O destino espalmado na mão.  
- Um romântico inveterado  
acasalando enorme coração.

No prefácio do livro *Encantamento*, a crítica literária Nelly Alves de Almeida sentenciou: “Contista, historiador, cronista, José Mendonça Teles mostra-nos, agora, nova face: é também poeta e faz-nos ver que, para ele, a poesia é necessidade inerente à sua alma de inspirado.” E ainda: “Sua arte define-se como catarse, que lhe traz a sensação de realizá-la plenamente e, nesse estágio, sabe engrandecer sua força expressiva.”

Ezra Pound, citada por Nelly, na referida obra afirma: “A mais condensada forma de expressão verbal, a boa poesia, faz-se pela escolha das palavras que lhes exaltam a forma e condensam a mensagem.” Diante disso, Nelly ratifica que Mendonça Teles consegue expor seu pensamento poético com simplicidade, cumplicidade e inquietação no seu tempo presente, que vislumbra uma única direção: ao futuro incerto, ou seja, ao fim eminente, como no poema

#### RETORNO

...Dormi dormindo acordado  
com os olhos abertos no tempo  
Voltei nas asas das horas  
e chorei a velhice da infância.

O crítico literário José Fernandes, no prefácio de *Quando os Flamboyants Florescem* confia: “A imagem é cifra da condição humana”. Ele afirma que é por meio da imagem que a literatura consegue revelar conflitos inerentes à condição humana. O escritor ressalta que: é assim com a poesia moderna contemporânea de qualidade. E finaliza: é da mesma forma com a produção poética de Mendonça Teles, nela a condição humana é permeada pelo tempo e pela força do

ser. Para ele o tempo é o mediador das horas, à medida que passa, suga os pedaços do ser, fragmentados ao longo do caminho. Pedaços que podem ser recuperados metafisicamente, quando eternizados pela palavra poética. Como bem demonstrado em:

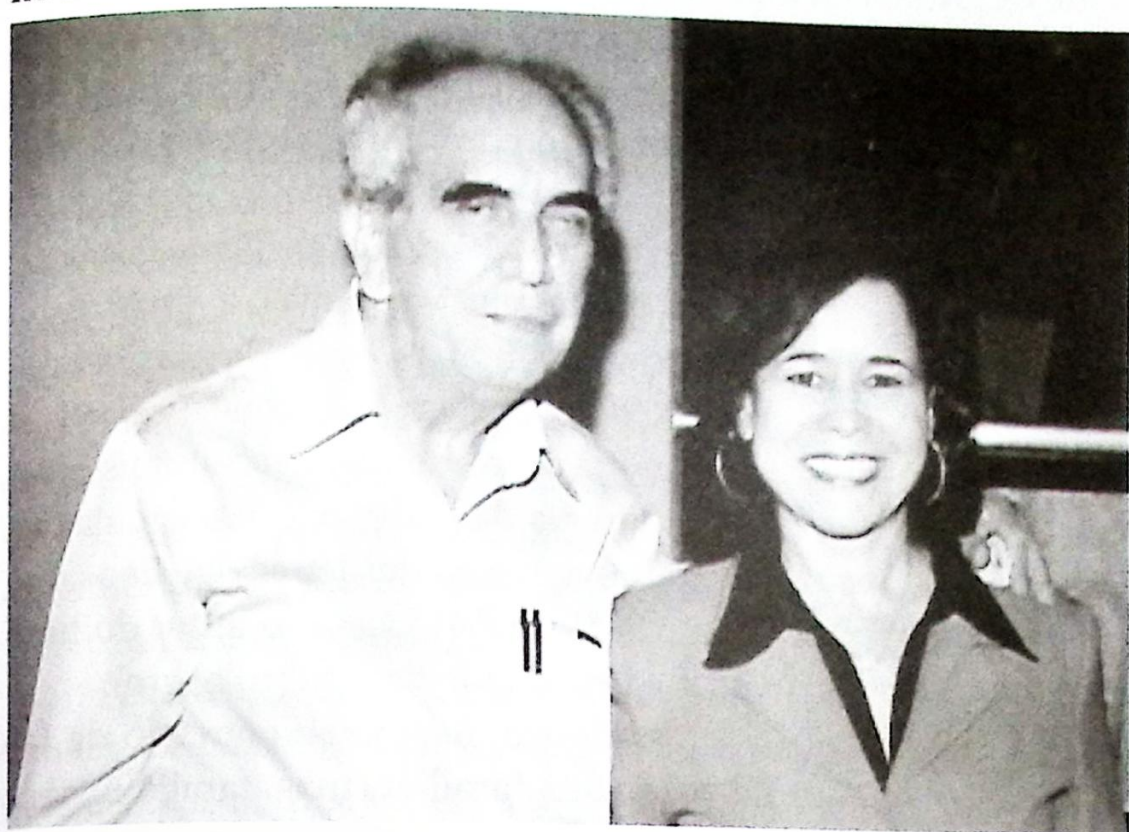
### CONTEMPLAÇÃO

Olhei fundo nos meus olhos,  
vi que o tempo  
tem um fim.  
Fui lá dentro  
chorar a infância.  
- Fechei a porta de mim.

O poeta contemporâneo, um dos mais expressivos do Rio Grande do Sul, Oscar Bertholdo (1935 – 1991), descreveu a verve lírica de Mendonça Teles: “...*Em todos os seus poemas há uma poesia de transparência, você escreve sem pretensões de massacrar. Tudo espontâneo. Poesia que chega de mansinho e que não sai da gente.*”

No dia 06 de maio de 2018, na 326ª edição da página *Oficina Poética* do jornal *Diário da Manhã*, espaço idealizado e coordenado por mim, dedicado às artes líricas e pictóricas; publiquei fragmentos do texto a seguir, sob o título “*Réquiem para José Mendonça Teles*”. Essa homenagem, à sua memória, foi subsequente ao seu falecimento, ocorrido no dia 28 de abril daquele ano.

Figura 1. José Mendonça Teles e Elizabeth Abreu Caldeira Brito no IHGG - 2005



Fonte: Fotografia de Nelson Santos. Acervo da autora.

O cantor e compositor Caetano Veloso, na música *Cajuína*, gravada em 1979 para o disco *Cinema Transcendental*, poetiza a beleza e os mistérios da vida e da morte, especialmente quando o suicídio marca o fim de uma existência. A morte súbita do amigo, poeta Torquato Neto, que se suicidou em 1972, inspirou a composição. Na melodia, em oito versos, o cantor baiano, indaga: “*Existirmos: a que será que se destina?*”.

Para José Mendonça Teles, existir, sabemos a que se destinou. O seu destino foi dedicar-se, com obstinação e leveza, ao labor da cultura, da arte, da história, da literatura, da poesia, da pesquisa, das instituições culturais (presidiu as principais do estado), do patrimônio goiano e de nossa goianidade

Para ele, o existir destinou-se a cultivar os amigos e a agradecer a vida; a tocar sua gaita e solfejar canções, a abrir

caminhos, tombar bens e a resgatar histórias quase perdidas. Vide os “Rolos Compressores” usados para compactar as ruas da nova capital, Goiânia. Os dois Rolos, atualmente, compõem um importante monumento nos jardins do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, instalado para homenagear a construção da capital do estado.

O historiador e cronista José Mendonça dedicou-se, ainda, a registrar suas narrativas e a criar novos temas; a amar nossa cidade e a idolatrar o Bairro de Campinas, berço de suas peraltices de infância e de sua mocidade brejeira. Dedicou-se a poetizar as musas de seu imaginário lírico e as demandas culturais goianas; a se encantar com Aruanã e a defender o Rio Araguaia das atrocidades causadas pelo homem e a criar letras de Hinos que cativam os goianos (além do Hino de Goiás, é o autor do hino Atlético Clube Goianiense – seu amado time rubro negro).

O existir de José Mendonça destinou-se ao zelo da família. Não só com o seu núcleo familiar, mas, também, com todos os parentes e amigos que a ele se reportassem em busca de apoio e auxílios. Dedicava à quem pedia, os conselhos de quem sabe o que diz, quando dizer e quando fazer do caos o humor característico de sua verve traquina.

Mendonça orgulhava-se de sua goianidade. Na prosa/poética *Ser goiano* ele divaga:

Ser goiano é saber cantar música caipira e conversar com Beethoven, Chopin, Tchaikovsky e Carlos Gomes. É acreditar no sertão como um ser tão próximo, tão dentro da alma [...] Ser goiano é saber fundar Cidades. É pisar no Universo sem tirar os pés deste chão parado. É cultivar a goianidade como herança maior. É ser justo, honesto, religioso e amante da liberdade.

Fará falta o poeta, escritor, historiador, cronista, ensaísta Professor *Doutor Honoris Causa* e amigo José Mendonça Teles.

Não só a sua voz poética era espontânea. Ele, também, o era. Sua verve lírica, sua história e sua presença de luz, não se esmaecem naqueles que o conheceram. Ele nos deixou heranças de permanências, não só por seus livros, que conservam memórias e poesias, como também na presente lembrança de sua imagem dinâmica, solidária, sensível, sincera e traquina. O escritor-historiador Mendonça Teles matizou sua vida com serenidade, humor e iniciativas. Converteu-a em bela experiência regada a inúmeros amigos e grandes realizações. Sua existência está eternizada nas retinas, na memória e no tempo, de quem teve a alegria e o privilégio de sua contemporaneidade. Esses que aqui estão compartilham o instante, enriquecido de lembranças da efêmera e fugaz existência (porque toda a vida é curta e provisória) de José Mendonça Teles, entre nós.

Assim sendo, no que diz respeito à pergunta na melodia *Cajuína* de Caetano Veloso, com relação ao *Midas* José Mendonça Teles, bem sabemos o seu existir a que se destinou...

Até breve, Professor!

## Referências Bibliográficas

BRITO, Elizabeth Caldeira. *Permanências*. Goiânia: Kelps/UCG, 2009.

CERVANTES, Miguel de. *Novelas Exemplares*. Trad. Darly Nicolana Scornnarenchi. São Paulo: Ed. Boa Leitura, 1971.

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (org.). *José Mendonça Teles: o semeador de futuros*. Goiânia: Kelps, 2019.

TELES, José Mendonça. *Encantamento*. Goiânia: Kelps, 1985.

\_\_\_\_\_. *Quando os flamboyants florescem* - 2ª Ed. Goiânia: Ed. do autor, 1989.

\_\_\_\_\_. *Amor / Diário*. 3ª Ed. Goiânia: Kelps / UCG, 2005.





# Um Painel Art Déco na Literatura Goianiense na Década de 1930 e 1940 e Influência da Poética da Cidade na Literatura<sup>1</sup>

Elizabeth Abreu Caldeira Brito<sup>2</sup>  
Maria de Fátima Gonçalves Lima<sup>3</sup>

Quando recebemos o convite para apresentar esta palestra no “Goiânia Art Déco Festival”, sobre “Um painel *Art Déco* na literatura goianiense na década de 1930 e 1940 e a influência da poética da cidade na literatura brasileira”, aceitamos um desafio, uma vez que a fortuna

1 Artigo apresentado no Goiânia Art Déco Festival, realizado em Goiânia no ano de 2018.

2 É Mestra em Letras e Críticas Literárias pela PUC- GO, Professora e Psicóloga pós-graduada, Sócia Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (onde é 3ª vice-presidente). Acadêmica da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (onde é 1ª vice-presidente) e da Academia de Letras do Brasil. É “Doctor Honoris Causa” pela República del Perú e Universidad Peruana de Ciências e Informática. É autora de 16 obras, (6 orgs). Foi articulista semanal do jornal Diário da Manhã por 3 anos. Manteve a página Oficina Poética, de 2012 a 2019. Foi Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Goiânia. É ex-conselheira do Conselho Municipal de Cultura de Goiânia. Recebeu o Título de Liderança Destaque de 2019 da PUC-Goiás, o Diploma de Destaque Cultural do Ano-2009, do Governo de Goiás; a Medalha Regina Lacerda - Folclore, da UBE-GO, 2009 e o Troféu Buriti - 2017, da Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia.

3 Professora Doutora coordenadora e orientadora no Mestrado em Letras e Críticas Literárias da PUC-Goiás. Advogada e Doutora em Letras (Área de Teoria da Literatura) pela UNESPE campus - São José do Rio Preto (2004), Realizou Pós-doutorado na PUC/ Rio (2009) e também é Pós-doutora pela PUC SP (2014). É docente e Coordenadora do PPGLETRAS - Programa- Mestrado em Letras PUC/Goiás. Atua especialmente em temáticas referentes a estudos sobre a linguagem do texto poético, poéticas do imaginário, ecocrítica, ecopoética, ecocrítica, ecocrítica, Ecocrítica, Escritas contemporâneas, arte e performance. É autora de 10 obras de ensaios críticos e 23 de obras da literatura Infanto-juvenil. É Membro da Academia Goiana de Letras (AGL), titular da Cadeira nº 5.

crítica desse estudo é escassa. No entanto, essa reflexão é muito importante para o desenho da Literatura do Centro-Oeste do Brasil.

Para tanto, começaremos nossa reflexão a partir do esboço sobre o conceito de “*Art Déco*”, com um mini painel histórico da construção de Goiânia.

*Art Déco*, abreviação do francês “*arts décoratifs*”, (arte decorativa) é uma tendência ornamental inspirada pelas ideias da modernidade que entusiasmavam os anos 1920 e foi arrebatada pelo Futurismo, Construtivismo e Cubismo com seus preceitos a respeito da geometrização, que proclamavam o uso do cubismo multifacetado, com suas *performances visuais em três D*, ou do movimento e liquidez em linhas circulares e o apego pelas linhas verticais estilizadas, que buscavam uma transcendência. O *Design* abstrato assinalava a recusa da lógica. A arte não deveria ser explicada ou pautada em ideais, pregava: “Nada de explicações” e um conceito de arte que dizia não à invenção, e exaltava a criação tirando a existência a partir do nada.

Na década de 1920, *Art Decó* aparece como expressão dos anseios artísticos e culturais da burguesia, por isso exprimia um estilo luxuoso que empregava matérias refinadas como jade e marfim. Em 1925, teve seu auge em Paris, com a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas. Além de ser um estilo decorativo, também estava presente na moda, arquitetura, imobiliário, design industrial. Chegou aos Estados Unidos e outros países do mundo na década de 1930 e invadiu a vida cotidiana da época.

Atílio Corrêa Lima, urbanista responsável pelo projeto da criação de Goiânia, havia concluído seus estudos na França, quando, em 1935, chegou em Goiás influenciado por essa tendência artística. Com a premissa de trazer a modernidade

para a região, fez o desenho da cidade elegendo o *art déco* como estilo arquitetônico, assim podia atender o projeto nacional que buscava modernizar o sertão e inseri-lo nas premissas da Marcha para o Oeste, uma vez que a transfiguração do espaço sertanejo, tanto na visão romântica, quanto na realista, estava subjugada pelo mundo de desacertos e desumanidades.

Segundo a dissertação de mestrado, defendida em 2006, por Tattiussa Costa Martins, denominado — *Somos sertanejos? E por que não?! Goiânia para além do art déco*, “Goiânia foi fundada na década de 1930, em meio a consolidação desse novo poder, carregando o estandarte das aspirações dos revolucionários”. A Nova Capital tinha como missão representar o triunfo da Revolução, simbolizando concomitantemente a derrota das forças e das referências anteriores, assinalados pelo coronelismo e pela predominância de características provincianas em meio a práticas modernas, cujo representante máximo era a Cidade de Goiás, antiga capital do Estado. Em Goiás, a mudança da capital significou a tentativa de aniquilar com o coronelismo, que ditava as regras no Estado, sendo, portanto, uma estratégia política para permitir a estabilização do poder concentrado nas mãos do interventor federal, Pedro Ludovico Teixeira.

De acordo com Tattiussa Costa Martins, o *art déco*

é eleito como elemento de estabilidade, de coesão social, legítima dor das propostas políticas que justificaram e permitiram a construção de Goiânia e trazia por trás de si, a missão de evidenciar a chegada do progresso e da modernidade ao território goiano, proporcionado e impulsionado pelo Estado Novo, na figura de Vargas, e pela construção de Goiânia no governo de Pedro Ludovico.

A autora do estudo expõe ainda em sua pesquisa que a Rua 20 tinha a função de transparecer a modernidade por meio das “construções modernas” e disposição das casas, mas também deveria ser modelo de comportamento, de cultura e que as casas:

apresentam um sincretismo de tendências arquitetônicas, algumas combinando vários estilos em uma única fachada, não havendo neste logradouro, exemplares que apresentem na fachada o estilo art déco “desacompanhado”. Das dez casas construídas pelo Estado restaram a residência temporária de Pedro Ludovico, na época interventor federal, e a casa do Profº. Colemar Natal e Silva, membro da comissão responsável por escolher o local onde seria edificada a capital e primeiro reitor da Universidade Federal de Goiás. O restante, inclusive o “Palacinho” sede temporária do governo, cedeu lugar a prédios e estacionamentos.

Na literatura goianiense, a fundação de Goiânia em julho de 1942, marca um período que reflete o passo evolutivo, com avanços culturais e intelectuais em Goiás: a publicação de “Oeste”, um dos órgãos de orientação política do Estado e o começo da instalação verdadeira do Modernismo em Goiás, que culmina com a fundação da Academia Goiana de Letras em 1939.

A arte literária brasileira, nesta época, transfigurava que o “Sertão é o sozinho.” “Sertão: é dentro da gente.” “O sertão é sem lugar.” “Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera.”, como exprimiu a personagem Riobaldo, de *Grande Sertão Veredas* de Guimarães Rosa. O termo sertão, com o escritor mineiro, segundo Gilberto Mendonça

Teles, adquire as mais ousadas concepções, de metafísica e de linguagem: “O sertão está em toda parte”, “sertão é onde anda quem é forte”, “Sertão. O senhor sabe: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”, “O sertão é do tamanho do mundo”, “O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?” “O sertão não tem janelas nem portas” e ainda:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do urvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fecho; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. (1956, p. 8)

A literatura de Goiás traduzia o sertão, por meio da obra *Tropas e boiadas* (1917), de Hugo de Carvalho Ramos, onde se fala dos “sertões ainda por violar”.

Gilberto Mendonça Teles em seu artigo “O lu(g)ar dos sertões” (p. 71), publicado na revista *O verbo de minas*, [https://www.cesjf.br/revistas/verbo\\_de\\_minas/edicoes/Numero%2016/06\\_GILBERTO\\_\\_VM\\_1\\_2010.pdf](https://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/Numero%2016/06_GILBERTO__VM_1_2010.pdf), explana que:

A palavra sertão tem servido, em Portugal e no Brasil, para designar o “incerto”, o “desconhecido”, o “longínquo”, o “interior”, o “inculto” (terras não cultivadas e de gente grosseira), numa perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador, que se vê sempre no “certo”, no “conhecido”, no “próximo”, no “litoral”, no “culto”, isto é, num lugar privilegiado – na “civilização”. É uma dessas palavras que traz em si, por dentro

e por fora, as marcas do processo colonizador. Ela provém de um tipo de linguagem em que o símbolo comandava a significação (re)produzindo-a de cima para baixo, verticalmente, sem levar em conta a linguagem do outro, do que estava sendo colonizado. Refletia na América o ponto de vista do europeu — era o seu dito (ou seu ditado), enquanto nas florestas, nos descampados, nas regiões tidas por inóspitas, de vegetação difícil, se ia criando a subversão de um não-dito nativista e sertanista. (Juiz de Fora, v. 8, n. 16, jul./dez. 2009)

Em 1944, Bernardo Élis, com seu primeiro livro *Ermos Gerais*, tornou-se um ícone da Literatura de Goiás. Depois escreveu o romance *O Tronco*, em 1956, o livro de contos *Caminhos e descaminhos*, em 1965. Seu livro *Veranico de Janeiro* de 1966 teve repercussão nacional, com prêmio Jabuti. O Neo-regionalismo de Bernardo Élis denunciava das barbáries do sertão goiano. Carmo Bernardes, principalmente nos romances *Jurubatuba* (1972), *Nunila*, 1984 e *Santa Rita* (1993) traçou, também, o cenário do interior de Goiás.

A literatura produzida em Goiás continuava expressar a alma dita sertaneja. Eli Brasiliense com, *Pium: nos garimpos de Goiás* (1949) delineia tempo e espaço do atual município de Pium, hoje localizado no Estado do Tocantins. Nesse romance, Pium é um lugarejo igual a tantos outros da região, que, na época, eram palcos da chegada de muitos migrantes e vivenciavam o *frenesi* de uma incipiente urbanização em um mundo que, até então, era pautado no rural e tradicional. O romance descreve o cotidiano do mundo garimpeiro.

Em 1956, Eli Brasiliense lança o romance urbano que versa sobre a criação de Goiânia, intitulado *Chão Vermelho*, no qual faz o retrato da experiência urbana de indivíduos que vão para a cidade em busca da realização de seus anseios, mas

que, nem sempre, conseguem alcançá-los. Nesse romance o escritor faz um traçado dessa influência da modernidade na cidade.

Dentre os autores que estão inseridos na temática urbana, o romancista, contista, cronista e poeta, Ursulino Leão se avulta. Das obras, destacamos os romances: *Maya* (1949), *A Procissão do Silêncio* (1990) *Judith* (1998); Contos: *Existência de Marina* (1962), *Fonte Expressa* (1975), *Rodovia Preferencial* (1981). *Idílio na Serra da Figura* (2015). Crônicas: *Livro de Ana* (1972), *Segundo Livro de Ana*, (1980), *Vaga-lumes da neblina* (2005), *Terceiro Livro de Ana* (2013); Poesia: *Salmos da Terra*, (1985). *Estiagem* (2009). Ensaios: *Roteiro dos Sentimentos da Cidade de Goiás* (2003). As obras retratam o humano inserido nas ansiedades e nos amores da cidade.

Em 1960, um grupo de escritores montou o GEN: Grupo de Escritores Novos. Conforme Moema de Castro e Silva Olival em seu livro *Gen – um sopro de renovação em Goiás* – editora Kelps, 2000. “O GEN promoveu não exatamente uma nova estética, mas um centro de estudos em que escritores podiam se aperfeiçoar enquanto tais. Promoveu também concursos e eventos, além de ter sido responsável por introduzir algumas das vanguardas vigentes em solo goiano, em especial a Práxis e fez com que o Goiá pela primeira vez, se pusesse em sincronia com o que estava sendo feito lá fora”.

Miguel Jorge, como um dos fundadores GEN, constrói uma obra marcada por uma “linguagem tridimensional” para usarmos a classificação feita pela crítica literária Moema de Castro e Silva Olival, em seu artigo publicado na <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/viewFile/7185/5083>. Nesse artigo, a crítica literária analisa a contemporaneidade do autor do livro de poemas “Frutos do Rio (1974).

Miguel Jorge traduz o *Art Déco* não necessariamente como tema, mas como forma de expressar a modernidade cubista, futurista e surrealista. Assim, o artista da palavra não se serve necessariamente da paisagem como assunto, ou mote, mas forma artística, como literatura moderna, e mais que moderna ainda, contemporânea para traduzir a absurdez da vida, a fragmentação do ser do homem inserido no mundo de aparências, a liquidez do mundo.

Mostra a modernidade líquida, vida, tempo, medo, líquidos; as vidas despedaçadas pelo absurdo inserido no ser do homem que nos leva aos estudos do filósofo Zygmunt Bauman quando apresenta em sua obra crítica e filosófica, extratos dos efeitos da estrutura social e econômica contemporânea que vive baseado no que é descartável e efêmero. Esse modo de vida traduz a instabilidade, quer seja no amor, nos relacionamentos profissionais e afetivos, na segurança pessoal e coletiva, no consumo material e espiritual, no conforto humano e no próprio sentido da existência.

No poema “Os passos da cidade” o romancista, contista, teatrólogo e poeta, Miguel Jorge, assim descreveu Goiânia:

“01: A cidade é um hábito, feito o acordar das luzes,  
abre-se e fecha-se em ruídos colhidos da boca das noites.  
Ah! O disforme mundo flutuante da pressa de viver!  
Lembro-me de alguma infância, não a minha, talvez, que  
nunca existiu. Mas a dos meninos que corriam  
pelos campos a descamparem nascentes, a jurar que viram  
peixes voadores a voarem por aí, em perdição de infinita beleza.

02: Não, não havia tédio. Havia, sim, o movimento lento  
do tempo, maior em certos dias, como se cantasse  
canto mudo do qual ninguém mais se lembra.  
O frescor da chuva a subir pelos ares, igual às palavras,

Igual às horas atiradas pelas janelas por onde começam as manhãs.  
Então, como se nós, nós mesmos acendêssemos o sol,  
podia-se olhar o mundo de perto e ver as mínimas revelações  
da natureza em festa.

03: Perde-se a cidade em pecados imortais.

Também se tem dias alegres, poucos, como se sabe,  
Mas, se tem. Alguns postiços, outros saídos da alma.  
Ri-se menos agora. Não há motivo para tantas risadas.  
Mata-se mais. Dorme-se menos. Enlouquecidos, os  
relógios dão vago alento de que trabalham mais.  
Correm, atropelam-se os ponteiros e fingem parar  
por um tempo. No entanto, correm em desespero.

04: A leveza das manhãs ilumina o mundo alegre  
dos pássaros, arrasta gosto de mar pelos caminhos.  
Guardam a linguagem das noites e se dizem mar,  
e vai ao mar tudo o que se esconde e o mais que se saiba.  
Afinal, é a luz desta manhã que me faz  
ver a beleza do que é indefinido.

Então, deixe que a vida viva a vida em seus  
miúdos momentos. Deixe correr a lentidão  
dos dias, como se fora doce rio, sem os  
ventos da tempestade, sem o despertar  
do sono dos rios que dormem inocentemente  
sobre as pedras, as folhas, as sombras, o verde  
no amplo espaço de seus braços.”

José J. Veiga publicou seu primeiro livro *Os Cavalinhos de Platiplanto* em 1959. Sua produção foi assinalada pelo inverossímil, extraordinário, absurdo e surreal. Suas obras que exprimem a poética do surreal, que, Segundo Chenieux-Gendron (1992, p. 12), “quer-se uma filosofia, mas “de vida”, um modo de viver e de pensar”, que, recusando o mundo

tal qual é, pois o “real” muitas vezes é apenas o habitual, se propõe de uma só vez “transformar o mundo” como afirma Karl Marx e “mudar a vida”, como define Rimbaud, em uma revolta ao mesmo tempo política e poética, que recusando os priori lógicos, prega a exploração dos recursos da desordem.

É comum afirmar que a influência surrealista nos textos de José J. Veiga, é mais que um estilo, é o grito de alerta para a humanidade e que seu surrealismo não é puro delírio, mas a exploração do delírio. O autor teve como forma de expressão a supra realidade, em que a vida e a morte, o real e o imaginário, o passado e o futuro deixam de ser percebidos como contradições. Também está presente na obra de Veiga, a performance da “Vida líquida”, refletida pelo sociólogo Zygmunt Bauman, a fluidez da existência contemporânea e a “precificação” generalizada, da vida social e a destruição criativa própria do capitalismo que suscitam uma condição humana na qual predominam o desapego, a versatilidade em meio à incerteza e a vanguarda constante do eterno recomeço.

O autor transfigura a vida dos homens entre câmeras e muros, os delírios coletivos e o anseio de liberdade, como por exemplo, em *Sombras de reis barbudos*:

De repente os muros, esses muros. Da noite para o dia eles brotam assim retos, curvos, quebrados, descendo, subindo, dividindo as ruas ao meio conforme o traçado, separando amigos, tapando vistas, escurecendo, abafando. (VEIGA, 2001, p.30)

Alucinação coletiva. Todo mundo pensa que está voando ou que está vendo outros voarem. Porque todo mundo deseja muito voar, quanto mais alto e mais longe melhor. (VEIGA, 2001, p. 141).

Nesse sentido, a modernidade de Veiga, desde seu primeiro, em 1959, ancorava nos suportes da filosofia do estilo da *Art déco*, num sentido mais avançado, mais moderno, já contemporâneo, que refletia sobre as várias faces da vida, do homem decolando em voos, da cidade em movimento, da máquina, da performance da incerteza do futuro, da história sem um fim determinado. A obra de José J. Veiga, também exprime a poética da cidade, quer seja Goiânia, com a sua *art déco*, quer seja a pequena Manarairama, cidade fictícia de *A hora dos ruminantes* ou a Taitara *Sombras de reis barbudos* e todas as cidades que estão envoltas num mundo de contradições, de políticas com apologias escondidas nas ações e realidades que ferem a vida dos homens, que geram situações surreais, angustiantes, e provocam a perda da liberdade.

Dentro dessa fronteira entre o real e o surreal, a vida e o absurdo do mundo está inserida na obra do romancista, poeta, contista e cronista Edival Lourenço, autor do romance *A centopeia de néon*, 1990, prêmio Nacional de Romance do Estado do Paraná, 1994, e que em 2012, recebeu os prêmios Jaburu (Goiás) pelo conjunto da obra e *Naqueles morros, depois da chuva*, Jabuti (nacional). Nesse escritor, a modernidade aparece como balise que contempla o momento atual. Melhor, sua obra é contemporânea no tempo e no espaço. Performatiza, na ação discursiva do tema, a forma e a arte da atualidade.

Seu primeiro romance, *A Centopeia de Neon*, é uma produção que transcorre num clima de intensa repressão policial em Piambaia, cidade imaginária. A obra é dividida em quatro partes – cada uma com a narração de determinada personagem. A narrativa apresenta por meio de humor sutil, uma crítica ao modelo da corrupta política do Brasil, com seus jogos de interesses para a obtenção de privilégios.

O romance critica, também, a sociedade hipócrita e dissimulada. Mostra, ainda, como os humanos se tornaram descartáveis, vivendo em torno das falsas imagens que produzem de si mesmos e como são fingidos uns com os outros. A censura da obra não perdoa nem a Igreja com seus dogmas. Os textos artísticos têm suas tessituras ficcionais, mas a vida reserva tramas até mais inventivas, que foge do imaginário da arte, como sugestões e metáforas. Se a arte não diz isto ou aquilo, ela é, antes de tudo, Arte. A realidade, nessa trama, é a transmissão de uma situação absurda, alarmante e que grita um fato dolorido, surreal. Se o artista da palavra realiza um ludismo artístico marcado por alusão e faz um convite para que o leitor descubra os labirintos desse tecido, ou fique atormentado pelas palavras da esfinge de Tebas: “Decifra-me ou devoro-te”, a realidade dolorosa devora a paisagem, as vidas, a cultura, a concepção de um povo, que deixa de pensar num mundo melhor e passa a aceitar o imponderável como algo normal, o insólito como fato natural. A arte revela uma performance do homem contemporâneo submerso na paisagem da urbe que respira os novos tempos, com suas paisagens que nasceram do espírito moderno da arte déco e caminha para novos tempos e história.

Goiânia é matéria de vários poemas de Edival Loureço, entre eles Ode a Goiânia (do livro Caligrafia das heras):

Goiânia, de paradoxos/quase impoemáveis:/a um só tempo/fluidez de gás/e tessitura de ossos/tua vulva de gerânio/teu falo de antúrio/tua boca/ - máquina de moer motivos./ /Conheço teus caminhos/muito antes da contramão./Conheço teus sonhos/antecedentes ao revés/o siso, o césio o riso néscio/ante o pesadelo

azul.//Tuas várzeas, teus ribeiros, teus pássaros/(agonizantes até na memória) ainda nem suspeitavam/desta tecnópolis atroz/de valas, vilas, glórias vis/bombas atônitas/deuses voláteis/(ou seriam venais?)./A tua idade mídia/a cultivar obsessões/paixões descartáveis/heróis de refil.//Qual paralelo/entre o presente real/e o presente sonhado/de quem te engendrou/e te emergiu/das águas do sonho?//Por certo não havia/este rio esquartejado/desfiado nas teias/nem esta eventual carranca/de urbe *hard* e rude/e tua agenda de colisões /a nos moer o espírito/em severo caos de cristais/- trágica flor em carne viva.//Não havia estas caras esquálidas/que só veem nesta dor/ingredientes da lição/de que os últimos serão/irremediavelmente os últimos. [...] Goiânia, um silo de indagações/alimenta o rebanho de dúvidas/no estabular sossego dos enigmas.//Ainda assim, Goiânia,/um sutil sonho nos adere/como os liames secretos/de um istmo íntimo/a subverter os intentos/do acidente geográfico.

O poeta e crítico literário Gilberto Mendonça Teles, (Prêmio Jabuti) tem como marca em sua poesia seu amor pela terra natal. O seu *Saciologia goiana* é um canto de amor à língua portuguesa, ao seu instrumento de trabalho e por Goiás. No poema "Campinas" em (1952) expressou que:

Olhando-te de longe, em ti descubro/a grande/artéria toda arborizada,/a recordar a data celebrada//no dia 24, mês de Outubro!/Antes que as luzes fúlgidas da glória/ilumine-te as páginas da história,/o teu belo porvir, sonhando meço://pois, tens uma alma jovem e espontânea/e segues de mãos dadas com Goiânia/pelas verdes campinas do progresso.

*Campinas, 12.9.1952*

Segundo o filósofo Gaston Bachelard, “casa é nosso canto no mundo”. Nossos artistas da palavra estão arraigados dentro da modernidade e ampliaram seus olhares para a arte contemporânea que canta o mundo líquido, assinalado pela efemeridade presente na vida cotidiana, impulsionada pela midiatização de tempo, dos valores, da própria existência humana que é dirigida pela aparência e que leva a ignorar os valores básicos do homem. Os textos dos nossos autores, traduzem a contemporaneidade que exala no calendário diário e canta sem pieguice nossa cidade, nosso canto no mundo, como exprime o poema de Itaney Campos:

A Cidade nova irrompeu como um cataclisma,  
Magnífico e furioso, sem peias ou preaviso,  
e vai se expandindo feito um redemoinho  
quebrando a linha do horizonte,  
rugindo na palidez da paisagem.  
De repente, atarantados,  
os homens se impregnaram de urgência  
e se deixaram dominar pela volúpia do automóvel.  
Muralhas envidraçadas interromperam o circuito dos  
pássaros  
e as manhãs despertam ao estímulo das buzinas em  
desespero.  
De súbito, as meninas em flor amadureceram  
e as varandas que respiravam a arte do diálogo  
transmutaram-se de amplos estacionamentos  
aonde não chegam as mudanças das estações.  
Nos templos do comércio congelou-se o tempo  
e agora tudo se adquire, inclusive a paz de espírito  
e promessa a eterna juventude.  
A cidade nova não aceita o velho.  
A cidade nova não aceita o feio.  
Ela traz uma flor midiática

e cultiva um jardim de raízes eletrônicas.  
A cidade nova não divulga poemas  
Que não se adaptem ao sistema operacional.  
A cidade nova só fala inglês fluente  
e tem como referência estética  
um grande portal de acrílico.  
Apesar da expressão proibição oficial,  
em meio ao concreto armado  
um último jardim de mussaendas insiste em florescer.

Itaney descreve a poética contemporânea de Goiânia, que deixou para trás a modernidade como estilo, embora o Art déco esteja ainda presente nos monumentos da cidade, considerados patrimônios, registrando o passado, mas com olhos para o futuro que reflete a história da arte e da urbe como poesia, como ação e palco, fundo e mote movimento de uma modernidade refletida, no século XIX, pelo artista/pensador francês Charles Baudelaire, o poeta da modernidade. Ele filosofou sobre este termo em sua obra *Paris, capital do século XIX*, onde traçou o perfil do *flâneur* e o interior da multidão, assim como a poética da modernidade, como o ideal de belo e da observação. O tema ficou evidente no poema *A uma passante*:

A rua em torno era um frenético alarido.  
Toda de luto, alta e sutil, dor majestosa,  
Uma mulher passou, com sua mão suntuosa,  
Erguendo e sacudindo a barra do vestido;  
Pernas de estátua. Era-lhe a imagem nobre e fina.

No interior dessa multidão iremos encontrar o próprio Baudelaire, um *flâneur* especial, que, como o instantâneo de um clique fotográfico, capta os choques originários das multidões e os transmuda em inspiração.

Baudelaire foi atento a todos os rumores dos novos tempos, que chamou modernidade, e imaginou a palavra como um conceito fundamental para entendermos o anúncio das rupturas com a poética e a estética da tradição, que apontam para os novos cânones do século em que se anunciava a busca da liberdade de ideias.

Nesse sentido, a cidade moderna representaria a libertação e a afirmação do indivíduo, mas também poderia reduzir o sujeito a uma singularidade e isolamento em busca do trabalho e do dinheiro, sendo ao mesmo tempo, desigual à vista do poeta, por suas características culturais, sociais e étnicas, mas iguais, sem importância e anônimos, ou apenas um número na multidão.

Refletindo sobre a influência da poética da cidade na literatura brasileira, o poeta paulista Mário de Andrade, no início do século XX, exerceu importante papel na consolidação do movimento Modernista no Brasil. Considerado o poeta da modernidade brasileira, sentiu o processo de modernização do Brasil no final do século XIX e começo do XX. A restauração da cidade de São Paulo, com o alargamento das ruas e avenidas, que metropolizou essa cidade, tornou-se objeto do exercício poético desse escritor.

Em 1922, depois de ter participado da Semana de arte Moderna, lançou a primeira edição de *Paulicéia desvairada*. Sobre a cidade de São Paulo, publicou também outros livros de poemas, como *Lira paulistana*. A relação do poeta com a transformação de São Paulo foi tensa, como se pode ver em seus poemas, permeados pelos sentimentos de encantamento, estranhamento e desilusão:

## INSPIRAÇÃO

São Paulo! comoção da minha vida...  
Os meus amores são flores feitas de original...  
Arlequinal!... Traje de losangos... Cinza e Ouro...  
Luz e bruma... Forno e inverno morno...  
Elegâncias sutis sem escândalos, sem ciúmes...  
Perfumes de Paris... Arys! /Bofetadas líricas no  
Trianon... Algodão!

São Paulo! comoção de minha vida...  
Galicismo a berrar nos desertos da América!  
Os Orientalismos Convencionais são os escritores e  
demais artífices elogiáveis, vale  
dizer, os poetas parnasianos:  
Os alicerces não devem cair mais!  
Nada de subidas ou de verticais!  
Amamos as chatezas horizontais!  
Abatemos perobas de ramos desiguais!  
Odiamos as matinadas arlequinais![...]

Alargar as ruas...  
E as instituições?  
Não pode! Não pode!  
Maiores menores  
Mas não há quem diga  
Maiores menores quem são estes homens /que cantam  
do chão? [...]

Somos as Juvenilidades Auriverdes!  
A passiflora! O espanto! A loucura! o desejo!  
Cravos! mais cravos para nossa cruz! [...]  
Nós somos as Juvenilidades Auriverdes!  
As forças vivas do torrão natal,  
as ignorâncias iluminadas,  
os novos sóis luscofusculares

entre os sublimes das dedicações! [...]  
(queremos) Os tumultos da luz!...  
As lições dos maiores! ...  
E a integralização da vida no Universal!  
As estradas correndo todas para o mesmo final! ...  
E a pátria simples, una, intangivelmente  
partindo para a celebração do Universal!  
Diuturnamente cantareis e tombareis.  
As rosas... As borboletas... Os orvalhos...  
O todo-dia dos imolados sem razão...  
Fechai vossos peitos![...]. (ANDRADE, M. (1976), p. 100)

O poeta Oswald de Andrade foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna em 1922, evento que marcou o início do modernismo brasileiro. Ele escreveu a primeira obra modernista, o livro de poemas "Pau-Brasil" que desenha a história do Brasil e a poética de várias cidades brasileiras, entre elas São Paulo e Rio de Janeiro. Para São Paulo ele dedicou:

#### ROCHEDOS DE SÃO PAULO

Everest da Atlântida  
Vanguarda calcinada do Brasil  
Ponto geocêntrico eriçado  
Contra as escarpas das ondas  
Do amazonas  
Poleiro de Gago Coutinho."  
(ANDRADE, O.(1990) p. 100)

#### NOITE NO RIO

O pão de Açúcar  
É Nossa Senhora da Aparecida  
Coroadada de luzes  
Uma mulata passa nas Avenidas

Como uma rainha de palco  
Talco/Fácil/Árvores sem emprego  
Dormem de pé/Há um milhão de maxixes  
Na preguiça  
Quem vem do fundo da colônia  
Do mar  
Da beleza de Dona Guanabara  
Paixões de féerie  
O Minas Gerais pisca o Cruzeiro.  
(ANDRADE, O.(1990) p. 130)

O traçado da modernidade em Goiás foi a passagem para nossa poética inclusão na moderna visão de literatura, de arquitetura e de cidade, impulsionada por uma vanguarda que saiu da Europa e veio para nossos campos gerais fazer construções arquitetônicas, decorativas e arte literária. A arte se fez nos gerais.

E a arte dos gerais foi, intensamente, produzida no cerrado goiano, onde a cor local é palco e performance de poetas e poetisas dessas terras cerratenses. A criação art déco da cidade de Goiânia é inspiração da poética e da prosa de inúmeros artífices da palavra. O escritor, historiador e folclorista Bariani Ortencio, no livro "*Crônicas*", traça um painel multicolorido e plural da década de 1940. Suas narrativas, retratos da jovem capital, Goiânia, eram lidas na Rádio Clube de Goiânia. Narravam os eventos sociais, religiosos, esportivos e fatos pitorescos da jovem cidade e das regiões circunvizinhas.

Sobre o Lago das Rosas (pág. 42), de então, Bariani afirma que os goianos não sabem dar valor ao que tem. O autor descreve, de forma encantadora, a paisagem e o jardim-piscina "mais majestoso e empolgante do Brasil Central". Para ele: "... Não há mais bonito nem mais adequado lugar para

distração do espírito e gozo saudável que o Lago das Rosas...”. Bariani alfineta:

Aqui, em Goiânia, as pessoas são diferentes: conhecem as praias de mil e duzentos, dois mil quilômetros de distância, onde está misturas toda a classe de gente e desconhecem aquele lençol de águas azuis, que ainda oferecem mais vantagens do que as salgadas, por serem doces e estão a menos de um quilômetro. E é raro o domingo ou feriado que vamos ao ‘Lago’ e não damos com um turista batendo chapas fotográficas do pitoresco e esquecido recanto, de bela piscina em forma do mapa do Estado de Goiás e cercada por artístico jardim e caramanchões bordados, em todas as cores, com flores regionais.

O Mestre Bariani finaliza ironizando. Afirma que se um goianiense, fora do Estado, vir uma fotografia do local certamente perguntará: “Que lugar maravilhoso é esse! Onde fica, hein?”

Na crônica “O nosso jardim zoológico” (pág. 43) o artista da palavra descreve a cidade, daqueles idos de 1949. Discorre sobre a chegada ao local. Informa que “o ônibus passa a duzentos metros dali e nada é mais interessante que fazer esse percurso a pé.” E continua: “uma vereda vai até a mata artificial. As mais belas flores são cultivadas e em quantidade abundante. E quem nos dera um dia de acharmos perdidos numa floresta cujas árvores são roseiras comuns e das mais raras, ou lírios que representam a paz das flores, ou, ainda, dalvas gigantescas que dão vida aos canteiros.” E como é de sua verve humorística, Bariani finaliza ironizando: “...Receio dos animais não pode ser, pois estão presos. E juro que lá no Jardim Zoológico estaremos mais seguros, pois andam tantas onças soltas por aqui fora...”

A crônica "A terra das bicicletas" (pág. 53), datada de 10 de julho de 1949, inicia-se com a afirmação: "Goiânia é a terra das bicicletas." E justifica: "devido o nivelamento da cidade este veículo tornou-se o predileto de todos." E continua sua descrição sobre o uso da bicicleta como o meio de transporte preferido da bela cidade de Goiânia de então. Afirma que: "nas paradas cívicas contamos centenas de estudantes-ciclistas desfilando." E continua: "E quando cai a tarde sombria, nada é mais gostoso e aprazível que passear pelas largas e limpas avenidas da cidade." O autor poeticamente discorre da liberdade que se sente ao pedalar pela alamedas e ruas da cidade de outrora: "E como andorinhas nos céus das velhas cidades, as bicicletas se encardumam e deslizam-se pelas ruas e praças." Continua: "São riscos luminosos de pequenos faróis que cortam o escuro das ruas mal iluminadas." O autor discorre, ainda, da importância do meio de transporte para o trabalho. Afirma que durante o dia "pequenos veículos" são utilizados para a entrega de mercadorias, pelos garotos. O autor afirma que todos os profissionais se utilizam da bicicleta como meio de transporte. Desde o chefe de família, com todos os componentes (mãe, pai e dois ou mais filhos em uma bicicleta), as enfermeiras (com aparelhos de injeções), os policiais, estudantes, operários (com todas as ferramentas), padres e médicos socorrendo alguém. O cronista discorre, ainda, sobre os números das "chapas" das bicicletas. Afirma que são altos "relativamente à população", e que "as bicicletas aqui pagam impostos."

A poética da cidade recém-criada: Goiânia influenciou, também, um dos ícones da literatura em Goiás. O precursor do modernismo, em nosso estado, Leo Lynce cantando sua aldeia (lembrando Leon Tolstoi) se tornou universal. Em "Cidade-poema", datado de 1948, do livro: "*Leo Lynce poesia quase completa*", (pág. 281) o eu lírico percorre lírica, bucólica e ironicamente a cidade adolescente - Goiânia:

## CIDADE-POEMA

O sol acorda no Botafogo  
e, tomando nos braços a cidade adolescente,  
morde-lhe a carne morena o dia todo;  
depois, reza as ave-marias em Campinas  
e vai dormir como um santo  
no Convento dos Redentoristas.

Ruas de desenhos imprevistos.  
Complicações de praças e parques e palácios.  
Uma avenida que sobe para o céu.  
Outra avenida que vai morrer no mato  
e mais outras sem princípio nem fim.

Arranha-céus de olhos quadrados  
espiando a intimidade das casas alpendradas,  
florindo entre jardins.  
Goiânia sobre rodas de velozes automóveis,  
de bicicletas e motocicletas  
- características das cidades planas.

Povaréu de estudantes e operários,  
de garotas cinematográficas  
e apressados homens de negócios.  
Mulheres olhando vitrines,  
poetas olhando as árvores,  
mendigos olhando a vida.

Terra encantada das manhãs cheirosas  
e dos crepúsculos de ouro, cinza e rosas.  
Cidade vívida cujo sono é breve,  
porque a noite é breve  
e tudo é madrugada.

No abandono das poucas horas mortas,  
os buritizeiros arrogantes  
montam-lhe guarda às portas,  
enquanto nos horizontes longínquos  
das bandas do Paranaíba e do Araguaia  
ficam de atalaia  
os píncaros dos montes.

Goiânia – gema engasgada  
num diadema verdejante  
a realçar a frente do Brasil.

Capital-menina  
-poema que goiá soube escrever,  
com alma de artista e pulso de gigante,  
no coração as América Latina.

A cidade de Goiânia está presente nas páginas, de reminiscências, do livro: “Memórias da Campininha”, do escritor Horieste Gomes, 2000. Em os “Tipos de rua” (pág. 79), o autor discorre sobre personagens que habitam suas memórias de lembranças da infância vivida na década de 1940, no bairro de Campinas, local de moradia do, então, menino Horieste Gomes. O narrador se lembra dos personagens que perambulavam pelas ruas da antiga cidade Campinas, que, abrigando a nova capital do Estado: Goiânia tornou-se um bairro da recém-inaugurada-cidade.

Os personagens de rua, cada um com suas características e personalidades destoantes, marcaram o tempo, a memória e o cotidiano dos moradores de Campinas. O cronista da cidade inicia descrevendo as atitudes de João-Cego. O personagem apresentava-se com um tapa olho preto. Usava uma touca na cabeça, um saco nas costas e uma “corneta presa à alça de tira

rente ao sovaco". De bom humor, apoiado em uma bengala, filosofava e rimava frases com as palavras a ele dirigidas.

O Boca-Larga era o protetor e o protegido das meretrizes. De força incomum "a própria polícia, que o molestava em razão dos seus pequenos furtos, parecia temê-lo", afirma o autor. O "Burro-Preto, sempre elegante, vestido de terno e sapatos brancos, gravata vermelha e lenço a tiracolo no paletó, tinha a mania da oratória; proferia discursos ao vento, preferencialmente na porta do Grande Hotel e no Café Central". Havia, ainda, o Carrapicho que se apresentava sujo e maltrapilho. Com um porrete nas mãos era potencialmente perigoso e imprevisível. Ameaçava a todos por qualquer motivo. O literato registra, ainda, a figura da Maria Papudinha que pedia café de porta em porta, com um bule nas mãos. Quando as crianças a chamavam pelo apelido, ela os agredia com pedradas e palavrões. Havia, também, o Aristides que falava palavras desconexas e sem sentidos pelas ruas. Diziam que o impacto da guerra influenciou suas atitudes, por ter sido expedicionário da FEB. O escritor conclui que estes tipos de rua estampavam, em suas faces, os dramas de suas existências, por vezes, encobertos numa aparente felicidade.

No livro "Eu te vejo Goiânia! (roteiro sentimental)", 2007, o escritor cronista, historiador, ensaísta e poeta José Mendonça Teles, registra com a tessitura lírica e imagética, um mosaico de nossa goianidade. Nele estão as memórias, os ícones, os logradouros, as paisagens, os pioneiros, os gestos, as ruas, os templos, as praças e itens contidos no painel Memória Goianiense. O projeto, idealizado por ele, foi elaborado e coordenado pela escritora Elizabeth Caldeira Brito. Executado, na técnica de azulejaria portuguesa, pelos artistas visuais Patrícia Lobo e Henrique Manuel é um mural, eminentemente

cultural, de seis metros de altura, instalado no frontispício do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, na Praça Cívica de Goiânia. O livro, assim como a pintura, é um retrato perene, afetivo, histórico e cultural da capital do Estado de Goiás.

O estímulo imagético de José Mendonça Teles, para a construção do livro, são fotografias da época da construção da jovem capital Goiânia. O escritor descreve, de forma lírica, temática e poética, as avenidas, ruas, praças e personagens que contribuíram para a construção e instalação da nova capital do Estado de Goiás. No poema "Asfaltamento da Avenida Goiás" (pág. 11) o eu lírico diz:

"Eu te vejo, Goiânia, quando abro a janela de minha sensibilidade e sinto a sensação de que o tempo, preso na tessitura de meus dedos, caminha comigo e me faz protagonista de tua história."

No coração do cerrado  
o asfalto estica  
a Praça Cívica.

O ícone "Coreto da Praça Cívica" (pág.16) tornou-se título de um poema. Nele o poeta dá vida as memórias adolescentes:

"Eu te vejo, Goiânia, quando jogo minha infância pelas ruas do antigamente e encontro a namoradina carregada de ternura.

Coreto da Praça Cívica  
cama de desocupados  
tipos de rua/estatelados na lua."

Outra influência da performance da cidade, na publicação de JMT, refere-se ao prédio do Instituto Histórico e

Geográfico de Goiás, um dos primeiros edifícios construídos na Praça Cívica. Solicitado o seu tombamento os pareceristas não consideraram que sua arquitetura seja em estilo art déco. A ele o poeta escreveu (pág. 24): “Eu te vejo, Goiânia, quando levo no embornal de minhas recordações a infância carregada de poesias e ouço o lamento do Instituto Histórico:”

Meu estilo é art déco  
eles teimam em dizer não!  
Sou pioneiro de Goiânia,  
veja minha certidão.  
Nas linhas de meu corpo  
encontra toda a razão.  
Meu estilo é art-déco  
eles teimam em dizer não.

Vale ressaltar, por ser oportuno, que quando eu (Elizabeth) atuava como Presidente e Conselheira, do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Goiânia, protocolei o processo de nº 70.405.053 de 17/05/2014, solicitando o tombamento da sede original, anexo e entorno do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, na tentativa de reverter a injustiça a que se refere o escritor José Mendonça Teles, que presidiu a Instituição por mais de uma década.

O progresso das cidades, plantadas no cerrado goiano, invadiu o habitat dos bichos e das matas nativas. Onde os campos verdejavam a vida originária do cerrado foram plantadas, casas, prédios, gentes e desmatamentos. No livro “Poemas do entardecer” de José Mendonça Teles (pág. 36) no texto poético: “Memória do Cerrado”, o eu lírico lamenta a ausência dos frutos do cerrado que cederam lugar para o plantio de

idades no cerrado tornando-o “encerado, encerrado e ponto final”. Eis o poema:

Cadê o pequi  
que tava aqui?  
Cadê a gabirolinha  
do campo?  
Cadê a mangaba,  
o gravatá?  
Cadê o araticum  
a mamacadela,/a pitanga,  
a marmelada de cachorro  
acagaita/bacupari/Guapeva  
ingá/veludo/curriola/murici  
araçá/cajuzinho  
Cerrado/encerado/encerrado  
e ponto final.

No ano em que a cidade de Goiânia completou 80 anos, em 2013, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás viabilizou a publicação da antologia “Goiânia 80 anos de poesia”, organizada pelos escritores, membros do IHGG, Ubirajara Galli e Elizabeth Caldeira Brito. Nela há a participação de 80 escritores (contemporâneos e in memoriam), cujas produções poéticas cantam, louvam, enaltecem ou criticam a bela e jovem metrópole, capital do Estado de Goiás.

A publicação homenageia, além da cidade de Goiânia, a escritora Rosarita Fleury (1913-2013) pelo centenário de seu nascimento. No “Poema a Goiânia”, (1942, p. 9), de sua autoria, o eu lírico é o anfitrião que recebe um “visitante amigo”. À ele, a poetisa, descreve as maravilhas da jovem capital do Estado: as belezas da natureza que a envolve; a paz e a harmonia

em seu o dia a dia; os afazeres da população e o desenvolvimento vertiginoso e contrastante da jovem Goiânia:

...e Goiânia, a cidade que ainda ontem era menina,  
nua e formosa, soberba de altivez,  
se ergue do chão:  
qual moderna Phryneia,  
Goiânia vai ser julgada aos olhos da Nação.  
Há em todas as ruas um vai-vem sem parar.  
Abrem-se as casas  
e delas vem a vida em suas ruas brincar.  
Há grupos de crianças alegres, joviais,  
meninos, moças, rapazes alguns falando demais,  
outros sisudos, outros pensativos,  
todos em uniformes,  
todos levando livros, muitos livros...

A autora finaliza seu "Poema a Goiânia" com um convite ao "viajante amigo", cuja cidade foi-lhe apresentada e com um desejo premonitório de que "tenhamos conosco a Capital da Nação". Eis seu canto:

...E você, viajante amigo, que veio de tão longe  
e fez a grande marcha para o Oeste, não quererá voltar.  
Há de ficar conosco tão feliz e à vontade como em sua  
casa  
porque aqui ninguém se sente estrangeiro.  
Goiânia quer bem a todos e sabe fazer, de cada homem,  
um bom e honesto brasileiro.  
Sei que você ficará e sonhará o sonho  
que todos guardamos no coração:  
Dia virá, talvez mais longe do que supomos,  
nossa Goiânia será tal sol irradiando vida e calor  
aos pontos mais longínquos do sertão.  
Dia virá em que tenhamos conosco a Capital da Nação.

A Professora e crítica literária Moema de Castro e Silva Olival, escreveu o poema intitulado "Cantata de Amor", no qual manifesta:

Da antiga Capital  
Trazer a alma e desejo de novos dias.  
Laivos de Cultura em ebulição  
E Goiânia se veste de novas cores.

- "Se poesia é erótica verbal,  
como erotismo  
é poesia corporal",  
Yêda canta o vermelho radiante  
Dos flamboyants mensageiros  
De nova vida, e novas aspirações.

Leo Lynce, Afonso Félix, Hugo, Bernardo, Eli  
Poetizaram o chão vermelho e os pioneiros  
Da promissora capital. E Goiânia nasce,  
Sob o signo da Cultura e do amor,  
Consagrados na pia batismal  
Do seu progresso inaugural.

Cidade radiosa em seu projetos  
Atílio Correia e Armando Godoy  
Traçaram o seu destino:  
Vida de um novo tempo.

Goiânia ontem, Goiânia hoje,  
Impacto de contrastes inusitados  
Impressos nas páginas de um novo tempo:  
Tempos modernos versus herança histórica, tradicional.

Como o grito do amanhã, ressoam problemas novos...  
Superlota-se a nova capital.  
Universidades, colégios, música, teatro, justiça

Saúde, transporte, e comunicação  
Exigindo reorganizações e sustentabilidade.  
É juventude lutando pelo dia de amanhã.  
E o progresso, a vida, determinam os novos horizontes.  
- Jovem de oitenta anos, lute pelo futuro.  
p. 77

Na referida antologia em homenagem à Goiânia consta, ainda, a verve lírica e performática do poeta Aidenor Aires, que revela seu pertencimento e a confiança na entrega dos filhos à cidade que o abrigou. No poema “Goiânia, a cidade que me acolheu” (pág. 16), o eu poético canta:

Aqui é a cidade que me acolheu.  
Entre o bosque do Botafogo e o rio Meia Ponte  
vi a terra, as matas e as águas em parição.  
A infância feérica dos edifícios,  
alcatrão das ruas  
procissões anônimas.

[...]

Eleito, Goiânia, me suspeito possível.  
Entreabertas janelas no instantâneo dos jardins.  
Viajo em amados e dessangrados cardumes.  
Pertencido.  
No chão onde enterro meus mortos.  
Na urbe onde confio os meus filhos.

Para o escritor Antônio César Caldas Pinheiro, na mesma publicação (pág. 23), Goiânia é farol telúrico no coração do Brasil:

...Goiânia surge, sempre de novo, qual a Fênix do mito.  
Renova-se qual

hierático rito, celebrando sua história, epopeia e pujança,  
Na luta constante em prol de Goiás.  
Goiânia é farol telúrico de litúrgico esplendor no coração do Brasil,  
É o porto seguro que o coração almeja  
E com carinho lhe deseja um futuro de paz.

No poema "Saudades em tom maior" de Augusta Faro Fleury de Melo a matéria poética evidencia sua preocupação com as atrocidades possíveis, advindas do "bicho-homem". Ela Adverte:

...Cuidado! O bicho-homem é congelado inox.  
Pode destruir tudo, com seu coração de aço,  
poluir a face indefesa dos rios e árvores,  
arrancar a paz de todos corações.

Brasigóis Felício, na mesma antologia, inspira-se no episódio do trágico acidente radioativo que se abateu Goiânia há trinta anos, para compor "A dança do céσιο" (pág. 29). Nele o poeta que habita Felício alfineta e ironiza:

...Agora temos, para nosso gozo e usufruto,  
mortes mais civilizadas.

Mata-nos agora  
já não o César Augusto  
com seus discursos o louco Hitler,  
com os seus gases  
ou o frio Stálin,  
com os seus dogmas.

Somos agora, vítimas  
do Césio-137...

No poema "Goiânia" (pág. 43) de Elizabeth Caldeira Brito, a matéria poética dá voz ao ideal de Pedro Ludovico e à metrópole que se transformou a jovem capital:

Pedro por mim se apaixonou  
sonhou o sonho sonhado.  
Planejou-me capital moderna,  
pulsando o coração no cerrado.[...]

Aos oitenta, balzaquiana  
cuidando presente e futuro.  
Nem me dei por tamanha mudança!  
- Onde perdi minha infância?  
- Em que espaço ficou meu ar puro?

Geraldo Coelho Vaz canta a cidade. No poema "20" do referido livro (pág. 52) aborda a visão da cidade por Pedro Ludovico quando avistou a planície onde seria construída Goiânia, do alto do Morro.

Falo do médico  
que em seu cavalo  
estaca, para.  
No alto do morro, pensa.  
Cavalga a cidade  
em sonho futuro.  
Da janela dos olhos  
povoa a metrópole imaginada:  
- Goiânia.

O artista da palavra, escritor Getúlio Targino suplica (pág.54):

...E só te peço, Goiânia:  
Sê, agora e eternamente,  
O fruto e a semente,  
O abrigo maior de tanta gente.

A cidade travestida de fêmea exuberante é tema para a escritora Lêda Selma poetizar. Para a lírica selmaniana, sob o título, "Goiânia morena" (pág.67) a octogenária cidade apresenta-se:

...de lascivas formas,  
cabelos de flamboaiã,  
dos bem-te-vis, beija-flores,  
das praças, parques, jardins,  
morena de olhos dourados,  
balzaquiana-menina,  
que ao esposar Goiás  
se fez terra-mulher.

O escritor Luiz Augusto Paranhos Sampaio, também, cantou sua cidade "Goiânia" (pág. 69). Seu canto lamenta a poluição dos rios, a violência das ruas, as pichações de muros, as demolições das construções históricas, pelos "carrascos urbanos ávidos de ganho". O clamor lírica soluça pelos

cemitérios povoados de túmulos  
com mortes violentas  
e descontroladas...

A urbe goianidade e seu acelerado desenvolvimento se faz presente na poética de Maria Helena Chein. Em "Goiânia, meu amor" (pág.72) a poetisa derrama seu afeto pela cidade que lhe foi berço:

Seu crescer era meu nascer.  
A cidade se tangia de água e verde  
no espantado janeiro de trovões e mangas.  
riaturas se aconchegavam nas labutas  
e deixavam para a tarde conversas de alpendre.  
[...]

Seu agora é meu entardecer.

[...]

Em surpresas me desnorteio

pela paisagem de aço, terror e fome.

Em amores me descubro

pela paisagem de árvores, pássaros e homens.

A poetisa Sônia Maria Santos (1945-2020) no poema sob o nome da cidade (pág. 89) canta seu encantamento pelo tempo que se esvai...

Há muito tempo venho,

desde menina no seu compasso.

Saudades das ruas calmas,

das suas praças

de quando as invadia e as abraçava,

à toa, e tão facilmente...

A arquiteta e escritora Narcisa Cordeiro, no poema "Goiânia 1958" (pág. 78), deixa florescer todo amor pela cidade que a viu nascer. O eu lírico declama que só se afasta para que a cidade caiba em seus olhos, e que mesmo morta estará com a cidade:

...Acordas com cantos de passarinhos

E os flamboyants cobres-te suavemente

E suavemente, dormes teu sono

Quando de ti me afasto às vezes

Para que possas caber em meus olhos

Vejo uma moça formosa e gigante

Orgulham-se de ti

Mas, eu te amo

Morrerei e tu sobreviverás

Mas mesmo morta estarei contigo.

Para o poeta, participe da organização da aludida publicação, Ubirajara Galli a cidade é um “Ser plural” (pág. 91), berço de sua trajetória literária-poética-historiográfica. Ouçamos sua louvação à cidade-mãe:

Goiânia me deu uma paixão  
que pariu filhos, netos  
e que me viu parir poemas,  
contos, crônicas, muita historiografia  
e adotar na pia batismal do gesto cães e gatos  
[...]  
Sobre nossas calçadas  
habita o tempo  
que nos construiu  
nos palmos dos dias...

A escritora Yêda Schmaltz (1941 - 2003) cantou a cidade que a acolheu desde tenra idade. Ela traçou, poeticamente, um convite e um trajeto sentimental para a capital do estado. Sob o título: “Goiânia - convite e roteiro” ela mostra ao mundo como “beber a primavera / que canta nos quatro cantos.” Ouçamos, então, o chamado de Schmaltz:

...vem a Goiânia em outubro  
podes vir o ano inteiro  
mas eu profiro em outubro  
que em outubro a costureira  
natureza e silva só  
(parente do meu irmão)  
faz um vestido bordado  
com estrelas matutinas  
e florzinhas bem singelas  
pra vestir o meu torrão  
se não puderes em outubro  
podes vir o ano inteiro.

Para o poeta-pintor francês Yvan Avena (1930 - 2015) a vida “*não basta ser vivida, precisa ser sonhada*”, nas palavras de Mário Quintana. E Yvan viveu um sonho. Cidadão do mundo. Ele (e sua esposa Monique Avena) ao conhecer Goiânia se encantou, se aquietou aqui e transformou o nosso chão goiano, em seu endereço para o mundo. Sentia não ser mais jovem para usufruir mais tempo de nossa goianidade. Viveu em nosso meio mais de dez anos.

Yvan Avena, e os demais escritores aqui presentes, teve influência da poética da cidade em sua literatura. Cantou por se encantar com a metrópole que tão bem o recebeu. Sob o título “Feliz aniversário Goiânia” (pág. 95) o poeta discorre do espanto dos amigos franceses pela decisão de morar tão longe de sua cidade, Marselha, na França. Poeticamente o eu lírico canta:

Quando eu a conheci, eu pensei:  
'É aqui que eu vou viver!'  
Meus amigos me diziam:  
'É longe o Brasil!'  
Longe de que? Eu lhes respondia.  
Longe de tudo. Longe da tua infância,  
longe dos teus amigos, longe das  
tuas tradições!...

A matéria poética de Avena finaliza seu poema afirmando que:

Eles não entendiam a nossa escolha  
Mas dentro de nós, nós sabíamos/o porquê!

Nós, também, sabemos os motivos que fizeram com que o casal Avena (Monique e Yvan) escolhesse a cidade de Goiânia para viver os últimos dias de sua vida: a amabilidade goianiense, as belezas desta terra, a gastronomia goiana, a arquitetura e mais...

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mário de. *Poesia, Nossos Clássicos*. Rio de Janeiro, Agir, 1976.

ANDRADE, Oswald de. *Pau-Brasil*. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

GALLI, Ubirajara. BRITO, Elizabeth Caldeira (orgs.). *Goiânia 80 anos de poesia*. Goiânia: Kelps. 2013

GOMES, Horieste. *Memórias da Campininha*, Goiânia: Gráfica e Editora Talento, 2000.

LOURENÇO, Edival. *A Centopéia de Neon*. Goiânia: Criassã Editora, 1994.

\_\_\_\_\_. *Naqueles morros depois da chuva*. Editora Hidra, 2011.

\_\_\_\_\_. *A caligrafia das eras*. Goiânia, GO: RF Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. *Poesia reunida*. Goiânia, GO: Editora Ex Machina, 2015.

LYNCE, Leo. *Leo Lynce Poesia quase completa*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

MARTINS, Tattiussa Costa. *Somos sertanejos? E por que não?! Goiânia para além do art déco*. Dissertação de Mestrado, PUC Goiás, 2006.

<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3852/2/Tattiussa%20Costa%20Martins.pdf>

ORTENCIO, Bariani. *Crônicas*. Goiânia: Kelps, UCG, 2005.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1956

TELES, Gilberto Mendonça. *Estudos Goianos I: A poesia em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1983.

\_\_\_\_\_. *Sociologia goiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / I N L, 1982.

[https://www.cesjf.br/revistas/verbo\\_de\\_minas/edicoes/Numero%2016/06\\_GILBERTO\\_\\_VM\\_1\\_2010.pdf](https://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/Numero%2016/06_GILBERTO__VM_1_2010.pdf)

TELES, José Mendonça. *Eu te vejo, Goiânia! Painel Memória Goianiense*. Goiânia: Kelps, 2005.

\_\_\_\_\_. *Poemas do entardecer*. Goiânia: Kelps, 2012.

VEIGA, José J. *Sombras de reis barbudos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os pecados da tribo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1976.

\_\_\_\_\_. *Cavalinhos de Platiplanto*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *A hora dos ruminantes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

\_\_\_\_\_. *Aquele mundo de vasabarro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.



## **Lições de Humboldt: A Marcha dos Saberes**

Eguimar Felício Chaveiro<sup>1</sup>

**A**lexander Von Humboldt (1769-1859), naturalista, botânico e geógrafo alemão, conclamado como o cientista mais famoso do seu tempo, foi - e é - reconhecido como um dos criadores de um método de conhecimento. Por isso, a sua vasta obra influenciou não apenas uma geração, cientistas de determinados campos de saber, mas uma forma de produzir, conceber e efetivar o saber científico.

Face a isso, poder-se-ia dizer: as catalogações, as cartas, as teorias, as invenções, as pinturas, os croquis e, enfim, as ideias de Humboldt sobre a natureza, sobre a terra e sobre o cosmos estão vivas. Em decorrência dessa constatação, objetiva-se no presente texto examinar as suas lições em conformidade com a marcha dos saberes na atualidade. A questão central do texto é: o modo pelo qual Humboldt desenvolvia o saber tem sentido na atualidade?

Para a consecução do texto proceder-se-á de uma interpretação conjuntural da produção de saberes atuais. Especificamente serão vislumbradas as leituras da natureza e do Cerrado. A motivação decorre do diálogo com membros do IHGG

---

<sup>1</sup> Prof. Titular do Instituto de estudos socioambientais, da Universidade Federal de Goiás; membro do IHGG; do ICEBE e da Academia trindadense de letras, ciência e arte

- Instituto Histórico Geográfico de Goiás e do ICEBE – Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado e uma longa jornada de trabalho no IESA – Instituto de Estudos Socioambientais, da UFG – Universidade Federal de Goiás e de atividades de orientação no Programa de Pós-graduação em Geografia- Universidade Federal de Jataí-Go.

As reflexões propostas girarão em torno de algumas premissas. A primeira concebe que a edificação de uma sociedade mundializada, baseada no avanço da ciência, da tecnologia e da informação; e também numa profunda rotação de capitais e de desterritorialização do trabalho, promove um grande metabolismo do saber.

O chamado big-data ou a implicação do processamento de algoritmo mediante o controle, o armazenamento, a disseminação e a publicação de informações e saberes, recolocam a força das fontes de pesquisa, dos instrumentos de propagarem a informação. Enxerga-se também o comando geopolítico das riquezas naturais e de seu mapeamento, assim como a sua difusão acelerada. Origina-se, no seio da sociedade mundializada, um novo mapa de saberes – e de seus sentidos.

A segunda premissa baseia-se no reconhecimento de que há um ativismo que, por meio de pesquisas, militâncias, reivindicações, programas, mobilizações e projetos comandados por coletivos negros, indígenas, de mulheres e de movimentos sociais e alternativos, contestam o monopólio dos saberes, estabelecem relações diretas entre o comando econômico das riquezas naturais e o controle estratégico dos saberes; reivindicam a valorização dos saberes nativos, originários, ancestrais, simples. Abrem portas para o revigoramento dos vários discursos do mundo, como também de leituras de clássicos, como é o caso de Humboldt.

Essas premissas, a nosso ver, recolocam a necessidade de ler e interpretar os clássicos, tal como é a vasta, complexa e rica obra de Humboldt. Mais que isso: exigem uma atenção cuidadosa com os seus métodos de produzir o conhecimento.

### **Saberes do povo: uma nova ecologia do conhecimento**

Fermentam-se, atualmente, novas bandeiras culturais e políticas, do mesmo modo que múltiplas formas de comunicação, de organização das lutas. Os diferentes grupos, coordenados e unificados por disputas de classe; por questões de gênero, de etnia-raça; dimensões culturais; por liberdade de sexo, tecem críticas à precarização do trabalho; à privatização de universidades. Observa-se também a luta contra preconceitos históricos e científicos; contra hierarquizações, exclusão, segregação, aniquilamento de vidas. Os grupos, ainda que diferenciados, agem em nome de direitos, da diferença, da criação, da autonomia. Descobrem que os saberes são peças da autodeterminação dos povos, de suas identidades e de seus negócios simbólicos.

Nessa fermentação, notadamente complexa, edificada à luz de diferentes interpretações de mundo, surgem vetores que contestam a razão moderna; contestam também o método laboratorial e funcional de conhecer a natureza, mapeá-la e classificá-la. Muitos desses grupos reivindicam uma atenção aos saberes indígenas, de populações camponesas, de mulheres roceiras, de povos cerradeiros; de vazanteiros, pescadores, gente de quilombolos. Propõem uma nova ecologia dos saberes ajustada à tradição de sujeitos do mundo simples.

Os sujeitos que reivindicam um lugar de reconhecimento e de ação para os seus saberes, além de defenderem práticas tradicionais, modos de ver e de lidar com a terra

e com a natureza, montam pedagogias e saberes, círculos, rodas de prosa, modos de compartilhamento, estéticas, colagens, humor. Descubrem outros ritos de transmissão dos saberes e de sua disseminação entre os iguais. Propõem trabalhos de imersão, escuta, observação, o que era da faculdade criadora de Humboldt.

O que se procede nessa raia, é uma crítica ao saber científico hegemônico que, costumeiramente, enxota a observação percuciente, tal como defende Humboldt. A crítica se estende à separação entre os componentes de estudo a partir de uma especialização cada vez mais radical dos objetos de estudo. A ideia humboldtiana de que a terra é um único e imenso organismo vivo dentro da qual tudo se interliga numa rede de trocas, é recolocada como um projeto político.

Recupera-se, então, a dimensão holística na formulação dos saberes. Enxergar a intrínseca relação entre a vida humana e a natureza, enxergar as diferencialidades da paisagem em meio à sua integração, são pontos culminantes do pensamento humboldtiano. Ele diz que,

Assim como a forma exteriormente articulada dos continentes e os inumeráveis recortes de seus montes exercem uma saudável influência sobre os climas, no comércio e até nos progressos gerais da civilização, assim também a configuração do solo no sentido da altura, quer dizer, a articulação interior das grandes massas continentais pode exercer um papel não menos importante no domínio do homem. Tudo o que produz variedade de forma (polimorfia) em um ponto da superfície terrestre, seja uma cadeia de montanhas, um planalto, um grande lago, uma grande estepe, também um deserto com bosques em suas dunas, qualquer acidente do solo, em uma palavra, imprime uma marca

particular no povo que ali habita. Se o solo está entre nevados e altíssimos cumes, as comunicações ficarão interrompidas e o comércio impossível. Se, pelo contrário, o formam baixas planícies, com algumas cadeias pouco elevadas e descontínuas, como no oeste e no sul da Europa, onde esse gênero de articulação se desenvolve tão felizmente, multiplicam-se então as influências meteorológicas e, com elas, as produções do mundo vegetal. E, como em todo caso, cada região exige um cultivo diferente, ainda que à mesma latitude, resulta que essa configuração especial dá vida a necessidades que estimulam as atividades das populações (Humboldt, 2005, v.2, p.280).

A posição contra o que se pode denominar saberes divorciados, é uma premissa da leitura cósmica da terra. Quando os povos indígenas do Cerrado veem os seus territórios pressionados, o que imediatamente desdobra é a sua proletarização, as suas mudanças de hábitos alimentares; a sua ambiguidade entre a cultura de sua tradição e a outra que lhe impõe novas cosmologias. Se convém explicitar que não há determinismo natural sobre a vida humana, conforme assinala Humboldt, não pode desconsiderar o sentido ativo do solo, do ar, do relevo, da hidrografia na vida humana.

O grau de ligação, de intersecção dos componentes da natureza, em Humboldt, sugere reconhecer o elo entre o orgânico e o inorgânico, inclusive, desses com a emoção e com o espírito. As influências recebidas pelo naturalista do romantismo Alemão, especificamente de Goethe, o senso de observação arguta, o exercício de contemplação e de interrogação de tudo que existe, se evidenciam na sua geografia cósmica. Ele diz que,

“Minha atenção estará sempre voltada para a observação da harmonia entre as forças da natureza, reparando a influência exercida pela criação inanimada sobre o reino animal e vegetal. Deve ser lembrado, entretanto, que a crosta inorgânica da terra contém dentro de si os mesmos elementos que entram na estrutura dos órgãos animal e vegetal. Por conseguinte, a cosmografia física seria incompleta se omitisse considerações dessa importância, e das substâncias que entram nas combinações fluidas dos tecidos orgânicos, sob condições que, em virtude de ignorarmos a sua natureza real, designamos pelo termo vago de “forças vitais”, grupando-as dentro de vários sistemas, de acordo com analogias mais ou menos perfeitamente concebidas. A natural tendência do espírito humano, involuntariamente, nos impele a seguir os fenômenos físicos da terra através de toda a velocidade de suas fases, até atingirmos a fase final da solução morfologia das formas vegetais, e os poderes conscientes do movimento do organismo dos animais. Assim, é por tais elos que a geografia dos seres orgânicos - plantas e animais - se liga com os esforços dos fenômenos inorgânicos de nosso globo terrestre (HUMBOLDT, 2005, pag 276)”.

O rompimento com a concepção de objetividade científica e o interesse por tudo que se lhe apresentava, como as plantas, o solo, o vento, o relevo, faziam Humboldt conceber a observação como a primazia do conhecimento. Mas observar apenas não bastava: era necessário ligar o que se observava ao que era invisível, por exemplo, as forças que animam a terra. Descobrir as forças dinamizadoras dos organismos vivos foi uma dádiva propiciada pelo encontro com Goethe. A partir daí processou-se o conceito “*urform*”, isto é, o impulso de formação. Daí, que a física, ao se juntar

ao que é orgânico, gera o movimento e a transformação do próprio organismo vivo. A superfície terrestre era a galeria infindável de forças e formas.

Essa concepção pode se vincular ao presente problemático, em que, de um lado se situa o saber devastador da ciência moderna, e de outro, saberes que são silenciados e inferiorizados. Pensar os saberes e suas enunciações políticas tendo como centro a constituição da vida dos organismos vivos na terra, é o que propõe Arroyo (2012, p.78). Ele explica que,

Nas ocupações, nas marchas ou nas oficinas e dias de estudo mostram que as políticas ou a pedagogia que não tenham esse presente tão premente como sua tarefa se perdem ao perder seu chão: os próprios sujeitos se formando, humanizando ou desumanizando na materialidade tão presente e tão pesada em que reproduzem as suas vidas. Um presente que carrega indagações desestabilizadoras a exigir aprofundamento e respostas das políticas e programas, das didáticas e das teorias pedagógicas.

Conforme foi assinalado, as lutas políticas são lutas pedagógicas. Sendo assim, há uma correlação direta entre a constituição da vida e os saberes. Isso pode ser visto na carta dos Movimentos Sociais em defesa da vida, na qual pode-se ler:

Nós, representantes de organizações, coletivos e movimentos sociais oriundos das cinco regiões do Brasil, defensores dos direitos humanos, direitos ambientais, direitos à terra, à cidadania, à cidade, à cultura e soberania alimentar, à acessibilidade, às tecnologias e mídias digitais, à comunicação livre e comunitária, dos direitos de povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, reunidos no Rio de Janeiro,

durante a oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais – UPMS, sob o tema Cultura, neste marco histórico da destruição dos ecossistemas e direitos, fazemos deste encontro um apelo ao povo brasileiro em defesa da vida (CMSDF, 2015, p.1).

As questões teóricas e política de Humboldt, localizadas em seu tempo, são outras. Contudo, o seu modo de enxergar a relação da vida a partir da dinâmica da terra, ressoa como um alento. Interessa a sua concepção integral dos fenômenos naturais e também o seu método de conhecer.

Eu tinha em vista um duplo objetivo nas viagens das quais eu publico agora a narrativa histórica. Desejava dar a conhecer os países que eu tinha visitado, e em recolher os fatos, tal como são montados, para elucidar uma ciência de que nós ainda possuímos praticamente o esboço, e que tem sido vagamente denominada de História Natural do Mundo, Teoria da Terra, ou de Geografia Física. O último destes dois objetos pareceu-me o mais importante. Eu estava apaixonadamente dedicado à botânica e certas partes da zoologia, e estava lisonjeado de mim mesmo porque nossas investigações poderiam acrescentar algumas novas espécies às já conhecidas, tanto nos reinos animal e vegetal; mas, priorizando a conexão dos fatos largamente observados ao conhecimento de fatos isolados, embora novos, a descoberta de um gênero desconhecido pareceu-me muito menos interessante do que uma observação sobre as relações geográficas da vegetação do mundo, sobre as migrações sociais das plantas, e do limite da altura que as diferentes tribos atingiram sobre os flancos das Cordilheiras. (HUMBOLDT, 1907, Pag 323)“

Como se vê no relato, as viagens ou expedições científicas, faziam parte do método de conhecimento de Humboldt. Contra a postura de cientista de gabinete e em conformidade com os naturalistas dos séculos XVIII e XIX, a ligação entre as viagens e a observação fazia pronunciar a importância da descrição. A precisão da descrição só era possível com a agudeza da observação, esta, por sua vez, calcava-se numa visão teórica abrangente. Assim sendo, a premissa do método humboldtiano baseava-se no seguinte: tudo estava conectado, por isso, o cientista deveria atentar-se para as diferenças e para as similaridades sem, contudo, desprezar o todo. Como ponderou Wulf (2016, pag 54), esse era o mote principal da visada de Humboldt na análise da natureza.

Quando se observa, por exemplo, os vastos problemas ambientais do Cerrado, como o desmatamento; a degeneração de ecossistemas; a extinção de espécies da flora e da fauna; a contaminação de cursos hídricos; a poluição sonora e atmosférica; a erosão do solo – e vários outros -, sob a leitura humboldtiana há que ser enxergar cada um desses problemas inseridos numa totalidade. Mais que isso: qualquer problema situado, por exemplo, um componente da natureza, como o solo ou a água, reboasse nos demais. Essa parece ser a perspectiva apresentada na Carta dos Movimentos Sociais em defesa da terra:

O massacre estende-se ao esgotamento dos recursos naturais, a escassez da água, ao envenenamento dos alimentos provocando o aumento avassalador de mortes de crianças por contaminações e de jovens e adultos em conflitos de terra e violência urbana, pois suas vidas são deslocadas de seus territórios de origem, suas tradições, seus valores e práticas ancestrais de educação, espiritualidade, cultivos, alimentação e medicinas (CMSDF, 2015, p.1).

Ao centrar a ação política em defesa da terra vinculando-a à produção social da vida, reconhece-se que o sentido de vida é atravessado pelos saberes. Ou pelo modo de produzir os saberes. O que denomina “ecocídio”, por meio do qual componentes da vida são exterminados, e o que denomina “epistemicídio”, ingrediente social que aniquila saberes, se juntam solicitando, além da leitura da totalidade orgânica da terra, a sensibilidade daquele que conhece.

Nessa ótica, recomenda-se valorizar as ricas, diversas e profundas experiências de vida dos vários grupos sociais. Requisita que os cientistas ouçam, observem, dialoguem, entrem em contato com outros grupos sociais. Trata-se de valorizar a percepção, a sensibilidade, a experiência humana de todos os sujeitos e identidades que desenvolvem a sua vida na ligação com os componentes naturais.

Nesta perspectiva, a interpretação do Cerrado interpela cientistas, intelectuais, pesquisadores para um arco de diálogo; também para andarem pelas paisagens, observando-as, vendo as mudanças, contemplando espécies da fauna e da flora, assim como a relação entre lavouras, estradas, redes de negócios, Estado, movimentos sociais.

Especificamente o Cerrado goiano é dado a perceber que a erosão de diversidade biológica corresponde à erosão da diversidade de saberes e da diversidade de práticas. Cada vez mais se enxerga uma hegemonia predatória. Daí, que as lições do método de Humboldt é um convite para perceber a diversidade genética, de paisagens e de formas em concomitância aos componentes sociais e culturais que implicam no território do Cerrado.

É um convite também a reconhecer outras expedientes políticos – e de aprendizagem, como a audição, a observação, o cuidado, a simplicidade e a sensibilidade.

## De braços dados com Humboldt

A partir da década de 1980, especialmente com o impulso das descobertas da física quântica e também com a propagação das denominadas “novas tecnologias”, passou a haver uma grande inquietação teórico-conceitual. Praticamente todos os campos e áreas de saber foram convidados a uma adesão apressada.

As representações e as leituras da terra e da natureza, ora instituídas pela via ambiental, ora esposando-se nas mudanças sociais vigentes, ganharam várias denotações conceituais. Os perigos ambientais traduzidos na elevação do nível do mar; no envenenamento do solo e da água; no aumento de dióxido de carbono e de outros gases, são responsáveis por criar um “planeta enfermo”.

Essa enfermidade, além de ser estrutural, por isso atinge a todos, é vista também pelo transporte de sedimentos; pela ocupação e transformação do solo; pelo desvios dos cursos de água; pelas extinções de espécies; e pelo desenvolvimento de substâncias químicas no ar, nos alimentos, na água, no solo; pela multiplicação do plástico, gerando efeitos no aquecimento global. Luc Ferry (2009), num esforço de síntese, diz que a partir desses problemas, é instituído o medo planetário.

Novos conhecimentos e novas formas de conhecer são desenvolvidos por meio de satélites, controle dos genes, construção de sondas e de equações de logaritmos. Os novos conhecimentos, em pauta, colocam em conflito um governo cósmico conduzindo o comportamento da natureza e os vários problemas que criam. Pode-se dizer que surge uma geopolítica da natureza como parte da geopolítica dos países dominantes. Esses, por sua vez, desenvolvem o monopólio de capitais e de saberes.

Bruno Latour (2016), epistemólogo francês, observa que a natureza transformada em recursos, a partir de uso de gens, ondas de ar, ondas de calor e fibras para a confecção de produtos variados, sejam estéticos/turísticos ou mercantis, em geral, passa a ter outros significados. Isso faz acender a luz direcionada à exploração de outros planetas, assim como para o monitoramento de aquíferos, de minérios e de gens.

Diante disso, as grandes corporações desenvolvem táticas para a monopolização dos bens naturais como uma forma de estabelecer o controle da vida. Isso estimula o campo dos saberes a desenvolverem novos conceitos e termos como antropoceno (Paul Crutzen), tecnário ou tecnógeno (Ter-Stepanian), biogeia (Michel Serres), filogeografia (Alan Templeton), capitaloceno (M. Moore).

A reflexão em torno desses termos, teorias e conceitos é uma pronúncia do esforço para rebater uma seta hegemônica: a colonização do universo. Poder-se-ia dizer, amparado na concepção de natureza de Humboldt, que os modos de funcionamento das estratégias colonizadoras afetam o metabolismo da terra – e de todos os seus elementos.

Para alguns teóricos e também para ativistas ambientais e culturais, na era do antropoceno o ser humano se efetivou como uma força geológica. Outros, ao defenderem o conceito capitaloceno, dizem que o metabolismo das espécies, das formas de energia e dos ambientes, são a demonstração que o capital implica no funcionamento da natureza.

Há linhas que revisitam os clássicos, como Humboldt e, ao revisitarem-nos proclamam a necessidade de se observar a terra como uma força viva, como um laboratório criativo de vida. Esta perspectiva aposta numa crítica à predação ontológica, que implica a espécie humana por inteiro. Um planeta enfermo cria seres enfermos.

A aglutinação da leitura geopolítica da natureza ao avanço de saberes genéticos e à mercantilização de produtos farmacêuticos, repercute nas formas de luta de povos originários. As lutas por defesa da terra e do território, encadeadas por populações indígenas, se juntam à defesa pela luta da biodiversidade. Essas lutas abrem as páginas na oposição à biopirataria e ao tráfico de saberes.

Está posto um problema contemporâneo suscitado pela imensa obra de Humboldt, seja na preocupação com o futuro das plantas, com a proteção dos saberes indígenas e com as transformações dos bens de natureza em recursos. Abre-se uma nova perspectiva de leitura da natureza. Essa perspectiva interroga: como este período histórico está lidando com o vivente? Qual é o sentido da vida ensinado pelo modelo de sociedade que tem as suas relações baseadas na mercantilização dos bens naturais?

Parece que ao compreender os problemas ambientais ligados aos problemas sociais entende-se que o debate teórico dos saberes é sempre um debate político. Entende-se mais: de acordo com o método de Humboldt, não se separa o que é social e o que natural. Ambos existem imersos no organismo vivo exuberante: a terra.

## **Referências Bibliográficas**

ARROYO, M. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

CMSV - Carta dos Movimentos Sociais em Defesa da Vida. Rio de Janeiro:2015.

CRUTZEN, P. J. The "Anthropocene". In: Ehlers E.; Krafft T. (Org.) Earth System Science in the Anthropocene. Springer, Berlin, Heidelberg, 2006. p.14-30.

FERRY, L. A nova Ordem Ecológica: a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: DIFEL. 2009.

HUMBOLDT, Alexander. Regiões da América, Portugal: 1907, V. 1,2 e 3

HUMBOLDT, Alexander von. Cosmos, ó Ensayo de una descripción física del mundo 2 vol. Córdoba: Altilis. 2005.

LATOUR, B. Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2016.

MOORE, J. Capitalism in the Web of Life. New York: Verso, 2015.

SERRES, M. Tempos de crises. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

TEMPLETON, A. R. Coherent and incoherent inference in phylogeography na human evolution. Proc. Natl. Acad. Sci. USA., v.107, p.6.376-6.381, 2010.

TER-STEPANIAN, G. Beginning of the Technogene. Bulletin I.A.E.G., 38, p. 133- 142, 1988.

WULF, Andrea. A invenção da natureza. A vida as descobertas de Alexander Von Humboldt. São Paulo: Planeta, 2016. Tradução: Renato Marques.



REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS



# RESENHAS





## **As Margens do Paraíso: Três Perdidos em um Paraíso de Concreto**

Ademir Luiz da Silva<sup>1</sup>

Resenha:

TRINDADE, Lima. *As Margens do Paraíso*. Bahia, CEPE editora, 2019.

**B**rasília não é uma cidade, são muitas. Primeiro houve a cidade antes da cidade, vislumbrada por São João Bosco, que, na noite de 30 de agosto de 1883, sonhou surgir entre os paralelos quinze e vinte uma grande civilização, uma Terra Prometida de riqueza inconcebível. Depois veio a Brasília de Juscelino Kubitschek, o símbolo arquitetônico e urbanístico de sua política de avançar cinquenta anos em cinco. Não demorou muito para que surgisse a cidade do tédio infinito, cantada pela Legião Urbana e outras bandas brasilienses punk de boutique. Há também a Brasília literária de Nicolas Behr e a Brasília cinematográfica de Joaquim Pedro de Andrade. Há a Brasília dos místicos e a Brasília dos noticiários, tanto das páginas políticas quanto das páginas policiais. Cada qual com sua devida exposição na mídia, nas artes e na memória.

---

<sup>1</sup> Presidente da União Brasileira de Escritores Seção Goiás. Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG), nos cursos de História e Arquitetura & Urbanismo. Docente do programa de pós-graduação interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). Realizou pós-doutorado em Poéticas Visuais e Processos de Criação pela FAV/UFG. E-mail: alsconclave@gmail.com

Qual memória? Pouco lembrada é a Brasília dos candangos, os trabalhadores que ergueram essa cidade de concreto no meio do cerrado goiano. Ganharam um monumento, mas não muito mais do que isso. Afinal, não se constrói um paraíso moderno sem verter muito sangue, suor e lágrimas em modalidades arcaicas de trabalho.

O romance *As Margens do Paraíso*, do escritor Lima Trindade, rememora a história dos candangos a partir de três, ou quatro, pontos de vista. Ao longo do livro, diferentes personagens provenientes de diferentes regiões do Brasil, com vivências pessoais e culturais diversas, encontram-se em Brasília. A coesão narrativa dessa multiplicidade de olhares ancora-se na própria experiência multicultural e multirregional do autor. Lima Trindade nasceu em Brasília, mas vive hoje em Salvador. É reconhecido como um dos principais nomes de sua geração, tendo lançado as novelas *Supermercado da Solidão* (2005) e *O Retrato: ou um pouco de Henry James não faz mal a ninguém* (2014), e os volumes de contos *Corações blues e Serpentinhas* (2007) e *Todo Sol Mais o Espírito Santo* (2005). Sua obra já recebeu traduções para o inglês, espanhol e alemão. *As Margens do Paraíso* é seu primeiro romance, sendo fruto de vários anos de pesquisa e trabalho na carpintaria da escrita. Desde o começo foi um projeto reconhecido, tendo sido aprovado em edital de apoio à criação literária da Fundação Cultural do Estado da Bahia em 2012.

Esse mosaico de brasilidade proposto por Lima Trindade é representado por três personagens, tendo um quarto atuando como elemento catalisador. O primeiro é Leda, uma adolescente órfã proveniente do nordeste brasileiro, que teve o corpo e a alma castigados por diferentes tipos de privações e humilhações, mas sem jamais perder a ternura. Ou quase (se

você, leitor, não aprecia spoilers, este é o momento oportuno para abandonar essa resenha), uma vez que, em um momento de loucura, comete um ato extremo do qual parecia ser incapaz. É justamente esse ato que a conduz para Brasília. O segundo é Zaqueu, jovem nascido em uma família abastada da cidade goiana de Anápolis, próxima de onde viria a ser o Distrito Federal. Zaqueu possui ingênuas pretensões políticas que se transformarão em obsessão maquiavélica ao longo do livro, resultado da relação delicada e conflituosa com seu pai. Ir para Brasília parece-lhe o melhor modo de exorcizar seus fantasmas e alcançar seus objetivos. O terceiro personagem é o inicialmente farrista e irresponsável Rubem, rapaz proveniente da classe média carioca. Apesar da vida errática, Rubem cultiva certo refinamento cultural e anseios intelectuais que o modificam drasticamente, levando-o para o Planalto Central, onde deseja mudar completamente de vida.

Finalmente, o quarto elemento é Mauro, primo de Rubem, um engenheiro que trabalha na construção de Brasília. Não apenas trabalha, mas enxerga em si mesmo alguém que está ajudando JK a erguer sua utopia tropical, seu paraíso sonhado por Dom Bosco. Mauro está onde Leda, Zaqueu e Rubem vão, por diferentes motivos, chegar. Não por acaso Leda é do Nordeste, onde se localizou a primeira capital do Brasil. A capital do passado. Rubem é do Rio de Janeiro, a capital do presente que logo se tornará passado. Zaqueu nasceu nas proximidades, nas margens, de onde está sendo erguida a nova capital, a capital do país do futuro. Futuro esse do qual Zaqueu pretende participar ativamente.

Os nomes, como afirmava Umberto Eco, são chaves interpretativas e em *As Margens do Paraíso* essas chaves estão presentes em suas entrelinhas. A principal referência histórica

e literária ao nome Leda remete a rainha de Esparta, que foi seduzida por Zeus na forma de cisne. A Leda de *As Margens do Paraíso* se deixa seduzir por uma figura, segundo seu olhar inexperiente, de caráter quase divino. O nome Zaqueu faz referência ao coletor de impostos de Jericó que sobe em uma figueira para ver a passagem de Jesus. Todos se surpreendem quando o pregador de Nazaré se convida para hospedar-se na casa do publicano, uma vez que coletores de impostos eram considerados traidores e lacaios dos dominadores romanos. Em hebraico o nome Zaqueu significa algo como “puro” ou “justo”. O Zaqueu de Lima Trindade, no início da narrativa, talvez seja o mais inocente entre os três protagonistas e ao longo de seu desenrolar vai desenvolver um “negócio” escuso entre os trabalhadores candangos que possui semelhança indireta com a cobrança de impostos. Outro nome bíblico é Rubem, o primogênito entre os doze filhos de Jacó, neto de Isaque. Na Bíblia, os filhos de Jacó lançam José, o preferido do patriarca, em um poço seco. Rubem compactua com a violência do ato, mas guardando em segredo o objetivo de resgatar José quando a noite caísse. O Rubem do romance também possui um caráter dúbio, mas marcado pelo desejo de corrigir os erros que cometeu. Mauro, o quarto elemento, advém de “mouro”, como eram chamados os habitantes da Mauritânia, os árabes berberes do Saara Ocidental, que mesmo vivendo no deserto construíram uma grande e poderosa civilização. Esse Mauro, primo de Rubem, percorreu o mundo, mas somente se encontrou no calor do cerrado, na missão de construir uma cidade dos sonhos.

*As Margens do Paraíso* é constituído de duas partes. A primeira é formada por diversos monólogos em fluxo de consciência de Leda, Rubem e Zaqueu. Conhecemos cada

um deles por dentro. Suas paixões, desejos, planos e dúvidas. Revelam-se personagens complexos e profundos, cada qual diante de um diferente dilema de existência que os afasta de suas zonas de conforto, exatamente por não serem confortáveis. A primeira parte do romance pode ser definida como estudo de personagens, usando fartamente ferramentas da psicanálise e da sociologia.

A segunda parte do romance mescla dois solenes monólogos feitos por Mauro em primeira pessoa e uma narrativa tradicional em terceira pessoa realizada por um narrador onisciente. Mauro torna-se uma furtiva testemunha do encontro trágico entre Leda, Zaqueu e Rubem. Essa mudança de estilo narrativo transformou o tom e as cores do enredo e dos personagens. Se na primeira parte tudo era incerto, oblíquo e onírico, revelando os dilemas mentais do trio de protagonista, na segunda parte praticamente não há mais nuances. O enredo torna-se simples e direto, os personagens ganham dimensões dualistas. Zaqueu torna-se um vilão com atitudes relativamente tradicionais. Seu desejo de vingança o transformou em um tipo asqueroso e bidimensional. Leda, tornada prostituta para sobreviver, parece ter superado as marcas da terrível tragédia que vivenciou no Nordeste. É uma mulher inteligente e romântica, que, a despeito da profissão, só deseja amar e ser amada. Rubem ganha ares de heroico líder operário, assumindo uma militância pura e desinteressada que talvez se esperasse do ingênuo Zaqueu da primeira parte.

O que motivou essa mudança de narrativa? Acredito que Lima Trindade pretendeu mostrar que aqueles mesmos personagens que aprendemos a apreciar na primeira parte, justamente por serem múltiplos e indecifráveis, poderiam ser transformados em arquétipos se fossem vistos de fora. Pois é

isso que se espera de uma aventura exemplar sobre a construção de uma cidade. Não há lugar para dúvidas em meio a construção do futuro. Portanto, Lima Trindade denuncia que os candangos, pasmem, eram também seres humanos. Não nasceram só para construir. Mas quem se importa? Quem quer vê-los para além de suas histórias romanescas? Quem quer ver Zaqueu para além do estereótipo do rico malvado? Quem quer ver Leda para além da prostituta de bom coração, a “Linda Mulher” bronzeada pelo sol do Brasil? Quem quer ver Rubem despido de seu manto de mocinho abnegado? Talvez apenas Mauro. Esses ricos personagens vistos de fora, descritos por uma isenta narração em terceira pessoa, são apenas miragens. Quanto mais nos aproximamos, mais se afastam. Assim como o paraíso que eles procuravam.

Em *As Margens do Paraíso*, Lima Trindade faz o caminho inverso de seus personagens. Se as criaturas saíram de suas regiões de origem para se descobrirem em Brasília, o criador deixou Brasília para redescobrir sua cidade natal a partir da perspectiva da estética literária. O resultado é fruto de laboriosa pesquisa histórica, geográfica e antropológica, mas é, acima de tudo, a transformação da cidade de Dom Bosco, de Juscelino Kubitschek, da Legião Urbana, de Nicolas Behr, de Joaquim Pedro de Andrade, dos políticos e dos místicos, em uma miragem. Uma miragem a que todos perseguem. Mas acabam sempre às margens. O paraíso é para poucos.

## **Referências Bibliográficas**

TRINDADE, Lima. *As Margens do Paraíso*. Bahia, CEPE editora, 2019.



# **O Caçador Ambientalista: Theodore Roosevelt e os Acervos Museológicos de História Natural nos Estados Unidos**

Sandro Dutra e Silva<sup>1</sup>

Resenha:

LUNDE, Darrin. *The Naturalist. Theodore Roosevelt, a lifetime of exploration, and the triumph of American Natural History*. New York: Crown Publishers, 2016

**T**ed Roosevelt é amplamente reconhecido pelo seu engajamento ambiental na criação de parques e áreas de proteção ambiental nos Estados Unidos. Durante o período em que assumiu a presidência dos Estados Unidos (1901 a 1909), ele promoveu o diálogo entre as instancias públicas de poder com importantes personalidades que atuavam no movimento de proteção à natureza naqueles pais. Podemos citar, por exemplo, o conservacionista Gifford Pinchot (1865-1946) e o preservacionista John Muir (1838-1914) – apesar de ser evidente a adesão de Roosevelt ao conservacionismo de

---

<sup>1</sup> Doutor em História (Universidade de Brasília). Docente na Universidade Estadual de Goiás - UEG e na Universidade Evangélica de Goiás (Brasil). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da Sociedade Goiana de História da Agricultura e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Elis. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: 0000-0002-0001-5726, E-mail: sandrodutr@hotmail.com

Pinchot, à despeito da visão preservacionista de Muir. Essa atuação foi significativa e fez parte de um período conhecido pela história política dos Estados Unidos como a Progressive Era (1865-1918), que foi um período marcante para o contexto desenvolvimentista norte-americana – mas que também foi significativamente importante para os projetos jurídicos de proteção ambiental naquele país (STOLL, 2015).

Em sua obra *The Naturalist. Theodore Roosevelt, a lifetime of exploration, and the triumph of American Natural History*, Darrin Lunde (2016) escolheu outro caminho fascinante para narrar a trajetória desse grande estadista. Diferente de uma opção já muito utilizada pela historiografia ambiental, Lunde preferiu outro caminho, com enfoque, sobretudo, no engajamento de Roosevelt como o naturalista/caçador, e o seu papel fundamental para a institucionalização de museus de História Natural nos Estados Unidos. O texto procurou destacar, por exemplo, as influências de Ted Roosevelt para a formação e ampliação de acervos do *American Museum of Natural History* em Nova York e do *National Museum of Natural History* da Smithsonian Institution em Washington, DC.

Darrin Lunde atuou como supervisor da divisão de mamíferos no *National Museum of Natural History* da Smithsonian Institution, tendo trabalhado por mais de 20 anos com museus de história natural nos Estados Unidos. Como pesquisador participou de expedições científicas e na coleta de zoologia em diferentes continentes, e tendo, inclusive, dado nome a mais de uma dúzia de espécies novas de mamíferos. Por isso, a experiência do autor com o trabalho minucioso de pesquisar e naturalista em missão para os museus de história natural torna essa obra valiosa, na medida em que o relato biográfico não foge do foco central, que é o de relacionar experiências

peçoais de Roosevelt com o seu trabalho como naturalista. A narrativa, portanto, foge do modelo tradicional das biografias, pois focaliza no papel de Theodore Roosevelt para a construção de coleções museológicas. E nesse caso, a sua expertise e a sua vocação como naturalista foi amplamente ressaltada na obra de Lunde, o que amplia o olhar para além dos dados da biografia política de Roosevelt. Quero dizer, que essa é a sua originalidade e relevância. Outro ponto favorável na narrativa de Lunde é que a sua experiência e vivência no cotidiano das pesquisas em museus nos coloca dentro desse universo institucional muito particular, que são espaços exclusivos dos pesquisadores e estranhos ao visitante contumaz dos museus. Lunde explora os espaços de pesquisa e taxidermia, com suas salas preparadas para receber o acervo coletado nos campos, e que são, na verdade, fruto do ofício do naturalista caçador, com suas armadilhas e armamentos que compõe a aventura do zoólogo que frequenta os ambientes hostis da coleta animal. O visitante, muitas vezes, se acostuma com os grandes painéis de exibição, mas desconhecem a arte e o ofício do trabalho científico por detrás das grandes coleções dos museus. Por isso, a obra de Lunde também homenageia o trabalho dedicado de cientistas, taxidermistas, exploradores, cartógrafos e uma equipe extensa de suporte que as expedições científicas agrupavam e que as coleções dos museus mundo afora preservam (ELIAS, MARTINS & MOREIRA, 2018).

O texto é valioso não apenas por apresentar Roosevelt com um naturalista, descrevendo diferentes momentos na coleta de espécies em diferentes ecossistemas do planeta. Mas é rico em apresentar um momento importante da história científica mundial e no qual a personagem se insere que é o momento em que os museus de história natural comissionavam

cientistas a explorar, documentar e coletar espécies, tanto para a finalidade científica quanto para exibição. A obra de Lunde se insere nesse importante debate, ao afirmar que, como um naturalista especializado em coletas de zoologia, e como Roosevelt, especializado em mamíferos, passou grande parte de sua vida preparando armadilhas e atirando em animais. Esse ofício sempre a serviço da ciência nas missões institucionais para os museus em Nova York e Washington. Por essa razão, segundo o próprio autor, ele tem muito a contribuir em termos de produção do conhecimento sobre o universo cativante e as paixões que motivaram Roosevelt em se tornar um naturalista de museu (*museum naturalist*).

A obra está distribuída em 3 partes e contem ao todo 19 capítulos. A divisão em partes está relacionada a um enredo cronológico, abordando desde a primeira experiência de Roosevelt com a taxidermia de animais – ainda na sua infância – como as grandes expedições na África, organizadas em parceria com a *Smithsonian Institution*. Segundo Lunde, Roosevelt se autodenominava “caçador-naturalista” (Hunter-naturalist), e se sentia particularmente orgulhoso em poder utilizar essa vocação como uma possibilidade de colocar o seu talento como caçador à serviço da ciência. E sua empreitada como caçador, bem como a sua adesão à clubes de caça, foi também fundamental para que ele fosse protagonista na criação de um código de ética de cunho conservacionista entre os seus membros. São importantes as pesquisas documentais nesse sentido, e Lunde é bem-sucedido ao relacionar a atividade de caça ao trabalho científico das coleções de museus.

A primeira parte do livro é intitulada de *The Museum Naturalist*, e está dividida em 6 capítulos, que narram as influências primárias na paixão de Roosevelt pela vida selvagem e o

ambiente natural. Filho de família abastada em Nova York, e morando na vizinhança do prédio que atualmente abriga o *American Museum of Natural History* no Central Park, Roosevelt cresceu com influenciado pelas leituras de aventuras na África, criando uma coleção particular e tendo o seu próprio museu em casa. Colecionando aves e reptéis compunha sua coleção pessoal, aprendendo a arte da taxidermia. Por motivos de saúde não frequentou a escola nos períodos elementares, mas ainda na adolescência desenvolveu no universo privado o gosto pelo mundo natural (*wilderness*) e que posteriormente seria fundamental para suas ações em defesa do movimento conservacionista nos Estados Unidos. A origem calvinista e a relação desta religião com o mundo natural (STOLL, 2015), favoreceram seu contato com relatos de viagens missionárias e romances de aventura (LIVINGSTONE, 1858; REID, 1855; 1856). E parte dessas leituras forjaram em Roosevelt os princípios da *Natural Theology*, no qual a relação com o mundo natural era sobretudo algo moralizante (STOLL, 2015; DUTRA E SILVA, CARVALHO & SILVA, 2015). Aliando experiências pessoais do jovem Roosevelt o texto apresenta indícios do naturalista em momentos como a primeira visita ao continente africano e sua vida solitária em na universidade de Harvard.

A segunda parte do livro, intitulada *All Hunters Should Be Nature Lovers* está dividida em 7 capítulos que versam, principalmente, sobre as experiências de Roosevelt com o mundo natural e a fronteira Oeste dos Estados Unidos. Aqui o texto evidencia o caçador e a cultura da caça no universo da moralização masculina da época. Do mundo refinado da costa Leste às agruras do Oeste, o texto reforça o papel da fronteira para cultura americana, tese defendida pelo historiador F. J. Turner em sua obra clássica *The frontier in American history*

(TURNER, 2010). O enredo é marcado por relatos de caça e a busca de Roosevelt por seus imponentes troféus, representado aqui pela captura de um grande mamífero, e cuja carcaça ocuparia algum lugar especial, visivelmente exposto aos visitantes. O texto evidencia o desejo de Roosevelt em se deixar registrar como um caçador naturalista, até em sua forma de se vestir no estilo mais rústico como um *trapper* (uma espécie de bandeirante, pioneiro caçador de peles). Ao mesmo tempo a narrativa procura relacionar esse contato com o mundo natural, reforçando que os ideais de conservacionismo estavam presentes, mas ainda não havia o despertar ideal no imaginário do biografado e nem na mentalidade norte-americana: “The importance of conservation – something that seemed so unnecessary in a country of plentiful wilderness – was still far from most American’s minds” (p. 106). A partir de seu rancho no território de Dakota, Roosevelt exercia seu papel como caçador, fugindo da vida pública na mundo urbano da costa Leste e se dedicando à busca dos seus troféus, que servia, conforme palavras do próprio Roosevelt, como uma prova bem-sucedida de suas habilidades.

Um ponto de partida na biografia de Roosevelt, e que modificou a sua percepção com a fronteira Oeste, foi o seu contato com George Bird Grinnell. Grinnell representava a sofisticada vanguarda de naturalistas que viam o Oeste Americano como um símbolo nacional de biodiversidade que precisava ser preservada, estudada e compor exposições em museus: “Like that of few other naturalista in the 1870s, Grinnell’s mind was uniquely trained to think of the western fauna in terms of extinction” (p. 118). Após lançar o livro intitulado *Hunting Trips of a Ranchman* em 1885, Roosevelt teve uma resenha publicada pelo próprio Grinnell, que a princípio

não agradou muito a Roosevelt. Lunde defende a tese de que no contato com Grinnell a percepção sobre os ideais de conservação ambiental foram lançados, tornando, a partir desse momento um valor fundamental na forma de Roosevelt se relacionar com a caça e o mundo natural: "The meeting in Grinnell's office was Roosevelt's first real education in conservation and an introduction to what was at stake for American's natural landcage" (p. 132). Anos depois, e com as críticas de Grinnell em mente, publicou o livro *The wilderness Hunter: An account of the Big Game of the United States and Its Chase with Horse, Hound, and Rife* (1889), compondo um conjunto de textos que daria a Roosevelt a legitimidade do reconhecimento como caçador naturalista. O texto evidencia a importante rede de pesquisadores e naturalistas que tiveram grande influência sobre o projeto "caçador-naturalista". Pessoas como Clinton H. Merriam, Edgar A. Mearns, Edmund Heller, J. Alden Loring, Carl Akeley, dentre outros, reforçaram em Roosevelt a ideia de que o verdadeiro naturalista se faz no campo, na coleta de espécies e não estudando em livros e museus.

A terceira parte do livro procura reforçar a ideia de que foi na África onde Roosevelt conseguiu, finalmente, o tão almejado reconhecimento como caçador-naturalista. O texto ganha fluência ao narrar detalhes da expedição africana e da relação de Roosevelt com seu filho Kermit e o grupo de pesquisadores da Smithsonian Institution que participavam da missão. Aliado a uma documentação fotográfica importante o texto é convincente em reforçar o trabalho dos naturalistas em favor da ciência e da preservação da biodiversidade, tendo como atividade a caça e a coleta de espécimes, desde pequenos repteis a grandes mamíferos. Mas não deixa de ser ao mesmo tempo, algo que nos impacta, sobretudo pelas orientações mais

contemporâneas sobre a ética e o uso de animais em pesquisa. Mas é interessante como essa narrativa também nos apresenta esse outro olhar, tão importante para a história ambiental e história das ciências. E nesse sentido, importante a recomendação deixada por Lunde na sua introdução: "This is the story of one man's determination to experience nature without sentiment or judgment" (p. 6). Que desafio grande esse, experimentar da natureza desprovido de sentimentos e julgamentos, diante de um cenário marcado por orientações do ser politicamente correto e com tantas formas de cancelamento social.

A obra é uma importante contribuição para os interessados nos trabalhos de pesquisadores e naturalistas, que se aventuravam em coletas de fauna para compor arquivos e museus. Ao mesmo tempo reforçam o valor dessas coleções, sobretudo em uma época em que importantes acervos museológicos têm sido destruídos pelo descaso com a ciência e o valoroso papel dos museus para a preservação da memória natural do nosso planeta.

## **Referências Bibliográficas**

DUTRA E SILVA, S.; CARVALHO, H. G. DE; SILVA, C. H. M. DA. Colonização, Saúde e Religião: A medicina pioneira e o poder simbólico da moral social na Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG (1941-1959). *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 4, n. 1, p. 85-109, 2015.

ELIAS, S. S. R.; MARTINS, D.; MOREIRA, I. As Expedições Naturalistas e Cartográficas e as Práticas Científicas no Brasil do Século XVIII. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 7, n. 1, p. 15-36, 2018.

LIVINGSTONE, David. *Missionary Travels and Researches in South Africa*. New York: Haper & Brothers, 1858.

LUNDE, Darrin. *The Naturalist. Theodore Roosevelt, a lifetime of exploration, and the triumph of American Natural History*. New York: Crown Publishers, 2016.

REID, Thomas Mayne. *The Boy Hunters; or Adventures in Search of a White Bufallo*. Chicago: M.A. Donahue & Co. Undated reprinting. Originally published, 1855.

REID, Thomas Mayne. *The Hunter's Feast; ou, Conversations Around the Camp-Fire*. New York: Robert M. Dewitt. Originally published, 1855

STOLL, Mark R. *Inherit the Holy Mountain: Religion and the Rise of American Environmentalism* New York: Oxford University Press, 2015





REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS



# SÓCIOS DO IHGG



## PRESIDENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Francisco Ferreira dos Santos Azevedo - 07/10/1932 a 14/04/1933;  
Colemar Natal e Silva - 14/04/1933 a 16/03/1956;  
Zoroastro Artiaga – 07/09/1956 a 20/02/1962;  
Gilberto Mendonça Teles – 20/02/1962 a 23/03/1970;  
Basileu Toledo França – 23/03/1970 a 16/03/1973;  
Colemar Natal e Silva – 16/03/1973 a 12/01/1993;  
José Mendonça Teles – 12/01/1993 a 05/04/2005;  
Aidenor Aires – 05/04/2005 a 15/04/2013;  
Geraldo Coelho Vaz – 05/04/2013 a 05/05/2021;  
Jales Guedes Coelho Mendonça – 05/05/2021–

Presidente Perpétuo:  
Colemar Natal e Silva

Presidente *ad vitam*:  
José Mendonça Teles

Presidente de Honra:  
Marconi Ferreira Perillo Júnior

## SÓCIOS TITULARES

### Cadeira nº 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira

Titular: JOSÉ UBIRAJARA GALLI VIEIRA

### Cadeira nº 2

Patrono: Maria Angélica da Costa Brandão  
(Nhanhá do Couto)

Titular: JUAREZ COSTA BARBOSA

### Cadeira nº 3

Patrono: Francis Castelnau

Titular: FRANCISCO ITAMI CAMPOS

### Cadeira nº 4

Patrono: Joaquim Xavier dos Guimarães Natal

Titular: EDUARDO JOSÉ REINATO

### Cadeira nº 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy

Titular: JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

### Cadeira nº 6

Patrono: Zoroastro Artiaga

Titular: NILSON GOMES JAIME

### Cadeira nº 7

Patrono: Arlindo Pereira Cardoso

Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO

### Cadeira nº 8

Patrono: Luiz Antônio da Silva e Souza

Titular: ITANEY FRANCISCO CAMPOS

### Cadeira nº 9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim

Titular: HÉLIO ROCHA

### Cadeira nº 10

Patrono: Gelmires Reis

Titular: MOEMA DE CASTRO E SILVA OLIVAL  
(faleceu em 20/03/2021)

### Cadeira nº 11

Patrono: Honestino Guimarães

Titular: IURI RINCON GODINHO

### Cadeira nº 12

Patrono: João Capistrano de Abreu

Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO

### Cadeira nº 13

Patrono: Pe. Luiz Palacín Gomes

Titular: WOLMIR THEREZIO AMADO

### Cadeira nº 14

Patrono: Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira

Titular: ANTÔNIO TEIXEIRA NETO  
(faleceu em 13/07/2021)

### Cadeira nº 15

Patrono: Johann Emmanuel Pohl

Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO

### Cadeira nº 16

Patrono: Augustin Francois de Saint-Hilaire

Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

### Cadeira nº 17

Patrono: Raimundo José da Cunha Matos

Titular: JADIR DE MORAIS PESSOA

### Cadeira nº 18

Patrono: José Vieira Couto de Magalhães

Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA

### Cadeira nº 19

Patrono: José Martins Pereira de Alencastre

Titular: HÉLIO MOREIRA

### Cadeira nº 20

Patrono: Luiz Gonzaga de Faria

Titular: AIDENOR AIRES

### Cadeira nº 21

Patrono: José Ferreira de Sousa Lobo

Titular: ELEUZENIRA MARIA DE MENEZES

### Cadeira nº 22

Patrono: Sebastião Pompeu de Pina

Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE MELO

**Cadeira nº 23**  
Patrono: Crispiniano Carvalho  
Titular: ABÍLIO WOLNEY AIRES NETO

**Cadeira nº 24**  
Patrono: José Lopes Rodrigues  
Titular: NEY TELES DE PAULA

**Cadeira nº 25**  
Patrono: Luiz Ramos de Oliveira Couto  
Titular: JOSÉ AMAURY DE MENEZES

**Cadeira nº 26**  
Patrono: Jarbas Jayme  
Titular: JACIRA ROSA PIRES

**Cadeira nº 27**  
Patrono: Manoel Onofre de Andrade  
Titular: BENTO ALVES ARAÚJO JAYME  
FLEURY CURADO

**Cadeira nº 28**  
Patrono: José Nacim Yazigi Bourhan Helou  
Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

**Cadeira nº 29**  
Patrono: Salomão de Vasconcelos  
Titular: HELOISA SELMA FERNANDES CAPEL

**Cadeira nº 30**  
Patrono: Clifford Evans  
Titular: ALTAIR SALES BARBOSA

**Cadeira nº 31**  
Patrono: Eurídice Natal e Silva  
Titular: MARIA NARCISA DE ABREU  
CORDEIRO PIRES

**Cadeira nº 32**  
Patrono: José Peixoto da Silveira  
Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA JÚNIOR

**Cadeira nº 33**  
Patrono: Antônio Americano do Brasil  
Titular: ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA  
(faleceu em 12/11/2021)

**Cadeira nº 34**  
Patrono: Amália Hermano Teixeira  
Titular: Vaga

**Cadeira nº 35**  
Patrono: Moisés Augusto de Santana  
Titular: PEDRO NOLASCO DE ARAÚJO

**Cadeira nº 36**  
Patrono: Ricardo Augusto da Silva Paranhos  
Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL

**Cadeira nº 37**  
Patrono: Louis Ferdinand Cruls  
Titular: HORIESTE GOMES

**Cadeira nº 38**  
Patrono: Henrique José da Silva  
Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA

**Cadeira nº 39**  
Patrono: José Honorato da Silva e Souza  
Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA

**Cadeira nº 40**  
Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira  
Titular: GIOVANA GALVÃO TAVARES

**Cadeira nº 41**  
Patrono: Maria Barbosa Reis  
Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO

**Cadeira nº 42**  
Patrono: Ministro Jorge Latour  
Titular: ANTÔNIO CELSO RAMOS JUBÉ

**Cadeira nº 43**  
Patrono: Cora Coralina (Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas)  
Titular: MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO

**Cadeira nº 44**  
Patrono: Francisco Tosi Colombina  
Titular: APARECIDA TEIXEIRA DE FÁTIMA  
PARAGUASSU

**Cadeira nº 45**

Patrono: Cândido Mariano da Silva Rondon

Titular: HEITOR ROSA

**Cadeira nº 46**

Patrono: Pe. Manuel Aires de Casal

Titular: WALDOMIRO BARIANI ORTENCIO

**Cadeira nº 47**

Patrono: Regina Lacerda

Titular: ORLANDO FERREIRA DE CASTRO

(faleceu em 03/11/2021)

**Cadeira nº 48**

Patrono: Rosarita Fleury (Maria do Rosário Fleury)

Titular: EURICO BARBOSA DOS SANTOS

**Cadeira nº 49**

Patrono: Joaquim Teotônio Segurado

Titular: SANDRO DUTRA E SILVA

**Cadeira nº 50**

Patrono: Gerson de Castro Costa

Titular: Vaga

**SÓCIOS EMÉRITOS**

Ana Braga

Ático Villas Boas †

Binômio da Costa Lima

Cristovam Francisco do Castilho

Elder Camargo Passos

Geraldo Coelho Vaz

José Mendonça Teles - falecido

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Luís Antônio Estevam

Mari de Nazaré Baiochi

Maria Augusta Callado di Saloma Rodrigues

Maria Augusta Sant'Anna de Moraes

Maria Terezinha Campos Santana

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

Ursulino Tavares Leão †

**SÓCIOS BENEMÉRITOS**

Humberto Crispim Borges †

Gilberto Mendonça Teles

**SÓCIOS CORRESPONDENTES  
(NACIONAL E DO ESTADO DE GOIÁS)**

Adilson César

Ana Maria de Almeida Camargo

Andréa Luísa de Oliveira Teixeira

Antolinda Baía Borges

Antônio Oliveira Mello

Arno Wehling

Bráulio Nascimento

Carlos Gomes de Carvalho

Carlos Granado Vieira de Castro

Consuelo Pondé de Sena

Cybelle Moreira de Ipanema

Djalma Silva †

Domingos Pacífico Castello Branco Ferreira

Dulce Madalena Rios Pedroso Edmar Camilo Cotrim

Esther Caldas Guimarães Bertoletti

Filadelfo Borges Lima

Gilson Silva †

Gustavo Neiva Coelho

Hilda Agnes Hübner Flores

Iapery Soares de Araújo

Itapuan Bôtto Targino  
Jayme Lustosa de Altavila  
João Alberto Novis Gomes Monteiro  
João Asmar †  
José Faria Nunes  
Josemar Bezerra Raposo  
José Otávio de Arruda Melo  
José Luiz Bittencourt  
Manoel Rodrigues Ferreira  
Marlene Gomes Velasco  
Maria Helena de Amorim Romacheli  
Mauro da Costa Lima  
Melquádes Pinto Paiva  
Osvaldo Rodrigues Póvoa  
Paulo Nunes Batista †  
Padre Ronaldo Silva

Ramir Curado  
Sonia Maria Ferreira  
Stella Leonardos †  
Terezy Fleury Godoi  
Umbelina Frota †  
Valdemes Ribeiro Menezes †  
Valdon Varjão †  
Vera Lopes Siqueira  
Yasmin Jamil Nadaf  
Yva Avena †  
Zélia dos Santos Diniz  
Zilda Pires da Silva  
Wellington Aguiar  
Toniquinho JK

## SÓCIOS CORRESPONDENTES INTERNACIONAL

Esteban Alvarado Vera  
Jaime Romanini Gainza  
Manuel Velásquez Rojas

Maria Esther Robledo  
Wellington Castillo Sánchez

## SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida †  
Armando Calheiros Acioli  
Eliézer Penna †  
Goiana Vieira da Anunciação  
Hélio Seixo de Brito Júnior  
Jônathas Silva  
Jorge de Moraes Jardim  
Kleber Adorno  
Leonardo Martins Normanha  
Lourival Luza Júnior

Luiz José Bittencourt  
Maria Abadia Silva  
Milca Severino Pereira  
Nelson Patriota  
Pedro Paulo Montenegro  
Pedro Wilson Guimarães  
Terezinha Vieira dos Santos  
Vilmar da Silva Rocha  
Waldyr Eduardo Aidar †  
Walterdan Fernandes Madalena

Patrocínio:



PREFEITURA  
DE GOIÂNIA  
Cultura



ISSN 2175-1269

